

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO MESTRADO EM JORNALISMO

YAGO RAPHAEL MASSUQUETO ROCHA

**CARREIRAS DE JORNALISTAS NEGRAS E NEGROS NO BRASIL: UM ESTUDO
SOBRE AS DIFERENÇAS RACIAIS NO TRABALHO JORNALÍSTICO**

PONTA GROSSA

2025

YAGO RAPHAEL MASSUQUETO ROCHA

**CARREIRAS DE JORNALISTAS NEGRAS E NEGROS NO BRASIL: UM ESTUDO
SOBRE AS DIFERENÇAS RACIAIS NO TRABALHO JORNALÍSTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em jornalismo.

Área de Concentração: Processos Jornalísticos e Práticas Sociais

Orientador: Dr. Felipe Simão Pontes

PONTA GROSSA

2025

R672 Rocha, Yago Raphael Massuqueto

 Carreiras de jornalistas negras e negros no Brasil: um estudo sobre as
diferenças raciais no trabalho jornalístico / Yago Raphael Massuqueto Rocha.
Ponta Grossa, 2025.
222 f.

 Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos
Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientador: Prof. Dr. Felipe Simão Pontes.

 1. Jornalistas negros. 2. Perfil profissional - jornalista. 3. Jornalismo. 4.
Jornalistas Negros. 5. Carreira - jornalistas. I. Pontes, Felipe Simão. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 070.4

YAGO RAPHAEL MASSUQUETO ROCHA

CARREIRA DE JORNALISTAS NEGRAS E NEGROS NO BRASIL: UM ESTUDO
SOBRE AS DIFERENÇAS RACIAIS NO TRABALHO JORNALÍSTICO

Dissertação apresentada para obtenção de título
de mestre na Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Área de concentração: Processos de
Produção Jornalística.

Ponta Grossa, 02 de Outubro de 2025.

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE SIMÃO PONTES**
Data: 15/12/2025 15:07:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Felipe Simão Pontes (Orientador)
Doutor em Sociologia Política (UFSC)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL SCHOENHERR**
Data: 15/12/2025 18:04:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Schoenherr
Doutor em Geografia (UEPG)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

 Documento assinado digitalmente
Samuel Pantoja Lima
Data: 07/10/2025 16:34:08-0300
CPF: ***.465.702-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima
Doutor em Engenharia da Produção (UFSC)
Universidade Federal de Santa Catarina

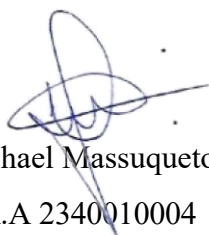
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, Yago Raphael Massuqueto Rocha, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado “CARREIRAS DE JORNALISTAS NEGRAS E NEGROS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE AS DIFERENÇAS RACIAIS NO TRABALHO JORNALÍSTICO”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha exclusiva autoria estão citados entre aspas, com a devida indicação da fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcritos literalmente), ou somente indicados autor e data (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 02 de Outubro de 2025.



Yago Raphael Massuqueto Rocha

R.A 2340010004

À memória de meu pai Amauri, cuja presença permanece viva em cada conquista, me guiando com a força do exemplo e a ternura do amor que nunca se apaga.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais Amauri e Jeani, que sempre me sustentaram com apoio incondicional, me estendendo a mão em todos os momentos e me incentivando a seguir adiante nos estudos e na vida acadêmica. Minha gratidão é imensa diante de todo o esforço e dedicação que tiveram para que eu mantivesse o foco e compreendesse o valor do conhecimento. Hoje percebo que a relevância dessa trajetória vai muito além de alcançar reconhecimento social ou, como se costuma dizer, “ser alguém na vida”. Trata-se de ampliar horizontes, compreender a realidade em que estamos inseridos e buscar transformar o mundo ao compartilhar o que aprendemos.

Agradeço à Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) pela parceria na divulgação desta pesquisa em seus espaços online e mailing, bem como pela articulação com sindicatos afiliados em todo o Brasil, que contribuíram para ampliar o alcance do questionário em diversos grupos juntamente com o apoio especial da Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (Conajira/FENAJ). Da mesma forma, agradeço à parceria do portal Rede de Jornalistas Pretos, que disponibilizou o questionário em seu espaço digital, colaborando para o desenvolvimento desta investigação. Esses apoios permitiram que a pesquisa alcançasse um número expressivo de profissionais interessados em participar e apoiar a proposta, o que se refletiu em inúmeras mensagens de encorajamento recebidas e que reforçam a importância de aprofundar a temática aqui tratada. Embora não tenha sido possível dialogar com um número ainda maior de jornalistas que se voluntariaram a dar entrevista, reconheço que se consolidou uma rede de apoio comprometida com a pauta, a qual certamente será fomentada e expandida nos próximos passos desta trajetória.

Expresso também meus agradecimentos à Capes, pela bolsa de estudos que foi essencial para a dedicação exclusiva a esta pesquisa e para a participação em eventos e debates que ajudaram a projetar também os passos futuros do trabalho acadêmico.

Agradeço ao meu orientador, Felipe Simão Pontes, pelo acolhimento, pela paciência e pela firmeza em cada etapa deste trabalho — em especial na difícil tarefa de me ajudar na batalha contra meus vícios de linguagem, muitas vezes atravessados pela ansiedade de um TDAH em tratamento temporariamente interrompido. Mas acima de tudo, agradeço pelos ricos ensinamentos compartilhados e orientações sempre muito respeitadas, de forma empática e inspiradora.

A minha irmã, Maria Rita, também pesquisadora, agradeço pelas conversas e desabafos sobre a vida acadêmica e a rotina da pesquisa, que tanto contribuíram para o amadurecimento deste percurso.

Ao Ender, pela presença constante, pelo apoio e pelas palavras de encorajamento nos momentos em que a exaustão se fez mais presente.

Às colegas Kethlyn e Alana, que compartilharam comigo essa caminhada, agradeço pelo suporte emocional nos momentos mais desafiadores, tornando a jornada mais leve. Estendo esse agradecimento a todos os colegas do mestrado que, de diferentes formas, contribuíram com esta pesquisa — seja por meio de diálogos, trocas de referências ou colaborações em debates que enriqueceram este trabalho.

À Dona Jô, pela acolhida sempre afetuosa, pelas conversas que ultrapassaram os limites do acadêmico e pela relação quase maternal que fez com que os dias do mestrado se tornassem menos intensos e mais próximos da sensação de estar em casa.

Ao professor Samuel Pantoja Lima, pelo apoio material e intelectual, fornecendo dados de pesquisa e, sobretudo, pela disponibilidade em integrar a banca deste trabalho, colaborando com críticas e sugestões que fortaleceram sua construção.

Do mesmo modo, agradeço o professor Rafael Schoenherr pelas reflexões instigantes e ao professor Ivan Bomfim pelos apontamentos criteriosos durante a qualificação, ambos fundamentais para o aprimoramento desta dissertação.

À professora Cíntia Xavier, manifesto meu reconhecimento pelo suporte prestado no primeiro ano do mestrado, tanto nas questões burocráticas relativas à bolsa quanto em outras demandas da coordenação.

Por fim, agradeço à minha irmã Giovana por ter me dado um presente inspirador durante o desenvolvimento desta dissertação: minha sobrinha Manuela, que, sem imaginar, exerceu papel importante em muitos momentos deste processo. Um simples vídeo de seu sorriso terno foi combustível suficiente para renovar minhas energias em dias de revisão intensa, me lembrando da importância de manter o pensamento voltado para o que há de mais positivo.

*A verdadeira paz não é simplesmente a
ausência de tensão; é a presença da justiça.*
Martin Luther King Jr.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta características do trabalho dos e das jornalistas negras e negros no Brasil, analisando múltiplas dimensões de suas carreiras. Este estudo se justifica pela necessidade de compreender o perfil dos jornalistas negros no contexto de um mercado de trabalho marcado por desigualdades raciais e pela relevância de promover a diversidade e inclusão na mídia. A partir de uma revisão de pesquisas já realizadas sobre perfil e carreiras de jornalistas brasileiros, a pesquisa visa compreender as condições de trabalho, os desafios enfrentados por esses profissionais. O problema de pesquisa é: quais as características das carreiras de jornalistas negras e negros no Brasil, considerando as dificuldades, oportunidades e estratégias de resistência enfrentadas por esses profissionais? O objetivo geral é compreender as condições da carreira de jornalistas negros e negras do Brasil. Como objetivos específicos, busca-se: (1) analisar as condições de carreira dos jornalistas negros no Brasil, incluindo salário, carga horária, funções desempenhadas e tipos de contratação; (2) identificar os principais desafios enfrentados, como discriminação racial, sub-representação em posições de destaque e barreiras para o avanço na carreira; (3) investigar as estratégias de resistência e iniciativas adotadas por esses profissionais para promover inclusão e diversidade; e (4) comparar os dados das pesquisas de 2012, 2017 e 2021, a fim de identificar mudanças e permanências no cenário profissional dos jornalistas negros. Para responder ao problema de pesquisa, a metodologia adotada envolve revisão bibliométrica da literatura sobre o tema, estudo quantitativo dos dados das pesquisas de Perfil (2012 e 2021) e de Trajetórias (2017) dos jornalistas brasileiros; e realiza entrevistas qualitativas com jornalistas negros e negras. Os principais resultados revelam a escassez de estudos sobre as carreiras desses profissionais, a permanência da sub-representação racial nos espaços de liderança e a persistência da precarização do trabalho.

Palavras-chave: Jornalistas negros, Perfil profissional, Jornalismo, Perfil dos Jornalistas Negros, Carreira de jornalistas.

ABSTRACT

This research presents characteristics of the work of Black journalists in Brazil, analyzing multiple dimensions of their careers. The study is justified by the need to understand the profile of Black journalists in the context of a labor market marked by racial inequalities and by the relevance of promoting diversity and inclusion in the media. Based on a review of previous studies on the profile and careers of Brazilian journalists, this research aims to understand the working conditions and challenges faced by these professionals. The research problem is: what are the characteristics of the careers of Black journalists in Brazil, considering the difficulties, opportunities, and strategies of resistance they encounter? The general objective is to understand the careers conditions of Black journalists in Brazil. The specific objectives are: (1) to analyze the careers conditions of Black journalists in Brazil, including salary, working hours, functions performed, and types of employment; (2) to identify the main challenges they face, such as racial discrimination, underrepresentation in prominent positions, and barriers to career advancement; (3) to investigate the strategies of resistance and initiatives adopted by these professionals to promote inclusion and diversity; and (4) to compare the data from the 2012, 2017, and 2021 surveys in order to identify changes and continuities in the professional landscape of Black journalists. To address the research problem, the methodology combines a bibliometric review of the literature on the topic, a quantitative study of data from the Profile surveys (2012 and 2021) and the Trajectories survey (2017) of Brazilian journalists, as well as qualitative interviews with Black journalists. The main findings reveal the scarcity of studies on the careers of these professionals, the persistence of racial underrepresentation in leadership positions, and the continued precariousness of work.

Keywords: Black journalists, Professional profile, Journalism, Profile of Black Journalists, Journalist's Career.

RESUMEN

La presente investigación presenta características del trabajo de periodistas negras y negros en Brasil, analizando múltiples dimensiones de sus carreras. El estudio se justifica por la necesidad de comprender el perfil de los periodistas negros en el contexto de un mercado laboral marcado por desigualdades raciales y por la relevancia de promover la diversidad y la inclusión en los medios de comunicación. A partir de una revisión de investigaciones previas sobre el perfil y las trayectorias de los periodistas brasileños, esta investigación busca comprender las condiciones de trabajo y los desafíos enfrentados por estos profesionales. El problema de investigación es: ¿cuáles son las características de las carreras de los periodistas negros en Brasil, considerando las dificultades, oportunidades y estrategias de resistencia a las que se enfrentan? El objetivo general es comprender las condiciones de trabajo de los periodistas negros en Brasil. Como objetivos específicos, se propone: (1) analizar las condiciones de trabajo de los periodistas negros en Brasil, incluyendo salario, carga horaria, funciones desempeñadas y tipos de contratación; (2) identificar los principales desafíos enfrentados, como la discriminación racial, la subrepresentación en cargos de liderazgo y las barreras para el avance profesional; (3) investigar las estrategias de resistencia e iniciativas adoptadas por estos profesionales para promover inclusión y diversidad; y (4) comparar los datos de las investigaciones de 2012, 2017 y 2021, con el fin de identificar cambios y permanencias en el escenario profesional de los periodistas negros. Para responder al problema de investigación, la metodología adoptada combina una revisión bibliométrica de la literatura sobre el tema, un estudio cuantitativo de los datos de las investigaciones de Perfil (2012 y 2021) y de Trayectorias (2017) de los periodistas brasileños, además de entrevistas cualitativas con periodistas negros. Los principales resultados revelan la escasez de estudios sobre las carreras de estos profesionales, la persistencia de la subrepresentación racial en los espacios de liderazgo y la continuidad de la precarización laboral.

Palabras clave: Periodistas negros, Perfil profesional, Periodismo, Perfil de los Periodistas Negros, Carrera periodística.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico de quantidade de títulos por ano	28
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos resultados da pesquisa bibliométrica.....	22
Quadro 2 - Síntese dos resultados para seleção do corpus	23
Quadro 3 - Resultado da Pesquisa Bibliométrica.....	23
Quadro 4 - Títulos mais recentes	28
Quadro 5 - Comparativo salarial de Jornalistas em 2012.....	55
Quadro 6 - Jornalistas Na Mídia	68
Quadro 7 - Jornalistas na Docência	69
Quadro 8 - Percentual de jornalistas negros com renda de até cinco salários mínimos em comparação à categoria (2012–2021).....	70
Quadro 9 - Percentual de jornalistas negros com renda superior a cinco salários mínimos em comparação à categoria (2012–2021).....	70
Quadro 10 - Jornalistas atuando fora da Mídia.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - PESQUISA BIBLIOMÉTRICA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA SOBRE OS JORNALISTAS NEGROS E NEGRAS	18
1.1 EXPLORANDO AS BASES DE CONHECIMENTO: DESCRIÇÃO METODOLÓGICA E COLETA DE DADOS.....	18
1.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS DA ANÁLISE.....	27
1.3 ANÁLISE DOS EIXOS TEMÁTICOS NAS LEITURAS DE REFERÊNCIA	31
1.4 REPRESENTAÇÃO E RETRATAÇÃO DOS NEGROS NA IMPRENSA	31
1.4.1 Perfil dos Jornalistas	37
1.5 CARREIRA DOS JORNALISTAS	44
CAPÍTULO 2 - PERFIS E TRAJETÓRIAS DE JORNALISTAS NEGROS NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA (2012–2017-2021).....	50
2.1 PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO DE 2012	50
2.2 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DOS JORNALISTAS BRASILEIROS (2012 A 2017).....	56
2.3 PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO 2021	62
2.4 DADOS EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS PESQUISAS SOBRE JORNALISTAS NEGROS NO BRASIL (2012–2021)	66
CAPÍTULO 3 - PERCURSOS DE JORNALISTAS NEGROS E NEGRAS: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ESTRUTURA DO CAMPO JORNALÍSTICO.....	72
3.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	73
3.1.1 Malva	74
3.1.2 Celeste.....	75
3.1.3 Coral.....	76
3.1.4 Cáprico	76
3.1.5 Griséo	77
3.1.6 Âmbar.....	78
3.1.7 Rubro.....	79
3.1.8 Púrpura	80
3.2 TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS E PROFISSIONAIS DE JORNALISTAS NEGROS: CONDIÇÕES DE ACESSO, REPRESENTATIVIDADE E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS	81
3.3 RELATOS SOBRE RACISMO, ISOLAMENTO E PRECARIZAÇÃO NAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS	86
3.4 SUB-REPRESENTAÇÃO E VISIBILIDADE: PERCEPÇÕES SOBRE A AUSÊNCIA DE JORNALISTAS NEGROS EM ESPAÇOS DE PODER	91
3.5 ENTRE A DISCRIMINAÇÃO E O ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS: RACISMO NO COTIDIANO PROFISSIONAL.....	95

3.6 FORMAS DE RESISTÊNCIA: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO NO JORNALISMO	102
3.7 ENTRE A LUTA E A ESPERANÇA: PROPOSTAS PARA O FUTURO.....	106
3.8 CONVERGÊNCIAS ENTRE EXPERIÊNCIA E TEORIA: PERCURSOS DE JORNALISTAS NEGROS E AS DINÂMICAS ESTRUTURAIS DO CAMPO JORNALÍSTICO	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE A - SÍNTESES	124
APÊNDICE B - PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	135
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM MALVA	136
APÊNDICE D – ENTREVISTA COM CELESTE	149
APÊNDICE E – ENTREVISTA COM CORAL	164
APÊNDICE F – ENTREVISTA COM CÁPRICO	172
APÊNDICE G - ENTREVISTA GRISEO	180
APÊNDICE H - ENTREVISTA ÂMBAR.....	189
APÊNDICE I - ENTREVISTA RUBRO	201
APÊNDICE J – ENTREVISTA COM PÚRPURA	209
APÊNDICE K - DIAGRAMA DO PERCURSO METODOLÓGICO	222

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as condições da carreira e as trajetórias profissionais de jornalistas negros e negras no Brasil, considerando os fatores que moldam sua inserção e permanência no campo jornalístico. A discussão tem como base a produção de dados a partir da: 1) revisão da bibliografia; 2) do estudo das pesquisas Perfil do Jornalista Brasileiro de 2012 e 2021 (LIMA et al., 2021; MICK; LIMA, 2013) e da pesquisa Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros de 2017 (PONTES; MICK, 2023), permitindo identificar mudanças e permanências no período; 3) de entrevistas semi-estruturadas com jornalistas negros e negras. A dissertação destaca as barreiras relacionadas à discriminação racial e à sub-representação em cargos de liderança, assim como as estratégias de resistência e as iniciativas voltadas à promoção de diversidade e inclusão no jornalismo brasileiro.

O problema de pesquisa é definido a partir da seguinte questão: Quais as características das carreiras de jornalistas negros e negras no Brasil, considerando as dificuldades, oportunidades e estratégias de resistência enfrentadas por esses profissionais?

Para responder o problema de pesquisa, propõe-se como objetivo geral compreender as condições da carreiras de Jornalistas Negros e Negras do Brasil. Ademais, como objetivos específicos, analisar as condições da carreira dos jornalistas negros no Brasil, incluindo aspectos como salário, carga horária, funções desempenhadas e tipos de contratação; identificar os principais desafios enfrentados por jornalistas negros, como discriminação racial, sub-representação em posições de destaque e barreiras para o avanço na carreira; investigar as estratégias de resistência e iniciativas adotadas por jornalistas negros para promover a inclusão e diversidade no campo jornalístico e comparar os dados das pesquisas sobre o perfil dos jornalistas brasileiros realizadas em 2012, 2017 e 2021, visando identificar mudanças e permanências no cenário profissional dos jornalistas negros.

O estudo se justifica diante da necessidade de compreender o perfil de jornalistas negros e negros no Brasil, especialmente no contexto de um mercado de trabalho marcado por desigualdades raciais (Douglas, 2022). Apesar das políticas públicas e ações afirmativas implantadas nas últimas décadas, que ampliaram o acesso da população negra ao ensino superior e ao mercado de trabalho formal, ainda existem lacunas significativas na inclusão e na progressão profissional desses indivíduos. Este estudo busca contribuir para identificação e superação de algumas dessas lacunas, fornecendo dados empíricos que possam subsidiar políticas e práticas mais inclusivas no jornalismo.

Além disso, a análise comparativa entre os dados das pesquisas realizadas em 2012, 2017 e 2021 sobre o perfil e trajetórias dos jornalistas brasileiros permite identificar avanços e retrocessos na inclusão racial nas redações. O que oferece pistas para entender a efetividade das políticas de diversidade implementadas até agora e para propor melhorias que garantam um ambiente de trabalho mais justo e equitativo. Compreender as barreiras enfrentadas pelos jornalistas negros e as estratégias de resistência adotadas por eles também contribui para um debate mais amplo sobre as dinâmicas de poder e exclusão no jornalismo brasileiro.

A relevância desta pesquisa reside no seu potencial de impacto tanto acadêmico quanto social. Os resultados podem servir de base para futuras investigações e debates sobre diversidade e inclusão no mercado de trabalho jornalístico. Além disso, as informações geradas podem orientar empresas de comunicação na implementação de políticas que promovam a igualdade racial, contribuindo para um cenário midiático mais representativo da diversidade da sociedade brasileira.

A metodologia adotada envolve três partes, que constituem os três capítulos do estudo. A primeira se consubstancia na análise bibliométrica de estudos publicados nas principais bases de dados científicas, complementada por uma revisão de literatura que inclui artigos, teses, dissertações. A segunda parte é constituída com base em um estudo quantitativo dos dados da pesquisa Perfil dos Jornalistas Brasileiros (2012 e 2021) e da pesquisa Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (2012-2017) (Pontes; Mick, 2023). E, na terceira parte, são realizadas oito entrevistas semi-estruturadas com jornalistas negras e negros brasileiros.

A primeira parte da pesquisa está estruturada em duas etapas, começando pela Revisão Bibliométrica, com a identificação e análise da produção acadêmica sobre jornalistas negras e negros no Brasil e no mundo, através da sistematização e categorização de artigos, teses e dissertações. Essa etapa inclui a seleção de palavras-chave específicas e a utilização de conectores booleanos para garantir a abrangência da busca em diferentes idiomas (português, inglês e espanhol). A revisão foi realizada nas bases de dados *Scielo*, *Scopus* e *Web of Science*; nas revistas acadêmicas brasileiras de Jornalismo e nas mais bem avaliadas no qualis Capes da área de Comunicação; nas teses e dissertações presentes no banco de teses da Capes; e a partir de materiais presentes nas referências dos textos encontrados nas etapas anteriores da revisão. A partir desses resultados, é realizada uma análise qualitativa para identificar temas recorrentes, lacunas na literatura e possíveis direções de pesquisa. A etapa envolve a leitura crítica dos resumos e textos completos, com o intuito de extrair informações sobre o perfil, trajetória e desafios enfrentados por jornalistas negras e negros no mundo. Com base nesses dois movimentos, é constituída uma base bibliográfica que estimula a produção de categorias

pertinentes para o estudo das carreiras dos e das jornalistas negras e negros. A revisão bibliográfica revela a persistência de barreiras estruturais e atitudes discriminatórias que limitam o progresso e o reconhecimento desses profissionais.

A segunda parte, que constitui o segundo capítulo deste estudo, analisa quantitativamente os resultados das pesquisas Perfil do Jornalista Brasileiro, realizadas em 2012 e 2021, e Trajetórias dos Jornalistas Brasileiros (2017), visando identificar mudanças e permanências no cenário profissional dos jornalistas negros no Brasil. Esta análise comparativa permite compreender dimensões do trabalho tais como salário, carga horária, funções desempenhadas, tipos de contratação, e desemprego.

No capítulo seguinte, são realizadas de entrevistas qualitativas semi-estruturadas com jornalistas negras e negros, com o objetivo de captar suas percepções sobre o mercado de trabalho e suas projeções profissionais. Essas entrevistas tratam das experiências pessoais e profissionais desses jornalistas, enriquecendo a análise.

Os depoimentos reforçam evidências de como a precarização das relações de trabalho afeta o conjunto da categoria, mas atinge de forma mais intensa os jornalistas negros, indicando a sobrecarga de jornadas e vínculos frágeis, reforçando que a precariedade é estrutural, embora com maior intensidade para pretos e pardos, sobretudo no que diz respeito à remuneração, ao acesso a benefícios e à progressão em cargos de liderança. Essa constatação permite afirmar que o problema combina duas dimensões: de um lado, a precarização estrutural do mercado de trabalho, que alcança a categoria como um todo; de outro, a presença de barreiras adicionais ligadas ao recorte racial, que limitam as possibilidades de ascensão e tornam mais frequentes as experiências de exclusão e assédio relatadas por esses profissionais, em especial nas dimensões de remuneração, estabilidade no emprego e ocupação de posições estratégicas.

CAPITULO 1 - PESQUISA BIBLIOMÉTRICA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA SOBRE OS JORNALISTAS NEGROS E NEGRAS

Neste capítulo, vamos explorar a metodologia bibliométrica para entender características do trabalho e das carreiras dos e das jornalistas negros e negras no Brasil e as questões raciais na carreira jornalística. Primeiramente, apresentamos a descrição metodológica utilizada, que explica como realizamos a busca e a seleção de estudos nas principais bases de dados, com a demonstração do processo de coleta de dados.

Em seguida, mostramos os resultados quantitativos da análise. Aqui, é discutida a distribuição dos estudos ao longo do tempo, identificando tendências e padrões na produção acadêmica sobre o tema. Essa análise ajuda a contextualizar a evolução da pesquisa sobre jornalistas negros e negras e a importância crescente desse objeto de estudo.

Na sequência, é construída a análise qualitativa e temática dos resultados. Nesta seção, são explorados estudos sobre como os negros são retratados na imprensa, e sobre a representatividade racial nas redações. Essa discussão ajuda a compreender as dinâmicas de poder e as narrativas construídas pela mídia sobre a população negra.

Depois são abordados estudos sobre o perfil dos jornalistas, trazendo informações que ajudam a compreender características demográficas e do trabalho de jornalistas negras e negros no Brasil e no mundo. A discussão também contribui para identificar as características e habilidades indicadas como necessárias pela bibliografia para os jornalistas negros e negras no cenário atual do jornalismo, marcado por transformações tecnológicas e a convergência digital. Vamos explorar como esses fatores moldam a prática jornalística e influenciam a formação e atuação dos profissionais, com foco no trabalho dos e das jornalistas negras e negros.

Por fim, examinamos estudos que tratam das carreiras dos jornalistas negros, enfocando as barreiras estruturais, a discriminação racial e as estratégias de resistência adotadas por esses profissionais. Esta análise ajuda a entender as dinâmicas do mercado de trabalho jornalístico e a necessidade de políticas inclusivas.

1.1 EXPLORANDO AS BASES DE CONHECIMENTO: DESCRIÇÃO METODOLÓGICA E COLETA DE DADOS

Para dar início ao estudo sobre o perfil profissional de jornalistas negros no Brasil, foi adotada uma metodologia bibliométrica para examinar a literatura disponível em inglês,

espanhol e português. O objetivo é identificar e contextualizar as pesquisas que abordam tanto o perfil de jornalistas negros quanto questões raciais na carreira jornalística. Esse processo envolve algumas etapas metodológicas.

Inicialmente, foi conduzida uma busca nas principais bases de dados reconhecidas no campo dos estudos de jornalismo: *Scielo (Scientific Electronic Library Online)*, *Sciverse Scopus (Elsevier)* e *Web of Science (Clarivate Analytics)*. Para cada uma dessas bases, a pesquisa foi realizada selecionando a opção “todos os campos”, o que permitiu uma varredura dos textos disponíveis.

A seleção das palavras de busca teve início na estruturação da busca. As palavras foram escolhidas para refletir os elementos centrais do estudo: "jornalistas negros", "carreira jornalística", e "perfil de jornalistas". Esses elementos foram utilizados para garantir que a pesquisa capturasse estudos relevantes que discutem as especificidades e os desafios enfrentados por jornalistas negros e negras. Partindo deles, no campo de busca de cada base foram assinalados “todos os campos” para seleção dos textos e inseridos os descritores *journali* AND negro*; uso de conector booleano “OR” seguido de adição de campo com as palavras *journali* AND preto**; uso de conector booleano “OR” seguido de adição de novo campo com uso das palavras “*periodi* AND negro**”; e, novamente “OR” e novo campo de busca com as palavras “*journali* AND black*”. Esse método de busca foi consolidado após tentativas, com intuito de garantir a maior inclusão possível de textos nos três idiomas de interesse.

Além dessas palavras de busca, durante as tentativas da pesquisa exploratória, foram incluídos também termos adicionais que estavam relacionados às palavras base, com o objetivo de captar variações contextuais dentro do tema e explorar possibilidades de resultados nas diferentes línguas. As palavras utilizadas nas buscas em inglês foram *"journali*", "career journali*", "black journalist", "brown journalist", "black journali*", "profile journalist", "african journalist", "profile black journali*", "profile african journali"*.

Para as buscas em português, foram selecionados os termos *"jornal*", "jornalistas negros", "jornalistas de cor", "jornalista carreira", "jornalista trabalho", "journali* negro", "jornalismo carreira", "jornalista pardo", "jornalista afro", "jornalista africano", "jornalista afrodescendente", "perfil jornalista", "negro jornalismo", "negro imprensa"*. Em espanhol, as palavras escolhidas foram *"periodi*", "periodista negro", "periodismo", "periodista de color", "periodismo carrera", "perfil periodista", "perfil periodista negro", "perfil periodista africano", "perfil afro periodista"*.

Os dados foram exportados em CSV para uso em arquivo de planilha de dados. Para cada pesquisa feita em cada uma das bases, foram geradas planilhas, posteriormente salvas

segundo a data da busca, palavras de busca e nome da base. As planilhas foram armazenadas em pastas distinguidas pelo idioma dos resultados de busca, sendo uma pasta para planilhas em português, uma para as em inglês e outra para as em espanhol. Somando os resultados dos três idiomas, totalizaram 506 encontrados no Web of Science, 803 no Scopus e 219 trabalhos no SciELO. Totalizando 1528 trabalhos tabelados a partir das buscas nessas três bases.

O próximo movimento foi o de organizar cada uma das planilhas, dispondo as informações de cada um dos dados coletados. Assim, as informações dos resultados foram organizadas dentro das planilhas da seguinte forma: Nome completo do autor, título do trabalho, título da fonte de publicação, idioma, tipo de documento (se artigo, tese, dissertação, resenha de livro, ou outro tipo de documento), palavras-chave do documento, resumo, ano, DOI, link do DOI ou link de publicação, data da coleta de dados disposta de ano_mês_dia, palavras utilizadas na busca e nome da base onde foi feita a pesquisa.

A partir dessa ordenação, foram excluídos os títulos de resultados repetidos entre as bases de dados, ao mesmo tempo em que foi feita a leitura dos títulos, palavras-chaves e resumo de cada um dos trabalhos dispostos nas tabelas com o intuito de identificar aqueles que não iriam contribuir com a contextualização do tema proposto, mais especificamente aqueles que não tratavam sobre perfil de jornalistas negros e a carreira de jornalistas. Consolidando assim 32 trabalhos selecionados do Web of Science (31 em inglês e 1 em espanhol), 7 trabalhos selecionados do Scielo (3 em espanhol e 4 em português) e 8 trabalhos selecionados do Scopus (6 em inglês e 2 em português). Assim, dos 1528 trabalhos tabelados das três bases, no final da organização das tabelas se consolidaram 47 trabalhos selecionados ao todo por essas bases.

Em um segundo momento, foram feitas buscas em periódicos brasileiros e internacionais utilizando da mesma base de palavras-chave utilizadas anteriormente citadas, priorizando trabalhos que tratassem do perfil de jornalistas, perfil de jornalistas negros e da carreira de jornalistas negros. Seguindo o manual de caminhos para fazer uma revisão de literatura eficaz, sistematizado pelo professor Felipe Simão Pontes e dirigido para estudantes de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, foram feitas busca nas revistas nacionais: Matrizes, E-Compós, Intercom, Famecos e Galaxia, que são relevantes para o campo de Comunicação e Informação. Também foram consultados os periódicos *Brazilian Journalism Research*, *Estudos de Jornalismo e Mídia*, *Pauta Geral*, *Âncora* e *Rebej* que oferecem contribuições substanciais aos estudos do jornalismo. E a pesquisa ainda se estendeu para revistas latino-americanas e internacionais, incluindo *Chasqui*, *Alaic*, *Palabra Clave*, *Journalism*, *Journalism Studies*, bem como *El Profesional de la Información*, *Digital Journalism*, *Comunicação e Sociedade* e *Media e Jornalismo*.

Ao final das pesquisas foram selecionados 31 trabalhos de periódicos. É relevante destacar que essas revistas são frequentemente encontradas em bases de dados de referência como *Scielo*, *Scopus* e *Web of Science*, facilitando a obtenção de literatura pertinente e de alta qualidade para o embasamento teórico do estudo em questão, e o que revelou também a repetição de alguns títulos já listados nas planilhas anteriores.

Diante disso, todos os resultados dispostos nas planilhas foram unidas em uma só planilha e ordenados em ordem alfabética contendo as informações divididas em colunas como as já citadas anteriormente. Junto a esses resultados foram catalogados os 31 trabalhos selecionados nos periódicos, para organizar as informações, analisar mais uma vez os títulos, palavras-chave e resumo para avaliar a contribuição destes trabalhos para a pesquisa, e principalmente identificar os trabalhos repetidos, que já tinham sido selecionados em outras bases. Ao final, dos 31 trabalhos selecionados na pesquisa em periódicos, 12 permaneceram.

Em continuidade à revisão de literatura, também foram feitas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações do portal Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Nesta busca, primeiramente foram testadas as palavras-chave "jornalistas pretos" sem a utilização de marcadores de filtro de pesquisa e foram alcançados 25 resultados. Na segunda pesquisa, ainda sem a utilização de filtros na busca, foram utilizadas as palavras "perfil jornalista negro", obtendo quatro resultados, mas apenas dois destes foram relevantes para a pesquisa. Depois foi feita a busca com as palavras-chave "jornalista negro", sem filtros de busca, alcançando 150 resultados, mas para refinar ainda mais a busca, as mesmas palavras-chave foram utilizadas agora com os marcadores "Grande Área: Ciências Humanas/ Sociais Aplicadas" e o marcador "Área Conhecimento: Comunicação". A pesquisa gerou 20 resultados que em uma primeira análise. A soma destes consolidou um total de 51 trabalhos selecionados do catálogo de teses e dissertações.

Os resultados foram salvos em arquivos de Word referentes às palavras utilizadas nas buscas. Cada arquivo foi nomeado da seguinte forma "ano_mês_dia_palavras de busca". Dentro do arquivo foram listados os resultados com as informações do autor, título, ano e link do arquivo ou publicação, seguido das palavras-chave utilizadas na pesquisa e a descrição dos marcadores para filtrá-las. Com a organização desses resultados, passamos para o movimento de analisar novamente os títulos de cada um deles para identificar aqueles que não iriam contribuir para este trabalho, por não tratarem do perfil de jornalistas negros e/ou não abordarem discussões e estudos sobre a realidade da carreira de jornalistas. Essa etapa foi realizada junto ao orientador Felipe Simão Pontes, e dos 51 trabalhos, 11 foram selecionados em um primeiro momento. Depois foi feita uma nova análise desses resultados, agora

analisando os resumos de cada um deles e 8 destes foram descartados para essa pesquisa, e ao final sobraram três.

Quadro 1 - Síntese dos resultados da pesquisa bibliométrica

Movimento	Plataforma	Quantidade
Movimento 1	Bases de Dados	47
Movimento 2	Revistas científicas selecionadas	12
Movimento 3	Base de teses e dissertações	3
Total		62

Fonte: Autoria própria (2024).

Esses resultados também passaram a compor o quadro com todos os outros trabalhos, reunindo um total de 62 selecionados. Uma nova revisão foi feita a partir da organização dos resultados em uma tabela, onde foi possível identificar alguns títulos repetidos, e em uma nova leitura dos resumos dos estudos, palavras-chaves e a introdução, foram selecionados 31 que se consolidaram para esta tabela de análise sendo eles 28 artigos, 1 dissertação e 2 teses. Nesta etapa, foi feita uma revisão das palavras-chave de todos os itens e as mesmas foram traduzidas para inglês.

Este conjunto de documentos foi escolhido com base em sua relevância e contribuição para a compreensão do tema estudado. Ao todo até aqui foi feito levantamento de 1632 resultados entre bases de pesquisa, periódicos, teses e dissertações, e o afinilamento da análise dos resultados moldada pela organização em planilhas de dados consolidou 31 resultados que traziam abordagens pertinentes ao corpus deste trabalho.

Na fase de organização dos dados coletados, os 31 trabalhos selecionados foram arranjados em uma tabela principal no formato de planilha, organizados alfabeticamente. Para facilitar a análise, os documentos foram categorizados por tipo, com cada categoria sendo alocada em uma aba separada dentro do mesmo arquivo de planilha. A aba geral foi nomeada "Todos", contendo a lista completa dos trabalhos com as respectivas informações de cada um deles, como já mencionado anteriormente. Depois foram adicionadas as abas "Artigos" para os artigos acadêmicos, "Dissertações" para as dissertações e a "Teses".

Após a organização dos segmentos, o passo seguinte envolveu a análise das referências bibliográficas das teses e dissertações, que somavam três, para identificar estudos relevantes que não foram inicialmente capturados nas buscas realizadas nas bases de dados, periódicos ou no portal de teses e dissertações.

Deste processo, emergiram 10 novos títulos que foram referenciados nos trabalhos analisados, sendo 8 em português e 2 em espanhol. A seleção destes novos títulos baseou-se inicialmente na relevância indicada pelos títulos dos documentos.

Quadro 2 - Síntese dos resultados para seleção do corpus

Movimento	Plataforma	Quantidade
Movimento 1 + 2 + 3	Pesquisa bibliométrica	62
Movimento 4	Após análise qualitativa, para redução dos resultados	-31
Movimento 5	Análise das referências dos textos resultantes do Movimento 4	+10
Corpus final		41

Fonte: Autoria própria (2024).

Esses títulos também foram organizados em ordem alfabética em uma planilha, e ordenados com as informações seguindo a ordem: nome de autor, Título do trabalho, Fonte, Idioma, Tipo de Documento, Palavras-chave do documento, Resumo, Ano, DOI link do DOI, data da Coleta de dados. As palavras-chave dos documentos foram traduzidas para o inglês. Ao final a pesquisa reuniu 41 textos dentre artigos, teses e dissertações.

Quadro 3 - Resultado da Pesquisa Bibliométrica

(continua)

Número indicador	Nome Artigo	Autor	Ano
1.	A “Terra da Luz” tem preto, sim! Um relato da experiência antirracista do portal Ceará Criolo como ponto de inflexão jornalística	Bruno de Castro Brito	2023
2.	African American Women Journalists and Their Male Editors in Tradition of Support	Rodger Streitmatter	1993
3.	Aproximación al Perfil del Periodista en la Postmodernidad	María Arroyo Cabello	2011
4.	Blacks in the News: Television, Modern Racism, and Cultural Change	Robert M. Entman	1992
5.	Color, Caste and the Public Sphere	Indira S. Somani e Natalie Hopkinson	2019
6.	Convergencia Digital: Nuevos perfiles profesionales del periodista	Andrés Barrios Rubio e William Ricardo Zambrano Ayala	2014

Quadro 3 - Resultado da Pesquisa Bibliométrica

(continuação)

Número indicador	Nome Artigo	Autor	Ano
7.	Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras	Felipe Simão Pontes	2017
8.	Disseminators, Advocates and Watchdogs: A Profile of Ugandan Journalists in the New Millennium	Peter G. Mwesige	2004
9.	El Periodista Polivalente. Transformaciones en el Perfil del Periodista a partir de la Digitalización de los Medios Audiovisuales Catalanes	Carlos Alberto Scolari, Josep Lluís Micó, Héctor Navarro, Hugo Pardo	2008
10.	From Counterpublic to the Mainstream: The New Black Press and the Public Sphere	Sid Bedingfield	2023
11.	Imprensa Negra e a Mídiação dos Discursos Antirracistas: Por Outros Afetos e Epistemologias	André Luís Oliveira de Santana, Céres Marisa Silva dos Santos	2023
12.	Imprensa negra e cidadania: Conteúdos do Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z	Valmir Teixeira Araujo Cicilia Maria Krohling Peruzzo	2021
13.	Indian Journalists: Personal Passion, Organisational Dynamics and Environmental Forces	Jyotika Ramaprasad, Nagamallika Gudipaty, Ravindra Kumar Vemula	2015
14.	Interviewing the Interviewers: Journalistic Norms and Racial Diversity in the Newsroom	Katsuo A. Nishikawa, Terri L. Towner, Rosalee A. Clawson, Eric N. Waltenburg	2009
15.	Mais Acesso, Poucas Oportunidades: O Perfil De Jornalistas Negros E Negras Após Uma Década De Pesquisas Sobre O Mundo Do Trabalho	Cláudia Nonato; Abinoan Santiago	2023
16.	Masculização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017)	Roseli Figaro	2018
17.	Mulheres Negras nos Jornais: Exclusão, Gênero e Etnia	Rogério Christofolletti, Roberta Cunha Watzko	2009
18.	O Mundo do Trabalho das Jornalistas: Feminismo e Discriminação Profissional	Roseli Figaro	2018
19.	O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa	Jacques Mick e Andressa Kikuti	2020

Quadro 3 - Resultado da Pesquisa Bibliométrica

(continuação)

Número indicador	Nome Artigo	Autor	Ano
20.	Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma	José Marques de Melo	2013
21.	Periodismo en contextos de violencia, principales problemas y posibles vías de solución: percepciones de periodistas latinoamericanos	Santiago Tejedor, Laura Cervi e Fernanda Tusa	2022
22.	Predictors of Job Satisfaction Among Black Journalists	Sharon Bramlett-Solomon	1992
23.	Race and Ethical Reasoning: The Importance of Race to Journalistic Decision Making	Renita Coleman	2003
24.	Race and Local Television News: The Emergence of Black Journalists in New Orleans	Bala James Baptiste	2022
25.	Racial Profiling in the Newsroom	David Pritchard e Sarah Stonbely	2007
26.	Representation and Reality in the Portrayal of Blacks on Network Television News	Robert M. Entman	1994
27.	Salary, Suppression, and Spies: Journalistic Challenges in Uganda	Karen McIntyre e Meghan Sobel Cohen	2021
28.	Stories that Don't Make the News: Navigating a White Newsroom as a Black Female Reporter	Tyra L. Jackson	2024
29.	The Media Diversity and Inclusion Paradox: Experiences of Black and Brown Journalists in Mainstream British News Institutions	Omega Douglas	2021
30.	The Perception of Self-Censorship Among Moroccan Journalists	Khalid Hajji	2023
31.	Through Our Prism: Black Television Sports Journalists' Work Experiences and Interactions with Black Athletes	Kevin Hull, Denetra Walker, Miles Romney e Kirstin Pellizzaro	2024
32.	Uma Arqueologia dos Jornais Negros no Brasil	José Antônio Dos Santos	2011
33.	What Is The State Of South African Journalism?	Musawenkosi W. Ndlovu	2015
34.	Edward E. Cooper, Black Journalist	Willard B. Gatewood, Jr.	1978

Quadro 3 - Resultado da Pesquisa Bibliométrica

(conclusão)

35.	A Pele que Habito: A Construção Da Identidade Profissional Dos Jornalistas Negros Em Imperatriz – MA.	Welbert de Sousa Queiroz	2022
36.	Racismos nas Trajetórias Escolares e Profissionais de Jornalistas Negras	Carla Patricia Serqueira Lima	2023
37.	Identidade profissional no jornalismo brasileiro: a carreira dos correspondentes internacionais	Luciane Fassarella Agnez	2014
38.	Jornalismo e feminização da profissão um estudo comparativo entre Brasil e Portugal	Ana Paula Bornhausen da Silva Bandeira	2019
39.	Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil	Isabel Cristina Clavelin da Rosa	2016
40.	Prisioneiros Da História. Trajetórias Intelectuais Na Imprensa Negra Meridional	José Antônio dos Santos	2011
41.	As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O Processo de Profissionalização e Feminização da Carreira	Paula Melani Rocha	2004

Fonte: Autoria própria (2024).

Após a pesquisa quantitativa, foi realizada uma análise qualitativa, conduzida em três etapas, começando com a leitura detalhada de cada texto, extração de informações relevantes sobre os tópicos de interesse e cotejamento com a bibliografia de referência. Em seguida, essas informações foram categorizadas e comparadas. Os artigos, dissertações e tese foram categorizados por eixos temáticos, sendo eles: “carreira de jornalistas”, “carreira de jornalistas negros”, “representação dos negros na imprensa”, “perfil de jornalistas”, “imprensa negra”, “perfil de jornalistas negros” e “outros”.

As especificidades de cada eixo são abordadas adiante. É importante ressaltar que as temáticas se relacionam nos estudos selecionados, e por isso alguns artigos podem aparecer em mais de um eixo. Por fim, dois artigos foram classificados na categoria "outros", abrangendo estudos que, embora relevantes, não se encaixam nas categorias mencionadas, mas ainda assim oferecem dados e informações que se relacionam às discussões deste trabalho. Esses oferecem uma visão mais diversificada e ampla sobre o tema, contribuindo para um entendimento mais holístico das questões que envolvem as carreiras dos jornalistas.

1.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS DA ANÁLISE

Essa sessão apresenta uma análise sobre a evolução das discussões acadêmicas relacionadas a raça, gênero e jornalismo, com foco nas carreiras de jornalistas negros e negras. O estudo se concentra em identificar padrões de publicação ao longo das décadas, abrangendo publicações de 1972 a 2023, destacando como as discussões sobre representatividade e diversidade no jornalismo foram abordadas em diferentes contextos temporais. Além disso, são analisados os autores mais recorrentes na literatura, considerando suas contribuições para o desenvolvimento das temáticas de raça e gênero no campo jornalístico.

A pesquisa também investiga a distribuição dos trabalhos selecionados por idioma. O objetivo é fornecer um panorama quantitativo que auxilie na compreensão do quê se tem produzido sobre o tema.

A distribuição dos anos de publicação das obras referenciadas é um indicador importante para a evolução e consolidação das temáticas de raça, gênero e jornalismo nos estudos de e sobre o jornalismo.

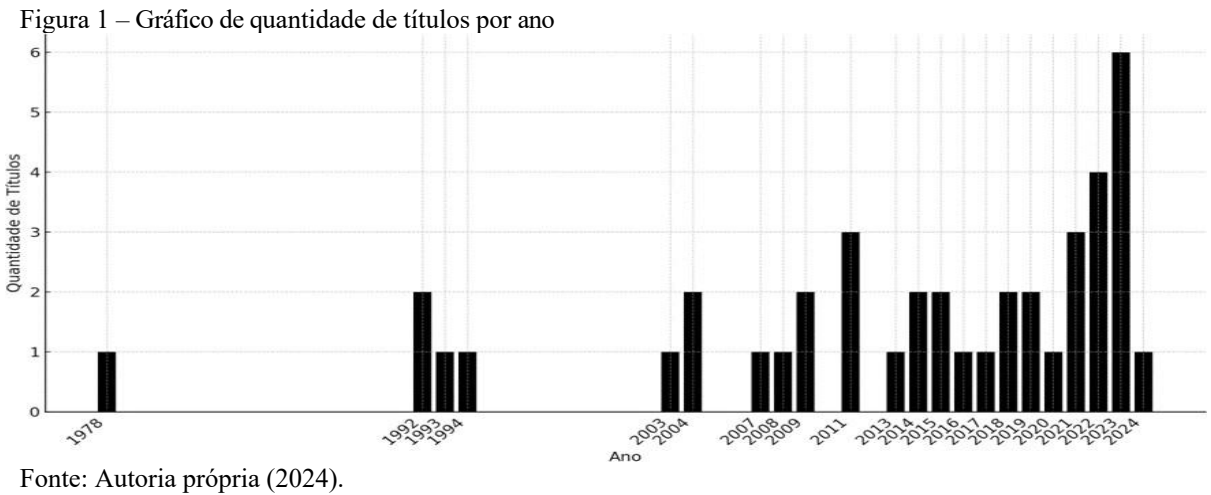
A lista de publicações abrange um longo período, desde 1978 até 2023, destacando um crescimento gradual no interesse por essas questões ao longo dos anos. No entanto, mesmo com o crescimento observado nos últimos anos, especialmente em 2022, a quantidade de estudos que se dedicam a avaliar especificamente as carreiras de jornalistas negros e negras permanece limitada.

O primeiro ano que aparece um artigo e que remete à temática proposta é 1978, com o título de Edward E. Cooper, *Black Journalist*. Esse cenário começou a mudar na década de 1990, com autores como R.M. Entman e S. Bramlett-Solomon abordando questões de representação e satisfação no trabalho entre jornalistas negros. Em 1992, com dois trabalhos significativos de Bramlett-Solomon e Entman, e em 1994, novamente com Entman. Esses trabalhos demarcam o foco em questões de diversidade e representação na mídia.

A partir dos anos 2000, a quantidade de publicações se intensifica, com ênfase nos anos de 2004, 2006, e especialmente 2023, que conta com o maior número de publicações, totalizando seis trabalhos. Essa concentração de estudos recentes reflete uma crescente conscientização e um esforço maior para compreender e abordar a diversidade no jornalismo contemporâneo, tanto em contextos nacionais quanto internacionais.

O aumento da produção científica e do número de artigos acadêmicos indexados em bases de dados relevantes também contribui para a atualidade das publicações, ampliando o

debate sobre inclusão e representatividade na mídia e fortalecendo as bases teóricas que sustentam essas discussões.



A análise temporal indica um amadurecimento gradual das discussões sobre raça e gênero no jornalismo, com um tímido crescimento nos últimos anos, especialmente a partir de 2020. Este aumento recente pode ser atribuído à pressão social e acadêmica por maior diversidade e inclusão nas mídias, refletindo um movimento global em direção à equidade racial e de gênero. Contudo, mesmo com o aumento na quantidade de estudos que apareceram nas buscas, é evidente que a produção acadêmica focada nas carreiras de jornalistas negros ainda é insuficiente.

A distribuição dos artigos por idioma reflete uma tendência semelhante. Dos 41 trabalhos analisados, 22 são em inglês, 16 em português e 3 em espanhol, o que demonstra que independentemente do idioma, ainda são poucos os estudos que abordam diretamente as trajetórias e desafios enfrentados por jornalistas negros.

Quadro 4 - Títulos mais recentes

(continua)

Ano	Autor	Título	Tipo de Arquivo	Idioma
2021	Douglas, Omega	The media diversity and inclusion paradox: Experiences of black and brown journalists in mainstream British news institutions	Artigo	Inglês
2022	Queiroz, Welbert De Sousa	A PELE QUE HABITO: A construção da identidade profissional dos jornalistas negros em Imperatriz - MA	Artigo	Português
2022	Carlos, Diego Silva Souza	Impacto Da Comunicação Antirracista No Jornalismo Cultural Brasileiro	Dissertação	Português

Quadro 4 - Títulos mais recentes

(conclusão)

Ano	Autor	Título	Tipo de Arquivo	Idioma
2022	Tejedor, Santiago; Cervi, Laura; Tusa, Fernanda	Periodismo en contextos de violencia, principales problemas y posibles vías de solución: percepciones de periodistas latinoamericanos	Paper Especialização	Espanhol
2023	Bedingfield, Sid	From Counterpublic to the Mainstream: The New Black Press and the Public Sphere	Artigo	Inglês
2023	Brito, Bruno Castro	A “Terra da Luz” tem preto, sim! Um relato da experiência antirracista do portal Ceará Criolo como ponto de inflexão jornalística	Artigo	Português
2023	Lima, Carla Patricia Serqueira	Racismos nas Trajetórias Escolares e Profissionais de Jornalistas Negras	Tese	Português
2024	Hull, Kevin; Walker, Denetra; Romney, Miles; Pellizzaro, Kirstin	Through Our Prism: Black Television sports Journalists' Work Experiences and interactions with black Athletes	Artigo	Inglês
2024	Jackson, Tyra L.	Stories that Don't Make the News: Navigating a White Newsroom as a Black Female Reporter.	Artigo	Inglês

Fonte: Autoria própria (2024).

Os autores mais presentes na lista, como R.M. Entman, contribuem para a compreensão das questões de raça na mídia, mas a frequência com que esses temas específicos aparecem na literatura é baixa. Autores brasileiros como Welbert de Sousa Queiroz (2022) e Valmir Teixeira de Araújo (2021) abordam essas questões recentemente, mas a quantidade de estudos focados exclusivamente em jornalistas negros e negras é ainda limitada para uma avaliação abrangente e aprofundada de suas carreiras.

Para ilustrar ainda melhor essa premissa, podemos analisar a quantidade dos títulos a partir dos temas centrais da pesquisa, como a representação dos negros na imprensa, a carreira dos jornalistas em geral e, mais especificamente, a carreira e o perfil dos jornalistas negros. Os números entre parênteses que aparecem ao longo da análise correspondem à numeração dos títulos organizados no Quadro 1, indicando quais estudos abordam cada tema. Esses números servem como guia na identificação dos títulos específicos que tratam de cada eixo temático, facilitando a compreensão dos resultados apresentados.

A análise qualitativa e temática dos resultados revela que a "Representação e Retratação dos Negros na Imprensa" é um tema abordado em 15 dos 41 títulos analisados. Esses estudos

investigam como os negros são representados na mídia, explorando desde a contribuição da imprensa negra para a cidadania até a denúncia de racismo e preconceito. Os títulos que tratam desse eixo específico são os de números 1, 4, 10, 11, 12, 14, 17, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32 e 40, refletindo a importância de entender as dinâmicas de poder e as relações raciais nos meios de comunicação.

O segundo tema central reúne títulos que tratam do “Perfil dos Jornalistas”, em que há a descrição e reconhecimento das condições de trabalho dos jornalistas a partir de estudos demográficos e qualitativos. Nesse tema estão presentes os títulos 3, 5, 6, 7, 8, 9, 15, 20, 27, 29 e 30.

No que se refere à "Carreira dos Jornalistas", 12 dos 41 títulos investigam os desafios enfrentados pelos profissionais do jornalismo em diferentes contextos sociais, políticos e econômicos. São os de números 6, 7, 8, 13, 20, 21, 27, 30, 37, 38, 39 e 41. Esses focam em aspectos como a evolução das carreiras, as dificuldades encontradas no exercício da profissão e as mudanças que afetam o cotidiano dos jornalistas nas redações. Em específico nessa temática central, estão aqueles trabalhos que tratam das "Carreiras de Jornalistas Negros" (11 títulos). Estes materiais destacam as barreiras estruturais e as experiências cotidianas desses profissionais, frequentemente marcadas pela discriminação racial e pela falta de representatividade em cargos de liderança. Os títulos que abordam esse eixo são os de números 2, 7, 10, 15, 19, 22, 28, 29, 34, 35 e 36. Esses estudos examinam como os jornalistas negros lidam com esses desafios e as estratégias que utilizam para superar as dificuldades no ambiente de trabalho.

O que percebemos é que, diante do resultado das buscas pela literatura para esse trabalho, embora haja um crescimento na produção acadêmica relacionada a raça, gênero e jornalismo, especialmente em contextos de língua portuguesa e inglesa, ainda são poucos os estudos que oportunizam uma avaliação aprofundada das carreiras e perfil de jornalistas negros e negras no Brasil. Isso demonstra a necessidade de mais pesquisas focadas nessas trajetórias, para que se possa compreender plenamente as barreiras, desafios e conquistas enfrentadas por esses profissionais no campo jornalístico. Portanto, há um chamado claro para a ampliação desse campo de estudo, que ainda carece de uma representação adequada e justa das experiências dos jornalistas negros.

1.3 ANÁLISE DOS EIXOS TEMÁTICOS NAS LEITURAS DE REFERÊNCIA

Na discussão que segue, os eixos temáticos foram organizados para proporcionar uma análise mais estruturada das questões abordadas na literatura revisada. O primeiro eixo, "Representação e Retratação dos Negros na Imprensa," foca em como a mídia representa a população negra, explorando tanto as contribuições da imprensa negra para a cidadania, quanto as formas de denúncia de preconceito e racismo. Os textos analisados nesse eixo revelam as dinâmicas de poder e as relações raciais refletidas na cobertura midiática, destacando a importância da imprensa negra como um espaço de resistência e visibilidade para as questões raciais.

O segundo eixo, "Perfil dos Jornalistas," examina as mudanças no perfil profissional dos jornalistas. Esse eixo também aborda as tensões entre a formação acadêmica e as exigências do mercado de trabalho, destacando a necessidade de uma educação contínua que acompanhe as rápidas mudanças no campo.

Por fim, o eixo "Carreira dos Jornalistas" discute os desafios profissionais enfrentados pelos jornalistas em diferentes contextos sociais, políticos e econômicos. A literatura revisada aponta para as dificuldades encontradas na ascensão profissional, as disparidades salariais, e as barreiras impostas por estruturas de poder estabelecidas. Esses textos contribuem para a reflexão sobre as condições de trabalho e as oportunidades de crescimento dentro do jornalismo.

1.4 REPRESENTAÇÃO E RETRATAÇÃO DOS NEGROS NA IMPRENSA

A importância da imprensa negra na promoção da cidadania e na denúncia de injustiças sociais, seguida da questão da diversidade racial nas redações e a influência dessa diversidade nas práticas jornalísticas são temas centrais nos estudos aqui analisados.

A imprensa negra emerge como um elemento de destaque preenchendo lacunas deixadas pela mídia tradicional e oferecendo uma plataforma para vozes marginalizadas. O fato de que a raça dos indivíduos retratados nas notícias afeta as decisões éticas dos jornalistas sublinha a necessidade de maior conscientização e sensibilidade racial entre os profissionais de mídia. A ética jornalística é apresentada como um campo em que a igualdade racial deve ser promovida ativamente para garantir uma cobertura justa e equilibrada.

No Brasil, a imprensa negra desempenhou um papel importante na articulação das vozes e experiências da população afro-brasileira desde o século XIX. Estes veículos de comunicação

surgiram como uma resposta às práticas excludentes da sociedade brasileira e foram fundamentais para a construção de uma identidade coletiva e para a luta por direitos civis e sociais (Santos, 2011). Ao dar voz às demandas e narrativas que frequentemente eram marginalizadas pela grande mídia, a imprensa negra não apenas registrou eventos históricos, mas também impulsionou movimentos sociais e culturais importantes para a comunidade negra. A imprensa negra no Brasil deve ser reconhecida não apenas como um registro histórico, mas como um agente ativo na formação das identidades e na luta por direitos. Ao adotar uma abordagem arqueológica fundamentada por Foucault, Santos (2011) examina as camadas discursivas presentes nos jornais paulistas analisados por Roger Bastide, incluindo "*O Clarim d'Alvorada* (São Paulo, 1924-1932)" na década de 1950, e os periódicos da imprensa negra sul-rio-grandense investigados por Fernando Henrique Cardoso, com destaque para "*O Exemplo* (Porto Alegre, 1892-1960)", objeto da tese de doutorado defendida em 1961.

A análise arqueológica adotada por Santos (2011) não se limita à busca por uma origem única dos discursos, mas foca nas rupturas, nas emergências e nas descontinuidades que configuram as práticas e representações dentro da imprensa negra. Por meio dessa investigação, Santos (2011) revela como esses periódicos serviram não apenas como veículos de comunicação, mas como espaços de resistência e construção de identidades, onde os jornalistas negros articulavam discursos que desafiavam as narrativas hegemônicas sobre raça e identidade no Brasil.

Veículos jornalísticos contemporâneos também são objetos de estudos que observam a articulação de uma identidade racial da imprensa brasileira. Os sites jornalísticos negros *Correio Nagô*, *Mundo Negro*, *Nação Z* e *Ceará Criolo* foram objeto de análise no estudo de Valmir Teixeira de Araujo e Cecilia Maria Krohling Peruzzo (2021), em que examinam a mobilização social e a articulação de temas relacionados à população negra. Esses veículos vão além do simples ato de informar; eles desempenham um papel importante na educação e no empoderamento da população negra. Ao fornecer uma plataforma para vozes marginalizadas, esses meios de comunicação desafiam as narrativas predominantes na mídia tradicional, promovendo uma representação mais diversa e inclusiva (Araujo; Peruzzo, 2021).

As mídias negras digitais, como *Correio Nagô*, *Mundo Negro*, *Nação Z* e *Ceará Criolo*, desempenham um papel crítico na recuperação e valorização das práticas e saberes da população negra. Essas plataformas promovem uma abordagem ao jornalismo que prioriza as experiências e perspectivas negras, seja por meio da cobertura de temas culturais e sociais específicos da comunidade negra ou pela denúncia de desigualdades raciais que são frequentemente ignoradas pela mídia tradicional (Araujo; Peruzzo, 2021). Por exemplo, *Correio*

Nagô tem sido fundamental na articulação de debates sobre a cultura afro-brasileira e políticas públicas voltadas para a população negra, enquanto Mundo Negro destaca histórias de empreendedorismo negro e sucesso na comunidade afrodescendente (Araujo; Peruzzo, 2021). Ao fazer isso, de acordo com os autores, essas mídias contribuem para a construção de uma esfera pública mais inclusiva e representativa, permitindo que vozes historicamente marginalizadas ganhem espaço e sejam devidamente valorizadas, enriquecendo o discurso público com narrativas e epistemologias alternativas (Araujo; Peruzzo, 2021).

Esses veículos de comunicação abordam questões que muitas vezes são negligenciadas ou tratadas superficialmente pela grande mídia. Por meio de reportagens, artigos de opinião, e conteúdos educativos, eles expõem as injustiças sociais, culturais e econômicas enfrentadas pela comunidade negra (Araujo; Peruzzo, 2021). Além disso, os autores destacam como esses veículos celebram as conquistas e a cultura afro-brasileira, reforçando a identidade coletiva e promovendo o orgulho racial.

No artigo *"From Counterpublic to the Mainstream: The New Black Press and the Public Sphere,"* Sid Bedingfield (2023) explora como a imprensa negra emergente tem desafiado e remodelado a narrativa racial nos principais veículos de comunicação dos EUA. Como retrata o autor, desde 2008, jornalistas negros, como Ta-Nehisi Coates e Nikole Hannah-Jones, têm usado suas influências em veículos renomados para trazer à tona questões de justiça racial que historicamente foram marginalizadas. Como Bedingfield (2023) observa, "esses jornalistas representam uma 'nova imprensa negra', que opera dentro dos meios de comunicação de prestígio e traz o jornalismo de defesa da imprensa negra tradicional para a esfera pública."¹ (Bedingfield, 2023, p. 174).

No mesmo sentido, Scolari et al. (2006), no estudo sobre as transformações no perfil profissional de jornalistas pela digitalização dos meios audiovisuais, revelam que jornalismo negro enfrenta novos desafios com o surgimento de campanhas de desinformação e assédio coordenado nas mídias sociais, que, apesar de democratizarem a produção de conteúdo, também ampliam esses riscos. Por um lado, essas plataformas permitem que vozes antes marginalizadas tenham acesso a um público mais amplo e diversificado, promovendo discussões importantes

Esse cenário cria uma dupla faceta na luta pela igualdade racial na mídia. Por um lado, as mídias sociais podem ser poderosas ferramentas de empoderamento e mobilização,

¹ No original: "these Black journalists represents a 'new Black press,' one that operates from within prestige media outlets and brings the advocacy journalism of the traditioal Black 'fighting press' into the mainstream public sphere" (BEDINGFIELD, 2023, p. 174). sobre questões raciais. No entanto, o ambiente digital também facilita a propagação rápida de informações falsas e maliciosas, muitas vezes dirigidas a jornalistas e ativistas negros (Scolari et al, 2006).

permitindo que grupos minoritários se organizem, compartilhem suas experiências e ganhem visibilidade. Por outro lado, a facilidade com que a desinformação pode ser disseminada e o assédio coordenado pode ser realizado colocam em risco a integridade dos jornalistas e das informações que eles produzem (Scolari et al, 2006).

O assédio coordenado nas redes sociais muitas vezes visa silenciar vozes de jornalistas e ativistas negros, minando seus esforços de militância e relativizando sua credibilidade. Esse tipo de assédio não apenas afeta psicologicamente os indivíduos alvo, mas também pode dissuadir outros de se engajarem em atividades similares, criando um efeito de congelamento no discurso público sobre questões raciais (Scolari et al, 2006).

A sub-representação de jornalistas negros em posições de liderança dentro das redações gera como consequência a falta de diversidade nas pautas e nas abordagens jornalísticas, como demonstra o estudo de Entman (1992), "*Blacks in the News: Television, Modern Racism and Cultural Change*". Esse estudo discute como as narrativas midiáticas contribuem para perpetuar formas de racismo moderno, mesmo em um contexto de mudanças culturais.

Diante desse contexto, a forma como os negros são representados na mídia tem um impacto significativo nas percepções públicas e pode tanto aumentar quanto desafiar preconceitos raciais. Entman (1992) destaca que a representação negativa ou estereotipada dos negros nas notícias de televisão contribui para a formação de atitudes racistas entre o público branco, reforçando o racismo estrutural. Esse fenômeno ocorre porque a mídia, ao retratar os negros de maneira estereotipada, contribui para a naturalização de associações negativas, como a criminalidade e a marginalização, com a identidade negra (Entman, 1992).

Quando a mídia opta por mostrar os negros predominantemente em contextos de violência ou pobreza, cria-se uma narrativa que associa esses aspectos diretamente à cor da pele, como revela o estudo de Entman (1994). O autor analisa como as notícias transmitidas nas três grandes redes de televisão dos Estados Unidos (ABC, CBS, NBC) retratam os negros, realizando a análise em dois conjuntos de dados principais: um conjunto de amostras de 30 dias de gravações de programas noturnos de notícias das três redes, realizado nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1990, e um conjunto de transcrições completas do programa noturno da ABC News nos períodos de janeiro a junho de 1990, e julho a dezembro de 1991. Ele destaca que os negros são frequentemente retratados de maneira estereotipada e menos variada em comparação com os brancos, o que contribui para a formação de impressões distorcidas sobre a comunidade negra.

Isso não apenas distorce a realidade vivida por muitos indivíduos negros, mas também influencia o público a internalizar esses estereótipos. Essa representação unilateral contribui

para o racismo estrutural ao reforçar a ideia de que certos comportamentos e situações são inerentes a determinadas raças, justificando, muitas vezes de forma implícita, o tratamento desigual e as políticas discriminatórias (Entman, 1994).

Além disso, estereótipos na mídia alimentam a manutenção de preconceitos raciais. O público branco, ao ser constantemente exposto a essas representações negativas, pode desenvolver e fortalecer atitudes racistas, acreditando que, como afirma Entman (1992), suas percepções são baseadas em fatos e não em construções midiáticas tendenciosas. Entman (1994) argumenta que a cobertura equilibrada e justa dos negros na mídia é essencial para desafiar esses preconceitos.

Como revela o estudo "*Race and Ethical Reasoning: The Importance of Race to Journalistic Decision Making*" de Coleman (2003), a raça dos indivíduos retratados nas notícias afeta significativamente as decisões éticas dos jornalistas, muitas vezes levando a um tratamento desigual e a uma cobertura enviesada, pois os jornalistas podem, consciente ou inconscientemente, reproduzir os preconceitos prevalentes na sociedade (Coleman, 2003). Ademais, a pressão para que se conformem às normas predominantes nas redações pode criar um ambiente em que jornalistas negros se sentem compelidos a evitar temas raciais ou a tratar esses assuntos de maneira superficial, e essa conformidade às normas estabelecidas maximiza uma cultura de invisibilidade e silenciamento das questões raciais, principalmente quanto a mulheres negras (Watzko e Christofolletti, 2019). Isso é evidenciado pelo estudo "Mulheres negras nos jornais: exclusão, gênero e etnia" de Rogério Christofolletti e Roberta Cunha Watzko, publicado em 2019. O estudo analisa como a mídia consolida estereótipos e negligencia as experiências e perspectivas das mulheres negras.

Os reflexos desses estereótipos são visíveis até mesmo dentro das redações, onde a discriminação racial é um constante desafio. A dinâmica das redações frequentemente reflete estruturas de poder que marginalizam vozes não hegemônicas, criando um ambiente de trabalho desafiador (Jackson, 2022). A exemplo disso, Tyra L. Jackson (2022), em seu artigo "*Stories that Don't Make the News: Navigating a White Newsroom as a Black Female Reporter*", oferece um relato de sua experiência como jornalista negra em uma redação predominantemente branca no sul dos Estados Unidos. Jackson (2022) utiliza a teoria crítica da raça e a autoetnografia para explorar como a cultura e as ações de redações brancas podem afetar negativamente as jornalistas negras. Ela descreve episódios de *bullying* e a falta de reconhecimento por parte da gestão, destacando como essas práticas contribuem para a exclusão e marginalização.

Jackson (2022) evidencia a necessidade de uma abordagem crítica para entender e abordar as desigualdades raciais nas redações. A teoria crítica da raça destaca que o racismo está embutido nas estruturas institucionais, e essa realidade se reflete na forma como as histórias são atribuídas e cobertas nas redações. Estudos anteriores, como o de Pritchard e Stonbely (2007), também demonstram que jornalistas negros são frequentemente designados para cobrir questões de minorias, enquanto jornalistas brancos são alocados para cobrir tópicos de poder, como negócios e governo. Essa segregação nas atribuições de pauta reforça a hierarquia racial existente e limita as oportunidades de avanço para jornalistas negros.

Muitas vezes, os jornalistas negros são designados para cobrir questões raciais. O estudo "*Racial Profiling in the Newsroom*" (2007), de David Pritchard e Sarah Stonbely, evidencia isso. Esse estudo examina como as práticas de "*racial profiling*" podem ocorrer dentro das redações jornalísticas, influenciando a forma como notícias sobre diferentes grupos raciais são produzidas e veiculadas.

Pritchard e Stonbely (2007) conduziram uma pesquisa em redações de diversos jornais nos Estados Unidos para entender como os jornalistas negros são designados para cobrir determinados temas, particularmente questões raciais. Eles examinaram a distribuição de pautas entre jornalistas negros e brancos, comparando as áreas de cobertura atribuídas a cada grupo. A análise incluiu a revisão de registros internos de redações, entrevistas com jornalistas e editores, além de um levantamento dos tipos de matérias que os jornalistas negros estavam cobrindo em comparação com seus colegas brancos. Essa abordagem permitiu que Pritchard e Stonbely identificassem padrões de segregação temática nas designações de pauta, evidenciando como os jornalistas negros eram frequentemente direcionados para coberturas que tratavam de questões raciais, o que, segundo eles, perpetuava uma forma de "perfil racial" dentro das redações.

Essa abordagem pode impedir que esses profissionais se envolvam com uma variedade mais ampla de assuntos, o que é fundamental para o desenvolvimento de suas habilidades e para alcançar posições de maior destaque dentro das organizações de mídia. A especialização forçada em temas raciais pode reforçar estereótipos sobre a competência dos jornalistas negros, sugerindo que eles são mais adequados para cobrir apenas certos tipos de histórias (Pritchard e Stonbely, 2007).

Essa perspectiva demonstra desafios persistentes, como a sub-representação de jornalistas negros em cargos de liderança e a pressão para conformar-se às normas predominantes, que muitas vezes ignoram ou marginalizam questões raciais. Essa falta de diversidade em posições de liderança limita a capacidade das redações de incorporar

perspectivas variadas e pode levar a uma cobertura desequilibrada e parcial. Quando jornalistas negros não ocupam cargos de decisão, há uma tendência maior de que suas vozes e preocupações sejam negligenciadas, resultando em uma abordagem editorial que não reflete adequadamente a diversidade da sociedade (Entman, 1992).

Outro exemplo que ilustra esse cenário é o estudo de Hull et al. (2024), sobre a cobertura midiática de atletas negros. O estudo investiga as percepções dos jornalistas negros de esporte que trabalham em emissoras de televisão em diferentes regiões dos Estados Unidos. As entrevistas foram realizadas com jornalistas de várias redes de televisão para capturar uma gama diversificada de experiências e contextos profissionais. A pesquisa revela que os jornalistas negros enfrentam discriminação racial e a pressão para se conformar às expectativas raciais, o que pode afetar a maneira como cobrem os atletas negros e os eventos esportivos. Essa pressão pode incluir a expectativa de que se concentrem exclusivamente em questões raciais ou que evitem abordar tópicos considerados controversos pela administração da redação. Essa conformidade forçada pode limitar a diversidade e a profundidade da cobertura jornalística, impedindo que esses profissionais apresentem uma gama mais ampla de perspectivas e análises (Hull et al, 2022).

A discriminação racial enfrentada pelos jornalistas negros na cobertura esportiva também pode impactar a maneira como os atletas negros são retratados na mídia. Em situações em que os jornalistas negros não têm a liberdade para cobrir histórias de forma completa e autêntica, as narrativas sobre atletas negros podem permanecer unidimensionais e estereotipadas (Hull et al, 2022). Isso, conforme o artigo, reforça os preconceitos existentes no público.

A discussão aqui dá luz à importância da mudança nas práticas editoriais e na estrutura das redações, na missão de transformar a maneira como a mídia retrata os negros. É necessário um compromisso contínuo das organizações de mídia com a diversidade e a inclusão, refletido tanto nas políticas internas quanto no conteúdo produzido. A representação justa e equilibrada dos negros na mídia não é apenas uma questão de ética profissional, mas também um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.4.1 Perfil dos Jornalistas

Nesta seção, são apresentados estudos que tratam o perfil dos jornalistas, considerando a importância de delimitar quem são esses profissionais para compreender a realidade do campo

jornalístico. Para entender o perfil do jornalista, é necessário analisar os desafios e oportunidades que eles enfrentam no exercício da profissão. Inicialmente, abordamos estudos encontrados em nossa revisão bibliográfica que tratam do perfil dos jornalistas de forma geral, explorando as características comuns e as dinâmicas que moldam a prática jornalística contemporânea. Em seguida, abordamos especificamente os jornalistas negros, examinando as particularidades de suas trajetórias, os desafios únicos que enfrentam e as barreiras estruturais presentes no mercado de trabalho.

Para ampliar essa discussão sobre o perfil dos jornalistas, passamos a examinar estudos focados em contextos específicos, onde as particularidades culturais, políticas e sociais que influenciam diretamente a prática jornalística. Um exemplo disso são os jornalistas marroquinos que, conforme a pesquisa de El Kadoussi (2020), enfrentam a autocensura como uma prática sistematicamente normalizada. O estudo "*The Perception of Self-Censorship Among Moroccan Journalists*" (2020) de Abdelmalek El Kadoussi, utilizou uma abordagem qualitativa para investigar as percepções dos jornalistas marroquinos sobre a autocensura.

A pesquisa foi conduzida através de entrevistas semiestruturadas com um grupo de jornalistas que trabalham em diferentes meios de comunicação no Marrocos, incluindo impressos, rádio, televisão e mídia digital. El Kadoussi (2020) selecionou jornalistas de várias idades, níveis de experiência e posições dentro das organizações de mídia para obter uma perspectiva ampla sobre a questão da autocensura. As entrevistas focaram em entender como os jornalistas definem a autocensura, os fatores que influenciam suas decisões de autocensura e os impactos dessas práticas em seu trabalho e na liberdade de imprensa. Além das entrevistas, El Kadoussi também analisou o contexto sociopolítico do Marrocos, examinando como a estrutura de controle e regulação da mídia no país influencia a prática da autocensura entre os jornalistas.

Desde a privatização da imprensa nos anos 1990, a cobertura crítica de assuntos sensíveis diminuiu significativamente, comprometendo tanto a qualidade do conteúdo quanto as responsabilidades sociais da imprensa (El Kadoussi, 2020). A pesquisa mostra que os jornalistas no Marrocos estão cientes dos riscos associados à reportagem crítica e frequentemente se autocensuram para evitar represálias, motivados por fatores institucionais, sociopolíticos e econômicos. Fatores institucionais incluem a antecipação das reações dos superiores e as limitações infraestruturais para a realização de reportagens investigativas. Além disso, considerações sociopolíticas desempenham um papel significativo, com os jornalistas evitando publicar histórias que possam ser interpretadas como uma ameaça à segurança nacional ou prejudicar a imagem do Marrocos no exterior (El Kadoussi, 2020).

A situação na Índia também apresenta desafios. A corporativização e a influência política são questões predominantes, com práticas como "*paid news*" (notícias pagas) comprometendo a integridade jornalística (Ramaprasad; Gudipaty; Vemul, 2015). Os jornalistas indianos enfrentam a pressão para produzir conteúdo rapidamente devido à influência da tecnologia, ao mesmo tempo em que lutam por liberdade editorial e autonomia. A resistência ao controle governamental é um tema central, com muitos jornalistas expressando um desejo por maior liberdade editorial, embora aceitem certas restrições em nome da segurança nacional (Ramaprasad; Gudipaty; Vemul, 2015).

A convergência digital tem desempenhado um papel central na remodelação do campo jornalístico, alterando significativamente o perfil e as competências exigidas dos jornalistas contemporâneos. No estudo "*Convergencia Digital: Nuevos perfiles profesionales del periodista*", Rubio e Ayala (2014) destacam como a digitalização dos meios de comunicação criou a necessidade de profissionais multifacetados. Os jornalistas atualmente não apenas reportam notícias, mas também manejam diversas plataformas e tecnologias, demonstrando habilidades em multimídia, gestão de redes sociais e produção de conteúdo digital. Esse cenário impõe uma adaptação constante, onde a capacidade de aprender e incorporar novas tecnologias se tornou uma ferramenta de importante no campo jornalístico (Rubio; Ayala, 2014).

A pesquisa de Carlos Alberto Scolari, Josep Lluís Micó, Héctor Navarro e Hugo Pardo, no artigo "El Periodista Polivalente. Transformaciones en el Perfil del Periodista a partir de la Digitalización de los Medios Audiovisuales Catalanes" (2008), complementa essa visão ao analisar as transformações no perfil profissional do jornalista em Cataluña devido à digitalização dos meios audiovisuais. O estudo revela que a digitalização impôs uma nova polivalência ao jornalista, que agora deve ser capaz de operar câmeras, editar vídeos e gerenciar conteúdo digital. Este perfil polivalente exige uma formação abrangente e uma capacidade de adaptação rápida às novas ferramentas e plataformas, evidenciando a necessidade de um jornalista que domine múltiplas habilidades técnicas além da tradicional escrita (Scolari, 2008).

María Arroyo Cabello, em seu artigo "*Aproximación al Perfil del Periodista en la Postmodernidad*" (2011), também discute os fatores que modificaram o papel do jornalista na era digital. Ela descreve o novo perfil de jornalista como alguém que precisa ser versátil e estar constantemente atualizado com as novas tecnologias. A digitalização não apenas alterou as habilidades necessárias para o jornalismo, mas também redefiniu o conceito de tempo e espaço no campo, permitindo que jornalistas transmitam informações em tempo real para audiências globais (Cabello, 2021).

As mudanças tecnológicas e a digitalização são fatores centrais na redefinição do perfil do jornalista (Cabello, 2021). A crítica central desse tópico é a urgência de uma formação contínua e atualizada que acompanhe as rápidas mudanças no campo jornalístico (Cabello, 2021). Com as informações desse eixo temático e os artigos discutidos, é possível abordar e questionar a multifuncionalidade e a adaptabilidade do perfil profissional dos jornalistas. Dentro da totalidade do que é a realidade que molda o perfil de jornalistas, considerar as especificidades dos jornalistas negros nos arremete à necessidade de uma análise das dinâmicas de raça e etnia. Essa abordagem permite identificar como as particularidades raciais influenciam perfis, desafios e oportunidades desses profissionais, revelando assim as nuances que diferenciam suas experiências das vividas por outros jornalistas.

Os desafios enfrentados pelos jornalistas variam conforme o contexto político, econômico e social de cada país, mas revelam padrões similares de adversidades e pressões que moldam a prática jornalística. Em Uganda, por exemplo, como descrito por Mwesige (2004), os jornalistas lidam com um ambiente de trabalho precário, caracterizado por baixos salários, falta de recursos e constante repressão governamental. O estudo realizado por Peter G. Mwesige é um estudo de perfil que traça um panorama demográfico e atitudinal dos jornalistas ugandenses no início do Novo Milênio. Baseado em uma pesquisa nacional realizada em 2001, o estudo utilizou questionários auto-administrados aplicados a uma amostra sistemática e aleatória de jornalistas, selecionados de uma lista nacional de aproximadamente 550 profissionais. Foram enviados 140 questionários, dos quais 101 foram retornados, resultando em uma taxa de resposta de 72% (Mwesige, 2004).

O estudo explora aspectos como condições de trabalho, formação educacional, percepções de papel e as principais limitações à liberdade jornalística, fornecendo um perfil abrangente dos jornalistas no contexto específico de Uganda (Mwesige, 2004). O estudo revela que a vigilância e a intimidação são práticas comuns, criando um clima de medo que leva à autocensura. Apesar dessas adversidades, muitos jornalistas ugandeses permanecem comprometidos com o jornalismo como uma ferramenta de advocacia e vigilância, essencial para a democracia e para a promoção da transparência e da justiça social (Mwesige, 2004).

As motivações para a autocensura variam, incluindo a antecipação das reações dos superiores, a proteção contra represálias governamentais, a manutenção de relações financeiras e a percepção das expectativas do público (Mwesige, 2004). Essa prática compromete a integridade jornalística e a capacidade dos meios de comunicação de desempenharem seu papel de vigilância e promoção da democracia. A autocensura, enquanto mecanismo de sobrevivência em ambientes de repressão, resulta em uma imprensa menos crítica e menos eficaz em sua

função de responsabilização (Mwesige, 2004). A falta de liberdade para abordar temas sensíveis e críticos limita o potencial do jornalismo de atuar como um agente de mudança e defesa da justiça social. Os jornalistas, apesar de seu compromisso com a profissão e com a democracia, são forçados a navegar em um campo minado por ameaças e pressões, comprometendo a qualidade e a profundidade das reportagens (Mwesige, 2004).

O estudo de Omega Douglas, *“The Media Diversity and Inclusion Paradox: Experiences of Black and Brown Journalists in Mainstream British News Institutions”* (2021), explora as contradições vividas por jornalistas negros e pardos na mídia britânica. Apesar das promessas institucionais de promover diversidade, essas iniciativas frequentemente não correspondem às experiências reais desses profissionais. Com base em entrevistas com 26 jornalistas não-brancos, o estudo identifica padrões persistentes de discriminação e exclusão, mesmo diante dos esforços para aprimorar a diversidade. Esse estudo revela que dentro do mercado de trabalho, jornalistas negros são frequentemente designados para cobrir assuntos especificamente relacionados à sua raça ou etnia, como questões de desigualdade racial e eventos culturais (Douglas, 2021). Embora essas pautas sejam importantes, a limitação de suas atribuições a esses temas específicos resulta na subutilização de suas habilidades e conhecimentos em outras áreas do jornalismo, perpetuando estereótipos raciais e restringindo suas oportunidades de avanço na carreira. Além disso, a contribuição dos jornalistas negros em campos como política, economia, esportes e assuntos internacionais é frequentemente desvalorizada ou ignorada, frustrando esses profissionais e reforçando a dinâmica de exclusão e subestimação de suas competências (Douglas, 2021).

Nos Estados Unidos, os jornalistas negros enfrentam desafios significativos no ambiente de trabalho, mesmo com as proteções legais instituídas após o Movimento dos Direitos Civis. Somani e Hopkinson (2018) revelam que esses jornalistas frequentemente sentem a necessidade de suprimir ou até mesmo apagar sua identidade negra para se conformar aos padrões hegemônicos brancos, que ditam normas sobre cultura, aparência, idade, sexualidade e classe. Essa conformidade é vista como a única rota para o avanço na carreira, resultando em custos significativos, incluindo danos psicológicos e físicos (Somani e Hopkinson, 2018).

A metodologia qualitativa utilizada por Somani e Hopkinson (2018), baseada em entrevistas em profundidade com 23 jornalistas negros que trabalham em grandes redes de televisão nos Estados Unidos, busca evidenciar que a autocensura é uma prática comum. Esses profissionais frequentemente evitam assuntos que possam ser vistos como ameaçadores para a harmonia social ou para a segurança nacional. A conformidade a esses padrões institucionais,

sociopolíticos e econômicos resulta em uma cobertura jornalística que muitas vezes perpetua estereótipos raciais em vez de desafiá-los. Além disso, desafios relacionados à aparência física, como a pressão para alisar os cabelos, impõem um custo significativo, exacerbando as dificuldades enfrentadas por jornalistas negros, especialmente as mulheres (Somani e Hopkinson, 2018).

A questão do "colorismo" também é explorada no estudo, que demonstra como a preferência por tons de pele mais claros afeta as oportunidades de emprego e avanço na carreira dos jornalistas negros (Somani e Hopkinson, 2018). Aqueles com pele mais clara tendem a ter mais sucesso em posições de destaque na televisão, enquanto os de pele mais escura frequentemente trabalham nos bastidores. Esse fenômeno reflete preconceitos profundamente enraizados na sociedade dos Estados Unidos, que associam tons de pele mais escuros a qualidades negativas e criminalidade (Somani e Hopkinson, 2018).

As pesquisas relacionadas à questão racial no mundo do trabalho começaram a surgir no Brasil a partir dos anos 2000, principalmente oriundas das Ciências Sociais. De acordo com Nonato e Santiago (2022), que basearam suas análises no recorte racial da pesquisa "Perfil do Jornalista Brasileiro" de 2021, no campo do jornalismo, questões raciais e de gênero começaram a ser abordadas em pesquisas voltadas para o perfil da categoria, realizadas a partir de 2012. Essas pesquisas apontaram que apenas 10% dos jornalistas nas redações brasileiras eram negros e pouco mais de 50% eram mulheres (Mick; Lima, 2013 apud Nonato; Santiago, 2022).

O estudo de Pontes (2017), baseado nos resultados do Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013), destaca que a maioria das mulheres jornalistas no Brasil ganha até cinco salários mínimos, enquanto uma proporção maior de homens está na faixa de renda superior. Essa desigualdade salarial é evidente em todas as funções jornalísticas, incluindo produtoras, repórteres, fotojornalistas e cargos de gestão, onde os homens dominam as posições de maior prestígio e remuneração. Além disso, as mulheres têm menos acesso a benefícios como plano de saúde, participação nos lucros e auxílio para qualificação.

A pesquisa de Pontes (2017) também revela que as mulheres negras e pardas enfrentam ainda mais dificuldades, recebendo salários inferiores em comparação com homens e mulheres brancos. Isso reflete uma dupla discriminação baseada em gênero e raça, acentuando a necessidade de políticas que abordem ambas as questões simultaneamente (Pontes, 2017). Outro aspecto importante é a jornada de trabalho. Homens e mulheres têm cargas horárias semelhantes, mas as mulheres continuam a ganhar menos, o que indica que a desigualdade não se deve à diferença de horas trabalhadas, mas a questões estruturais de gênero. Mesmo nas

grandes empresas de mídia, com maior simetria na presença de homens e mulheres, a disparidade salarial persiste, com uma proporção maior de homens recebendo altos salários (Pontes, 2017).

A pesquisa de Nonato e Santiago (2022) destacou a sub-representação das mulheres negras nas redações, que constituem apenas 36,60% dos profissionais, apesar de representarem 51,80% da população brasileira. Os jornalistas negros relataram, ainda, que suas carreiras são marcadas por dificuldades adicionais devido à combinação de racismo e machismo, com as mulheres negras enfrentando desafios específicos relacionados ao preconceito de gênero e cor. As entrevistas revelaram que 85% das jornalistas negras identificaram uma combinação perversa de racismo e machismo em suas experiências profissionais (Nonato; Santiago, 2022).

Além disso, a precarização do trabalho entre os jornalistas negros, com alta rotatividade de empregos e uma predominância de contratos temporários e informais. Apenas 43,6% dos jornalistas negros possuem carteira assinada, e 52,7% passaram por dois a cinco empregos ao longo de suas carreiras (Nonato; Santiago, 2022).

A mídia, como principal empregadora dos jornalistas negros, ainda não reflete a diversidade racial da sociedade brasileira. A maioria dos jornalistas negros ocupa funções operacionais, como repórter (37,3%), enquanto apenas uma minoria está em cargos de chefia (Nonato; Santiago, 2022).

Em relação à saúde, 69,5% dos jornalistas negros se sentem estressados no trabalho, e 22,8% foram diagnosticados com algum transtorno mental relacionado ao trabalho. Além disso, 31,5% já sofreram ataques ou ameaças virtuais devido ao seu trabalho (Nonato; Santiago, 2022).

A pesquisa de Nonato e Santiago (2022) evidencia a necessidade de continuar e expandir as políticas públicas de inclusão e diversidade no mercado de trabalho jornalístico, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o avanço de jornalistas negros e negras em suas carreiras. A luta por igualdade racial no jornalismo brasileiro é contínua, e os dados coletados reforçam a importância das ações afirmativas para diminuir as desigualdades estruturais existentes.

Apesar desses desafios, a luta por uma maior representatividade e igualdade continua. O aumento da presença de jornalistas negros nas redações é um passo importante, mas insuficiente para garantir uma verdadeira inclusão. Políticas públicas de inclusão e diversidade são essenciais para promover não apenas o acesso, mas também a permanência e o avanço desses profissionais em suas carreiras.

Diante do que foi discutido é possível afirmar que o perfil do jornalista negro no Brasil é caracterizado por uma presença crescente nas redações, mas ainda enfrentando significativos

desafios estruturais. A precarização do trabalho, a sub-representação em cargos de liderança, a discriminação racial e os obstáculos socioeconômicos são realidades que moldam a experiência desses profissionais. A busca por igualdade e inclusão continua sendo uma prioridade para transformar verdadeiramente o cenário jornalístico.

1.5 CARREIRA DOS JORNALISTAS

O conceito de carreira tem sido amplamente discutido em diferentes áreas do conhecimento, refletindo sua complexidade e as diferentes conotações que assume em função do contexto social e histórico (Silva, 2017). Originalmente, a carreira era vista como uma responsabilidade individual, onde o sucesso dependia exclusivamente dos esforços da pessoa. Essa visão, no entanto, foi ampliada ao longo do tempo, passando a incluir a influência das organizações, que também começaram a desempenhar um papel importante na trajetória profissional dos indivíduos (Martins, 2001 apud Silva, 2017).

O conceito de carreira, conforme definido por London e Stumph (1982 apud Silva, 2017), envolve a sequência de posições ocupadas ao longo da vida, refletindo tanto as necessidades e aspirações dos indivíduos quanto as expectativas das organizações e da sociedade. Esse entendimento sugere que a carreira é um processo dinâmico e contínuo, marcado por transições e ajustes, onde o indivíduo deve refletir sobre suas experiências e o contexto ao seu redor para direcionar seu desenvolvimento profissional de forma eficaz.

No entanto, com as transformações sociais e econômicas, especialmente a partir da década de 1970, surgiu uma nova abordagem de carreira, conhecida como "Carreira sem Fronteiras" (Silva, 2017). Essa perspectiva enfatiza a mobilidade interorganizacional e a autonomia do indivíduo na gestão de sua carreira, permitindo que as pessoas transitem não apenas entre diferentes organizações, mas também entre diversas ocupações e até países (Guedes, 2009 apud Silva, 2017). Essa mudança reflete a necessidade de adaptação às novas realidades do mercado de trabalho, onde a flexibilidade e a busca por significado na vida profissional se tornaram mais importantes do que a estabilidade e a progressão linear características do modelo tradicional de carreira (Chanlat, 1995 apud Silva, 2017).

No Brasil, a realidade dos jornalistas nas últimas duas décadas tem sido moldada por uma série de transformações sociopolíticas e econômicas, além das rápidas mudanças tecnológicas. A pesquisa de Mick e Kikuti (2020) mostra uma transformação no perfil dos jornalistas brasileiros, com uma crescente feminização e rejuvenescimento da profissão. No

entanto, a presença de pessoas negras na profissão ainda é desproporcionalmente baixa, refletindo as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. A crise econômica levou ao fechamento de muitos postos de trabalho na mídia e na academia, forçando muitos jornalistas a deixarem a profissão ou a buscarem emprego fora das organizações jornalísticas tradicionais, como em assessorias de imprensa e produção de conteúdo (Mick e Kikuti, 2020).

As condições de trabalho dos jornalistas brasileiros foram analisadas por Mick e Kikuti em 2020 sob a perspectiva da precarização, intensificada pela crise e pela pandemia. A convergência digital contribuiu para a multifuncionalidade e a multimidialidade, aumentando a carga de trabalho sem acréscimo salarial. Essa pesquisa longitudinal destacou que a porcentagem de jornalistas que se afastaram da profissão aumentou significativamente, com as mulheres enfrentando condições de trabalho ainda piores, acumulando mais atividades e recebendo salários menores do que os homens. As desigualdades estruturais da sociedade brasileira, como gênero, raça, classe e território, têm um impacto significativo no exercício profissional dos jornalistas.

Embora a presença quantitativa das mulheres nas redações seja evidente, essa paridade numérica não se traduz necessariamente em igualdade de oportunidades e tratamento (Christofolletti e Watzko, 2009). A ocupação de cargos de chefia por mulheres, por exemplo, muitas vezes cria uma falsa sensação de igualdade conquistada. A verdadeira equidade se alcança apenas quando a cultura organizacional do jornalismo reflete valores de igualdade de gênero, indo além de uma mera comparação entre os sexos biológicos e focando nas relações de poder generificadas (Veiga, 2012 apud. Bandeira, 2019). A análise de gênero no jornalismo não deve ser limitada a uma simples diferenciação entre homens e mulheres. Em vez disso, deve incluir a compreensão das relações de poder generificadas que permeiam as práticas e rotinas jornalísticas.

Os jornalistas enfrentam a necessidade de adaptações contínuas e estratégias de defesa da identidade profissional, à medida que os jornalistas enfrentam novas demandas e desafios em um cenário midiático em constante evolução. A tese de doutorado de Luciane Fassarella Agnez intitulada "Identidade profissional no jornalismo brasileiro: a carreira dos correspondentes internacionais," (2014) evidencia isso. Esse estudo investiga a identidade profissional dos jornalistas brasileiros que atuam como correspondentes internacionais e a autora explora como esses profissionais percebem sua carreira, as influências culturais e organizacionais que moldam suas práticas e a forma como eles constroem sua identidade no cenário internacional. A pesquisa inclui entrevistas com correspondentes, análise de suas trajetórias profissionais e reflexões sobre as mudanças no jornalismo internacional,

especialmente no contexto brasileiro. O estudo revela que as transformações tecnológicas e empresariais impõem desafios, mas também oferecem novas oportunidades para os jornalistas se adaptarem e continuarem a desempenhar um papel essencial na cobertura de notícias (Agnez, 2014).

A carreira do jornalista tem passado por grandes transformações a partir da convergência digital. Essa questão é explorada no estudo *"Convergencia Digital: Nuevos perfiles profesionales del periodista"* (2014) de Andrés Barrios Rubio e William Ricardo Zambrano Ayala, que foi conduzido em 2014 e analisa os impactos da convergência digital sobre a carreira dos jornalistas. O desenvolvimento das TIC e a emergência dos cibermedios alteraram as rotinas tradicionais de trabalho, os métodos de produção e distribuição de notícias e até a forma como o público consome informação (Barrios Rubio; Zambrano Ayala, 2015).

Já quanto a carreira de jornalistas negros, podemos apontar que tem sido marcada por um histórico de lutas por reconhecimento e avanço em uma indústria que frequentemente os marginaliza (Lima, 2023). A tese de Carla Patrícia Serqueira Lima, *"Racismo nas Trajetórias Escolares e Profissionais de Jornalistas Negras"* (2023), trabalha as dimensões de raça e gênero e demonstra que os desafios profissionais que acometem jornalistas pelo fator racial começam desde cedo. O estudo examina os impactos do racismo estrutural nas trajetórias escolares, acadêmicas e profissionais de jornalistas negras no Brasil. A autora contextualiza que desde a escravidão, ideologias racistas e sexistas têm moldado as relações sociais, limitando as possibilidades de ascensão da população negra, especialmente das mulheres negras. Essa exclusão é perpetuada por um acúmulo histórico de privilégios da população branca, o que mantém a baixa presença de negros nos quadros profissionais do jornalismo (Lima, 2023).

As narrativas das entrevistadas são contextualizadas socioculturalmente, destacando as interseções de raça, gênero e classe que moldam suas trajetórias no campo do jornalismo brasileiro. A análise das entrevistas foi conduzida de maneira a oferecer uma compreensão de como o racismo sistêmico influencia suas trajetórias profissionais e educacionais. O estudo demonstrou que apesar do crescimento de jornalistas negras, as condições em que exercem a profissão são precárias, refletindo um mercado de trabalho que ainda discrimina com base na cor da pele (Lima, 2023).

A presença de jornalistas negros e negras ainda é escassa nas redações brasileiras, especialmente em posições de destaque. Como tratado por Isabel Cristina Clavelin da Rosa, no estudo intitulado *"Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil"* (2016). A pesquisa de Rosa (2016) se caracteriza por investigar as formas simbólicas e discursivas que envolvem a

profissão do jornalismo no Brasil, com especial ênfase nas questões de raça e gênero. A autora utiliza a hermenêutica de profundidade para desvelar camadas mais profundas dos significados atribuídos ao jornalismo e como esses significados são influenciados pelas relações de poder associadas a raça e gênero. Além disso, o conceito de "parresia" como sendo a prática do discurso verdadeiro e corajoso em contextos de poder, é central para a análise, pois a autora examina como jornalistas, especialmente aqueles pertencentes a grupos marginalizados, navegam entre a responsabilidade de dizer a verdade e as pressões institucionais. A pesquisa foi conduzida com entrevistas norteadas por eixos temáticos específicos relacionados à identidade profissional dos jornalistas, com um enfoque particular nas questões de raça e gênero. Ao todo, 21 jornalistas foram entrevistados, abrangendo diferentes perfis de gênero e raça, e busca evidenciar uma variedade de experiências e trajetórias profissionais no jornalismo brasileiro.

Os resultados da pesquisa de Rosa (2016) dão a entender que a falta de representatividade racial e de gênero reflete as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, onde o racismo e o sexismo são perpetuados tanto de forma explícita quanto implícita. Em muitas redações, a distribuição das pautas reforça estereótipos de gênero, com mulheres frequentemente direcionadas para coberturas consideradas "menos importantes", como cultura e comportamento, enquanto áreas como política e economia são dominadas por homens. Essas desigualdades são sustentadas por estruturas de poder que operam dentro das redações, onde práticas discriminatórias muitas vezes são naturalizadas e legitimadas (Rosa, 2016) .

Streitmatter (1993), em "*African-American Women Journalists and Their Male Editors: A Tradition of Support*", destaca que, embora algumas jornalistas afro-americanas tenham recebido apoio de editores masculinos que mitigaram algumas dificuldades, o racismo e o sexismo estruturais ainda limitam significativamente o pleno potencial dessas profissionais. O estudo conduzido por Rodger Streitmatter foi publicado em 1993, e a análise abrangeu as experiências de jornalistas afro-americanas do final do século XIX ao início do século XX. As jornalistas analisadas, como Gertrude Bustill Mossell, Delilah Beasley, e Ida B. Wells, tiveram suas carreiras principalmente entre as décadas de 1870 e 1950. Marvel Cooke, por exemplo, atuou em publicações em Nova York entre as décadas de 1920 e 1950. Lucile Bluford trabalhou no *Kansas City Call* desde os anos 1930 até meados do século XX, e Ethel Payne teve sua carreira de destaque a partir dos anos 1950 (Streitmatter, 1993). A pesquisa foi conduzida através da revisão de fontes históricas e documentos de época, incluindo relatos orais e materiais arquivísticos, para reconstruir as trajetórias dessas mulheres e suas relações de apoio com seus editores masculinos ao longo desses períodos.

O estudo de Streitmatter (1993) evidencia uma situação presente até hoje na carreira de jornalistas negras, a questão da falta de oportunidades de promoção que impede o avanço para cargos de liderança, refletindo a resistência institucional em valorizar suas contribuições (Jackson, 2022). Além disso, os salários mais baixos indicam uma disparidade de valor atribuída ao trabalho dessas profissionais, contribuindo com a desigualdade econômica e profissional (Jackson, 2022).

Além das questões estruturais, as microagressões no ambiente de trabalho são um desafio constante. Essas pequenas indignidades, refletindo preconceitos raciais subjacentes, criam um ambiente de trabalho desmoralizante e exaustivo (Jackson, 2022). Tais microagressões, embora sutis, impactam na autoestima e a motivação das jornalistas negras. A cultura predominante nas redações brancas tende a desvalorizar as perspectivas e experiências dessas profissionais, frequentemente limitando suas oportunidades de cobrir uma gama mais ampla de tópicos ou de ascender a posições de liderança.

A percepção de discriminação racial no ambiente de trabalho tem um impacto direto na satisfação no trabalho dos jornalistas negros. Bramlett-Solomon no estudo “*Predictors Of Job Satisfaction Among Black Journalists*” examina os fatores que influenciam a satisfação no trabalho entre jornalistas negros. A pesquisa, realizada com 422 jornalistas negros durante a convenção da *National Association of Black Journalists* (NABJ) em 1988, revela que, em geral, esses profissionais estão satisfeitos com seus empregos, especialmente se percebem que suas organizações desempenham bem o papel de informar o público e se recebem *feedback* positivo de seus superiores. No entanto, a satisfação no trabalho é significativamente menor entre jornalistas negros em comparação com seus colegas brancos, principalmente devido à percepção de discriminação racial e à falta de oportunidades de promoção. O estudo aponta que jornalistas negros que experimentam ou percebem discriminação tendem a relatar níveis mais baixos de satisfação e um maior desejo de deixar a profissão. Isso sugere que criar um ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo não é apenas uma questão de justiça, mas também essencial para a retenção de talentos diversos no campo do jornalismo.

A evolução da imprensa negra é significativa para a promoção da justiça social e da diversidade no discurso público. Bedingfield (2023) argumenta que, ao integrar-se ao *mainstream*, a imprensa negra tem o potencial de alterar as narrativas predominantes e promover maior equidade racial. A imprensa negra, ao promover narrativas que refletem a realidade das desigualdades e injustiças sociais, desempenha um papel na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A análise dos artigos revela que, enquanto todos os jornalistas enfrentam desafios significativos, os jornalistas negros enfrentam barreiras adicionais devido à discriminação racial e à falta de representatividade. É importante que as instituições de mídia implementem políticas inclusivas e equitativas que promovam a diversidade e combatam a discriminação. Além disso, é necessário um compromisso contínuo com a melhoria das condições de trabalho e a proteção da liberdade de imprensa para todos os jornalistas. A promoção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e a valorização das contribuições dos jornalistas negros não são apenas questões de justiça social, mas também essenciais para a produção de um jornalismo mais rico, diversificado e representativo.

A revisão do estado da arte da pesquisa demonstra que a imprensa negra e a representação racial na mídia são temas de grande relevância para a pesquisa jornalística contemporânea, mas ainda são poucos os estudos disponíveis que tratam desse tema principalmente os que realizam estudos sobre carreiras de jornalistas negros e negros. O que fornece uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelos jornalistas, especialmente aqueles de jornalistas negros, e destaca a necessidade de uma maior inclusão e representação na mídia. A precarização do trabalho jornalístico, a necessidade de adaptação às novas tecnologias e as desigualdades estruturais são questões que exigem atenção contínua tanto da academia quanto dos profissionais da área.

As conclusões desta análise sugerem que, embora tenham sido feitos progressos, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar uma representação equitativa e uma prática jornalística verdadeiramente inclusiva. A promoção de políticas públicas que visem a igualdade de oportunidades e a inclusão de vozes diversas nas redações é importante para a construção de um jornalismo mais justo e representativo.

CAPÍTULO 2 - PERFIS E TRAJETÓRIAS DE JORNALISTAS NEGROS NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA (2012–2017-2021)

Neste capítulo, são examinados os principais levantamentos quantitativos sobre o perfil de jornalistas negros e negras no Brasil, abrangendo os anos de 2012, 2017 e 2021. O recorte se apoia nas pesquisas Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013; LIMA; MICK et al., 2022) e no estudo Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (PONTES; MICK, 2023), que oferecem dados sobre características sociodemográficas e condições de trabalho da categoria. O objetivo é compreender como raça, gênero, escolaridade, renda e vínculos empregatícios se articulam na configuração do mercado jornalístico brasileiro.

A análise articula os indicadores obtidos com discussões sobre desigualdade estrutural, precarização e sub-representação, evidenciando de que maneira os jornalistas negros constroem e sustentam suas trajetórias no campo. São abordados temas como a presença em veículos de mídia, em assessorias e em funções docentes, a distribuição etária, a inserção em múltiplas ocupações e as disparidades salariais, destacando permanências e mudanças ao longo da década.

2.1 PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO DE 2012

O perfil dos jornalistas brasileiros, conforme descrito no estudo de Jacques Mick e Samuel Lima (2013), apresenta um panorama sobre a composição demográfica e as condições de trabalho no campo do jornalismo no Brasil em 2012. A pesquisa, que contou com a resposta de cerca de 5 mil profissionais de diversas regiões do país e também do exterior, foi realizada através de uma enquete online e por meios de comunicação como telefone e e-mail, buscando mapear características dos jornalistas em atividade. A partir desse dado, a pesquisa fez a composição de um estudo amostral com 2731 pessoas no Plano de Amostra Nacional. Para a finalidade de deste estudo - dados sobre os jornalistas negros e negras -, será utilizada a base com todas as entrevistas realizadas.

Entre os entrevistados, destaca-se a predominância de mulheres respondentes, que representavam 64% dos profissionais, em contraste com os homens, que correspondiam a 36%. No que se refere à faixa etária, verifica-se que o quadro de respondentes era constituído, em sua maioria, por profissionais jovens, sendo 48% dos entrevistados tinham entre 23 e 30 anos, enquanto apenas 8% tinham mais de 51 anos.

Entre o número total de respondentes da pesquisa, a maioria se declarou branca, totalizando 3.074 pessoas — o equivalente a 72,9% da amostra. Os profissionais negros — somando os que se autodeclararam pretos (213 respondentes) e pardos (767 respondentes) — representavam 23,3% do total, o que corresponde a 980 participantes. Esse número contrasta com a composição racial do Brasil, onde a população negra representa uma parcela substancial, como aponta o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012) com 50,7% da população total sendo negra. Mais especificamente, 7,6% se autodeclararam pretos e 43,1% se autodeclararam pardos, de acordo com o IBGE. A população branca representava 47,7% e os indígenas e amarelos, 0,43% e 1,10% respectivamente (IBGE, 2012). Os jornalistas brancos, por sua vez, constituíam 72% dos profissionais que responderam à pesquisa.

Em relação à distribuição etária, 48,4% dos entrevistados tinham entre 23 e 30 anos. Desses, 25,7% eram negros, o que representa 54,2% da população negra respondente. A segunda faixa mais comum foi entre 31 e 40 anos, reunindo 21,3% dos participantes — sendo 21,9% negros, o que equivale a 19,2% da população negra. Já os jovens entre 18 e 22 anos compunham 11,4% do total, com 23,4% de negros, o que representa 11,2% desse grupo. Entre os profissionais com idades entre 41 e 50 anos, estavam 11% dos respondentes, dos quais 19,7% eram negros, totalizando 9,3% da população negra. Apenas 7,4% tinham entre 51 e 64 anos, sendo 14,2% negros — o equivalente a 5,5% da população negra — e somente 0,5% dos entrevistados estavam acima de 64 anos, com 8,7% de negros, o que representa 0,3% do total de jornalistas negros. Esses dados apontam para uma predominância de profissionais negros nas faixas etárias mais jovens, com participação decrescente nas idades mais elevadas - assim como acontece com os demais estratos da categoria, embora os negros são ainda mais jovens, pois maior peso entre 23 a 30 anos.

Quanto ao nível de instrução, 57,1% dos entrevistados declararam como maior grau de escolaridade o ensino superior (bacharelado ou licenciatura). Desses, 23,9% eram negros, o que representa 58,3% dos jornalistas negros respondentes. A especialização foi indicada por 28,1% do total da amostra, sendo 24,5% negros, o que corresponde a 29,2% da população negra entrevistada. Já o mestrado aparece como grau mais alto para 9,5% dos participantes, entre os quais 18,8% eram negros, o que equivale a 7,6% dos profissionais negros. O doutorado foi indicado por 2,2% dos entrevistados, dos quais 17,2% eram negros, representando 1,5% dos negros respondentes. A titulação de pós-doutorado foi mencionada por 0,4% do total, sendo 5,6% negros, o que equivale a 0,1% da amostra negra. Esses dados revelam que, em comparação com os e as jornalistas brancos, os profissionais negros têm menor escolaridade.

Em relação à formação específica na área, os dados mostram que 91,9% dos entrevistados possuíam graduação em Jornalismo. Desse total, 23,5% eram negros, o que representa 92,3% dos jornalistas negros respondentes. As demais formações aparecem de forma bastante residual: Publicidade e Propaganda corresponde a 0,7% dos respondentes, com 14,8% de negros, o que equivale a apenas 0,6% da população negra entrevistada. Rádio e TV foi indicada por 1,5% do total, dos quais 31,6% eram negros, correspondendo a 1,6% dos negros. Já a área de Audiovisual ou Cinema aparece em 0,2% do total de respondentes, com 55,5% de negros, o que representa 1% dos negros da amostra. Por fim, os cursos classificados como “outras áreas” reúnem 2,9% do total, sendo 13,3% negros, o que equivale a 3,4% da população negra. Esses dados evidenciam a centralidade da formação em Jornalismo na trajetória dos profissionais negros, confirmando a graduação específica como principal via de ingresso na profissão.

Quanto à continuidade dos estudos, 64,2% dos entrevistados afirmaram não estar cursando nenhuma etapa educacional no momento da pesquisa. Desses, 22% eram negros, o que representa 59,3% dos jornalistas negros respondentes. Entre os que estavam cursando ensino superior (bacharelado ou licenciatura), 15% do total de respondentes se encontravam nessa etapa, dos quais 28,7% eram negros, o que corresponde a 36,6% dos profissionais negros entrevistados. Na pós-graduação lato sensu, 13,2% dos jornalistas estavam em cursos de especialização. Desse grupo, 26,4% eram negros, o que equivale a 30,7% da amostra negra. Em relação ao mestrado, 4% dos entrevistados estavam nessa etapa de formação. Dentre eles, 23% eram negros, correspondendo a 8,4% do total de jornalistas negros. Já no doutorado, 2,1% dos entrevistados declararam estar cursando esse nível de formação. Desses, 17,8% eram negros, o que representa 2,7% dos jornalistas negros. Por fim, 0,3% dos respondentes estavam em estágio de pós-doutorado. Entre eles, 14,3% eram negros, o que corresponde a 0,3% da amostra negra. Os dados evidenciam que, embora a maioria dos profissionais negros não estivesse vinculada a cursos formais no momento da pesquisa, os percentuais de continuidade em todos os níveis são próximos ao do conjunto dos entrevistados.

A experiência prática foi analisada a partir da realização de estágio e da participação em programas de *trainee*. No total da amostra, 75,9% dos entrevistados afirmaram ter feito estágio em jornalismo. Desses, 24,5% eram negros, o que corresponde a 80,2% dos jornalistas negros respondentes. Já em relação aos programas de *trainee*, 12,6% do total de entrevistados disseram ter participado dessa modalidade, sendo que 26,9% eram negros, o que representa 14,6% dos profissionais negros entrevistados. Os dados sugerem que, embora a realização de estágio seja uma experiência amplamente vivenciada por jornalistas negros, a entrada em programas de

trainee ainda ocorre de forma mais restrita. Ainda assim, proporcionalmente, os entrevistados negros realizam mais estágios que os dados gerais da categoria.

No que diz respeito à multiplicidade de empregos ou fontes de renda, 58,6% dos entrevistados afirmaram possuir apenas uma ocupação. Desse grupo, 23,2% eram negros, o que representa 58,1% da população negra respondente. Já 21,7% dos entrevistados declararam ter duas fontes de renda, sendo 22,2% negros — o que corresponde a 20,6% dos jornalistas negros. Entre os que acumulavam três atividades profissionais, a proporção geral foi de 5,4%, com 21,2% de negros, o que equivale a 4,7% dos profissionais negros. Apenas 1,3% da amostra relatou ter quatro ou mais empregos, dos quais 16,4% eram negros, representando 1,2% dos negros entrevistados. A ausência de ocupação remunerada foi indicada por 6,5% dos respondentes; desses, 29,3% eram negros, o que equivale a 7,8% da amostra negra. Por fim, 6,5% afirmaram atuar como freelancers, sendo 21,3% negros — o que corresponde a 6% da população negra analisada, indicando um cenário de múltiplas inserções no setor. Os dados da população negra nesse quesito indicam similaridade com o geral da categoria.

A atuação como jornalista ou professor de jornalismo foi confirmada por 75,5% dos entrevistados, dos quais 22,6% eram negros, o que representa 75,2% da população negra respondente. Outros 8,4% do total afirmaram já ter atuado na área, mas se encontram atualmente empregados em outras funções; entre esses, 18,3% eram negros, o que corresponde a 7,2% dos jornalistas negros. Já 3,8% dos entrevistados nunca atuaram diretamente como jornalistas, apesar de estarem empregados, e 17,9% desse grupo eram negros — o que representa 4,2% dos negros respondentes. Há ainda 4,6% da amostra que declarou já ter trabalhado na área, mas atualmente está desempregada; desses, 17,1% eram negros, o que equivale a 4,4% da população negra. Esses dados evidenciam que, embora a maioria dos jornalistas negros esteja atuando na profissão, uma fração considerável encontra-se em processos de transição, afastamento ou exclusão do mercado jornalístico, o que sinaliza barreiras estruturais de permanência na área. Ainda assim, os dados sobre jornalistas negros não diferem em relação ao restante da categoria quanto a estar fora do jornalismo.

Quanto à natureza da atuação profissional, 53,5% dos entrevistados atuavam em veículos de comunicação e produtoras. Desses, 21,2% eram negros, o que representa 50,3% da população negra respondente. Já 41,4% dos participantes declararam exercer funções fora da mídia, em atividades como assessoria de imprensa, comunicação institucional ou gestão pública; entre eles, 25,2% eram negros, o que equivale a 46,2% dos jornalistas negros. Apenas 5,1% da amostra atuava na docência em cursos de Jornalismo, sendo 15,5% negros — o que representa 3,5% da população negra respondente. A expressiva presença de jornalistas negros

em funções fora da mídia tradicional - em assessorias - evidencia não apenas os desafios de inserção e permanência no setor jornalístico, mas também a construção de trajetórias alternativas diante das barreiras estruturais na mídia e principalmente na docência.

É relevante detalhar informações de jornalistas na docência no ensino superior, atuantes na docência totalizam 5,2% da amostra. A análise dos dados raciais deste subgrupo revela que a grande maioria dos docentes era composta por profissionais brancos, que somavam 82,4% dos entrevistados nessa categoria. Já os jornalistas pardos representavam 13,9% dos docentes, e apenas 2,8% identificavam-se como pretos. Esses números apontam para uma baixa diversidade racial entre os jornalistas docentes, especialmente no que se refere à presença de pessoas pretas, o que reflete desafios adicionais em termos de inclusão e pluralidade nos espaços acadêmicos de formação jornalística.

Em relação à jornada de trabalho em funções jornalísticas, 45,8% dos entrevistados atuavam entre 5 e 8 horas por dia. Desses, 23,3% eram negros, o que representa 49,1% da população negra respondente. Já 37,9% da amostra trabalhava entre 8 e 12 horas diárias, sendo 21% negros — o que corresponde a 33,3% dos jornalistas negros. Jornadas de até 5 horas foram mencionadas por 12,1% dos respondentes, entre os quais 25,3% eram negros, o que equivale a 13,6% dos profissionais negros. Demonstra-se uma parcela pequena de profissionais que atuam dentro da jornada de trabalho padrão para jornalistas no Brasil de 5 horas diárias, estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especificamente no artigo 303. Por fim, 4,1% dos entrevistados relataram atuar por mais de 12 horas por dia, sendo 20,7% negros, o que representa 3,8% da amostra negra. Os dados indicam que os e as jornalistas negras trabalham, em média, menos horas do que os entrevistados de modo geral.

A distribuição da renda mensal entre os jornalistas evidencia desigualdades significativas. Cerca de 11,7% dos entrevistados declararam receber entre 1 e 2 salários mínimos. Desse grupo, 24% eram negros, o que corresponde a 12,4% da população negra respondente. Entre os que ganhavam de 2 a 3 salários, que somavam 15,8% do total, 25,5% eram negros, representando 17,8% dos jornalistas negros. Já a faixa entre 3 e 4 salários mínimos abrangeu 16,4%, sendo 22,4% negros — o equivalente a 17,3% dos negros entrevistados. Na faixa de 4 a 5 salários, que correspondeu a 15,1% do total, os negros eram 24,9%, representando 16,7% da amostra negra. A renda entre 5 e 10 salários mínimos foi relatada por 23,5% dos entrevistados, sendo 19,6% negros, o que equivale a 20,5% da população negra. Faixas superiores foram menos frequentes: 8,7% ganhavam entre 10 e 20 salários, dos quais 16,9% eram negros, representando 6,6% da amostra negra; e apenas 2,5% relataram rendimentos acima de 20 salários mínimos, com 23,9% de negros — o que corresponde a 2,7% da população

negra. Essa distribuição aponta baixos salários para a maior parte da categoria e que, proporcionalmente, mais negros e negras recebem até cinco salários mínimos. A proporção de jornalistas negras e negros que recebem mais de cinco salários é inferior frente à categoria como um todo.

Quadro 5 - Comparativo salarial de Jornalistas em 2012

	Negros/ Negras	Geral
De 1 a 5 salários mínimos	64,2%	59%
Mais de 5 salários mínimos	29,8%	34,7%

Fonte: Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro.

Organização: o autor.

O perfil profissional também foi analisado sob o ponto de vista do tempo de exercício da atividade no jornalismo, os dados revelam que 38,2% dos entrevistados atuavam entre 2 e 5 anos na profissão. Desse grupo, 24,6% eram negros, o que corresponde a 42,2% da população negra respondente. Outros 18,7% dos profissionais tinham entre 6 e 10 anos de carreira, sendo 22,5% negros — parcela que representa 18,2% dos jornalistas negros entrevistados. Já 18,1% tinham até 1 ano de experiência, dos quais 25,9% eram negros, o equivalente a 20,1% dos respondentes negros. Entre os profissionais com maior tempo de carreira, 8,8% atuavam entre 11 e 15 anos (18% negros, o que representa 6,6% da população negra), e 5% entre 16 e 20 anos (14,1% negros, o equivalente a 3,2%). Apenas 3,3% dos jornalistas afirmaram ter mais de 31 anos de atuação, sendo 15,4% negros — o que representa 2,6% da população negra. Esses dados indicam que, embora haja presença negra em todas as faixas de tempo de exercício, há maior concentração entre os profissionais com menor tempo de atuação.

Por fim, quanto à filiação sindical, 26,7% dos jornalistas afirmaram ser filiados a algum sindicato da categoria. Desse total, 23,5% eram negros, o que corresponde a 27% da população negra respondente. Já entre os 73,3% que não tinham vínculo com sindicatos, 23,3% eram negros, representando 73% dos profissionais negros entrevistados. Esses dados revelam que o desinteresse dos negros e negras pela sindicalização é igual à categoria como um todo.

Os dados de 2012, portanto, revelam um perfil de jornalistas marcadamente qualificado, com predominância de formação superior, mas que enfrentam desafios para inserção, permanência e valorização profissional no jornalismo brasileiro. A multiplicidade de vínculos, os baixos percentuais de sindicalização e as rendas medianas são alguns dos elementos que ajudam a dimensionar a experiência desses sujeitos no campo da comunicação.

No entanto, de um modo geral os dados de 2012 revelam que, sob diversos aspectos, o perfil dos jornalistas negros guarda proximidade com o conjunto da categoria. Formação superior em Jornalismo, ampla participação em estágios, inserção predominante nos veículos de comunicação e distribuição semelhante quanto ao número de vínculos e jornada de trabalho são exemplos dessa convergência. A escolaridade, ainda que com pequenas variações nas etapas de pós-graduação, também segue o padrão observado na amostra geral, o que sugere que o acesso à qualificação formal não se configurava, naquele momento, como um fator de distinção substancial entre grupos raciais.

Essa relativa similitude nos indicadores quantitativos indica que a questão racial não se manifesta de forma explícita nos dados demográficos e profissionais clássicos — como idade, escolaridade ou número de empregos. Ao contrário, os jornalistas negros apresentavam perfis bastante alinhados ao padrão predominante, inclusive quanto à dedicação à profissão e adesão a jornadas extensas de trabalho. Esse dado é relevante porque demonstra que a inserção no campo jornalístico, ao menos em seus critérios formais, segue parâmetros semelhantes entre negros e não negros.

No entanto, o cruzamento das informações mostra que as pequenas diferenças, quando observadas em pontos-chave — como a não presença em funções docentes, a distribuição nos estratos salariais mais elevados ou a permanência em longas carreiras — indicam sutis mecanismos de diferenciação. Os jornalistas negros e negras também estão em maior proporção nas assessorias. A menor presença entre os profissionais com mais de 20 anos de carreira e em cargos vinculados à docência no ensino superior sugere que as barreiras à progressão não estão necessariamente no ponto de entrada na profissão, mas possivelmente em fases posteriores de estabilização e reconhecimento. A grande ressalva, que atinge toda profissão, é para o baixo número de jornalistas negros e negras proporcionalmente à população brasileira, o que é destaque negativo *a priori* nesta análise.

2.2 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DOS JORNALISTAS BRASILEIROS (2012 A 2017)

A análise das trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil entre 2012 e 2017, conforme os dados comparativos apresentados por Felipe Simão Pontes e Jacques Mick no artigo "Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017)", destaca aspectos centrais da composição racial e de gênero do campo jornalístico. Os

dados de 2017, que incluem respostas de 1.233 jornalistas participantes também do levantamento realizado em 2012, permitem uma visão longitudinal sobre as transformações e permanências no perfil dos profissionais da área.

Ao se observar o recorte de gênero entre os jornalistas negros, nota-se que as mulheres ocupam a maioria das respostas: entre os jornalistas pardos, 58,8% eram mulheres, e entre os pretos, essa porcentagem alcança 63,2%. De modo geral, a pesquisa aponta que 61,2% dos respondentes são do sexo feminino, indicando uma continuidade da presença predominante de mulheres no campo, observada desde 2012.

A distribuição etária também é significativa. Entre os jornalistas pardos, 63,8% tinham menos de 34 anos em 2017, e entre os pretos, essa proporção era de 52,6%, o que reflete uma predominância de profissionais jovens em ambos os grupos. Para os respondentes como um todo, 54,2% tinham menos de 34 anos, destacando uma base jovem no mercado jornalístico. Em contrapartida, no grupo com mais de 35 anos, composto por 565 participantes, a presença de jornalistas negros é reduzida: apenas 15,6% dos jornalistas mais velhos eram pardos, e 4,8%, pretos, o que pode sugerir uma barreira para a permanência e a progressão de jornalistas negros ao longo da carreira. Também pode revelar transformações no acesso ao ensino superior da população negra.

Os dados sobre a atuação profissional de jornalistas brasileiros fora do jornalismo entre 2012 e 2017 evidenciam um aumento na presença de profissionais que optaram por outras áreas de trabalho, bem como mudanças na distribuição racial desses profissionais. Em 2012, 271 respondentes, ou 22% do total, trabalhavam fora do jornalismo. Entre esses, 20,3% eram pardos e 6,6% pretos, indicando que 22,6% dos jornalistas pardos e 31,6% dos pretos que responderam à pesquisa estavam atuando fora da mídia. Já em 2017, o número de jornalistas que trabalhavam fora dos meios de comunicação subiu para 463, com uma leve redução na presença de jornalistas pardos (19,4%) e pretos (5,8%), embora a proporção desses grupos dentro do total de respondentes pardos e pretos tenha aumentado para 37% e 47,4%, respectivamente. Demonstra-se que a média da categoria que saiu da profissão no período é até superior que a do segmento de negros e negras. Ressalta-se, porém, que os dados são altos de forma generalizada.

No contexto de assessoria de imprensa e demais empregos fora da mídia, os dados também mostram estabilidade relativa. Em 2012, 387 jornalistas atuavam nessa área, sendo 21,2% pardos e 4,9% pretos, o que correspondia a 33,7% dos respondentes pardos e 33,3% dos pretos que responderam à pesquisa naquele ano. Em 2017, embora o número total de respondentes em assessoria tenha diminuído para 348, a distribuição racial se manteve estável,

com 21% de pardos e 4,9% de pretos, correspondendo a 30% dos jornalistas pardos e 29,8% dos pretos que participaram do estudo.

No setor de docência, os dados apresentam um quadro de ligeiro crescimento na participação de jornalistas pardos e pretos de 2012 a 2017, embora ainda em números reduzidos. Em 2012, dentre os 1233 respondentes da pesquisa, apenas 58 jornalistas estavam na docência, com 15,9% sendo pardos e 1,7% pretos, representando 3,7% dos pardos e 1,8% dos pretos respondentes. Já em 2017, o número de jornalistas docentes subiu para 79, com 16,5% pardos e 2,5% pretos, o que representa 5,3% dos pardos e 3,5% dos pretos respondentes. O aumento do número de docentes é normal em pesquisas de trajetórias como esta, pois há uma tendência de a docência ser um caminho profissional para agentes com tempo de carreira ou mais velhos. Ainda assim, a presença de jornalistas pardos e pretos teve melhora proporcional em relação ao total de respondentes.

Os dados coletados nas pesquisas de 2012 e 2017 sobre a atuação de jornalistas na mídia indicam mudanças expressivas nas condições de inserção profissional durante o período. Em 2012, dos 1.233 respondentes, 517 afirmaram trabalhar em veículos de mídia, o que correspondia a 54% daqueles que estavam em exercício no jornalismo. Dentre esses, 18,8% se autodeclararam pardos e 3,7% pretos. Já em 2017, o número de jornalistas atuando na mídia caiu para 343 (45% dos profissionais em exercício), com distribuição racial semelhante: 19,5% pardos e 3,2% pretos. Ao considerar a proporção desses grupos em relação ao total de respondentes autodeclarados como pardos ou pretos, observa-se uma queda relativa na presença na mídia: entre os pardos, de 39,9% em 2012 para 27,6% em 2017; entre os pretos, de 33,3% para 19,3%.

Em 2012, 21,2% dos jornalistas possuíam dois empregos; desse grupo, 22,6% eram pardos e 17,5% eram pretos. Em 2017, o percentual geral caiu para 20,0%, sendo 19,3% entre os pardos e mantendo-se em 17,5% entre os pretos. No caso de três empregos, em 2012, 4,8% da categoria declarou essa condição; 4,5% eram pardos e 3,5% eram pretos. Em 2017, o percentual geral recuou para 4,5%, com os pardos registrando 3,7% e os pretos mantendo 3,5%. Esses dados indicam que pardos e pretos apresentaram proporções semelhantes à média da categoria no acúmulo de dois ou três empregos, com diferença mais perceptível apenas entre os pretos com dois empregos, que se mantiveram abaixo da média nos dois anos.

Em 2012, 5,6% dos jornalistas atuavam exclusivamente como freelancers; desse grupo, 5,8% entre os pardos e 5,3% entre os pretos. Em 2017, o percentual geral subiu para 7,5%, sendo 8,2% entre os pardos e mantendo-se em 5,3% entre os pretos. Esses dados indicam que o crescimento dessa modalidade ocorreu de forma mais acentuada entre os pardos,

aproximando-se do ritmo registrado para o conjunto da categoria, enquanto para os pretos não houve variação no período. Esses dados sugerem que, embora o trabalho freelancer tenha se consolidado como alternativa para parte dos jornalistas, sua adoção ocorreu de forma desigual entre os grupos raciais, com menor proporção entre os pretos.

Em 2012, 7,0% dos jornalistas pardos e 8,8% dos pretos declararam não possuir nenhum emprego, percentual superior ao observado no conjunto dos respondentes naquele ano, que foi de 5,0%. Em 2017, esses índices aumentaram para 7,4% entre os pardos e 12,3% entre os pretos, enquanto a média geral também subiu, atingindo 6,9%. A comparação entre os dois períodos indica que o desemprego cresceu em todos os grupos, mas de forma mais acentuada entre os profissionais pardos e pretos.

Em 2012, a maior parte dos jornalistas negros concentrava-se na faixa de 5 a 8 horas diárias de trabalho: 36,6% dos pardos e 36,8% dos pretos declararam atuar nesse regime, valores próximos à média geral da categoria, de 36,7%. No intervalo de 8 a 12 horas diárias, estavam 25,9% dos pardos e 22,8% dos pretos, ligeiramente abaixo do total de respondentes nessa faixa, que foi de 28,5%. Já no grupo com carga horária inferior a 5 horas diárias, situavam-se 10,7% dos pardos e 8,8% dos pretos, frente a 10,2% do total da amostra. Os dados indicam que, naquele ano, a distribuição da carga horária entre os jornalistas negros guardava relativa semelhança com o padrão geral da categoria, com pequenas variações nos extremos da jornada.

Ao comparar os dados de carga horária entre 2012 e 2017, observa-se uma leve redução nas jornadas de trabalho entre os jornalistas negros. Em 2017, 9,9% dos jornalistas pardos e 5,3% dos pretos declararam atuar por menos de 5 horas diárias — faixa que corresponde ao limite legal estipulado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para a categoria. No grupo geral, esse percentual foi de 9,0%. A maior parte dos profissionais negros continuava concentrada na faixa de 5 a 8 horas diárias, com 35,9% entre os pardos e 33,4% entre os pretos, frente a 33,7% do total de respondentes. Já nas jornadas mais extensas, entre 8 e 12 horas diárias, estavam 15,6% dos pardos e 12,3% dos pretos, enquanto 18,0% dos jornalistas no geral atuavam nessa faixa. Considerando os limites estabelecidos pela legislação trabalhista, verifica-se que apenas uma parcela reduzida dos jornalistas negros — menos de 10% — trabalhava dentro da carga horária regular prevista, o que sugere uma predominância de jornadas acima do previsto em lei também entre esse grupo. Porém, ao comparar com a categoria como um todo, nota-se que jornalistas negros e negras trabalham proporcionalmente menos horas.

Além da carga horária, os dados salariais de 2012 revelaram que 0,5% dos jornalistas responderam que estavam sem remuneração, desse grupo 1,8% eram jornalistas pretos, enquanto essa condição não foi observada entre os jornalistas pardos. Esse dado persiste sem

alteração significativa até 2017, apontando para uma continuidade na disparidade econômica e nas condições de trabalho entre jornalistas negros. A ausência de uma renda fixa, ainda que restrita a uma pequena parcela, evidencia a vulnerabilidade econômica enfrentada por parte desses profissionais, particularmente os pretos.

Em 2012, 11,3% dos jornalistas estavam na faixa de dois a três salários mínimos; desse grupo, 11,5% eram pardos e 14,0% eram pretos. Em 2017, a proporção geral caiu para 7,3%, sendo 10,7% entre os pardos e 7,0% entre os pretos. Na faixa de três a quatro salários mínimos, 13,0% da categoria estava nessa condição em 2012; entre eles, 13,2% eram pardos e 12,3% eram pretos. Em 2017, o percentual geral diminuiu para 9,7%, com 11,9% de pardos e 10,5% de pretos. No estrato de até um salário mínimo, a participação geral foi de 3,3% em 2012, com 5,3% de pardos e 5,3% de pretos; em 2017, o total caiu para 0,6%, sendo 0,4% entre pardos e inexistente entre os pretos. Esses dados indicam que, nas faixas salariais mais baixas, pardos e pretos mantiveram proporções próximas ou superiores à média geral, evidenciando uma concentração relativa maior nos patamares inferiores de renda e um distanciamento da média da categoria nas faixas intermediárias.

Em 2017, apesar da diminuição do número de jornalistas nas faixas mais baixas, as desigualdades permaneceram. Na faixa de dois a três salários mínimos, 7% dos pretos e 10,7% dos pardos se concentravam, contra 7,3% do grupo geral. No intervalo de três a quatro salários mínimos, a distribuição interna dos negros permaneceu alta: 10,5% dos pretos e 11,9% dos pardos estavam nesse grupo, mas representavam apenas 16,7% do total de profissionais que declararam esse nível de rendimento.

Em 2012, 46,9% dos jornalistas recebiam até cinco salários mínimos; desse grupo, 39,9% eram pardos e 42,1% eram pretos. Na faixa acima de cinco salários mínimos, o percentual geral foi de 30,8%, com 16,9% de pardos e 8,8% de pretos, evidenciando uma presença significativamente menor destes últimos nos patamares mais altos de renda. Em 2017, a proporção de profissionais com rendimentos até cinco salários mínimos diminuiu para 29,9% no total da categoria, sendo 22,6% entre os pardos e 24,6% entre os pretos. Já na faixa acima de cinco salários mínimos, o percentual geral aumentou para 31,1%, alcançando 21,1% entre os pardos e 15,9% entre os pretos, mantendo-se a diferença desfavorável para estes últimos. Esses dados indicam que, embora tenha havido melhora geral na distribuição de renda, a participação dos jornalistas pretos nas faixas mais altas permaneceu inferior à dos pardos e à média da categoria nos dois períodos.

Em 2012, 3,6% dos jornalistas haviam aberto uma empresa; desse grupo, 2,9% eram pardos e 3,5% eram pretos. Em 2017, o percentual geral subiu para 4,9%, com 4,5% entre os

pardos, sem registro específico para os pretos. Nos cargos de confiança, 4,0% da categoria estava nessa posição em 2012, sendo 4,5% pardos e 3,5% pretos; em 2017, o percentual geral foi de 3,2%, mantendo-se em 4,5% entre pardos e aumentando para 7,0% entre pretos. No setor de prestação de serviços, 3,6% dos jornalistas atuavam nessa modalidade em 2012, com 3,3% entre pardos e 1,8% entre pretos; em 2017, o percentual geral foi de 2,9%, alcançando 4,1% entre pardos e 3,5% entre pretos.

Em 2012, 54,7% dos jornalistas tinham a graduação como maior nível acadêmico; desse grupo, 58,8% eram pardos e 63,2% eram pretos. Na especialização, o percentual geral foi de 26,8%, sendo 25,9% entre pardos e 26,3% entre pretos. O mestrado correspondia a 13,2% da categoria, com 11,5% de pardos e 5,3% de pretos. Já o doutorado representava 3,5% do total, com 2,1% de pardos e 1,8% de pretos. Em 2017, a graduação caiu para 39,8% no total, sendo 42,8% entre pardos e 47,4% entre pretos. A especialização subiu para 33,8% na média geral, alcançando 33,3% dos pardos e 29,8% dos pretos. O mestrado passou a 19,1% no total, com 18,5% de pardos e 17,5% de pretos. Por fim, o doutorado atingiu 6,9% da categoria, com 5,3% de pardos e 3,5% de pretos. Os dados demonstram que a população negra tem, em média, escolaridade inferior aos dados gerais da categoria.

Em geral, os dados de 2012 e 2017 indicam que em muitos aspectos raça não produziu diferenças substanciais. Carga horária semanal, número de vínculos empregatícios, atuação em assessoria de imprensa e presença na docência apresentaram variações pequenas entre pardos, pretos e o conjunto da categoria. Nesses casos, os percentuais se aproximam, de modo que a influência do marcador raça se mostra residual.

As diferenças mais significativas emergem em pontos específicos. A presença de pretos e pardos na mídia diminuiu em proporções mais acentuadas do que na média da amostra, revelando um distanciamento na inserção nesses veículos. A distribuição etária também sugere limites na permanência: os grupos acima de 35 anos registram participação proporcionalmente menor de negros. No aspecto salarial, as faixas mais altas permaneceram menos acessíveis a pretos e pardos, especialmente aos primeiros, que se concentraram de forma mais visível nos patamares inferiores de rendimento. O desemprego e a saída da profissão também atingiram de forma proporcionalmente mais elevada os jornalistas negros quando comparados ao conjunto da amostra.

Portanto, os dados permitem afirmar que, no recorte analisado, o marcador raça não produz desigualdades generalizadas em todos os indicadores, mas evidencia diferenças consistentes em pontos-chave como inserção na mídia, distribuição etária, renda e permanência

na carreira. Esses elementos indicam que, ainda dentro das limitações do levantamento, a variável raça se manifesta como fator de diferenciação.

2.3 PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO 2021

O levantamento realizado em 2021, ouviu 7.029 jornalistas (mídia, fora da mídia e em docência) resultando em 6.594 respostas válidas, de todas UFs + DF, e exterior, das quais foram extraídos um Plano Amostral Nacional de 3.100 respondentes (desvio padrão próximo de 0%), estimando um Universo Amostral de 142 mil jornalistas brasileiros.

Dos respondentes, 29,9% dos respondentes são jornalistas negros, totalizando 928 indivíduos. Este grupo oferece um panorama sobre aspectos geográficos, demográficos e de formalização profissional desta população dentro do campo jornalístico.

A análise de gênero entre os 928 jornalistas negros indica uma predominância de mulheres, que representam 56,9% do grupo (528 respondentes), enquanto 42,7% são homens (396 respondentes). Além disso, 0,4% dos respondentes não se identificam com um gênero específico, incluindo três jornalistas que se identificam como não-binários e um como queer.

Quanto a faixa etária, observa-se que a concentração de jornalistas negros entre 23 e 40 anos, equivalente a 57,9% (537 respondentes), aproxima-se da tendência geral identificada no perfil da categoria. Entre todos os jornalistas, 54,8% estão nessa mesma faixa, sendo 28,2% entre 23 e 30 anos e 26,6% entre 31 e 40 anos. Nas demais idades, o quadro também apresenta correspondências. Entre os jornalistas negros, 18,2% estão entre 41 e 50 anos, enquanto no geral essa faixa concentra 18,7% dos profissionais. Na sequência, 16,6% dos negros têm entre 51 e 64 anos, proporção próxima aos 17,9% da categoria. Nos extremos etários, 4,4% dos negros têm de 18 a 22 anos, diante de 5,6% no geral, e apenas 2,9% superam os 64 anos, frente a 2,9% também no perfil geral. Assim, verifica-se que a distribuição etária da categoria aponta maior concentração de profissionais em idade jovem e intermediária, com presença mais reduzida nas faixas iniciais e avançadas. Ainda assim, os dados demonstram que o percentual de negros é ainda mais jovem que a categoria de modo geral.

Em 2021, a graduação foi registrada por 53,6% da categoria. Desses, 53,9% eram jornalistas negros e 53,4% jornalistas brancos, indicando distribuição equivalente entre os grupos. A especialização foi registrada por 28,4% da categoria. Desses, 29,2% eram jornalistas negros e 28,2% jornalistas brancos. Isso representa proporções semelhantes entre os grupos. No mestrado, 9,1% da categoria possuíam essa titulação, sendo 8,0% entre negros e 9,5% entre

brancos. Já no doutorado, 1,7% da categoria era composta por jornalistas negros, enquanto 3,6% eram brancos

Entre os jornalistas negros com nível superior, 94,6% possuem graduação em Jornalismo ou Comunicação, enquanto no conjunto da categoria esse percentual é de 89,8% . Nos demais cursos ligados à comunicação, os negros apresentam presença semelhante à média geral: 2,6% em Publicidade e Propaganda, 4,3% em Rádio e TV, 1,7% em Relações Públicas e 2,3% em Audiovisual ou Cinema. Quando se observa os profissionais formados em outras áreas, a diferença é discreta, mas perceptível. Enquanto 7,5% dos jornalistas negros têm graduação fora do campo da comunicação, na categoria em geral esse índice é de 10,2%. Esses dados mostram que, proporcionalmente, os jornalistas negros estão ainda mais concentrados na formação específica em Jornalismo e Comunicação do que a média da categoria.

A experiência prática também se destaca como elemento central na trajetória dos jornalistas. No conjunto da categoria, 72,5% dos respondentes afirmaram ter realizado estágio durante a graduação, enquanto entre os jornalistas negros esse índice é de 74%. Já 24,1% da categoria não estagiaram, diante de 21,4% entre os negros, e 3,3% ainda estavam estagiando, proporção que entre os negros corresponde a 3,8%. Em relação aos programas de trainee, 86,8% dos jornalistas disseram nunca ter participado, percentual semelhante aos 87,3% registrados entre os negros. Por outro lado, 12,8% da categoria já foi trainee em algum momento, proporção próxima aos 12,4% dos negros, enquanto 0,3% ainda estavam nessa condição, frente a 0,2% entre os negros. Quanto ao tempo de atuação profissional, 24,7% da categoria possui entre dois e cinco anos de experiência, diante de 23,1% dos negros. Outros 19,2% acumulam de seis a dez anos, contra 18,7% entre os negros, e 15,4% têm entre onze e quinze anos, frente a 15,1% dos negros. Entre os que possuem mais de vinte anos de carreira, 21,1% pertencem ao conjunto da categoria e 22% ao grupo de negros. Por fim, 4,5% dos jornalistas afirmaram nunca ter atuado nem como jornalistas nem como docentes, proporção próxima aos 4,8% dos negros.

A trajetória profissional dos jornalistas também contempla a multiplicidade de veículos de comunicação nos quais atuaram. No conjunto da categoria, 51,7% trabalharam entre dois e cinco veículos, proporção semelhante aos 52,7% entre os negros. Outros 22,2% passaram por seis a dez veículos, frente a 22,3% dos negros, e 9,3% trabalharam em apenas um veículo, diante de 9,7% entre os negros. Já a atuação em mais de vinte veículos foi registrada por 2,2% da categoria e 2,1% dos negros.

Quanto à ocupação, em 2021, 73,1% da categoria trabalhava diretamente como jornalista, proporção próxima aos 69,6% dos negros. A docência em Jornalismo ou Comunicação correspondia a 4,3% no geral e 3,7% entre os negros. A migração para outras

áreas foi mencionada por 8,3% da categoria e por 8% dos negros. Entre os que estavam desempregados e não mais atuavam como jornalistas, os percentuais foram de 5,5% na categoria e 6% entre os negros. Por fim, 4,3% da categoria nunca atuou na profissão nem na docência, diante de 4,6% dos negros.

Dos jornalistas com vínculo empregatício registrado, 59,4% da categoria estão sob o regime de carteira assinada (CLT e servidores públicos), diante de 53,6% entre os negros. Entre os vínculos mais precários, 0,6% da categoria possuem carteira assinada com redução de salário e 0,4% contrato intermitente, índices próximos aos 0,7% e 0,3% registrados entre os negros. Cargos comissionados representam 7,9% da categoria e 8,5% dos negros. Quanto ao trabalho autônomo, 6,4% da categoria atuam como freelancers e 3,1% como prestadores de serviços sem contrato formal, diante de 6,1% e 3,3% entre os negros, respectivamente. Ademais, 11,1% da categoria possui registro como microempreendedor individual (MEI), proporção semelhante aos 10,8% observados entre os negros.

No que tange à renda, os dados revelam maior concentração em faixas salariais mais baixas entre os jornalistas negros. Entre eles, 1,3% declarou não ter renda proveniente da atuação profissional, frente a 1,1% no conjunto da categoria. Outros 5,8% recebem até R\$ 1.100, contra 4,9% no geral, e 14% situam-se entre R\$ 1.101 e R\$ 2.200, diante de 11,3% no total. A maior parcela dos negros encontra-se na faixa de R\$ 2.201 a R\$ 3.300, com 18,5%, proporção próxima aos 17,6% do conjunto da categoria. Já os rendimentos entre R\$ 5.501 e R\$ 11.000 são relatados por 20,7% dos negros, contra 21,2% no geral. Apenas 0,6% dos negros afirmaram receber acima de R\$ 22.001, enquanto no conjunto da categoria essa proporção é de 1,1%. A comparação evidencia que os jornalistas negros estão proporcionalmente mais presentes nas faixas até R\$ 3.300 e menos representados nas faixas superiores, reforçando um padrão de distribuição desigual de rendimentos no interior da categoria.

A presença de jornalistas negros no Brasil se distribui em diversas áreas e funções. No conjunto da categoria, 63,8% atuam na mídia, enquanto entre os negros essa proporção é de 58,7%. Essa diferença evidencia que a inserção de profissionais negros no principal espaço de exercício do jornalismo permanece abaixo do padrão geral. Fora da mídia, em áreas como assessoria de imprensa e produção de conteúdo, 31,8% da categoria está inserida, frente a 36,7% dos negros. A docência aparece com menor representatividade nos dois recortes: 4,4% no geral e 4,6% entre os negros.

Dentro do campo midiático, a internet concentra a maior parte dos profissionais. No perfil geral, 62,6% dos jornalistas atuam no setor online, proporção próxima aos 64,8% observados entre os negros. A televisão reúne 27,3% no total e 24,2% entre os negros. Já o

rádio corresponde a 14,9% da categoria e 14,2% do recorte racial, enquanto os jornais impressos contam com 19,8% no geral e 21,8% entre os negros .

No que tange às funções desempenhadas, o papel de repórter é o mais frequente tanto entre os jornalistas negros quanto no conjunto da categoria. Entre os negros, 37,2% atuam nessa função, proporção próxima aos 36,1% registrados no perfil geral. Outras funções aparecem em menor escala: produtores correspondem a 7,8% dos negros e 8,1% da categoria; coordenadores, 6,5% entre os negros e 6,8% no geral. Em cargos de maior responsabilidade, 5,2% dos negros ocupam a posição de chefe de redação, frente a 5,6% no conjunto da categoria, e 4,8% estão em cargos de direção, contra 5,1% no geral, evidenciando que não há diferenças significativas na ocupação de cargos de status.

Em empresas ou órgãos públicos, a presença é de 16,9% entre os negros e 18,2% na categoria como um todo. Já em agências de comunicação, 12,8% dos negros estão inseridos, proporção próxima aos 12,4% do geral, e no terceiro setor os percentuais são de 14% entre os negros e 13,1% no total.

No que se refere às funções exercidas, 48,6% dos jornalistas negros ocupam cargos de assessor(a) de imprensa/comunicação, diante de 47,1% no perfil geral. Funções como produtor(a) de conteúdo representam 15,6% entre os negros e 16,2% na categoria. Já em posições estratégicas, como sócio(a) ou diretor(a), 2,1% dos negros estão presentes, mesma proporção encontrada no geral. A função de consultor(a) aparece em 2,1% entre os negros e 2,4% no total, enquanto a de gestor(a) de conteúdos registra 2,9% no recorte racial e 3,2% no geral.

A multiplicidade de empregos ou fontes de renda é um ponto central no perfil dos jornalistas. No conjunto da categoria, 51,5% possuem apenas um emprego, enquanto entre os negros essa proporção é de 52%. Já 32,4% da categoria trabalham em dois empregos, frente a 31,9% dos negros, e 9,5% no geral exercem três empregos, proporção semelhante aos 9,7% dos negros. A atuação como freelancers aparece em 2,7% da categoria e 2,5% entre os negros. Portanto, não há diferenças entre os jornalistas negros e a categoria de modo geral.

Entre os que exercem atividades secundárias, 43,2% da categoria atuam em outra função relacionada à mídia, proporção próxima aos 42,4% dos negros. Outros 33,7% trabalham em assessoria ou comunicação, diante de 34,8% entre os negros. Por fim, 21,2% da categoria desenvolvem atividades fora do jornalismo e áreas correlatas, contra 21,7% dos negros.

A carga horária média também merece destaque. Entre os jornalistas, 36,4% da categoria trabalham de 7 a 8 horas diárias, proporção próxima aos 35,1% observados entre os negros. Jornadas estendidas de 9 a 10 horas são relatadas por 27,7% da categoria e 27,5% dos

negros. Entre 11 e 12 horas diárias, os percentuais são de 11,1% no total e 11,3% entre os negros. Por fim, 4,1% da categoria afirmaram trabalhar mais de 13 horas por dia, diante de 4,2% dos negros. Em termos de carga horária, jornalistas negros trabalham de forma similar ao conjunto da categoria.

As informações de 2021 revelam que a maior parte dos indicadores de perfil e trajetória profissional dos jornalistas negros acompanha de perto os padrões da categoria como um todo. Escolaridade, funções exercidas, setores de atuação, multiplicidade de vínculos e carga horária seguem proporções muito próximas, o que indica que, nos aspectos formais de inserção na profissão, a variável racial não produz diferenças expressivas.

Contudo, em dois pontos os dados mostram distinções consistentes. O primeiro refere-se ao vínculo empregatício: há menor proporção de jornalistas negros com carteira assinada, o que os coloca em situação de inserção mais precária no mercado de trabalho. O segundo está na distribuição de rendimentos, que evidencia maior concentração de negros nas faixas salariais inferiores e presença reduzida nos estratos mais altos, configurando uma desigualdade estrutural interna à profissão.

Assim, a análise aponta que, embora o marcador raça não altere de forma significativa os padrões gerais de formação, ocupação e rotina laboral, ele se expressa de modo mais claro quando observados os níveis de remuneração e a formalização dos vínculos, dimensões em que a desvantagem dos jornalistas negros se torna estatisticamente visível.

2.4 DADOS EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS PESQUISAS SOBRE JORNALISTAS NEGROS NO BRASIL (2012–2021)

A presente seção reúne, em perspectiva comparativa, os resultados das pesquisas sobre jornalistas negros no Brasil realizadas em 2012, 2017 e 2021, cotejando os dados desses levantamentos em relação à categoria geral de jornalistas, destacando tanto continuidades quanto diferenças observadas ao longo do período. São examinados aspectos como participação proporcional na profissão, gênero, idade, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, vínculos empregatícios, funções exercidas, jornada, renda e sindicalização. A comparação considera a natureza metodológica distinta das pesquisas: 2012 e 2017 acompanharam o mesmo grupo de respondentes, permitindo observar trajetórias individuais, enquanto 2021 apresenta uma nova amostra.

A presença de jornalistas negros em relação ao total da categoria permaneceu inferior em todos os levantamentos. Em 2012, o percentual era reduzido e em 2017 se manteve estável porque envolvia o mesmo grupo de profissionais. Já em 2021, a nova amostra mostrou aumento, mas ainda aquém da proporção demográfica nacional. Isso representa que, apesar do crescimento no último levantamento, a sub-representação negra na profissão continua como dado estrutural.

No recorte de gênero, tanto em 2012 quanto em 2017, as mulheres negras compuseram a maioria dentro do grupo racial, refletindo a predominância feminina já presente na categoria geral. Em 2021, a nova amostra manteve esse padrão, com pequenas diferenças em relação ao total de jornalistas. Isso demonstra que a predominância feminina não se altera quando observamos o marcador racial e que mulheres negras estão consolidadas na profissão em proporções próximas ao geral.

A idade dos jornalistas negros seguiu padrão semelhante ao da categoria em todos os anos, com predominância de jovens e adultos até 40 anos. Em 2012, havia maior concentração entre 23 e 30 anos e, em 2017, o mesmo grupo de respondentes permaneceu marcado pela juventude. Em 2021, a nova amostra mostrou novamente esse padrão, com menor presença nas idades avançadas em comparação ao total. Isso representa que a estrutura etária do grupo acompanha a da categoria, mas jornalistas negros são ainda mais jovens que seus colegas brancos.

Na escolaridade, tanto em 2012 quanto em 2017 o mesmo grupo de respondentes indicava predominância de graduação em Jornalismo e Comunicação, avançando em especializações e mestrados ao longo dos cinco anos. Em 2021, a nova amostra reafirmou essa tendência, com proporção semelhante à média da categoria, inclusive com ligeira maior concentração em formações específicas da área. Dessa forma, na formação acadêmica, os jornalistas negros se alinham ao conjunto da profissão.

O avanço em pós-graduação observado de 2012 para 2017 expressa a progressão natural do mesmo grupo, que ampliou sua titulação em linha com a categoria geral. Em 2021, a nova amostra evidencia que jornalistas negros se concentram em especializações (29,2%) e mestrados (8,0%) em proporções semelhantes às do conjunto da categoria (28,2% e 9,5%, respectivamente). No entanto, no doutorado observa-se maior distância: 1,7% entre negros contra 3,6% entre brancos. Esses dados indicam relativa aproximação nos níveis intermediários de pós-graduação, mas mantêm diferenças na titulação mais elevada.

A experiência inicial por meio de estágios foi registrada em proporções semelhantes entre jornalistas negros e o total da categoria em todos os anos. Em 2012 e 2017, o mesmo

grupo de respondentes apresentou vivência em estágios, padrão também confirmado em 2021 com a nova amostra. A participação em programas de trainee foi reduzida para todos os recortes. Esses dados mostram que a via de ingresso pela prática formativa não difere entre negros e a categoria geral.

O tempo de carreira mostra diferença quando se observa a permanência de longo prazo. Em 2012, a maioria dos negros tinha até cinco anos de atuação, e em 2017 o mesmo grupo manteve esse perfil, com baixa presença acima dos 35 anos. Em 2021, a nova amostra confirmou que, embora existam negros com mais de 20 anos de carreira, a proporção é menor do que a categoria. Isso representa que a longevidade profissional ainda é menos frequente para os negros.

Nos vínculos empregatícios, em 2012 predominava a carteira assinada, e em 2017 a mesma base indicou diversificação de arranjos de trabalho, acompanhando a categoria. Em 2021, a nova amostra revelou menor proporção de negros com vínculo formal quando comparados ao total, além de maior presença em vínculos mais precários, demonstrando que a formalização é um ponto em que o marcador racial mostra diferença.

A multiplicidade de vínculos é característica da profissão e aparece em proporções próximas entre negros e o total em todos os levantamentos. Em 2012–2017, o mesmo grupo mantinha taxas semelhantes de acúmulo de dois ou três empregos em relação ao conjunto. Em 2021, a nova amostra também demonstrou essa proximidade, isso representa que o acúmulo de funções não diferencia os jornalistas negros do geral da categoria.

Na atuação em veículos de mídia, a participação dos negros foi relativamente menor do que a da categoria geral em todos os levantamentos. Em 2012–2017, o mesmo grupo mostrou redução proporcional mais intensa na permanência na mídia. Em 2021, a nova amostra também registrou diferença negativa em relação ao total, com maior deslocamento de negros para assessorias. Isso demonstra que a distribuição setorial é uma das áreas em que o marcador racial se expressa de forma consistente.

Quadro 6 - Jornalistas Na Mídia

Ano	Jornalistas negros (%)	Categoria total (%)
2012	38,5	54,0
2017	25,8	45,0
2021	58,7	63,8

Fonte: Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013; LIMA; MICK et al., 2022) e estudo Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (PONTES; MICK, 2023).

Organização: o Autor.

A docência em cursos de Jornalismo e Comunicação é baixa na categoria geral e ainda mais restrita entre os negros. Em 2012 e 2017, o mesmo grupo apresentou presença residual na área, sem variações relevantes. Em 2021, a nova amostra manteve essa condição, com proporções próximas, mas inferiores ao total, demonstrando que a participação docente permanece como espaço de sub-representação para os negros.

Quadro 7 - Jornalistas na Docência

Ano	Jornalistas negros (%)	Categoria total (%)
2012	3,3	4,7
2017	4,7	6,4
2021	4,6	7,4

Fonte: Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013; LIMA; MICK et al., 2022) e estudo Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (PONTES; MICK, 2023).

Organização: o Autor.

As funções desempenhadas revelam que negros se concentram em cargos operacionais, como reportagem e assessoria, em proporções maiores que o conjunto da categoria. Em 2012–2017, essa tendência já estava presente no mesmo grupo, e em 2021 a presença de negros e negras é a mesma, proporcionalmente que seus colegas brancos. A carga horária de trabalho é semelhante entre negros e o total da categoria. Em 2012 e 2017, o mesmo grupo apresentou distribuição próxima nas faixas intermediárias de jornada, com presença também em jornadas estendidas. Em 2021, a nova amostra confirmou esse padrão, sem variações significativas frente ao geral. O que demonstra que a carga horária não constitui eixo de diferenciação por raça.

A renda, por outro lado, é um dos pontos de diferença mais evidentes. Em 2012, os negros já estavam mais concentrados nas faixas até cinco salários mínimos, e em 2017 o mesmo grupo manteve essa condição, com pretos em maior desvantagem. Em 2021, a nova amostra reforçou o padrão, com menor presença de negros nas faixas superiores em relação à média da categoria.

O desemprego e a saída da profissão foram mais expressivos percentualmente entre negros do que no total da categoria. Em 2012–2017, a mesma base de respondentes registrou índices mais altos de desligamento, sobretudo entre pretos. Em 2021, a nova amostra voltou a indicar diferença negativa em relação ao geral.

Quadro 8 - Percentual de jornalistas negros com renda de até cinco salários mínimos em comparação à categoria (2012–2021)

Ano	Jornalistas negros (%)	Categoria total (%)
2012	64,2	59,0
2017	56,9	47,5
2021	69,5	57,9

Fonte: Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013; LIMA; MICK et al., 2022) e estudo Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (PONTES; MICK, 2023).

Organização: o autor

Quadro 9 - Percentual de jornalistas negros com renda superior a cinco salários mínimos em comparação à categoria (2012–2021)

Ano	Jornalistas negros (%)	Categoria total (%)
2012	29,8	34,7
2017	41,5	49,8
2021	28,4	39,1

Fonte: Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013; LIMA; MICK et al., 2022) e estudo Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (PONTES; MICK, 2023).

Organização: o autor

A distribuição por plataformas midiáticas acompanhou a transição digital da categoria geral. Em 2021, a nova amostra apresentou proporções de negros próximas ao total da categoria em internet, rádio, TV e impresso, sem diferenças estruturais. Nos levantamentos anteriores, não havia grandes descolamentos nesse aspecto, sugerindo que a transformação tecnológica atinge igualmente negros e não negros.

Arranjos de trabalho autônomo e empreendedorismo apareceram nos três levantamentos, tanto entre negros quanto na categoria geral, em proporções próximas. Em 2012–2017, o mesmo grupo indicava taxas semelhantes de prestação de serviços e abertura de empresas; em 2021, a nova amostra repetiu esse padrão. Isso indica que a adoção de modalidades independentes de trabalho não distingue o recorte racial do conjunto.

Quadro 10 - Jornalistas atuando fora da Mídia

Ano	Jornalistas negros (%)	Categoria total (%)
2012	33,6	41,3
2017	30,0	48,6
2021	36,7	31,8

Fonte: Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013; LIMA; MICK et al., 2022) e estudo Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (PONTES; MICK, 2023).

Organização: o autor

A sindicalização é baixa na categoria como um todo e apresentou índices semelhantes para negros em todos os anos. Em 2012–2017, o mesmo grupo mostrou adesão próxima à média, e em 2021 a nova amostra confirmou essa equivalência. Isso representa que a participação sindical não diferencia negros dos demais jornalistas.

O conjunto dos dados comparativos evidencia que a maioria dos indicadores acompanha o padrão da categoria geral, sem diferenças estruturais entre negros e não negros em aspectos como escolaridade, carga horária, múltiplos vínculos, sindicalização, ingresso pela via de estágios e adaptação às transformações tecnológicas. Esses elementos indicam que, no acesso à formação acadêmica e na inserção inicial no mercado, o recorte racial não produz distanciamentos consistentes, de modo que os jornalistas negros apresentam trajetórias similares às do conjunto da profissão.

Por outro lado, alguns pontos se mostram recorrentes e distinguem o grupo: a sub-representação proporcional na profissão, a menor permanência em carreiras longas e docência, a menor formalização de vínculos empregatícios e a desigualdade de renda. Esses elementos, reiterados nas três pesquisas, indicam áreas em que o marcador racial se manifesta de forma mais consistente, delineando diferenças que permanecem ao longo do tempo e que estruturam a experiência dos jornalistas negros no campo profissional.

CAPÍTULO 3 - PERCURSOS DE JORNALISTAS NEGROS E NEGRAS: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ESTRUTURA DO CAMPO JORNALÍSTICO

Este capítulo expõe trajetórias profissionais de jornalistas negros e negras, mediante realização de entrevistas semi-estruturadas, articulando vivências individuais e padrões estruturais do campo jornalístico. A análise está organizada em seis eixos que permitem compreender diferentes dimensões dessas experiências: (1) apresentação, atuação e condições de trabalho, que situam os percursos pessoais e profissionais; (2) estratégias de resistência, observadas nas formas de enfrentamento às desigualdades; (3) barreiras, oportunidades e desenvolvimento, que destacam limites e possibilidades de inserção; (4) discriminação, mudanças e representatividade, voltadas às percepções sobre exclusão e visibilidade; (5) sub-representação e ações afirmativas, relacionadas à presença em espaços institucionais e políticas de inclusão; e (6) expectativas futuras, participação em organizações e sugestões de melhorias, que evidenciam perspectivas sobre a profissão e caminhos apontados para transformações.

A seleção dos(as) participantes foi realizada a partir da disponibilização de um formulário online pela plataforma Forms do Google, nele além da apresentação da pesquisa foram dispostos os seguintes itens para preenchimento dos que tiveram interesse em participar: Nome completo; e-mail para contato; idade; tempo de atuação; cidade-estado; se se declara como preto; pardo ou outro (espaço para especificar); se já participou de alguma pesquisa sobre perfil ou trajetórias de jornalistas.

O link do questionário foi enviado por e-mail e via whatsapp para entidades que tratam de pautas raciais, assim como portais com essas temáticas e sindicatos. A divulgação contou com o apoio do Conajira (Coletivo Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial), do portal Jornalistas Pretos e do site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, que disponibilizaram em seus respectivos sites e perfis de redes sociais, onde o link do formulário pode ser acessado. A proposta de seleção considerou critérios como o tempo de atuação na profissão, a localidade de residência e a diversidade etária, buscando contemplar trajetórias situadas em diferentes momentos da carreira.

Foram realizadas oito entrevistas, das quais duas ocorreram de forma presencial e seis foram conduzidas por videochamada. Duas das entrevistas foram realizadas em conjunto com a mestrandia Maria Catharina Iavorski. As entrevistas presenciais permitiram maior espontaneidade na interação e favorecem a construção de um ambiente compartilhado entre pesquisador(a) e entrevistado(a). No entanto, as entrevistas online também se mostraram

eficazes. Mesmo à distância, a mediação por vídeo possibilitou a observação de expressões faciais, pausas, variações de entonação e outros elementos que contribuíram para captar emoções, hesitações e sentidos atribuídos aos relatos.

Os(as) entrevistados(as) são jornalistas de diferentes regiões do país (Nordeste, Norte, Sudeste e Sul), residentes em estados diversos, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba, Espírito Santo, Bahia e Paraná; e em distintas fases da trajetória profissional. O grupo reúne tanto profissionais veteranos, com décadas de atuação no jornalismo, quanto jovens jornalistas que iniciaram recentemente suas carreiras, com entre 3 a 5 anos antes da realização desta pesquisa. Essa heterogeneidade permitiu reunir experiências que, embora singulares, revelam elementos estruturais comuns à vivência de profissionais negros(as) no campo da comunicação.

Os relatos reunidos revelam os mecanismos que condicionam o ingresso, a permanência e a progressão na carreira jornalística, ressaltando as barreiras institucionais, simbólicas e materiais enfrentadas por esses profissionais. Além disso, buscam explicitar as estratégias mobilizadas para resistir e transformar as dinâmicas de exclusão presentes no cotidiano das redações e em outros espaços de trabalho vinculados à comunicação. Ao longo do capítulo, são apresentados relatos que se complementam na análise de como as trajetórias pessoais contribuem para compreender as dinâmicas de desigualdade de raça e as possibilidades de resistência no jornalismo contemporâneo.

3.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Os perfis reunidos a seguir apresentam experiências e elementos da vida de jornalistas negros e negras entrevistados(as) nesta pesquisa, cujas experiências ajudam a compreender as dinâmicas de acesso, permanência e atuação no jornalismo. A diversidade de histórias evidencia tanto os mecanismos estruturais que dificultam o ingresso e a progressão de pessoas negras no jornalismo quanto as estratégias mobilizadas para enfrentar barreiras institucionais e simbólicas.

As trajetórias aqui descritas foram organizadas a partir de codinomes, preservando a identidade dos(as) participantes e permitindo uma leitura que enfatiza a singularidade das experiências, sem perder de vista os padrões coletivos que marcam o fazer jornalístico em contextos de desigualdade. Para preservar a identidade dos(as) jornalistas entrevistados(as), usamos codinomes inspirados em cores e tonalidades.

3.1.1 Malva

Malva tem 27 anos, é jornalista e relações públicas formada pela uma universidade estadual do Piauí. Natural de Parnaíba, mudou-se para Teresina em 2015. Desde os 17 anos, atua na área de comunicação, tendo passado por experiências como web repórter, produtora de TV, rádio e assessoria de imprensa, acumulando cerca de dez anos de trajetória.

Após a conclusão da graduação, seguiu trabalhando com assessoria de imprensa e, com o tempo, optou por se afastar da mídia, em razão das condições precárias do mercado. “Esse cenário me levou a reavaliar minhas escolhas profissionais, priorizando trabalhos que justificassem o investimento de tempo e energia”, relata.

Atualmente, Malva atua como assistente de marketing em uma clínica médica e segue conciliando essa função com a assessoria de imprensa, buscando mais liberdade profissional e qualidade de vida. Apesar de ter reconfigurado sua trajetória, mantém vínculos com a área por meio de participações em pesquisas acadêmicas e grupos de discussão, principalmente sobre gênero e negritude.

Sua trajetória de ensino fundamental e médio em instituições privadas foi viabilizada pelo trabalho do pai no exterior e pelo baixo custo de vida em sua cidade natal, proporcionou uma formação distinta da vivenciada por muitos de seus colegas negros.

A transição para a universidade pública evidenciou desigualdades educacionais e contribuiu para o início de sua identificação racial, processo intensificado pela ausência de referências negras no currículo do curso. Essa percepção de isolamento racial se estendeu também ao ambiente profissional, onde Malva constatou a predominância de pessoas brancas e a falta de espaços para discussão de questões relacionadas à negritude.

Essas vivências, desde cedo em seus anos de estágio, moldaram sua compreensão sobre as limitações e barreiras enfrentadas por mulheres negras no mercado de trabalho, como a dificuldade de reconhecimento, a ausência de redes de apoio e a escassez de representatividade.

Esses fatores motivaram a escolha do tema de seu trabalho de conclusão de curso, que abordou a invisibilização de profissionais negros na comunicação, e também orientaram sua busca por suporte psicológico com profissionais negros, como forma de elaborar as experiências relacionadas ao campo profissional e identitário.

3.1.2 Celeste

Celeste tem 69 anos, é da Capital do Rio de Janeiro e sua trajetória profissional teve início ainda durante a graduação, já no segundo semestre do curso de Jornalismo, trabalhando em um jornal — em 1974, período em que estudantes já ingressavam nas redações e acumulavam múltiplas funções, sem alocação editorial fixa. Sua passagem por diferentes editorias e posterior atuação em rádio demonstram um percurso marcado pela diversificação de tarefas. Além do jornalismo, atuou em áreas como publicidade, propaganda e marketing, o que indica uma exigência recorrente do mercado por profissionais polivalentes, mesmo quando essas atividades extrapolam o escopo da formação original. Essa ampliação de competências, embora tenha garantido sua permanência no campo da comunicação, também revela a necessidade de adaptação diante da ausência de estruturas de trabalho estáveis e da concentração de funções.

Celeste destaca em seu relato a experiência com o racismo, vivenciado-o desde a infância e perceptível na maneira como a sociedade e a educação construíam estereótipos sobre pessoas negras. A escolha pelo termo “preta” para autodeclaração está vinculada a uma perspectiva crítica, que busca evidenciar o caráter estrutural das desigualdades raciais. Ao longo da formação universitária, participou de atividades políticas e do movimento estudantil, sendo alvo de repressão em manifestações reprimidas pela polícia durante a ditadura militar. Posteriormente, passou a se aproximar do movimento negro, e sua identificação racial como mulher preta é abordada de forma direta, relacionada à experiência pessoal e familiar. Após concluir o curso em 1979, ingressou em veículos públicos de comunicação e atuou em assessorias do governo federal, chegando a integrar a comitiva do presidente João Figueiredo e a cobrir eventos internacionais.

Apesar da qualificação e do credenciamento, enfrentou resistências institucionais, como a tentativa de impedir sua participação em coberturas por parte de setores militares, motivada principalmente por seu histórico de militância política, embora a condição de mulher negra também tenha potencializado esse processo.

Posteriormente, foi afastada da comitiva presidencial. Esses episódios ilustram as barreiras enfrentadas por jornalistas negros, especialmente mulheres, cuja trajetória profissional pode ser interrompida ou restringida por mecanismos políticos e pela sobreposição de marcadores sociais de exclusão. Atualmente, está aposentada e dedica-se a atividades manuais, como aulas de cerâmica, retomando interesses desenvolvidos anteriormente na confecção de adereços para escolas de samba.

3.1.3 Coral

Coral tem 25 anos e é natural de um município localizado no noroeste do Paraná, região que abriga a maior proporção de habitantes negros do estado. Filha e neta de migrantes baianos, cresceu em um contexto de recursos limitados e iniciou sua vida profissional ainda na infância, conciliando os estudos na escola pública com o trabalho como babá. Na adolescência, chegou a manter três empregos simultaneamente. O primeiro contato com o jornalismo ocorreu por meio de uma visita técnica a um estúdio universitário, o que despertou seu interesse pela área. Sem apoio institucional ou familiar, buscou informações por conta própria e se inscreveu no vestibular de uma Universidade no interior do Paraná, sendo aprovada apenas na terceira chamada, em 2017, o que motivou sua mudança para a cidade sede da instituição de ensino superior.

Durante a graduação, enfrentou dificuldades relacionadas à origem e ao modo de falar, sendo alvo de comentários depreciativos, inclusive por parte de professores. Apesar disso, conseguiu avançar no curso e se destacar em atividades práticas. Seu primeiro estágio foi em uma emissora de TV local, onde atuou informalmente, já que a empresa não contratava estagiários diretamente. Posteriormente, foi efetivada e passou a realizar coberturas jornalísticas. Após a formatura, foi a única da turma a sair empregada, ingressando em uma emissora de televisão no estado do Paraná, onde permaneceu por dez meses antes de ser transferida para uma cidade maior e no momento do relato, estava em processo de transição para a capital do estado do Paraná, onde foi transferida para trabalhar na matriz da emissora de TV.

3.1.4 Cáprico

Cáprico, 64 anos, é natural de Campina Grande (PB) e iniciou sua trajetória no jornalismo nos anos 1980, com atuação inicial em rádios comunitárias da região. Mudou-se para a capital do estado aos 20 anos, onde consolidou sua carreira em emissoras regionais de rádio do setor público e privado, permanecendo até hoje em uma rádio estatal de grande abrangência na região. Trabalhou também em diversos jornais impressos locais, muitos dos quais foram descontinuados, mantendo atualmente produção diária de conteúdo digital para um portal de notícias de circulação estadual.

Iniciou sua atuação jornalística antes mesmo de concluir a educação formal, exercendo múltiplas funções em redações e emissoras, com destaque para reportagens e cobertura esportiva. A formalização da carreira ocorreu apenas mais tarde, quando, aos 33 anos, ingressou no curso de Comunicação Social de uma universidade federal do estado, formando-se aos 38. A trajetória de Cáprico é marcada por um percurso educacional interrompido e retomado em diferentes momentos. Filho de agricultores e oriundo de contexto rural, só iniciou a escolarização formal aos 11 anos e concluiu o primeiro grau por volta dos 20, conciliando estudo e trabalho. Após o casamento, concluiu o segundo grau e ingressou na universidade.

Nesse período, já atuava como jornalista, evidenciando a prática comum de ingresso precoce no mercado jornalístico, muitas vezes sem a formação exigida. A formação universitária foi motivada por pressões do mercado e conselhos de colegas, representando um esforço individual diante de uma trajetória marcada por dificuldades financeiras e acúmulo de responsabilidades familiares.

3.1.5 Griséo

Griséo tem 30 anos, nasceu em Belém do Pará e se mudou para Curitiba aos nove anos de idade. Estudou em escolas particulares da capital paranaense, onde desde cedo percebeu a diferença racial e regional em relação aos colegas, sendo uma das poucas estudantes negras em ambientes majoritariamente brancos.

A ausência de representatividade racial marcou também a sua formação em Jornalismo em uma universidade particular da capital, onde a presença de estudantes e professores negros era mínima. A escolha pelo curso se deu pela afinidade com a escrita e a comunicação, embora inicialmente não tivesse consciência sobre as questões raciais que afetavam sua trajetória. Durante a graduação, atuou como assistente em contrato temporário em uma afiliada de emissora de TV de alta audiência no Paraná e também em uma assessoria de imprensa. Esses trabalhos tinham caráter auxiliar e não envolviam diretamente atividades jornalísticas, revelando limitações no acesso a oportunidades de formação prática.

Após concluir o curso, Griséo enfrentou dificuldades para ingressar formalmente no mercado de trabalho na área desejada. Conseguiu uma vaga em uma agência de publicidade, onde permaneceu de 2018 a 2020, sendo posteriormente demitida no início da pandemia. Seguiu trabalhando como prestadora de serviços em outras agências, enfrentando ambientes de trabalho que ela considera abusivos e funções com as quais não tinha familiaridade, como

redação publicitária. Em 2022, foi contratada formalmente como jornalista em um sindicato, onde passou a atuar diretamente com entrevistas e produção jornalística.

No atual ambiente de trabalho, Griséo é a única mulher negra na equipe de comunicação. O reconhecimento da identidade racial como elemento estruturante de sua experiência profissional se construiu gradualmente, especialmente a partir de 2018, quando passou a refletir com mais profundidade sobre o impacto da negritude em sua vida pessoal e profissional. Ela diz que episódios vividos em cursos e no cotidiano de trabalho contribuíram para o desenvolvimento dessa percepção. Ela conta que o processo tem sido acompanhado por terapia, que tem auxiliado na compreensão de como o racismo e a solidão profissional afetam suas relações no trabalho. A experiência acumulada ao longo dos anos, marcada pela ausência de representatividade e pelas dificuldades de inserção e permanência na área, passou a ser compreendida a partir de uma perspectiva racializada, que influencia diretamente a forma como vivencia sua atuação como jornalista.

3.1.6 Âmbar

Âmbar tem 38 anos, é jornalista, historiador, doutor em Comunicação e pós-doutorando em História. Nascido em Dourados (MS) e criado em Ponta Porã, região de fronteira com o Paraguai, iniciou sua trajetória profissional em meio a dificuldades financeiras e estruturais, trabalhando desde os 14 anos para ajudar a família. Ingressou no curso de Jornalismo pelo ProUni e, ainda durante a graduação, atuou como estagiário em rádio e posteriormente em jornalismo institucional. Sua primeira experiência profissional significativa foi na Rádio Clube de Dourados, onde, com uma DRT provisória, foi contratado como repórter e premiado ainda jovem. Paralelamente à atuação profissional, coordenou projetos jornalísticos independentes e de laboratório na universidade, com enfoque em pautas sociais, ambientais e raciais, incluindo coberturas em aldeias indígenas e edições especiais sobre o Dia da Consciência Negra. A trajetória acadêmica e profissional de Âmbar foi construída com base em conciliações constantes entre trabalho e estudo. Após a graduação, fez uma especialização e ingressou no mestrado na Unesp, em Bauru, conciliando o curso com o trabalho em gabinete político.

Durante o mestrado, enfrentou barreiras como revistamentos policiais durante viagens e a ausência de orientação no final da pesquisa. Mesmo sem bolsa, concluiu o curso e foi convidado a dar aulas na universidade onde se formou. Posteriormente, ingressou no doutorado em Comunicação, financiado com recursos próprios e complementado por um cargo temporário

em uma universidade pública no Paraná. Concluiu o doutorado em dois anos, ao mesmo tempo em que coordenava um curso de Jornalismo em outra cidade do estado, tornando-se o primeiro professor negro a ocupar esse cargo no Paraná, segundo afirma. Sua atuação acadêmica e profissional foi marcada pela presença isolada em espaços institucionais. Em seu último emprego como professor em uma faculdade particular, permaneceu por quase uma década, sendo o único docente negro da instituição até sua saída.

Âmbar desenvolveu uma carreira que exigiu adaptação constante, transitando entre diferentes áreas e funções, como rádio, assessoria, docência e gestão. Sua inserção se deu em contextos de sub-representação racial, tanto no ensino superior quanto nos meios jornalísticos, e sua formação foi construída em meio à precariedade de recursos educacionais e à necessidade de responder a exigências do mercado que demandavam polivalência. Ao longo da trajetória, também enfrentou episódios de racismo, como o tratamento desigual da polícia durante viagens ao mestrado, e comentários sobre sua representatividade como professor negro. Âmbar trabalha na área de assessoria de imprensa em uma universidade pública estadual.

3.1.7 Rubro

Rubro tem 64 anos, é jornalista originário da Guiné-Bissau, onde atuou na área por cinco anos, sendo os dois primeiros como colaborador e os três seguintes como jornalista efetivo. Exercia suas funções em um contexto em que a maioria dos profissionais não possuía formação superior, e sua decisão de estudar no Brasil ocorreu em busca de um diploma universitário. Entre 1989 e o início da década de 1990, cursou Jornalismo em Santa Catarina, onde iniciou estágio em um jornal já no segundo ano do curso.

Após se formar, retornou temporariamente à Guiné-Bissau e trabalhou em uma rádio e em um jornal, além de colaborar com o primeiro jornal privado do país. De volta ao Brasil, seguiu como colaborador do mesmo jornal onde havia estagiado, exercendo funções de produção e edição de conteúdo. Durante sua formação, enfrentou situações pontuais de discriminação, como o episódio em que recebeu nota inferior a um colega por suposições da professora sobre sua capacidade intelectual.

Segundo Rubro, a formação acadêmica no Brasil ampliou sua compreensão sobre o jornalismo ao incluir debates teóricos e sociológicos, diferentes da abordagem técnica predominante em seu país de origem. Apesar de o curso contar com apenas um professor negro, temas raciais não eram incorporados de forma estruturada ao currículo. Após a graduação,

Rubro passou a atuar como professor em colégios da Guiné e, posteriormente, fez mestrado em Sociologia, motivado pela necessidade de aprofundar o domínio sobre métodos de pesquisa e análise de questões sociais. Mais tarde, como professor universitário em Santa Catarina, Rubro passou a integrar um ambiente institucional mais aberto ao debate racial e de gênero, especialmente após a implementação do ProUni. Atuando como um dos poucos docentes negros da instituição, contribuiu para ampliar as discussões sobre desigualdades sociais, tanto em sala de aula quanto em eventos acadêmicos. O curso de Comunicação da instituição de ensino superior privada de Santa Catarina, coordenado por professores com perfil mais engajado, promoveu uma série de atividades que abordavam temas de discriminação, sobretudo a partir dos anos 2000. Segundo Rubro, as pautas raciais e sociais foram incorporadas progressivamente ao ambiente acadêmico.

3.1.8 Púrpura

Púrpura é curitibana e iniciou sua trajetória no jornalismo de forma não planejada, influenciada pelo hábito de leitura de jornais impressos durante a adolescência vivida em Umuarama (PR). O primeiro contato profissional com a área ocorreu antes da graduação, quando assumiu uma vaga em um jornal local após indicação de um conhecido. Com experiência prática adquirida desde cedo, trabalhou como repórter sem formação e, ao perceber a necessidade de qualificação, retornou a Curitiba para cursar Jornalismo e realizar uma pós-graduação, atualmente estando vinculada ao mestrado de uma universidade federal no Paraná.

Durante a graduação, enfrentou dificuldades com a parte teórica por causa da formação deficiente no ensino médio, conciliando trabalho e estudos. Atuou como editora-chefe do jornal laboratório da faculdade e passou por diversos estágios, incluindo assessoria pública e agências de publicidade. Ao longo de sua carreira, trabalhou com reportagem, assessoria de imprensa, comunicação política, marketing e coordenação de comunicação. Passou por veículos impressos e digitais, além de ocupar cargos como chefe de comunicação em órgão do Congresso Nacional e secretária de comunicação municipal. Atualmente, integra a equipe de uma empresa de comunicação digital sediada em Santa Rosa - Rio Grande do Sul, focada em serviços de informação na internet.

A diversidade de experiências acumuladas reflete a necessidade de adaptação a um mercado que impõe aos jornalistas o exercício de múltiplas funções e atuações fora do jornalismo tradicional. A experiência no setor público e em campanhas políticas também compôs parte relevante de sua trajetória. Durante sua formação superior, Púrpura foi uma das poucas estudantes negras do curso. A convivência com colegas de origens socioeconômicas muito distintas evidenciou disparidades no acesso a oportunidades formativas, como viagens acadêmicas internacionais. Estudante financiada pelo FIES, dedicou-se aos estudos e à produção jornalística desde o início do curso, buscando compensar as desigualdades estruturais que marcaram sua formação anterior.

3.2 TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS E PROFISSIONAIS DE JORNALISTAS NEGROS: CONDIÇÕES DE ACESSO, REPRESENTATIVIDADE E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

Este texto examina as trajetórias educacionais e profissionais de jornalistas negros a partir de relatos de entrevistados, com ênfase nos diferentes contextos de acesso à educação, inserção no mercado de trabalho e experiências de discriminação. A análise aborda a intersecção entre desigualdades raciais e condições estruturais, destacando a ausência de representatividade no ensino superior e nas redações, o impacto das políticas públicas de inclusão e as estratégias individuais adotadas diante das barreiras institucionais. O material empírico é articulado com referências que discutem o papel da imprensa negra, o viés eurocêntrico na formação jornalística e as formas de exclusão racial no campo da comunicação.

As trajetórias educacionais dos entrevistados, marcadas por acessos distintos, inserem-se em um panorama mais amplo de exclusão histórica enfrentado pela população negra no Brasil, um contexto ao qual a imprensa negra buscou responder desde seus primórdios, lutando por direitos e visibilidade (Santos, 2011). Malva teve uma formação escolar em instituições privadas, viabilizada pelo trabalho do pai no exterior e pelo baixo custo de vida em sua cidade natal. “Não venho de uma família rica, mas meus pais sempre priorizaram minha educação. [...] Sempre estudei em escolas particulares” (Malva, 2024), uma trajetória distinta da vivenciada por muitos colegas negros. Assim como Griséo que, embora tivesse acesso privilegiado à educação, desde cedo percebeu a diferença racial nas escolas em que passou: “Estudei em

escolas particulares majoritariamente brancas, com pouquíssimos colegas negros” (Griséo, 2024).

A ausência de representatividade se estendeu à sua formação em Jornalismo em uma faculdade privada referência no Paraná: “No bloco de Comunicação Social, a presença de colegas negros também era mínima [...] (na época) não havia professores negros” (Griséo, 2024). Essa falta de professores negros também foi apontada por Malva, que identificava a falta de referências negras no currículo de seu curso em uma universidade pública: “Não tínhamos professores que discutissem questões raciais, nem leituras de autores negros [...] isso demonstra o descaso e a defasagem na inclusão de referências negras no ensino” (Malva, 2024). Tal cenário limita perspectivas e ecoa discussões sobre como a sub-representação negra em posições de influência impacta a prática jornalística e a própria experiência formativa (Entman, 1992; Jackson, 2022).

Em contraste com o acesso que Malva e Griséo tiveram, outros entrevistados dependeram de políticas públicas para ingressar no ensino superior, evidenciando as barreiras socioeconômicas. Púrpura, estudante de escola pública, conseguiu ingressar no jornalismo financiada pelo FIES. Âmbar também utilizou uma política de inclusão, o ProUni: “Acabei optando por Jornalismo e passei. Tinha nota para entrar tanto pela cota para negros quanto pela lista geral, mas optei pela cota” (Âmbar, 2024). O recurso a programas de ação afirmativa como FIES e ProUni, insere-se no contexto mais amplo da luta histórica por direitos e acesso a espaços historicamente negados à população negra. E ressalta a importância de políticas públicas de inclusão. A necessidade de ingressar cedo no mercado de trabalho, muitas vezes conciliando estudo e múltiplas jornadas em condições precárias, é uma marca nas trajetórias de vários entrevistados, antecipando desafios comuns na profissão. Coral, por exemplo, vinda de um contexto de recursos limitados, começou a trabalhar aos 12 anos como babá, chegando a ter três empregos simultaneamente na adolescência: “Quando criança, nunca tive incentivo à leitura. Com 12 anos, comecei a cuidar de crianças, trabalho que segui conciliando com os estudos” (Coral, 2024); “Aos 14 ou 15 anos, cheguei a ter três empregos” (Coral, 2024). Essa realidade converge com a de Âmbar: “Comecei a trabalhar aos 14 anos [...] Trabalhar era uma forma de ajudar em casa” (Âmbar, 2024). Durante a graduação, Âmbar atuou como estagiário e coordenou projetos jornalísticos independentes com enfoque social, ambiental e racial.

Outros iniciaram no jornalismo antes mesmo da formação superior completa, refletindo dinâmicas de um mercado que, em certos contextos, permitia ou impunha trajetórias menos lineares, especialmente para grupos sub-representados (Santos, 2011). Cáprico começou nos anos 1980 em rádios locais: “Naquela época, não era necessário ter o curso de Jornalismo”

(Cáprico, 2024). Oriundo do contexto rural e com escolarização tardia (“Entrei na escola com 11 anos e terminei o primeiro grau por volta dos 20 anos”), ele já exercia múltiplas funções. Púrpura também trabalhou como repórter sem formação: “Comecei a trabalhar como repórter antes da graduação [...] Trabalhei por um tempo sem formação, aprendendo os processos jornalísticos” (Púrpura, 2024). Durante a graduação, enfrentou dificuldades pela formação básica deficiente: “Tive dificuldades com a parte teórica, porque não havia uma biblioteca decente na escola onde estudei. Na faculdade, tive que correr atrás, lendo muito para me atualizar” (Púrpura, 2024). A convivência com colegas de origens distintas evidenciou disparidades no acesso a oportunidades.

Rubro também teve uma trajetória não linear, atuando por cinco anos em Guiné-Bissau antes de buscar o diploma no Brasil: “Trabalhei por três anos como jornalista efetivo. No total, foram cinco anos, mas os dois primeiros anos foram mais como colaborador e estagiário” (Rubro, 2024). Sua experiência posterior como um dos poucos docentes negros em uma universidade no sul, assim como a de Âmbar, único professor negro em uma faculdade particular por quase uma década (“Quando saí, alguém comentou: ‘Agora saiu o único professor negro que tínhamos, acabou de novo.’” - Âmbar, 2024).

As experiências de discriminação e microagressões marcam a formação e a inserção profissional dos entrevistados, ilustrando as barreiras psicossociais e o racismo institucional presentes tanto na academia quanto nas redações. Coral relata ter sido alvo de comentários depreciativos sobre sua origem e modo de falar, inclusive por professores: “Vindo de uma cidade pequena, fui humilhada algumas vezes, inclusive por um professor que debochava do meu jeito de falar” (Coral, 2024). Com o tempo, outras situações passaram a ser reinterpretadas sob uma nova perspectiva, à luz de maior maturidade e consciência racial. Coral recorda, por exemplo, que durante uma disciplina de telejornalismo, uma professora afirmou a ela e a uma colega negra que não poderiam aparecer em vídeo por conta do tipo de cabelo que tinham. “Ela dizia que o cabelo tinha que ser baixo, liso e curtinho. Isso nos abalava muito, porque parecia dizer que nós nunca teríamos espaço na TV apenas por sermos quem éramos” (Coral, 2024). Essas vivências refletem dinâmicas de exclusão que podem ser continuadas pela própria mídia (Entman, 1992) e que afetam negativamente o bem-estar e o senso de pertencimento de profissionais negros (Jackson, 2022). Apesar disso, Coral conseguiu avançar e realizar um estágio.

Griséo enfrentou dificuldades para conseguir o primeiro emprego após a formatura, iniciando em publicidade: “Foi muito difícil conseguir o primeiro emprego, especialmente porque eu não tinha experiência acumulada durante a graduação. Consegui uma vaga em uma

agência de publicidade [...] lidando com um ambiente abusivo e precário” (Griséo, 2024). Sua trajetória inicial em funções auxiliares durante a graduação (“Meu primeiro emprego [...] era uma espécie de assistente [...] trabalhei em uma assessoria de imprensa fazendo clippings” - Griséo, 2024) também aponta para possíveis barreiras no acesso a oportunidades de formação prática.

A falta de espaços para discussão racial e a ausência de representatividade levaram Malva a focar seu TCC na invisibilidade de profissionais negros, motivada por sua própria experiência: “Esse processo de descoberta pessoal me levou a escrever um TCC com base nessa vivência [...] motivada pela ausência de representatividade durante minha formação” (Malva, 2024). Essa atitude de converter experiências pessoais de racismo em reflexão crítica e produção de conhecimento dialoga com o papel histórico da imprensa negra como espaço de resistência e construção de narrativas contra-hegemônicas (Araujo, 2021).

Celeste, que iniciou a carreira nos anos 1970, relata a polivalência exigida na época: “Naquela época, era possível iniciar a carreira ainda como estudante [...] Nós fazíamos de tudo [...] era uma verdadeira ‘geralzona’” (Celeste, 2024). Sua participação no movimento estudantil durante a ditadura militar adiciona uma camada de complexidade à sua trajetória.

As trajetórias profissionais revelam a necessidade de adaptação a um mercado de comunicação dinâmico, muitas vezes precário, e a persistência da sub-representação racial. Muitos entrevistados desenvolveram carreiras multifacetadas, atuando além do jornalismo tradicional. Púrpura passou por reportagem, assessoria, comunicação política e marketing.

Âmbar transitou entre rádio, assessoria e docência. Celeste trabalhou em rádio, publicidade e marketing. Essa polivalência, por vezes romantizada como versatilidade, pode mascarar a precariedade e o acúmulo de funções. Malva, por exemplo, afastou-se do jornalismo tradicional devido às condições precárias: “As oportunidades que aparecem não valem o esforço, geralmente pagando menos do que um salário mínimo para produzir diversos materiais” (Malva, 2024). Essa realidade alinha-se às análises sobre as condições de trabalho desafiadoras no jornalismo, em que profissionais negros podem enfrentar obstáculos adicionais para estabilidade e progressão (Jackson, 2022).

Apesar dos desafios, algumas trajetórias apresentam maior estabilidade. Cáprico consolidou carreira em uma rádio onde permanece desde 1990: “Na Rádio, onde comecei em 1990, sigo até hoje” (Cáprico, 2024). Coral conseguiu emprego na TV logo após a formatura e se mantém na mesma empresa com progressões de carreira. Âmbar tornou-se o primeiro coordenador negro de um curso de Jornalismo no Paraná, um marco de representatividade. Rubro, como professor, integrou um ambiente mais aberto ao debate racial.

As diferentes manifestações de racismo – estrutural, institucional e interpessoal – perpassam significativamente os relatos, exemplificando os múltiplos níveis em que a discriminação racial opera e impacta a vida e a carreira de jornalistas negros (Coleman, 2003). Celestre identifica o racismo como estruturante desde a infância: “é perceptível na maneira como a sociedade e a educação construíam estereótipos sobre pessoas negras” (Celestre, 2024). Âmbar relatou abordagens policiais reiteradas e humilhantes. Rubro teve sua capacidade questionada por uma professora durante a formação.

Nesse contexto de enfrentamento a desafios raciais e sociais, a construção da identidade racial emerge, por vezes, como um processo posterior, catalisado pelo ingresso em espaços como a universidade ou o mercado de trabalho, onde as dinâmicas raciais se tornam mais evidentes. Malva relata: “Na universidade, comecei a me identificar como negra [...] Somente na universidade, ao sair desse ambiente, pude ler mais sobre o assunto e me sentir confortável para assumir meus cachos” (Malva, 2024).

Os entrevistados destacam que, embora em alguns casos tenham ocorrido contatos pontuais com temas de diversidade, a formação escolar e universitária ainda oferece pouco espaço para discutir a questão racial. Essa limitação repercute diretamente na construção das trajetórias profissionais de jornalistas negros, que identificam a necessidade de maior problematização no processo formativo.

Malva observa que “na universidade não havia discussões sobre raça, nem referências de autores negros, era tudo branco. Só fui entender melhor isso depois, já no mercado e com coletivos de jornalistas” (Malva, 2024). Celestre compartilha percepção semelhante, ao relatar que “durante a graduação, na década de 1970, não se falava em questão racial, a gente precisava se adaptar a um ambiente em que a diversidade não existia” (Celestre, 2024). Coral reforça esse quadro ao afirmar: “não tive professores negros nem leituras sobre autores negros, o tema não aparecia na formação. Só mais tarde, trabalhando, pude olhar para isso de outra forma” (Coral, 2024).

Cáprico enfatiza que “os cursos de comunicação sempre tiveram uma elite branca, não havia professor negro nem espaço para discutir desigualdade racial” (Cáprico, 2024). Griséo acrescenta que “na escola e na universidade ninguém incentivava a valorizar a identidade negra. Foi por isso que demorei a me reconhecer como mulher negra” (Griséo, 2024).

Âmbar relata que “na universidade, eu era muitas vezes o único negro e não havia espaço para esse tipo de debate. Era tudo silenciado” (Âmbar, 2024). Rubro segue na mesma direção: “na minha formação não teve abertura para falar de raça. Só fui me aprofundar depois, em coletivos fora da universidade” (Rubro, 2024). Já Púrpura reconhece que, apesar de algumas

provocações em sala, “não tive professor negro na graduação, nem discussão estruturada sobre diversidade. Foi só no mercado de trabalho que percebi como isso me afetava” (Púrpura, 2024). Apesar das diferentes experiências, todos convergem na avaliação de que a escola e a universidade ainda não oferecem a devida centralidade à temática racial. Os relatos evidenciam que, quando há debates, estes permanecem superficiais ou marginais, não sendo suficientes para enfrentar a complexidade das desigualdades raciais no campo do jornalismo. Assim, o peso dessa discussão acaba deslocado para espaços externos à academia, como coletivos, sindicatos e movimentos sociais, que passam a desempenhar o papel de tensionar e elaborar essas questões.

A análise das trajetórias educacionais e profissionais dos jornalistas entrevistados revela a presença de desigualdades estruturais que atravessam o acesso à formação, a inserção no mercado e a permanência na área da comunicação e jornalística. As narrativas destacam como a origem social, o contexto racial e o percurso formativo influenciam diretamente as oportunidades e os obstáculos enfrentados ao longo da carreira. O conjunto dos relatos evidencia que as experiências de sub-representação, racismo institucional e exclusão simbólica não se manifestam de forma isolada, mas como parte de um sistema que opera em múltiplos níveis e afeta de maneira diferenciada os sujeitos negros.

Ao longo das trajetórias analisadas, observou-se a recorrência de barreiras estruturais que condicionam o desenvolvimento profissional e a permanência de jornalistas negros no jornalismo. A próxima seção retoma esse panorama, com foco específico nos impactos do racismo no cotidiano desses profissionais, evidenciando como esse fenômeno atua na distribuição de oportunidades, no reconhecimento das competências e na organização das redações. A seção traz ainda reflexões sobre as formas de sobrecarga simbólica e material enfrentadas por esses sujeitos no exercício da profissão.

3.3 RELATOS SOBRE RACISMO, ISOLAMENTO E PRECARIZAÇÃO NAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

A presente seção reúne relatos dos(as) jornalistas entrevistados(as) que evidenciam a recorrência de experiências de racismo, isolamento e precarização ao longo de suas trajetórias profissionais. As falas apontam como esses elementos atravessam diferentes momentos da formação e do exercício do jornalismo, manifestando-se na distribuição desigual de pautas, na ausência de representatividade em cargos estratégicos, nas condições de trabalho e no

sentimento de constante necessidade de comprovação de competência. Esses depoimentos articulam dimensões estruturais e cotidianas da prática jornalística, possibilitando a identificação de padrões compartilhados entre os(as) profissionais entrevistados(as).

Celeste relata como a pauta racial era silenciada na universidade e em movimentos políticos no final da década de 70, de forma mais concreta, a divisão desigual das pautas em uma redação, com as mais prestigiadas destinadas a colegas brancos, enquanto pautas de menor relevância eram direcionadas a ela e outros profissionais pretos. Ela declarou: "As pautas mais simples ou consideradas menos interessantes, como saúde pública ou leptospirose, eram destinadas a mim ou a outros profissionais pretos" (Celeste, 2023).

Ela sentia que precisava fazer mais que os outros no trabalho para provar do mesmo valor. Como ela mesma expressa, "[...] essa desigualdade me marcou profundamente. Como mulher preta, eu sabia que precisava fazer o dobro do trabalho para ser valorizada no mesmo nível de uma colega branca" (Celeste, 2023). Essa percepção é acompanhada por Coleman (2003), que observa que a baixa diversidade nas redações impacta diretamente as decisões editoriais, tornando os temas raciais frequentemente negligenciados ou abordados de forma superficial (Coleman, 2003).

Cáprico enfrentou o racismo de forma ainda mais explícita, chegando a ser expulso de uma redação "por ser negro", além de sentir que não era escalado para eventos importantes. Ele enfatiza que os negros precisam ser melhores, mais preparados do que os brancos para se destacar. "Foi um amigo quem conseguiu o estágio para mim. Ele pediu à chefe de redação, que aceitou, mas não informou ao diretor. Quando o diretor soube, ele me tratou de forma preconceituosa, claramente racista" (Cáprico, 2023). Cáprico relembra que, mesmo na universidade, a representatividade era quase nula: "naquela época, não havia discussões sobre carreira de jornalistas negros ou questões raciais. Esse tema era ignorado" (Cáprico, 2023). Tal ausência de diversidade nas posições de decisão contribui para a manutenção de narrativas excludentes, como aponta Entman (1992), ao afirmar que a sub-representação de jornalistas negros em cargos de liderança mantém abordagens pouco diversas nas pautas e na cobertura jornalística.

Púrpura descreve o "isolamento racial" que sempre sentiu em espaços profissionais, mesmo antes do jornalismo, e a percepção estrutural de que pessoas negras não são vistas como "capazes" de ocupar certos cargos. Ela também expressa frustração ao ver colegas brancos mais jovens e menos experientes com melhores oportunidades: "é algo que sempre esteve presente na minha trajetória, esse isolamento racial nos espaços profissionais" (Púrpura, 2023). Ela também destaca que esse isolamento se repete desde sua vivência em trabalhos anteriores,

mesmo fora do jornalismo: "trabalhando como balconista em lojas ou em material de construção, eu também não tive colegas negros" (Púrpura, 2023). Nesse sentido, Rosa (2016) argumenta que as redações operam muitas vezes com estruturas simbólicas que naturalizam práticas discriminatórias, aprofundando o isolamento racial de jornalistas negros.

A precarização do mercado de trabalho no jornalismo é outro tema central que perpassa quase todos os relatos. Malva vivenciou a necessidade de trabalhar até o seu limite mental estar comprometido: "quase entrei em meu segundo burnout. [...] Apesar de todo o esforço, mal via o dinheiro, pois os salários eram baixos" (Malva, 2023). Ela relata que essa sobrecarga extrema deixou marcas: "nunca trabalhei tanto como em 2023. Foi um dos piores anos da minha vida" (Malva, 2023). Essa realidade de baixos salários e cargas horárias abusivas é ecoada por Celeste, que descreve sua experiência com o jornalismo como marcada pela precariedade. "Passei por veículos onde a estrutura era mínima, os salários baixos e os benefícios inexistentes" (Celeste, 2023). Esses relatos corroboram os achados de Nonato e Santiago (2022), segundo os quais a alta rotatividade e os contratos informais são características marcantes da experiência profissional de jornalistas negros.

Coral começou a trabalhar em várias empresas simultaneamente desde cedo na faculdade para se sustentar, com salários inicialmente muito baixos. "O salário era muito baixo, cerca de R\$ 400, então eu tinha que me virar para equilibrar as contas" (Coral, 2023). Ela também enfrentou a falta de estrutura nas empresas: "No início da minha carreira, muitas empresas não tinham estrutura para comunicação. Eu e meus colegas tínhamos que aprender sozinhos e desempenhar funções muito além das nossas responsabilidades de estagiários" (Coral, 2023). Essa vivência de sobrecarga e múltiplas funções, sem o devido reconhecimento, ilustra o que Nonato e Santiago (2022) identificam como resultado da sub-representação de negros em cargos de chefia, o que restringe a mobilidade e o avanço na carreira jornalística.

Griséo avalia a situação geral da profissão como "péssima", mencionando que a maioria de seus colegas abandonou a área. Ela ressalta a desigualdade de gênero e raça, pois só agora, em seu primeiro emprego, recebe o piso salarial, algo que homens jornalistas que conhece sempre receberam: "este é o primeiro emprego em que eu recebo o piso salarial como jornalista" (Griséo, 2023). Ela ainda observa que "da minha turma de jornalismo, conheço apenas três colegas que ainda estão na área. A maioria foi para agências de publicidade ou abandonou a comunicação completamente" (Griséo, 2023). Essa constatação encontra respaldo nos dados de Nonato e Santiago (2022), que destacam que mulheres negras enfrentam uma combinação interseccional de racismo e machismo, com menor acesso a benefícios e remuneração inferior. A falta de representatividade negra em diversos espaços da profissão é

um sentimento compartilhado. Cáprico notou a ausência quase total de negros em sua turma de universidade e de professores negros, bem como a dificuldade de encontrar negros na televisão na época. "Na minha turma, praticamente só havia um negro além de mim. Professores negros não havia nenhum" (Cáprico, 2023). Ele acrescenta: "até hoje é assim. Há mestiços, mas jornalistas negros com características marcantes, não" (Cáprico, 2023).

Rubro observa que a sub-representação ainda é evidente, com poucos negros em cargos de destaque como apresentadores, comentaristas ou chefias. Ele menciona que até mesmo comentaristas negros só apareceram em peso na TV durante um momento de forte pressão social relacionada a questões raciais: "durante o caso George Floyd [...] todos os comentaristas negros apareceram na GloboNews. Foi como se eles precisassem ser vistos e ouvidos naquele contexto" (Rubro, 2023). Entretanto, ele questiona: "mas hoje, quem permanece?" (Rubro, 2023). Esse sentimento de constante necessidade de excelência é também apontado por Lima (2023) como uma característica recorrente nas trajetórias de jornalistas negras, que enfrentam barreiras adicionais desde a formação até o exercício profissional.

Como consequência desses desafios, muitos profissionais acabam migrando para outras áreas. Malva observa que muitos colegas se decepcionaram e desistiram do jornalismo: "muitos saem do mercado de trabalho e optam por fazer concursos para não perder a formação. Outros mudam completamente de área" (Malva, 2023). Isso é corroborado por Celestre, que menciona que muitos estão indo para o meio acadêmico ou outras profissões, e por Griséo, que viu a maioria de sua turma abandonar a comunicação. Rubro mesmo migrou para a carreira acadêmica devido a impedimentos burocráticos que dificultavam o exercício do jornalismo: "no início, não assinava como jornalista responsável porque não tinha registro no sindicato [...] fui coagido a parar" (Rubro, 2023). Lima (2023) observa que essa transição é comum entre jornalistas negras, muitas das quais encontram na academia um espaço mais propício à continuidade de suas trajetórias e à produção de conhecimento crítico sobre o jornalismo.

Há também a percepção de que, embora o mercado ainda seja cruel, algumas mudanças estão acontecendo, muitas impulsionadas pela pressão social. No entanto, essa mudança ainda é vista como mínima e as práticas das empresas podem ser contraditórias. Cáprico propõe a adoção de cotas em empresas públicas como forma de reparação e incentivo para jovens negros: "acredito que as empresas públicas deveriam adotar cotas para negros, tanto em emissoras como a EBC quanto em rádios estaduais, jornais e TV públicas. Isso não traria igualdade completa, mas seria um começo, uma forma de reparação" (Cáprico, 2023). Âmbar incentiva seus alunos a reivindicar seu mérito e acredita que ocupar esses espaços e resistir já é uma forma de transformar a realidade, usando a visibilidade para a luta: "mostrar que chegamos, que somos

capazes e que estamos prontos para lutar por igualdade é fundamental para abrir caminhos para outros que virão" (Âmbar, 2023). Nesse sentido, Bedingfield (2023) destaca que a presença de jornalistas negros em veículos tradicionais pode remodelar o espaço público, desde que acompanhada de políticas institucionais que garantam sua permanência e influência.

Para as mulheres negras, as barreiras se intensificam. "É como se carregar todas essas interseccionalidades tornasse o percurso ainda mais sofrido" (Griséo, 2023). Outra barreira compartilhada é a precariedade do mercado de jornalismo, caracterizada por baixos salários, cargas horárias excessivas e falta de estrutura. Estudos como os de Lima (2023) evidenciam que essas condições afetam de maneira desproporcional as mulheres negras, que enfrentam o racismo institucional de forma cotidiana.

No que tange às barreiras, o racismo e a discriminação racial figuram como o obstáculo para todos os profissionais entrevistados. Enquanto um profissional relatou ter sido expulso explicitamente de uma redação, outros enfrentaram o racismo de formas mais sutis, como a distribuição desigual de pautas, com matérias consideradas mais importantes ou prestigiosas sendo rotineiramente direcionadas a colegas brancos. A falta de representatividade no ambiente de trabalho e na academia também é uma barreira sentida por diversos profissionais, levando a um sentimento de isolamento racial.

A necessidade constante de identificar e corrigir vieses raciais em conteúdos, algo não ensinado formalmente, acrescenta um peso adicional e exaustivo ao dia a dia de alguns: "Quando chega o Dia da Consciência Negra, por exemplo, vejo designers e profissionais de marketing fazendo campanhas sem o devido cuidado [...] acabo identificando esses detalhes e me sinto responsável por corrigi-los" (Malva, 2023). Há também a barreira estrutural que se manifesta na percepção de que pessoas negras não são vistas como capazes de ocupar certos cargos de destaque.

A representatividade em cargos de chefia, apresentação e comentário continua significativamente baixa. Muitos migraram para o meio acadêmico, para mídias digitais ou áreas correlatas como assessoria, marketing e comercial. "Optei pelo trabalho como PJ (não registrado) para ter mais liberdade, mas isso também exige abrir mão de muitas coisas e desenvolver uma inteligência emocional forte para lidar com situações difíceis" (Malva 2023).

O desenvolvimento profissional desses jornalistas demonstra notáveis semelhanças na forma como superam as barreiras. A resiliência e a insistência são qualidades em destaque: "mesmo com todas as dificuldades, sofrimento e preconceito, insisti" (Cáprico, 2023). A vivência das dificuldades e do racismo também leva ao desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a sociedade e a profissão. A capacidade de identificar racismo em conteúdos e o

engajamento em movimentos sociais como resposta ao silenciamento são exemplos disso. "Decidi me engajar no movimento negro, onde a luta era mais próxima da minha realidade" (Celeste, 2023). Muitos veem a ocupação dos espaços conquistados como uma forma de usar essa visibilidade para a luta e para abrir caminhos para as próximas gerações. A migração para a academia é vista por alguns como uma oportunidade na formação de novos profissionais: "muitos estão migrando [...] o que considero positivo, pois permite que levem sua visão crítica e social para as próximas gerações" (Celeste 2023).

Os relatos apresentados evidenciam como o racismo, o isolamento e a precarização integram a experiência profissional de jornalistas negros e negras de forma sistemática, influenciando tanto a inserção quanto a permanência na área. A recorrência dessas situações nos diferentes contextos narrados indica a atuação de mecanismos estruturais que excedem casos individuais e revelam padrões mais amplos de exclusão. A seguir, a próxima seção reúne falas que convergem em torno de uma percepção comum: a sub-representação de pessoas negras nos espaços de visibilidade e liderança no jornalismo brasileiro. Esses relatos abordam não apenas a constatação dessa ausência, mas também suas implicações sobre as oportunidades, as narrativas e os limites da transformação no campo comunicacional.

3.4 SUB-REPRESENTAÇÃO E VISIBILIDADE: PERCEPÇÕES SOBRE A AUSÊNCIA DE JORNALISTAS NEGROS EM ESPAÇOS DE PODER

Esta seção analisa os relatos dos(as) jornalistas entrevistados(as) que expressam a percepção recorrente de sub-representação de pessoas negras em posições de destaque, liderança e visibilidade no jornalismo brasileiro. Os relatos destacam como essa ausência, vivida ou observada, afeta não apenas as trajetórias individuais, mas também a diversidade de vozes e perspectivas nas redações e nos produtos jornalísticos. As falas permitem identificar como a limitação de acesso a esses espaços contribui para a manutenção de estruturas excludentes e para a reprodução de estereótipos, refletindo a continuidade de um modelo de organização profissional marcado por desigualdades raciais.

Há um consenso entre todos os profissionais que abordam o tema de que a sub-representação de pessoas negras é uma realidade no jornalismo brasileiro, especialmente em posições de destaque, liderança e visibilidade (como na televisão). Todos relatam essa ausência como algo vivido ou observado, e percebem que essa falta de representatividade tem impactos negativos, reforçando exclusão e estereótipos. Apesar de alguns notarem pequenos avanços ou

exemplos pontuais, a percepção geral é de que o cenário ainda é muito insuficiente e que "falta muito" para atingir uma representatividade justa e equilibrada. As ideias dos profissionais sobre este ponto convergem completamente, refletindo uma experiência compartilhada do problema. Malva vivenciou de perto essa ausência em um congresso de jornalismo focado em negritude, onde, apesar de um auditório cheio de jornalistas negros, o palco era ocupado por pessoas brancas conduzindo a discussão, uma cena que lhe causou impacto e reforçou a pergunta de uma colega sobre a falta de negros em posições de destaque nos grandes meios de comunicação (Malva, 2024). Celeste corrobora essa percepção ao afirmar que há "pouca representatividade em todas as instâncias de poder" (Celeste, 2024) e, especificamente na mídia. Embora ela note mais mulheres em cargos de decisão, ressalta a persistente falta de representatividade de mulheres negras em posições de destaque.

Essa ausência de mulheres negras na mídia tradicional também é abordada por Christofolletti e Watzko (2009, p. 94), que destacam que "a presença de mulheres negras nos jornais e nas redações ainda é cercada por invisibilidade, mesmo diante de políticas pontuais de diversidade", o que ajuda a compreender a recorrência desse relato nas entrevistas.

Coral, baseada em sua experiência em várias profissões, incluindo o jornalismo, observava na faculdade e no trabalho a "ausência de representatividade" de negros em cargos de prestígio. "Isso faz com que a rara presença de alguém negro nesses espaços fosse vista como algo extraordinário, quando deveria ser algo normal [...] Essa falta de representatividade reforça estereótipos e limita as possibilidades de identificação para as próximas gerações" (Coral, 2024). Cáprico é enfático ao declarar que nunca teve chefes negros em toda a sua carreira no jornal ou na rádio. Ele aponta que cargos de chefia e superintendência em veículos, mesmo os públicos, sempre foram ocupados por pessoas brancas, frequentemente por indicação política, o que ele vê como contribuindo para a falta de representatividade e reforçando a exclusão. "Há sub-representação de negros tanto nas pautas jornalísticas quanto em cargos de liderança. [...] nas telas, quase não vemos negros [...] quase não há negros ou negras trabalhando em televisão no Nordeste" (Cáprico, 2024).

Essa leitura é reforçada por Lima (2023), ao evidenciar que "a ausência de pessoas negras em cargos de poder na mídia não é acidental, mas sim reflexo de um sistema que historicamente constrói e reproduz desigualdades raciais no campo jornalístico" (Lima, 2023, p. 115). Griséo compartilha deste sentimento: "falta representatividade. Falta ocupar mais espaços de destaque [...] a presença de jornalistas negros em posições proeminentes ainda é raro" (Griséo, 2024).

Âmbar também evidencia em sua fala essa questão. "A sub-representação de jornalistas negros é uma realidade evidente. No mercado, espaços de destaque eram atingidos muito mais rapidamente por pessoas não negras [...] profissionais negros precisam se esforçar mais para alcançar os mesmos lugares" (Âmbar, 2024). Ele percebe diferenças regionais, com maior presença em estados de população predominantemente negra como Bahia ou Rio de Janeiro, mas destaca que, especialmente em redações privadas no Sul do Brasil, a preferência "recaía sobre profissionais brancos". Âmbar também menciona a questão da autoidentificação: "Em minha experiência atuando no Mato Grosso do Sul, percebi que muitos profissionais negros não se assumem como tal, preferindo se declarar como 'moreno', pois o preconceito no Brasil se liga mais à cor da pele" (Âmbar, 2024). Ele reflete: "Meu cartão de visita é minha pele. Quando chego em um lugar, ninguém pergunta se sou doutor ou pesquisador. O que enxergam primeiro é minha cor" (Âmbar, 2024). Essa percepção é alinhada ao que Rosa (2016) aponta ao afirmar que jornalistas negros enfrentam "um processo contínuo de reafirmação de sua competência diante da dúvida ou do preconceito silencioso de colegas e superiores" (Rosa, 2016, p. 79), resultado da exclusão simbólica e material no campo midiático.

Quanto às ações afirmativas e iniciativas para combater essa sub-representação, os relatos dos profissionais se mostram mais complementares, abordando diferentes frentes de luta e os desafios encontrados. Essa discussão remete à análise de Araújo (2000), que destaca que "o acesso aos meios de comunicação por parte de grupos historicamente marginalizados, como a população negra, passa por mecanismos de exclusão simbólica que se manifestam tanto na formação acadêmica quanto na estrutura das empresas jornalísticas" (Araújo, 2000, p. 45).

Celeste detalha a resistência dentro das universidades em abordar questões raciais de forma profunda, citando exemplos de projetos sobre cotas e questões raciais rejeitados por bancas acadêmicas na UFRJ, mesmo sendo uma escola conceituada. Ela menciona a dificuldade em abordar temas como a filosofia nagô e como projetos de doutorado relacionados à questão racial foram constantemente rejeitados, refletindo o preconceito no meio acadêmico. "Lá, um professor dá aula sobre filosofia nagô. Um dia, pedi para assistir a uma aula e ele disse aos alunos: 'Se alguém perguntar sobre a aula, digam que estamos tratando de um novo olhar sobre comunicação, uma nova visão'. Ele pediu que evitássemos falar que o tema era filosofia nagô" (Celeste, 2024). Celeste também afirma que "é impressionante como uma escola de comunicação tão importante consegue ser tão fechada para temas como negritude, branquitude e questões raciais. Isso reflete o quanto ainda há preconceito no meio acadêmico, mesmo em 2021" (Celeste, 2024). A observação de Celeste dialoga com a crítica de Munanga (2004), pois "as instituições de ensino superior, ainda que tenham avançado em políticas de inclusão,

permanecem reféns de uma estrutura epistemológica eurocentrada, que marginaliza saberes afro-brasileiros" (Munanga, 2004, p. 89).

Âmbar fala de estratégias de resistência em espaços profissionais e do trabalho no sindicato promovendo "políticas públicas para pessoas negras", apesar de esbarrar em quem está no poder. "Dentro dos espaços profissionais, estratégias de resistência costumam ser espontâneas. No sindicato dos jornalistas do meu estado a presidência era sempre ocupada por brancos" (Âmbar, 2024). Ele reconhece a existência de leis para inclusão em mídias públicas, mas destaca que o cumprimento é um desafio, especialmente em redações privadas. "As leis que promovem a inclusão racial nas mídias públicas já existem, mas cumpri-las ainda é um desafio" (Âmbar, 2024). Âmbar também vê as universidades "avançando no debate sobre diversidade racial", com diretrizes em seus projetos pedagógicos, o que considera positivo no papel, mas levanta a questão de como o mercado reagirá a esses avanços e a complexidade futura com tecnologias como IA: "Como o mercado reage a esses avanços é outra questão. Por exemplo, com o crescimento da inteligência artificial, imagino um futuro onde o público poderá escolher quem quer ver apresentando um telejornal, até mesmo personagens fictícios ou criados digitalmente" (Âmbar, 2024).

Essa análise converge com a reflexão de Rosa (2016), aponta que "a resistência dos profissionais negros se articula também na ocupação de espaços de disputa simbólica, como sindicatos e conselhos de comunicação, ainda que enfrentem resistências internas e externas" (Rosa, 2016, p. 123). Púrpura expressa satisfação em estar sindicalizada e poder contribuir no "fazer avanços concretos", mencionando o trabalho da FENAJ em relatórios com recortes raciais e projetos locais como a criação de uma diretoria para jornalistas seniores, posicionando o sindicato como um espaço vital de ação e busca por políticas, apesar das dificuldades: "Atualmente, estamos trabalhando junto ao sindicato em um relatório da Fenaj sobre violência, com recortes específicos por gênero, raça e idade." (Púrpura, 2024).

Ela também menciona a experiência positiva de ter professores progressistas na faculdade que incentivavam reflexões sociais e raciais, embora reconheça que isso era uma exceção. "Na faculdade, eu não tive nenhum professor negro. [...] Apesar disso, alguns alunos e professores incentivavam reflexões sobre questões sociais. Só que eu acho que isso era menos do que se faz agora" (Púrpura, 2024). "Hoje, onde trabalho, temos uma pauta muito mais ampla de direitos humanos, abordando não apenas questões raciais, mas também indígenas, LGBTQIA+ e sem-terra" (Púrpura, 2024).

Griséo indica sua percepção quanto a uma possível solução: "tudo começa com representatividade, debates e a valorização de todas as vozes dentro da área" (Griséo, 2024),

apontando a conscientização e a discussão como caminhos fundamentais. Ela também cita um exemplo positivo no jornal onde trabalha, onde a liderança "politizada" garante o cuidado em evitar estereótipos, mostrando como a postura individual ou de liderança pode gerar ações positivas, mesmo sem programas formais (Griséo, 2024).

Griséo também reflete sobre o impacto pessoal da falta de suporte na infância e juventude para lidar com questões de identidade racial, que gera inseguranças na vida adulta: "Ainda hoje, em algumas instituições, há professores que incentivam alunos a alisar o cabelo ou mudar traços que fazem parte de quem eles são. [...] Como costumo dizer para minha psicóloga, são como monstros que voltam de vez em quando" (Griséo, 2024).

Apesar das abordagens e focos variarem – do desafio na academia e da luta sindical à importância da legislação, da conscientização e da postura das lideranças – as ideias dos profissionais convergem no sentido de reconhecerem a necessidade urgente de ir além da constatação do problema e de buscarem ou identificarem caminhos para a mudança. No entanto, os relatos também mostram que a implementação dessas ações enfrenta resistência estrutural – seja na academia, nas empresas que negam dados – e que, mesmo onde há iniciativas, os avanços ainda são percebidos como "muito pouco" diante da magnitude do problema.

Os relatos apresentados evidenciam a convergência de percepções sobre a sub-representação de jornalistas negros em posições de visibilidade e liderança no jornalismo, ressaltando seus efeitos sobre o reconhecimento profissional, a diversidade de narrativas e a legitimação simbólica no campo midiático. A persistência desse cenário, ainda que marcada por avanços pontuais, indica limites estruturais que condicionam o acesso a espaços de poder. Na sequência, a próxima seção reúne relatos que tratam diretamente das experiências de discriminação vividas pelos(as) entrevistados(as), abordando diferentes formas de violência — explícitas e sutis — que atravessam o cotidiano profissional e impactam o bem-estar, a saúde mental e a permanência desses sujeitos no campo do jornalismo.

3.5 ENTRE A DISCRIMINAÇÃO E O ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS: RACISMO NO COTIDIANO PROFISSIONAL

Esta seção reúne relatos que evidenciam como o racismo se manifesta de forma transversal nas carreiras de jornalistas negros e negras, atravessando desde os vínculos acadêmicos até as dinâmicas laborais. As experiências narradas revelam episódios de discriminação explícita e velada, envolvendo assédio moral, imposição de padrões estéticos

eurocentrados, pressões hierárquicas indevidas, invisibilidade institucional e práticas de exclusão simbólica. Esses testemunhos não apenas reiteram os obstáculos enfrentados para o exercício pleno da profissão, como também apontam para os impactos dessas violências sobre a saúde mental, a autoestima e a permanência desses profissionais.

Malva afirma que enfrentou assédio moral em 80% de suas experiências profissionais, com chefias nunca satisfeitas, insinuando que ela não era a autora de seu próprio trabalho e fazendo comparações depreciativas baseadas na aparência, o que a levou a buscar ajuda psicológica e a um burnout. "Essas experiências me afetaram profundamente. Durante um período da universidade, eu chorava todos os dias sem entender o motivo. Foi quando busquei ajuda psicológica. Minha psicóloga me ajudou a identificar que eu estava a caminho de um burnout" (Malva, 2025).

Malva percebeu o que chamou de uma expectativa social de que mulheres negras ocupem posições de servidão, não de liderança, o que se reflete até mesmo na necessidade de aprovação de seu trabalho por pessoas fora de sua área. "Já vivi situações em que meu trabalho precisava ser aprovado por profissionais de hierarquia superior que sequer faziam parte da minha área, mas se achavam no direito de interferir" (Malva, 2025). Essa observação é coerente com o que descrevem Somani e Hopkinson (2018), ao identificarem que jornalistas negros frequentemente sentem a necessidade de apagar traços de sua identidade racial como forma de se conformar aos padrões hegemônicos brancos nas redações jornalísticas.

Malva também relata a dor de sofrer racismo vindo de outras pessoas negras. "Não é só o branco que reproduz racismo; muitas vezes, pessoas negras também fazem isso, e pode ser ainda mais doloroso" (Malva, 2025). Essa complexidade das relações raciais também é explorada por Lima (2023), ao abordar como o racismo estrutural se manifesta em diferentes esferas da vida profissional de jornalistas negros, inclusive por meio da reprodução de estigmas dentro do próprio grupo racial.

Celeste sentiu a discriminação mais entre colegas do que com chefes. Ela percebeu uma postura hostil de colegas, especialmente quando era a única pessoa negra em evidência, como na comitiva presidencial. Ela diz que colegas criavam situações desconfortáveis, interferiam excessivamente em seu trabalho autoral e a criticavam por abordagens mais poéticas, numa tentativa velada de "empurrá-la para um lugar que não era o seu". Comentários sobre sua "beleza exótica" em contraste com a "beleza clássica" de uma colega branca reforçavam a ideia de que a beleza preta não era o padrão aceito. "Essa fala me fez refletir, porque reforça a ideia de que a beleza preta é sempre colocada como 'exótica', enquanto a beleza branca é aceita como padrão, simplesmente por ser" (Celeste, 2025). Esse tipo de classificação estética é identificado

no estudo de Somani e Hopkinson (2018), que relatam a pressão estética sofrida por jornalistas negros, em especial as mulheres, inclusive quanto à textura do cabelo e à tonalidade da pele, elementos que impactam diretamente nas oportunidades de visibilidade profissional.

Celeste também menciona ter sofrido violência física em situações de trabalho e sentir a violência emocional de ser apenas "suportada", tolerada sem respeito verdadeiro, como no episódio em que um entrevistado comentou a equipe majoritariamente negra. "Ele comentou: 'Nossa, só tem preto aqui.' Fiquei pensando: será que ele diria o mesmo se fosse uma equipe inteira de brancos?" (Celeste, 2025). Ela destaca como a imprensa muitas vezes mantém estereótipos racistas e a desilusão ao descobrir figuras influentes acusadas de racismo. "É desanimador perceber que alguém com tanta influência possa ter atitudes racistas" (Celeste, 2025). Essa constatação está alinhada com as análises de Entman (1992; 1994), que demonstram como a representação estereotipada de pessoas negras na mídia influencia a percepção pública, associando frequentemente a negritude a aspectos negativos e reforçando o racismo estrutural.

Coral enfrentou humilhação de um professor por sua origem e, de forma mais grave, de uma professora de telejornalismo que impunha um padrão estético de cabelo liso e curto, afirmando que ela e outra aluna negra não poderiam aparecer no vídeo por causa de seus cabelos. "Ela dizia que o cabelo tinha que ser baixo, liso e curtinho. Isso nos abalava muito, porque parecia dizer que nós nunca teríamos espaço na TV apenas por sermos quem éramos" (Coral, 2025). Essa imposição de padrões estéticos eurocentrados é denunciada por Lima (2023), que relata como jornalistas negras enfrentam o questionamento de sua intelectualidade e de sua imagem, inclusive com pressões explícitas para modificar sua aparência como forma de obter aceitação profissional.

Coral também relata episódios de assédio sexual na faculdade, percebendo como as relações de poder acadêmicas podem ser usadas abusivamente, e como o medo de denunciar era grande. "[...] até hoje sinto nojo ao lembrar dessas situações" (Coral, 2025). Coral conta que no mercado de trabalho, enfrentou piadas racistas de um colega/chefe, o que gerava desconforto e a limitava na sugestão de pautas. "Ele fazia piadas racistas, comparando cabos embolados ao cabelo crespo de mulheres negras" (Coral, 2025).

Cáprico foi expulso de uma redação e forçado a seguir um padrão de aparência, sendo repreendido por deixar a barba crescer. "Mesmo na rádio, onde não havia exposição de imagem, existia essa cobrança. Se deixasse a barba crescer, já me viam como alguém que estava defendendo a bandeira dos negros ou tentando se impor de alguma forma" (Cáprico, 2025).

Griséo percebe um tratamento diferente e mais crítico em relação ao seu trabalho comparado ao de uma colega branca, vindo da direção do sindicato em que faz parte. Ela nota que, embora sutil, a diferença nas palavras usadas para avaliar seu trabalho ("alterações" vs. "ajustes") é perceptível. No passado, em agências, sentiu-se subestimada por clientes que se dirigiam a seu chefe homem mesmo conversando com ela. Ela também aponta a falta de preocupação de jornalistas brancos em incluir diversidade na seleção de fontes e em bancos de imagens. "Quando sugeri a inclusão de famílias negras em uma campanha, uma colega me disse que era difícil encontrar fotos" (Griséo, 2025).

Rubro, ao chegar ao sul do Brasil nos anos 80, sentiu o impacto cultural e a discriminação. Ele descreve a dificuldade de lidar com a ausência de pessoas negras na sala de aula e percebia os olhares, piadas e a discriminação. "Durante todo o curso, fui o único negro. Apenas no último semestre, chegou um aluno negro do Rio de Janeiro, mas ele infelizmente faleceu logo depois" (Rubro, 2025).

Púrpura relata a invisibilidade que enfrenta, mesmo entre lideranças do movimento negro que não a reconhecem apesar de sua posição de destaque. Ela descreve isso como um sintoma do racismo estrutural tão entranhado que até mesmo pessoas negras podem naturalizar a ausência de outras em espaços de poder. "Esse apagamento, essa infertilidade no tratamento [...] não acontece só no jornalismo. Se eu fosse advogada, médica, dentista, aconteceria da mesma forma" (Púrpura, 2025). Ela percebe que essa dinâmica não é exclusiva do jornalismo, mas decorre da ideia de que pessoas negras não pertencem a certos espaços de poder. Como aponta Lima (2023), a exclusão simbólica e institucional de jornalistas negras está relacionada a um histórico de ideologias racistas que, desde a formação escolar, restringem suas possibilidades de ascensão. Púrpura também menciona a pressão para que mulheres, especialmente mulheres negras, sejam "complacentes", sendo taxadas de "agressivas" por terem uma postura firme. "A mulher que não disse sim para tudo, ela é agressiva. E se for o caso, se for necessário, eu vou continuar com essa postura" (Púrpura, 2025). Essa expectativa social é reiterada por Jackson (2022), que analisa como jornalistas negras são frequentemente rotuladas negativamente ao manifestarem assertividade, em contraste com a permissividade atribuída a seus pares brancos.

Os relatos indicam que houve algumas mudanças ao longo do tempo, embora o cenário ainda seja desafiador. Malva acredita que houve uma evolução na representatividade no mercado nos últimos anos, mas a considera "muito mascarada". "Por exemplo, aqui no Piauí, consigo contar nos dedos os profissionais negros que estão em TV" (Malva, 2025). Da mesma forma relata Coral, atuante como repórter de TV, que diz ver pequenos movimentos

acontecendo nos bastidores de sua empresa, com seu chefe tentando contratar mais profissionais negros de forma discreta. "Ele mencionou que faz isso de forma discreta, enviando vagas diretamente para pessoas negras, porque não há políticas institucionais que apoiem essa prática" (Coral, 2025). Coral também destaca o aumento da autodeclaração de pessoas negras no Paraná entre 2010 e 2022 como um sinal de letramento racial e autoconhecimento na sociedade. Segundo Nonato e Santiago (2022), esse crescimento pode ser atribuído às políticas públicas de acesso ao ensino superior, embora o avanço qualitativo, sobretudo na ocupação de cargos de liderança e na promoção de políticas institucionais de inclusão, permaneça limitado.

Rubro observa que, hoje, há mais pessoas negras no curso universitário onde estudou, o que ele atribui em parte às cotas. "Os dados mostram que quem entra pelas cotas muitas vezes tem um desempenho acadêmico até melhor do que os demais" (Rubro, 2025). Ele menciona que sua filha, que estudou na mesma universidade anos depois, percebeu o quanto o cenário havia mudado desde 1988. No entanto, ele ressalta a falta de progresso na representatividade em cargos de liderança e comentaristas. Essa situação é corroborada por Lima (2023), que demonstra que, apesar da ampliação do acesso ao ensino superior por meio das cotas, a permanência e a valorização profissional de jornalistas negras continuam comprometidas pelas estruturas raciais excludentes no mercado de trabalho.

Âmbar afirma que a luta por inclusão é constante e que, mesmo diante das barreiras, é necessário continuar. Ele menciona avanços na programação de canais públicos: "A programação atual de canais como a TV Brasil, que tem alcançado maior diversidade, é um avanço, embora o público ainda seja limitado" (Âmbar, 2025). Essa observação encontra respaldo em Araujo e Peruzzo (2021), que destacam a importância de veículos alternativos e comunitários na ampliação da representatividade negra e na valorização de pautas que tradicionalmente não encontram espaço na mídia hegemônica.

Púrpura afirma que, em tese, certos espaços de poder não podem mais ser negados a pessoas negras hoje, o que sugere uma mudança em relação ao passado. "Esses espaços não são para pessoas como nós. [...] Esse apagamento, essa invisibilidade, é muito estressante" (Púrpura, 2025).

Como apontam Nonato e Santiago (2023), embora haja um crescimento na presença de jornalistas negros nas redações, essa presença ainda é marcada por obstáculos estruturais e simbólicos que restringem o acesso a cargos de liderança e decisão. A persistência da invisibilidade institucional contribui para um ciclo de exclusão que se perpetua mesmo diante de conquistas aparentes.

A importância da representatividade emerge como um tema central nos relatos, sendo crucial em múltiplos níveis. Para Coral, ver Aline Aguiar na TV usando tranças nagô foi inspirador, mostrando a força da representatividade e a possibilidade de ser quem ela era. "Uma criança em Prudentópolis - PR, por exemplo, me disse que meu cabelo cacheado era como o dela. Essa troca de identificação é poderosa" (Coral, 2025). Ela viu como isso impactou outras pessoas, gerando identificação, e como pessoas negras da periferia expressaram o significado de vê-la ocupando um espaço na mídia. Esse tipo de reconhecimento reafirma a importância de ser visível. Segundo Lima (2023), a visibilidade de profissionais negras em posições públicas tem um efeito formativo sobre a autoestima de jovens negras, ao promover referências simbólicas que rompem com os padrões de exclusão e inferiorização racial historicamente consolidados.

Celeste destaca que aprender sobre a história do povo negro e reconhecer figuras negras importantes a ajudou a superar as dificuldades, construir autoestima e uma visão positiva sobre sua identidade e contribuição. "Essa valorização vem da militância, das leituras e das conexões com outros negros" (Celeste, 2025). Essa construção de identidade racial positiva, conforme argumenta Jackson (2022), está diretamente ligada à possibilidade de pertencimento e de desenvolvimento pessoal e profissional dentro de estruturas que historicamente marginalizaram sujeitos negros.

Âmbar reforça que a representatividade negra na mídia é crucial, mas depende das decisões dos donos dos veículos. Compartilhar sua própria história de resistência é visto como uma forma de reforçar a importância de lutar para abrir caminhos. "Em uma dessas ocasiões, dois alunos negros comentaram: 'É a primeira vez que vejo alguém negro com doutorado falando assim'" (Âmbar, 2025). Essa observação está em consonância com o que propõe Bedingfield (2023), ao destacar que jornalistas negros, ao ocuparem espaços de prestígio, como universidades e grandes redações, ressignificam os limites da imprensa tradicional e possibilitam a inserção de novas narrativas e epistemologias negras no espaço público.

Rubro evidencia a importância da representatividade ao notar a falta de jornalistas negros cobrindo temas da comunidade negra, o que significa que as experiências e vivências dessa população não estão sendo contadas por quem as vive. "Negros são mais de 50% da população, mas não têm o protagonismo que deveriam nas notícias" (Rubro, 2025). Essa ausência de protagonismo nas pautas é abordada por Pritchard e Stonbely (2007), que identificam a prática de designar jornalistas negros exclusivamente para temas raciais, limitando suas possibilidades profissionais e contribuindo para a manutenção de uma estrutura de invisibilidade e segmentação racial dentro das redações.

Púrpura, através de seu podcast, aborda diretamente o impacto negativo da falta de reconhecimento e da invisibilidade, mesmo para quem ocupa espaços de destaque. "Eu não sou qualquer pessoa, mas ainda assim sou invisível para gente que deveria saber quem eu sou" (Púrpura, 2025). A necessidade de ser visto e reconhecido, não como uma questão de ego, mas como uma forma de desafiar a ideia enraizada de que pessoas negras não pertencem a espaços de poder, sublinha a importância da representatividade. Como discute Rosa (2016), a legitimidade simbólica dentro do jornalismo está fortemente condicionada pelas estruturas de poder racializadas, que frequentemente ignoram ou minimizam as contribuições de sujeitos racializados, perpetuando um apagamento que é ao mesmo tempo subjetivo e institucional.

Os depoimentos analisados revelam a persistência de práticas discriminatórias que afetam jornalistas negros em múltiplas dimensões — desde as relações interpessoais no ambiente de trabalho até os critérios de visibilidade e reconhecimento profissional. Embora os relatos indiquem avanços pontuais na representatividade e na formulação de estratégias individuais de resistência, os dados e reflexões apontam para a permanência de desigualdades estruturais. Tais desigualdades não se manifestam apenas por meio da ausência de profissionais negros em cargos de liderança, mas também na forma como sua presença é muitas vezes condicionada a estereótipos e a padrões hegemônicos de conduta, estética e performance.

Nesse sentido, os testemunhos demonstram que o enfrentamento do racismo no campo jornalístico não se resume à inclusão numérica ou simbólica, mas requer transformações institucionais mais profundas. A presença de jornalistas negros nos meios de comunicação precisa ser acompanhada por políticas de equidade, revisão de práticas editoriais e reconhecimento das múltiplas formas de violência — simbólica, estrutural e cotidiana — que impactam essas trajetórias. Assim, a visibilidade, quando não acompanhada de legitimidade e valorização plena, pode reproduzir novas formas de exclusão sob a aparência de inclusão.

A próxima seção apresenta relatos sobre as estratégias de resistência adotadas por jornalistas negros e negras em diferentes esferas de atuação. As falas evidenciam como esses profissionais enfrentam o racismo e a sub-representação por meio de ações individuais, produção de conteúdos afirmativos, inserção acadêmica e organização coletiva, revelando táticas diversas de enfrentamento e construção de espaços de afirmação e permanência no campo jornalístico.

3.6 FORMAS DE RESISTÊNCIA: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO NO JORNALISMO

Esta seção reúne considerações de jornalistas negros e negras que revelam as múltiplas estratégias de resistência desenvolvidas ao longo de suas trajetórias profissionais. As experiências relatadas evidenciam práticas cotidianas de enfrentamento ao racismo estrutural e simbólico nas redações, bem como iniciativas voltadas à valorização da identidade negra por meio da produção de conteúdo, da formação acadêmica, da atuação sindical e do engajamento com a mídia negra. Tais estratégias não apenas desafiam as lógicas excludentes do campo jornalístico, como também constroem formas coletivas e individuais de permanência, visibilidade e transformação.

As estratégias de resistência adotadas pelos jornalistas negros para combater a sub-representação e o racismo no jornalismo são diversas e abrangem ações individuais no cotidiano profissional, o uso estratégico do conteúdo produzido, a atuação no campo acadêmico e formativo, e a luta em espaços coletivos e institucionais.

Cáprico vê sua resistência em se profissionalizar e se esforça para ser um "exemplo, tanto como cidadão quanto como profissional. Não significa ser 'melhor' do que os outros, mas ser responsável e mostrar que sou capaz. Sempre procurei ser um exemplo, tanto como cidadão quanto como profissional" (Cáprico, 2023). Essa postura de valorização do mérito e da conduta profissional como forma de resistência ecoa os relatos discutidos por Rosa (2016), que aponta como jornalistas negros precisam reafirmar constantemente sua competência para combater estigmas e preconceitos, em um cenário de exclusão simbólica e material.

Cáprico lamenta ver colegas negros que alcançam posições de status e se afastam de suas origens, sugerindo que manter a conexão e apoiar quem está começando também é uma forma de resistência e solidariedade dentro da comunidade negra: "Isso me entristece. Nós, que sempre sofremos com a exclusão, deveríamos nos aproximar dos que estão começando" (Cáprico, 2023).

Malva ressalta que "conversar sobre dinheiro, salários e pautas raciais é essencial para desmistificar a ideia de que está tudo bem" (Malva, 2023). Ela também teve que intervir e "abortar ideias mirabolantes e discursos racistas que vinham de colegas, explicando, com muito cuidado, o impacto" (Malva, 2023). Essas formas de intervenção cotidiana remetem à noção de "parresia" discutida por Rosa (2016), que compreende a fala corajosa como um ato de enfrentamento às estruturas de poder, especialmente em espaços institucionalmente brancos.

Âmbar utiliza sua própria vivência, como ter sido revistado inúmeras vezes durante o trajeto de sua casa para a cidade vizinha onde fazia mestrado, por policiais que o conheciam, para impactar alunos e fomentar discussões sobre racismo. Griséo relata que, muitas vezes, ela mesma "puxou essas conversas" sobre inclusão nos locais onde trabalhou, na ausência de iniciativas institucionais: "durante minha trajetória profissional, percebi poucas iniciativas voltadas para inclusão [...] muitas vezes, eu mesma puxei essas conversas" (Griséo, 2023). Uma dinâmica constante e, por vezes, exaustiva, é a de ser colocada como a "especialista racial" da equipe, uma consequência da falta de diversidade. Isso exige que jornalistas negros naveguem cuidadosamente essas situações, explicando e corrigindo problemas, o que Malva descreve como ter que "pisar em ovos para falar, fazer ou corrigir algo", sendo um ciclo que os desfavorece (Malva, 2023). Essa sobrecarga emocional é discutida por Jackson (2022), ao relatar como jornalistas negros assumem funções simbólicas e emocionais dentro das redações, sem o devido reconhecimento institucional. Jackson (2022) aponta que essas experiências são marcadas por sentimentos de isolamento e frustração, além de um desgaste psíquico contínuo. A resistência também é exercida ativamente através do conteúdo e das pautas abordadas.

Malva buscou trazer "pautas raciais" sempre que teve oportunidade: "sempre que tive brechas, tentei trazer pautas raciais e dar visibilidade a profissionais negros. Quando era repórter, buscava entrevistar pessoas pretas e destacar suas histórias" (Malva, 2023). Coral identificou a ausência de material sobre representatividade negra no Paraná e propôs e liderou a produção de uma série televisiva, um marco em sua carreira que abordou história, cultura e personalidades negras locais: "contando histórias de comunidades quilombolas, salões afro e figuras importantes" (Coral, 2023).

Púrpura, em seu trabalho, busca incluir o recorte de raça em uma pauta mais ampla de direitos humanos e persistiu na inclusão de temas como ancestralidade e o uso correto do termo "feminicídio". Dar visibilidade a pessoas negras é uma estratégia consciente. Celeste menciona a busca por falas negras, dando espaço a professores e estudantes negros: "sugerindo pautas, entrevistando alguém ou até mesmo buscando fontes que normalmente não são tão visíveis" (Celeste, 2023). Coral usa seu espaço na comunicação para "amplificar vozes".

O uso estratégico de novas plataformas também surge como forma de contornar as limitações da mídia tradicional. Malva, por exemplo, realizou *lives* com mulheres pretas usando a internet para "sair da bolha e alcançar mais pessoas" (Malva, 2023). Essas ações remetem ao que Bedingfield (2023) denomina como nova imprensa negra, que se insere nos espaços digitais e tradicionais para reformular as narrativas midiáticas hegemônicas. Como destaca o autor, "[...] esses jornalistas representam uma 'nova imprensa negra', que opera dentro dos meios de

comunicação de prestígio e traz o jornalismo de defesa da imprensa negra tradicional para a esfera pública" (Bedingfield, 2023 p. 174).

No âmbito da academia e da formação, a resistência se manifesta na busca por ampliar as discussões raciais, assim como fazia Âmbar, como professor e coordenador no ensino superior: "promovendo eventos na Semana da Consciência Negra e incentivando alunos a cobrir essas pautas" (Âmbar, 2023). Ele também enfrentou e precisou "desconstruir" argumentos de docentes resistentes ao tema, especialmente em cursos como Direito e Administração. A produção de pesquisa sobre questões raciais é vista por ele como uma ferramenta para aprofundar o debate e conectar a academia à sociedade. Celeste realizou sua dissertação sobre o movimento negro no Rio de Janeiro: "minha dissertação de mestrado tratou justamente sobre os fatores que impediram o movimento negro [...] de se organizar como um conjunto coeso" (Celeste, 2024).

Púrpura recorda professores na faculdade que, mesmo não sendo negros, "incentivavam reflexões sobre questões sociais e raciais" e criticavam a falta de representatividade acadêmica. Essas práticas formativas conectam-se à análise de Lima (2023), ao destacar o papel central das universidades na formação da identidade racial de jornalistas negros e no fortalecimento da resistência intelectual e política nas suas trajetórias. Lima (2023, p. 113) salienta que "[...] as universidades e faculdades, ao proporcionarem um ambiente de socialização e estudos críticos sobre relações raciais, desempenham um papel importante no processo de fortalecimento da identidade negra e combate ao racismo estrutural." Isso também é evidenciado no estudo de Rosa (2016), que mostra como o ambiente acadêmico pode ser espaço de formação política e racial, embora nem sempre acessível ou acolhedor para mulheres negras.

A resistência coletiva e institucional, embora enfrente desafios, também é importante. Os sindicatos são apontados como espaços de luta. Cáprico atua no Sindicato de Jornalistas de um estado do Nordeste do Brasil e lidera projetos que visam obter dados raciais das empresas. Essa atuação sindical conecta-se às críticas de Celeste (2024), que aponta que os sindicatos historicamente ignoraram demandas específicas da população negra. A entrevistada afirma que "a pauta sindical sempre foi dominada por questões políticas e ideológicas, deixando de lado demandas práticas [...] Essa falta de conexão com as necessidades reais da categoria resultou no enfraquecimento dessas instituições" (Celeste, 2024). Nesse mesmo eixo, Púrpura, que atua em um sindicato no Sul do Brasil, relata: "Eu sou a única mulher negra (no trabalho)[...]. Percebo que ser uma jornalista negra não é apenas uma característica, mas algo que impacta diretamente meu trabalho e as relações no ambiente profissional" (Púrpura, 2024).

A história da resistência negra no Brasil, segundo Celeste, se deu por "pequenos passos e ações pontuais apesar dos contratempos", aproveitando as "brechas e os espaços disponíveis para resistir e criar algo duradouro" (Celeste, 2024). Essa perspectiva dialoga com Santos (2011), que ao analisar a imprensa negra histórica, destaca a importância da ação localizada e tática como forma de resistência contínua, mesmo diante da opressão sistêmica.

O autor evidencia como jornais como "O Clarim d'Alvorada" e "O Exemplo" constituíram espaços de produção de discurso e identidade racial negra, desafiando as narrativas hegemônicas da grande imprensa.

O uso estratégico de políticas afirmativas também é uma tática; Âmbar utilizou o sistema de cotas em um concurso público: "Optei por usar o sistema de cotas [...] e considero importante utilizar as cotas como uma forma mínima de reparação histórica" (Âmbar, 2024). Como discutem Nonato e Santiago (2022), as ações afirmativas são ferramentas que contribuem para a correção de desigualdades históricas no acesso e permanência de jornalistas negros no mercado de trabalho, sendo também uma forma de reparação das exclusões passadas e presentes. Lima (2023) reforça esse ponto ao demonstrar, com base em entrevistas com jornalistas negras, como o acesso via cotas pode ser transformador, embora não elimine os desafios estruturais enfrentados no exercício da profissão.

Por fim, o consumo e apoio à mídia negra são vistos como parte da estratégia. Malva consome conteúdos de veículos como Mundo Negro e Alma Preta, considerando essa prática "psicologicamente muito positiva", pois nesses espaços encontra pautas com temáticas bem estruturadas e tratadas com um olhar coeso: "Consumo principalmente newsletters e conteúdos que falem da minha gente, do meu povo [...] (na mídia tradicional) o que vemos? Só mostram pessoas pretas como bandidos [...] ou em datas comemorativas" (Malva, 2024). Essa prática é compreendida como uma forma de resistência informativa, conforme defendem Araujo e Peruzzo (2021), que observam como as mídias negras digitais contribuem para a valorização das práticas e saberes da população negra, promovendo narrativas contra-hegemônicas. Essas mídias, como Mundo Negro e Ceará Criolo, desafiam a hegemonia dos discursos da mídia tradicional e cumprem um papel de educação e afirmação identitária (Araujo e Peruzzo, 2021). As estratégias de resistência dos jornalistas negros são uma resposta dinâmica e persistente ao racismo e à sub-representação, manifestando-se na dedicação individual, na reformulação do conteúdo jornalístico, na atuação em espaços educacionais e na organização em frentes coletivas e institucionais, aproveitando oportunidades e criando novos caminhos em um ambiente frequentemente hostil.

3.7 ENTRE A LUTA E A ESPERANÇA: PROPOSTAS PARA O FUTURO

Nesta sessão, as considerações dos entrevistados revelam as projeções e sugestões formuladas por jornalistas negros e negras sobre o futuro da profissão. Ainda que marcadas pelo ceticismo quanto a mudanças estruturais profundas, as expectativas se ancoram na continuidade da luta coletiva, na ocupação de espaços de poder e na implementação de ações concretas de inclusão. Entre os caminhos apontados estão o fortalecimento das redes de apoio, a promoção de políticas afirmativas, a valorização de experiências negras nas narrativas jornalísticas e a atuação estratégica em sindicatos e organizações profissionais. Ao mapear esses horizontes possíveis, os entrevistados delineiam não apenas críticas ao presente, mas também propostas para reconfigurar o campo jornalístico em direção a práticas mais equitativas e representativas.

As expectativas em relação ao futuro são permeadas por uma visão de luta contínua, mas também de esperança. Rubro observa que, embora haja muito a ser feito, houve avanços nos últimos 40 anos em que ele esteve em atuação profissional, impulsionados pelos movimentos negros e pela postura mais firme de pessoas negras que se recusam a silenciar. Ele acredita que pesquisas com o tema sobre o perfil e carreiras de jornalistas negros são passos importantes para ampliar a discussão, motivar mudanças futuras e inspirar outros a enfrentar a discriminação, vendo cada pequena conquista como algo que ajuda a corroer as barreiras. "Ainda há muito a ser feito, mas comparado aos anos 80, há avanços. Naquela época, se você fosse denunciar algo, muitas vezes diziam: 'Melhor deixar pra lá.' Hoje, há mais abertura para essas questões, embora ainda seja um caminho longo" (Rubro, 2025). Contudo, ele expressa ceticismo quanto a mudanças estruturais na mídia tradicional, reforçando a ideia de que a luta é constante. "Essas famílias (donas de empresas de mídia) têm interesses próprios que prevalecem sobre o compromisso com a informação imparcial e o direito à diversidade" (Rubro, 2025). Ele também menciona: "Mesmo quando abordam temas progressistas, muitas vezes distorcem informações para atender aos próprios interesses. [...] Cada pequena conquista ajuda a corroer as barreiras que impedem o avanço dos negros no jornalismo" (Rubro, 2025). Tal percepção dialoga com as análises de Entman (1992), ao denunciar que a estrutura da mídia reforça estereótipos raciais mesmo quando há intenção declarada de inclusão.

Coral compartilha dessa perspectiva, considerando cada pequena vitória um passo na direção de uma sociedade mais inclusiva, embora reconheça o vasto trabalho que ainda precisa ser feito. "Muitas vezes, pessoas negras não se inscrevem para essas vagas porque não

enxergam representatividade nos lugares que almejam. [...] A mudança precisa ser prática, não apenas discursiva" (Coral, 2025).

Cáprico também aponta que pesquisas sobre as carreiras de jornalistas negros ajuda a ampliar o debate e inspira ações, buscando uma sociedade mais igualitária em todos os âmbitos e reiterando que a luta pela igualdade é constante. "Cotas não resolvem tudo, mas ajudam a incluir mais pessoas nesses segmentos. Se não houvesse insistência, muitos desistiriam" (Cáprico, 2025). Ele reforça: "Hoje, temos mais de 100 milhões de negros no Brasil. Onde está esse povo? Não está nas universidades, nos hospitais como médicos, ou no jornalismo" (Cáprico, 2025). Esse questionamento ressoa com as constatações de Nonato e Santiago (2022), que revelam a sub-representação de jornalistas negros mesmo após políticas de inclusão no ensino superior.

Âmbar traz um alerta: o risco de os debates raciais desaparecerem se o país se inclinar a políticas de extrema-direita, enfatizando a necessidade de garantir que essas discussões sobre inclusão e representatividade permaneçam vivas. "Esse fenômeno é um reflexo do capitalismo, que frequentemente associa valor às pessoas com base em sua capacidade de consumo, e não em suas identidades" (Âmbar, 2025). Ele também reflete sobre a luta por valorização das origens: "Essa luta pela aceitação e pela valorização de nossas origens é constante, tanto internamente quanto em relação à sociedade" (Âmbar, 2025).

Púrpura, ao ocupar um cargo importante em um sindicato, demonstra na prática a expectativa de promover avanços, mesmo que graduais, e o grande objetivo de abrir caminho para que outras mulheres negras alcancem posições de liderança, esperando que sua posição se torne apenas uma referência histórica. "Quero que outras mulheres negras venham depois de mim [...] até que isso se torne tão comum que nem precisemos mencionar a cor ou o gênero" (Púrpura, 2025). Para ela, a ocupação de espaços é fundamental. Ela explica: "Precisamos trazer mais pessoas negras, indígenas, ciganas e outros grupos racializados para o movimento sindical" (Púrpura, 2025).

Celeste aponta a capacidade do povo preto de se reinventar e utilizar ferramentas como a tecnologia, sugerindo uma via de progresso. "Somos muito bons em ressignificar e usar as ferramentas disponíveis, como a tecnologia" (Celeste, 2025). Essa perspectiva está em consonância com os estudos de Scolari et al. (2006), que mostram como a digitalização, apesar dos riscos de desinformação, oferece também oportunidades de mobilização e expressão para vozes negras.

No que diz respeito à participação em organizações e redes de apoio, há um reconhecimento quase unânime de sua importância, embora a forma de engajamento e a

percepção sobre a eficácia variem. Celeste, embora não participe formalmente de grupos de apoio a jornalistas negros atualmente devido a responsabilidades pessoais, ocasionalmente participa de eventos e debates. Ela percebe um esvaziamento dos sindicatos e nota a falta de debates sobre negritude ou preconceito no Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro em sua trajetória. "Na minha trajetória, sempre percebi a falta de ações efetivas relacionadas à questão racial no jornalismo. (Celeste, 2025). Ela também enfatiza: "A fragmentação das redações contribuiu para esse enfraquecimento sindical. [...] As ações direcionadas acabam acontecendo mais em grupos menores, voltados especificamente para apoio mútuo" (Celeste, 2025).

Cáprico afirma categoricamente que essas redes, como o sindicato e a FENAJ, são fundamentais. "Estamos enfrentando resistência, tanto das empresas quanto dos políticos. Muitos preferem ignorar essas questões. No entanto, essa luta é necessária" (Cáprico, 2025). Ele complementa: "Junto à FENAJ, estamos tentando mapear onde estão os jornalistas negros, quantos são e em quais condições trabalham" (Cáprico, 2025). Essa atuação articula-se à importância das redes de apoio profissional e das práticas de resistência que têm sido fundamentais na trajetória de jornalistas negros, conforme analisado por Lima (2023), que evidencia como o fortalecimento de vínculos entre jornalistas negras favorece a construção de um jornalismo mais inclusivo e antirracista.

Griséo acompanha e conhece iniciativas voltadas para jornalistas negros, tendo participado de cursos. "Essas iniciativas mostram que sim, que pertencemos a esse mercado e que nossa presença é essencial para transformá-lo" (Griséo, 2025). Ela relata: "Vejo essas redes como fundamentais para nos sentirmos pertencentes ao mercado. Elas trazem conteúdos direcionados e debates necessários, ajudando-nos a refletir sobre nosso papel e nos fortalecendo enquanto profissionais" (Griséo, 2025). Essa perspectiva dialoga com os apontamentos de Araujo e Peruzzo (2021), que destacam a relevância das mídias negras digitais como espaços de fortalecimento da identidade coletiva e de empoderamento profissional da população negra.

Assim, apesar dos desafios como o esvaziamento e a fragmentação sindical apontados por Celeste, a ocupação e atuação estratégica em redes de apoio e organizações como sindicatos, exemplificada por Cáprico e Púrpura, são vistas como caminhos para o pertencimento, a mobilização, a coleta de dados e a pressão por mudanças estruturais. Essas ações também refletem a necessidade apontada por Jackson (2022) de transformações culturais profundas dentro das redações, para que o ambiente de trabalho seja mais justo e acolhedor.

As sugestões de melhoria para a inclusão e a igualdade racial nas redações jornalísticas brasileiras apresentadas pelos entrevistados são diversas e se complementam, abrangendo desde ações práticas no dia a dia até mudanças estruturais e educacionais. Griséo propõe uma

sequência de passos: “o primeiro é contratar pessoas negras, pois não é possível falar em diversidade sem trazê-las para o espaço. É preciso ir além, esforçar-se mais na busca, ampliar processos seletivos, revisar critérios e fazer busca ativa, destacando a necessidade de capacitar a equipe de RH, que frequentemente atua como filtro”. Ela complementa: ainda dizendo que o segundo passo é acolher, o que significa entender que cada pessoa traz vivências diferentes e que o funcionário negro parte de um lugar distinto. “Não basta contratar; é fundamental garantir que essas pessoas se sintam pertencentes e incluídas, e isso exige conversar diretamente com elas sobre como se sentirem mais incluídas, uma troca que, segundo ela, falta”. A inclusão verdadeira, para Griséo, envolve entender o que fazer quando o profissional não corresponde a uma projeção pré-concebida, acolhendo e compreendendo as diferenças sem expectativas. “Essas iniciativas mostram que sim, que pertencemos a esse mercado e que nossa presença é essencial para transformá-lo” (Griséo, 2025). Essa reflexão alinha-se à análise de Lima (2023), que mostra como o acolhimento e o reconhecimento das trajetórias específicas de jornalistas negras são centrais para um ambiente profissional realmente inclusivo.

Celeste foca na importância da representatividade nos conteúdos e nos bastidores. Ela sugere que emissoras que abordam o racismo deveriam promover mais diversidade em suas equipes. Ocupar os bastidores, onde as pautas são definidas. Ela vê a necessidade de os jornalistas negros assumirem seu papel de educadores indiretos através de suas pautas e postura, sugerindo ativamente pautas que valorizem iniciativas negras e contestando a ideia de que assuntos relacionados à negritude não cabem nas escolas de comunicação ou outras disciplinas. “É dever dos jornalistas negros assumir essa responsabilidade de pautar e educar. O coletivo é importante, e a leitura também. O conhecimento abre caminhos [...] nos movimentos e nas trocas de ideias, que descobrimos a riqueza dessas figuras e ampliamos a nossa visão” (Celeste, 2025). Esse ponto converge com a abordagem de Coleman (2003), que discute como a raça afeta diretamente as decisões editoriais, indicando a importância de uma presença negra ativa e consciente na definição das pautas.

Essa necessidade de ocupar os espaços de decisão e influenciar a produção de conteúdo encontra eco na análise de Entman (1992; 1994), que mostra como a sub-representação de negros em cargos estratégicos contribui para a perpetuação de estereótipos e narrativas racistas na mídia. A presença negra nesses espaços é o que faz a ruptura de padrões que associam negativamente a identidade negra à criminalidade e marginalidade.

Coral sugere a criação de políticas ativas como a reserva de vagas/cotas para pessoas negras, similar a processos seletivos exclusivos, para quebrar o ciclo da falta de representatividade e incentivar a inscrição e a ocupação desses espaços. Ela enfatiza que a

mudança precisa ser prática, não apenas discursiva. "A mudança precisa ser prática, não apenas discursiva. [...] Muitas vezes, pessoas negras não se inscrevem para essas vagas porque não enxergam representatividade nos lugares que almejam" (Coral, 2025).

Cotas raciais são discutidas como estratégias de reparação históricas, e sua efetividade para inclusão é corroborada por estudos como o de Nonato e Santiago (2022), que destacam como políticas afirmativas ampliaram a presença de jornalistas negros nas redações, ainda que não tenham resolvido as desigualdades estruturais.

Outras sugestões abordam a necessidade de educação e conscientização. Cáprico defende que as mudanças devem começar desde cedo, na educação básica, incentivando crianças negras a almejem profissões consideradas mais difíceis. Escolas e universidades precisam abordar essas questões e motivar os jovens negros. Griséo reforça que esses temas deveriam ser abordados na faculdade, cursos e dentro das empresas para preparar melhor os profissionais. Rubro destaca a falta de debates acadêmicos sobre o assunto: "Trazer esse tema à luz é fundamental para criar uma maior equidade e progressão na profissão" (Rubro, 2025).

Essas falas alinham-se ao argumento de Bedingfield (2023), ao enfatizar que a inclusão da pauta racial nos grandes veículos e instituições é essencial para transformar estruturas de poder e ampliar o espaço para vozes negras. Rubro, citando Amílcar Cabral, reflete sobre as diferentes formas de luta e a importância da presença de pessoas negras nos espaços, mas conclui que só estar lá não é suficiente; é essencial ir além, ter iniciativas e dialogar e contestar dentro dos espaços.

As sugestões convergem para a necessidade de ações práticas na contratação e acolhimento, políticas ativas como cotas, maior representatividade nos bastidores e nas pautas, atuação estratégica em redes e organizações, e um investimento contínuo em educação e conscientização desde cedo, sempre com a consciência de que a luta por igualdade é complexa e exige persistência e a ocupação de todos os espaços possíveis para promover a mudança. Esse conjunto de propostas reforça o diagnóstico já presente em estudos como os de Lima (2023) e Nonato e Santiago (2022), que indicam que a transformação do jornalismo brasileiro passa pela articulação entre ações institucionais e resistência cotidiana por parte dos profissionais negros.

As declarações dos entrevistados articulam vivências com a identificação de dinâmicas estruturais que atravessam o campo da comunicação, especialmente no que diz respeito à desigualdade racial. Nesse cenário, emergem propostas que envolvem tanto ações institucionais quanto mobilizações coletivas e individuais, com foco em contratação, acolhimento, formação, atuação sindical e produção de conteúdo. A diversidade de estratégias mencionadas sugere uma

pluralidade de formas de enfrentamento, cujos efeitos e alcances variam conforme os contextos institucionais e trajetórias individuais.

Assim, o material empírico aqui reunido contribui para aprofundar a compreensão sobre como marcadores sociais da diferença operam no campo jornalístico e sobre as possibilidades de enfrentamento identificadas por quem vivencia essas dinâmicas.

3.8 CONVERGÊNCIAS ENTRE EXPERIÊNCIA E TEORIA: PERCURSOS DE JORNALISTAS NEGROS E AS DINÂMICAS ESTRUTURAIS DO CAMPO JORNALÍSTICO

Com base na análise das trajetórias e experiências relatadas pelos(as) jornalistas negros(as) entrevistados(as), observa-se que os dados empíricos desta pesquisa convergem, em múltiplos aspectos, com os argumentos discutidos anteriormente na literatura especializada. Os relatos apresentados reafirmam a persistência de desigualdades estruturais, expressas tanto nas formas de ingresso e permanência no campo jornalístico quanto nas experiências de racismo, precarização e sub-representação em espaços de visibilidade e poder.

Os relatos revelam como os marcadores sociais, em destaque o de raça e ajudando a pensar sobre (em menor medida a partir da perspectiva de mulheres jornalistas negras) gênero, não apenas condicionam o acesso à formação e ao mercado de trabalho, mas também moldam os modos de inserção e a qualidade das vivências profissionais. Essa constatação dialoga diretamente com autores como Nonato e Santiago (2022), Jackson (2022), Lima (2023) e Rosa (2016), que apontam para o funcionamento do racismo institucional e das desigualdades materiais no campo da comunicação. A reprodução de hierarquias raciais, observada nas falas sobre a divisão desigual de pautas, a ausência de representatividade em cargos de liderança e as imposições estéticas eurocentradas, remete ainda às análises de Entman (1992, 1994) e Coleman (2003), que identificam como a mídia e suas estruturas reforçam estereótipos e exclusões simbólicas.

Além disso, a presença recorrente de trajetórias não lineares, a atuação multifacetada fora do jornalismo tradicional e o recurso a políticas públicas de acesso ao ensino superior evidenciam o que Bedingfield (2023) denominou de “nova imprensa negra”, cujos sujeitos operam dentro e fora das estruturas tradicionais, reconfigurando espaços e ampliando possibilidades de resistência e transformação. As estratégias individuais e coletivas de enfrentamento descritas — como a produção de conteúdo afirmativo, a atuação sindical e o

engajamento acadêmico — reforçam a centralidade da agência negra na luta por equidade, sem desconsiderar os limites impostos por estruturas historicamente excludentes e principalmente precariedades no exercício profissional.

Dessa forma, os testemunhos aqui reunidos não apenas ilustram as dinâmicas já teorizadas pela literatura, mas também atualizam, complexificam e enraízam essas análises em experiências vividas e localizadas. A aproximação entre os dados estatísticos e os relatos das trajetórias de jornalistas negros e negras parecem evidenciar a persistência de padrões estruturais que atravessam o campo jornalístico no Brasil. Ao lado das experiências pessoais, surgem elementos que reiteram a desigualdade de acesso às posições de poder, as limitações de progressão na carreira, a sobrecarga de trabalho e as formas sutis e explícitas de discriminação no exercício da profissão.

As trajetórias analisadas também revelam aspectos que escapam aos recortes estatísticos, permitindo compreender como as estratégias de resistência, a construção de redes de apoio e a busca por formação contínua operam como mecanismos de permanência. O sentido atribuído ao fazer jornalístico, a consciência racial em processo e a politização das experiências aparecem de modo reiterado nos relatos, conectando vivências pessoais a disputas mais amplas por visibilidade e reconhecimento dentro das instituições jornalísticas. Essa dimensão subjetiva, ainda que não quantificável, contribui para ampliar a compreensão das dinâmicas de exclusão e das possibilidades de enfrentamento.

Desse modo, ao relacionar teoria e experiência, este capítulo enfatiza que os processos de racialização no jornalismo não se restringem aos números, mas se materializam nas práticas cotidianas de seleção, hierarquização e silenciamento. Como observam Nonato e Santiago (2022), as desigualdades raciais no campo jornalístico brasileiro operam por meio de mecanismos históricos e institucionais, sendo perpetuadas tanto pela omissão quanto pela resistência à transformação. Ao articular os dados de pesquisas empíricas com as trajetórias individuais, torna-se possível reconhecer padrões recorrentes e, ao mesmo tempo, valorizar a singularidade das experiências narradas. Essa convergência permite afirmar que os desafios enfrentados por jornalistas negros não são isolados, mas se inserem em uma lógica estrutural que atravessa o campo e exige formas coletivas de enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender em que medida o marcador racial incide sobre as condições de trabalho nas carreiras de jornalistas negros e negras no Brasil, tomando como referência três dimensões complementares: a revisão da literatura acadêmica sobre imprensa negra e representação racial; a análise comparativa de levantamentos nacionais sobre o perfil e trajetórias profissionais da categoria em 2012, 2017 e 2021; e a realização de entrevistas com profissionais em atividade. O tema se justifica pela lacuna de pesquisas que tratem especificamente das carreiras de jornalistas negros, em um campo que desempenha papel central na produção de narrativas públicas, mas que historicamente tem reproduzido desigualdades estruturais.

O problema de pesquisa formulado – quais as características das carreiras de jornalistas negros e negras no Brasil, considerando dificuldades, oportunidades e estratégias de resistência – orientou os objetivos gerais e específicos. O objetivo geral, de compreender as condições de trabalho, foi trabalhado por meio da articulação entre estatística, literatura e empiria. Os objetivos específicos são resultados da análise das condições de trabalho, identificação de desafios estruturais, estratégias de resistência e comparação de dados no período de 10 anos recentes.

A revisão bibliográfica constituiu o ponto de partida da pesquisa e ofereceu subsídios para compreender como a imprensa negra e a questão racial vêm sendo discutidas no campo acadêmico. As buscas realizadas em bases online delimitam o universo de textos disponíveis e, nesse sentido, não esgotam a produção existente. Caso houvesse acesso a outros acervos, especialmente físicos ou institucionais, os resultados poderiam ser diferentes. Ainda assim, dentro do recorte estabelecido, o conjunto de trabalhos encontrados apresentou relevância suficiente para dimensionar o estado da arte. Mesmo em número reduzido, esses textos permitiram identificar debates fundamentais e serviram de apoio para a construção analítica desenvolvida ao longo da dissertação.

Essa etapa inicial cumpriu a tarefa de oferecer um panorama sobre as desigualdades raciais no jornalismo e de orientar as comparações com os outros objetos analisados — os levantamentos quantitativos e as entrevistas. Assim, a revisão não apenas sustentou a discussão teórica, mas também contribuiu para que as etapas seguintes fossem situadas em diálogo com reflexões já consolidadas, fortalecendo a articulação entre dados estatísticos, entrevistas e literatura acadêmica.

O segundo capítulo concentrou-se na apresentação dos dados dos levantamentos de 2012, 2017 e 2021. Ainda que os relatórios contenham, além dos dados apresentados nesta pesquisa, outras dimensões, o percurso da pesquisa e o tempo disponível levaram à definição de um núcleo específico de análise. Estabelecendo o foco de raça, foram priorizados os seguintes tópicos: proporção de jornalistas negros na profissão, gênero, idade, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, vínculos empregatícios, funções desempenhadas, carga horária, rendimentos e sindicalização. Esses indicadores aparecem de maneira estruturante nos relatórios de 2012, 2017 e 2021, o que possibilitou o cruzamento entre os anos e a observação de continuidades e diferenças. A decisão de concentrar a análise nesses pontos garantiu que a comparação fosse estruturada sobre dados recorrentes, capazes de oferecer um panorama das condições de trabalho e da posição ocupada por jornalistas negros no campo.

Os resultados evidenciam que o marcador racial não gera distinções em todos os indicadores. Em aspectos como escolaridade, ingresso por estágios, carga horária de trabalho, múltiplos vínculos, participação sindical e adaptação às transformações tecnológicas, os jornalistas negros se aproximam da categoria geral. Os levantamentos de 2012, 2017 e 2021 mostraram que negros e não negros ingressam na profissão de modo semelhante, majoritariamente com formação universitária em Jornalismo, vivência em estágios e acúmulo de funções em mais de um emprego. Do mesmo modo, a carga horária semanal e os índices de sindicalização mantêm-se próximos entre os grupos, assim como a transição para o ambiente digital, indicando que a presença do marcador racial não se traduz em diferenças substanciais nesses pontos.

Entretanto, algumas disparidades são evidenciadas. A primeira delas é a sub-representação proporcional: em todos os levantamentos, a presença de negros no jornalismo foi inferior à sua participação demográfica no Brasil. Em 2012 e 2017, essa proporção se manteve estável porque o levantamento acompanhou o mesmo grupo; em 2021, a nova amostra indicou aumento, mas ainda abaixo da média nacional. Trata-se, portanto, de um dado estrutural.

A segunda disparidade refere-se à longevidade de carreira. Em 2012 e 2017, a maioria dos negros tinha até cinco anos de atuação, e em 2021, embora houvesse profissionais com mais de 20 anos de carreira, a proporção foi menor do que na categoria geral. Isso indica que, mesmo quando o ingresso ocorre em condições semelhantes, a permanência prolongada é menos frequente.

Outra diferença importante diz respeito aos vínculos empregatícios. Em 2012, a carteira assinada predominava entre negros, mas em 2017 o mesmo grupo passou a indicar maior

diversificação, acompanhando a categoria. Já em 2021, a nova amostra revelou menor proporção de vínculos formais e maior presença de vínculos precários entre os negros.

A distribuição setorial e funcional também revela disparidade. Os negros apresentaram menor participação em veículos de mídia tradicionais e maior deslocamento para assessorias, especialmente em 2017 e 2021. A docência em cursos de Jornalismo e Comunicação aparece de forma residual na categoria como um todo, mas ainda mais reduzida entre os negros, permanecendo como espaço de sub-representação. Esses resultados indicam que o avanço para algumas das posições de maior prestígio (como a docência) não ocorre de modo equivalente.

A renda constitui a diferença mais consistente. Em 2012, os negros já estavam mais concentrados nas faixas até cinco salários mínimos; em 2017, o mesmo grupo manteve essa condição, com pretos em maior desvantagem; e em 2021, a nova amostra confirmou o padrão, com menor presença nos estratos superiores e índices mais elevados de desemprego e saída da profissão. Esse é o ponto em que a desigualdade racial se manifesta de forma mais objetiva.

As entrevistas analisadas no terceiro capítulo corroboraram essas disparidades e acrescentaram dimensões qualitativas. Os relatos confirmaram a experiência de vínculos precários, a dificuldade de ascensão a cargos de poder e as barreiras simbólicas impostas pelo racismo institucional. Foram mencionadas a divisão desigual de pautas, a invisibilidade em espaços de prestígio, a imposição de padrões estéticos eurocentrados e a sobrecarga de trabalho. Ao mesmo tempo, os depoimentos revelaram estratégias de resistência, como a produção de conteúdo afirmativo, a busca por formação contínua, a atuação em coletivos e sindicatos e a construção de redes de apoio. Esses elementos mostram que, apesar das desigualdades, os jornalistas negros desenvolvem mecanismos de permanência que tensionam as estruturas do campo.

Outro ponto observado nos relatos foi a limitação da formação escolar e universitária no tratamento da questão racial. A ausência de referências negras e a falta de debates sistemáticos sobre diversidade e racismo foram experiências reiteradas pelos entrevistados, o que evidencia lacunas estruturais na formação de jornalistas. Ainda que alguns tenham relatado iniciativas pontuais, elas foram consideradas insuficientes. Essa constatação amplia a compreensão de que as barreiras não se localizam apenas no mercado de trabalho, mas também nos processos de socialização e formação profissional, que poderiam preparar de forma mais consistente toda a categoria para lidar com desigualdades estruturais. A ampliação desses espaços no âmbito educacional se apresenta, portanto, como dimensão estratégica para o fortalecimento de uma prática jornalística mais consciente, abrindo campo para futuras

investigações, assim como explorar diferentes recortes que podem complexificar ainda mais a análise.

As possibilidades de continuidade abertas por este estudo permitem ampliar a compreensão sobre a atuação de jornalistas negros em diferentes dimensões. Uma primeira vertente diz respeito aos recortes regionais. Os dados nacionais e os relatos de entrevistas apontam que o jornalismo não é homogêneo em todo o território brasileiro. A presença de profissionais negros, bem como as oportunidades e barreiras enfrentadas, varia conforme o contexto regional. Estados com maior proporção de população negra, como Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro, apresentam condições distintas daquelas observadas em estados do Sul, onde a predominância de população branca repercute em dinâmicas diferentes de inserção e de representatividade. Investigações futuras que tomem como base esses recortes podem identificar como fatores regionais influenciam as trajetórias profissionais, seja pela composição demográfica, seja pela cultura institucional das empresas de comunicação ou pela existência de políticas públicas locais. Outro aspecto regional que merece investigação é sobre as diferenças de piso salarial da categoria em diferentes estados e as incidências dessa situação sobre as diferenças salariais.

Outra dimensão importante refere-se à interseção entre raça, gênero e classe social. As mulheres negras relatam vivências específicas de exclusão, que articulam racismo e sexismo, resultando em menor acesso a cargos de chefia, rendimentos mais baixos e maior vulnerabilidade a assédios. Esse cruzamento de marcadores amplia o entendimento das barreiras enfrentadas, ao mostrar que a desigualdade não se distribui de forma uniforme mesmo dentro do grupo de jornalistas negros. Do mesmo modo, a origem de classe interfere no modo como as trajetórias são construídas: jornalistas vindos de contextos populares tendem a ingressar mais cedo no mercado, muitas vezes em condições precárias, enquanto aqueles com acesso a escolas privadas ou capital cultural familiar ampliam as chances de permanência e progressão.

Essas perspectivas apontam que os resultados aqui obtidos podem servir de ponto de partida para novas investigações que aprofundem a análise em recortes específicos. O foco em raça permanece como eixo estruturante, mas estudos futuros podem explorar como esse marcador se articula a contextos regionais e a outros fatores sociais, produzindo variações nas trajetórias e condições de trabalho. Tal encaminhamento não altera as conclusões desta pesquisa, mas amplia as possibilidades de compreensão sobre a complexidade das desigualdades raciais no jornalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AGNEZ, Luciane Fassarella. **Identidade profissional no jornalismo brasileiro**: a carreira dos correspondentes internacionais. Tese (Doutorado em Comunicação), Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2014. Disponível em <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/17031>. Acesso em 23 de jun. 2024.
- DE ARAUJO, VALMIR TEIXEIRA; PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Imprensa negra e cidadania: conteúdos do Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z. **Matrizes**, v. 15, n. 2, p. 229-250, 2021. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/172524>. Acesso em 19 de mai. 2024.
- CABELLO, María Arroyo. Aproximación al perfil del periodista en la postmodernidad. **Razón y palabra**, n. 76, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1995/199519981005.pdf>. Acesso em 17 de jun. 2024.
- BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. **Universidade Federal de Pernambuco**, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35628>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- BAPTISTE, Bala James. Race and local television news: The emergence of Black journalists in New Orleans. **American Journalism**, v. 39, n. 1, p. 4-26, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1080/08821127.2022.2026196>. Acesso em 9 de jun. 2024.
- BARRIOS RUBIO, Andrés; ZAMBRANO AYALA, William Ricardo. Convergencia Digital: Nuevos perfiles profesionales del periodista. **Anagramas-Rumbos y sentidos de la comunicación-**, v. 13, n. 26, p. 221-240, 2015. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-25222015000100012&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em 15 de mai. 2024.
- BEDINGFIELD, Sid. From counterpublic to the mainstream: The new Black press and the public sphere. **Journalism Studies**, v. 24, n. 2, p. 172-189, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1461670X.2022.2150265>. Acesso em 24 de mai. 2024.

BRAMLETT-SOLOMON, Sharon. Predictors of job satisfaction among black journalists. **Journalism Quarterly**, v. 69, n. 3, p. 703-712, 1992. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/107769909206900318>. Acesso em: 29 maio 2024.

BRITO, Bruno de C. A “Terra da Luz” tem preto, sim! Um relato da experiência antirracista do Ceará Criolo como ponto de inflexão jornalística. **Pauta Geral**, v. 10, n. 1, p. 2, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21809>. Acesso em 22 de mai. 2024.

CARLOS, Diego Silva Souza. **Impacto da comunicação antirracista no jornalismo cultural brasileiro**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://celacc.eca.usp.br/pt-br/tcc_celacc/impacto-da-comunicacao-antirracista-jornalismo-cultural-brasileiro. Acesso em: 23 jun. 2024.

COLEMAN, Renita. Race and ethical reasoning: The importance of race to journalistic decision making. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 80, n. 2, p. 295-310, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/107769900308000205?journalCode=jmqc>. Acesso em 25 de mai. 2024.

DANCOSKY, Andressa Kikuti; MICK, Jacques; ROCHA, Paula Melani. Masculization and defeminilization in journalism in crisis in Brazil (2012-2017). **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/838DDDrxzTp96rk8xW4XWDC/>. Acesso em: 16 maio 2024.

DOUGLAS, Omega. The media diversity and inclusion paradox: Experiences of black and brown journalists in mainstream British news institutions. **Journalism**, v. 23, n. 10, p. 2096-2113, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14648849211001778>. Acesso em: 16 jun. 2024.

EL KADOUSSEI, Abdelmalek. The perception of self-censorship among Moroccan journalists. **The Journal of North African Studies**, v. 27, n. 2, p. 231-263, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13629387.2020.1771310>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ENTMAN, Cultural Change Robert M. Blacks in the news: Television, modern racism, and cultural change. In: **Communication and law**. Routledge, 2006. p. 231-254. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/107769909206900209> . Acesso em 16 de mai. 2024.

ENTMAN, Robert M. Representation and reality in the portrayal of blacks on network television news. **Journalism Quarterly**, v. 71, n. 3, p. 509-520, 1994. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/107769909407100303>. Acesso em 9 de jun. 2024.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2, p. 570-591, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002999415>. Acesso em: 9 jun. 2024.

GATEWOOD JR, Willard B. Edward E. Cooper, Black Journalist. **Journalism Quarterly**, v. 55, n. 2, p. 269-324, 1978. Acesso em: 26 maio 2024.

HULL, Kevin et al. “Through our prism”: Black television sports journalists’ work experiences and interactions with Black athletes. **Journalism Practice**, v. 18, n. 3, p. 511-528, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2050468>. Acesso em: 8 jun. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010. Acesso em: 13 jun. 2024.

JACKSON, Tyra L. Stories that don't make the news: Navigating a white newsroom as a black female reporter. **Journalism Practice**, v. 18, n. 6, p. 1349-1364, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2110926>. Acesso em: 13 jun. 2024.

JORNALISTAS&CIA; Instituto Corda; I'MAX. **Perfil racial da imprensa brasileira: levantamento racial nas redações e impactos na produção jornalística**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/handle/123456789/38856>. Acesso em 12 de ago. 2024.

LIMA, Carla Patrícia Serqueira. **Racismos nas trajetórias escolares e profissionais de jornalistas negros**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/tese_clima_2023.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

LIMA, Samuel Pantoja et al. Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. **Florianópolis: Quorum Comunicação**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35628>. Acesso em 16 de jul. 2024.

MELO, José Marques de. Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma. **MATRIZES**, v. 7, n. 1, p. 95-106, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143027494005>. Acesso em: 14 de jun. 2024.

MCINTYRE, Karen; COHEN, Meghan Sobel. Salary, suppression, and spies: Journalistic challenges in Uganda. **Journalism Studies**, v. 22, n. 2, p. 243-261, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1852097>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel (org.). **Perfil do Jornalista Brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, Jacques; KIKUTI, Andressa. O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 27, n. 2, p. 210-239, 2020. Disponível em: <https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2020.179830>. Acesso em 26 de mai. 2024.

MWESIGE, Peter G. Disseminators, advocates and watchdogs: A profile of Ugandan journalists in the new millennium. **Journalism**, v. 5, n. 1, p. 69-96, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258154757_Disseminators_Advocates_and_Watchdogs_A_Profile_of_Ugandan_Journalists_in_the_New_Millennium. Acesso em 4 de jun. 2024.

NISHIKAWA, Katsuo A. et al. Interviewing the interviewers: Journalistic norms and racial diversity in the newsroom. **The Howard Journal of Communications**, v. 20, n. 3, p. 242-259, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10646170903070175>. Acesso em 28 de mai. 2024.

NONATO, Cláudia; SANTIAGO, Abinoan. Mais acesso, poucas oportunidades: o perfil de jornalistas negros e negras após uma década de pesquisas sobre o mundo do trabalho. In: BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: Desigualdades, Identidades e Precariedades**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023. p. 83-102. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-desigualdades-identidades-e-precariidades-2>. Acesso em 7 de abr. 2024.

NDLOVU, Musawenkosi W. What is the state of South African journalism? **African Journalism Studies**, v.36, n.3, p.114-138, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/23743670.2015.1073934>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PONTES, Felipe Simao; MICK, Jacques. Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017). **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 154, p. 31-47, 2023. Disponível em: https://www.compos.org.br/anais_encontros.php. Acesso em 12 de ago. 2024.

PONTES, Felipe Simão. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. In: **E-Compós**. 2017. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1405>. Acesso em: 02 de jun. 2024.

PRITCHARD, David; STONBELY, Sarah. Racial profiling in the newsroom. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 84, n. 2, p. 231-248, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239775176_Racial_Profiling_in_the_Newsroom. Acesso em: 18 jun. 2024.

QUEIROZ, Welbert de Sousa. **A pele que habito: a construção da identidade profissional dos jornalistas negros em Imperatriz - MA**. Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz, MA. 2022. Disponível em: https://ppgcom.ufma.br/wp-content/uploads/2022/12/2022_Welbert_dissertacao.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

RAMAPRASAD, Jyotika; GUDIPATY, Nagamallika; VEMULA, Ravindra Kumar. Indian journalists: Personal passion, organisational dynamics and environmental forces. **African journalism studies**, v. 36, n. 3, p. 61-86, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23743670.2015.1073932>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira. Universidade Federal de São Carlos. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1412?show=full>. Acesso em: 12 maio 2024.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. **Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes**: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil. Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/23798>. Acesso em: 17 maio 2024.

SCOLARI, Carlos Alberto et al. El periodista polivalente: Transformaciones en el perfil del periodista a partir de la digitalización de los medios audiovisuales catalanes. **Zer**, v. 13, n. 25, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2885940>. Acesso em: 4 de jun. 2024.

DE SANTANA, André Luís Oliveira; DOS SANTOS, Céres Marisa Silva. Imprensa negra e a mediatização dos discursos antirracistas: por outros afetos e epistemologias. **Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais**, v. 1, n. 4, 2020. Disponível em: <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-mediatizacao-resumos/article/view/1229>. Acesso em: 07 de jun. 2024.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2400>. Acesso em: 13 jun. 2024.

DOS SANTOS, José Antônio. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. **Historiae**, v. 2, n. 3, p. 143-160, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2615>. Acesso em: 5 jun. 2024.

SILVA, Jéssica Daiana Lopes da. **Carreira profissional**: perfil, influência e perspectivas dos formandos do curso de Administração. 2017. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38856>. Acesso em: 26 jul. 2024

SOMANI, Indira S.; HOPKINSON, Natalie. Color, caste and the public sphere: Black journalists who joined television networks from 1994 to 2014. **Journalism Practice**, v. 13, n. 3, p. 314-330, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17512786.2018.1426999>. Acesso em 16 de mai. 2024.

STREITMATTER, Rodger. African-American women journalists and their male editors: A tradition of support. **Journalism Quarterly**, v. 70, n. 2, p. 276-286, 1993. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/107769909307000204>. Acesso em 04 de mai. 2024.

TEJEDOR, Santiago; CERVI, Laura; TUSA, Fernanda. Periodismo en contextos de violencia, principales problemas y posibles vías de solución: percepciones de periodistas latinoamericanos. **Revista de comunicación**, v. 21, n. 2, p. 285-306, 2022. Disponível em: <https://revistadecomunicacion.com/article/view/2934>. Acesso em: 16 jun. 2024.

WATZKO, Roberta Cunha. Mulheres negras nos jornais: exclusão, gênero e etnia. **Revista Famecos**, v. 16, n. 39, p. 98, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/5849>. Acesso em 27 de mai. 2024.

APÊNDICE A - SÍNTESES

Nesta etapa, apresento uma síntese dos títulos encontrados durante minhas buscas na construção da Metodologia Bibliométrica, organizados por eixos temáticos.

Representação e Retratação dos Negros na Imprensa

O título 1, "A 'Terra da Luz' tem preto, sim! Um relato da experiência antirracista do portal Ceará Criolo como ponto de inflexão jornalística" (Brito, 2023), discute a imprensa negra como uma ferramenta de denúncia de preconceito e racismo. O portal Ceará Criolo é destacado como um exemplo de produção diferenciada de conteúdo, que se dedica a expor injustiças sociais enfrentadas pelos negros no Ceará. O estudo ilustra como a mídia negra pode atuar como um agente de mudança social, questionando e desconstruindo narrativas raciais predominantes e oferecendo uma plataforma para vozes marginalizadas.

No título 4, "Blacks in the News: Television, Modern Racism, and Cultural Change Entman (1992) explora o impacto das notícias locais de televisão nas atitudes dos brancos em relação aos negros. O estudo sugere que a forma como os negros são representados na mídia local influencia significativamente as percepções e atitudes do público branco. Entman (1992) argumenta que as notícias locais frequentemente reforçam estereótipos negativos e contribuem para a manutenção do racismo estrutural. Este artigo fornece evidências de como a mídia pode tanto perpetuar quanto desafiar preconceitos raciais, dependendo da abordagem adotada na cobertura das notícias.

O título 10, "From Counterpublic to the Mainstream: The New Black Press and the Public Sphere" de Sid Bedingfield (2023), analisa o surgimento da nova imprensa negra no jornalismo mainstream dos EUA, focando-se em como jornalistas negros estão desafiando narrativas históricas de racismo ao ocuparem posições estratégicas em grandes veículos de mídia. Bedingfield argumenta que essa nova imprensa negra está tentando construir um novo consenso sobre justiça racial dentro da esfera pública mainstream. O artigo também aborda a resistência a esse movimento e levanta questões sobre a funcionalidade da atual esfera pública digital.

O título 11, "Imprensa negra e a midiaticização dos discursos antirracistas: por outros afetos e epistemologias" de André Luís Oliveira de Santana e Céres Marisa Silva dos Santos (2023), discute como as mídias negras no ambiente digital atualizam a presença dos discursos da população negra no campo do jornalismo, utilizando recursos tecnológicos e processos de

mediatização. Através da análise de três veículos digitais, o artigo investiga como essas mídias contribuem para a visibilização de práticas, costumes e saberes da população negra, desafiando a objetividade jornalística tradicional e propondo novas epistemologias e afetos. E assim reconhece a importância das mídias negras digitais na transformação do jornalismo e na visibilização dos discursos antirracistas. Ao desafiar as epistemologias tradicionais e incorporar novas formas de afetividade, essas mídias oferecem uma plataforma importante para a expressão e reconhecimento das vozes negras na sociedade contemporânea.

No título 12, "Imprensa negra e cidadania: Conteúdos do Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z" (2021) Araujo e Peruzzo exploram o papel da imprensa negra na construção de uma narrativa crítica sobre a cidadania negra e a exposição de processos discriminatórios. Esta pesquisa destaca que veículos como o Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z desempenham um papel importante na articulação de uma consciência crítica e na mobilização social. Esses veículos não apenas informam, mas também educam e empoderam a população negra, promovendo a cidadania ativa. Ao fazer isso, eles preenchem lacunas deixadas pela mídia tradicional, que muitas vezes negligencia ou distorce a representação da comunidade negra.

Já no título 14 "Interviewing the Interviewers: Journalistic Norms and Racial Diversity in the Newsroom", Nishikawa et al., (2009) analisam normas jornalísticas e diversidade racial em redações de jornais convencionais, destacando as percepções de jornalistas afro-americanos. Os autores investigam como a diversidade racial influencia as práticas jornalísticas e as decisões editoriais, revelando que a presença de jornalistas negros nas redações contribui para uma cobertura mais inclusiva e sensível às questões raciais. Contudo, o estudo também aponta desafios persistentes, como a sub-representação de jornalistas negros em cargos de liderança e a pressão para conformar-se às normas predominantes, que muitas vezes ignoram ou marginalizam questões raciais.

Roberta Cunha Watzko e Rogério Christofolletti, no título 17, "Mulheres negras nos jornais: exclusão, gênero e etnia" (2009), analisam a representação de mulheres negras nas fotografias dos jornais de Santa Catarina. O estudo destaca a exclusão e marginalização das mulheres negras na mídia impressa, evidenciando como gênero e etnia influenciam a representatividade. Os autores argumentam que as mulheres negras são frequentemente invisibilizadas ou retratadas de maneira estereotipada, reforçando as desigualdades sociais e limitando as oportunidades de reconhecimento e valorização. Este artigo contribui para a compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres negras na busca por visibilidade e igualdade na mídia.

No título 23, "Race and Ethical Reasoning: The Importance of Race to Journalistic Decision Making" (Coleman, 2003), a autora investiga os efeitos da raça dos sujeitos das notícias sobre o raciocínio ético dos jornalistas. O estudo examina como a raça dos indivíduos retratados nas notícias influencia as decisões éticas dos jornalistas, incluindo a seleção de pautas e a forma de cobertura. Coleman (2003) conclui que a raça é um fator significativo no processo de tomada de decisão ética, frequentemente levando a um tratamento desigual e a uma cobertura enviesada. Este artigo enfatiza a necessidade de maior conscientização e sensibilidade racial entre os profissionais de mídia para garantir uma cobertura mais justa e equilibrada.

No título 24 "Race and Local Television News: The Emergence of Black Journalists in New Orleans" (Baptiste, 2022), o autor explora a emergência de jornalistas negros na televisão local de Nova Orleans, destacando a integração racial da WDSU-TV ao contratar Bill Rouselle em 1968. O estudo analisa como a contratação de jornalistas negros impactou a cobertura jornalística e a percepção pública. Baptiste argumenta que a presença de jornalistas negros na televisão local contribuiu para uma cobertura mais representativa e inclusiva, desafiando as narrativas predominantes e promovendo a diversidade racial. Este artigo fornece uma perspectiva histórica sobre a evolução da representação racial na mídia e os avanços conquistados ao longo das décadas.

O título 25, "Racial Profiling in the Newsroom" (Pritchard e Stonbely, 2007), analisa como a raça influencia as atribuições de pauta em uma redação de jornal metropolitano. Os autores investigam se a raça dos jornalistas afeta as pautas que lhes são atribuídas e como isso impacta a cobertura jornalística. O estudo revela que jornalistas negros frequentemente recebem pautas relacionadas a questões raciais, o que pode tanto ampliar a diversidade de perspectivas na cobertura quanto limitar as oportunidades de atuar em outras áreas. Este artigo destaca a necessidade de práticas editoriais mais inclusivas, que permitam aos jornalistas negros explorar uma gama mais ampla de temas e contribuir de maneira mais abrangente para o jornalismo.

No título 26, "Representation and Reality in the Portrayal of Blacks on Network Television News" (Entman, 1994), o autor investiga a representação visual e verbal dos negros nas notícias da televisão em rede. Entman identifica padrões de representação que perpetuam estereótipos raciais, observando que os negros são frequentemente retratados de maneira negativa ou estereotipada. O estudo destaca a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e justa na cobertura jornalística, que reflita a diversidade e complexidade da comunidade negra. Esse trabalho é importante para entender como a mídia influencia as percepções públicas e perpetua preconceitos.

O título 28, "Stories that Don't Make the News: Navigating a White Newsroom as a Black Female Reporter" de Tyra L. Jackson (2022) aborda como a cultura e as ações em redações predominantemente brancas podem afetar negativamente jornalistas negras por meio do uso de autoetnografia e teoria crítica da raça. Jackson descreve suas experiências de bullying no ambiente de trabalho, destacando como essas práticas e a falta de reconhecimento perpetuam a exclusão e a marginalização de jornalistas negras. A conclusão do artigo sugere que é necessário criar mudanças culturais nas redações brancas para apoiar jornalistas negras e melhorar suas condições de trabalho.

No título 31, "Through Our Prism: Black Television Sports Journalists' Work Experiences and Interactions with Black Athletes", Hull et al. (2024) investigam as percepções dos jornalistas negros de esportes na televisão local sobre as práticas de contratação e a cobertura midiática de atletas negros. O estudo examina como os jornalistas negros percebem suas interações com atletas negros e as práticas de contratação em suas redações. Os autores identificam desafios específicos enfrentados por esses jornalistas, incluindo a discriminação racial e a pressão para conformar-se às expectativas raciais. Este artigo contribui para a compreensão das dinâmicas raciais no jornalismo esportivo e a importância de promover a diversidade e a inclusão nesse campo.

No título 32, "Uma Arqueologia dos Jornais Negros no Brasil", José Antônio dos Santos (2011) realiza uma investigação arqueológica, conforme a perspectiva foucaultiana, para analisar duas emergências da imprensa negra no Brasil. A primeira é baseada no trabalho de Roger Bastide, que estudou jornais escritos por negros paulistas, e a segunda se fundamenta na pesquisa de Fernando Henrique Cardoso sobre jornalistas negros no Rio Grande do Sul. Santos explora como esses jornais serviram como veículos de expressão das experiências e aspirações da população negra e discute as limitações e desafios enfrentados por esses veículos de comunicação, bem como a contribuição teórica e metodológica de Bastide e Cardoso para o entendimento das relações raciais no Brasil.

O título de número 40, "Prisioneiros Da História. Trajetórias Intelectuais Na Imprensa Negra Meridional", tese de doutorado de José Antônio dos Santos (2011) examina como jornalistas e redatores negros do período pós-abolição usaram os jornais como ferramentas de mobilização social e política. Santos revela que esses periódicos foram fundamentais para a articulação de novas alternativas políticas e sociais para a população negra, servindo como plataformas para a denúncia do racismo e a promoção da igualdade de direitos civis.

Perfil dos Jornalistas

O título 3 - “Aproximación al Perfil del Periodista en la Postmodernidad”, artigo de María Arroyo Cabello (2011), examina os fatores que transformaram o papel do jornalista e delinea o novo perfil profissional na era digital, com base no Informe Anual da Profissão Jornalística de 2010 e em estudos de especialistas. Acredita-se que o jornalista do futuro deve ser versátil, multimídia, habilidoso com novas tecnologias, especializado, capaz de trabalhar em equipe, e também possuir sólidos fundamentos éticos e jornalísticos para defender seus direitos nas empresas e seu compromisso com a opinião pública.

O título 5 "Color, Caste and the Public Sphere: Black Journalists Who Joined Television Networks from 1994 to 2014" de Indira S. Somani e Natalie Hopkinson (2018) aborda as experiências dos jornalistas negros na televisão dos Estados Unidos, explorando as dinâmicas de cor e casta que moldam suas carreiras. Baseado em estudos críticos e culturais, bem como na teoria organizacional, o estudo analisa as experiências de 23 jornalistas negros da geração pós-Direitos Civis, que continuam a enfrentar normas culturais antinegras e atitudes discriminatórias com grandes custos físicos, psicológicos e financeiros.

No título 6 "Convergencia Digital: Nuevos perfiles profesionales del periodista" (Rubio e Ayala, 2014), os autores exploram como a convergência digital remodelou o campo jornalístico. Este estudo revela que a digitalização dos meios de comunicação criou a necessidade de jornalistas multifacetados, capazes de manejar diversas plataformas e tecnologias. O perfil do jornalista contemporâneo é caracterizado por habilidades em multimídia, gestão de redes sociais e produção de conteúdo digital. A convergência digital exige uma adaptação constante, onde a capacidade de aprender e incorporar novas tecnologias se tornou essencial para a sobrevivência e relevância no campo.

No título 7 - “Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras”, o estudo de Felipe Simão Pontes (2017) aborda as desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico brasileiro, concluindo que as mulheres jornalistas recebem salários inferiores aos homens em todas as faixas etárias e ocupações, além de enfrentarem maior dificuldade no acesso a benefícios e cargos de prestígio. A pesquisa utilizou dados do Cadastro Central das Empresas do IBGE, PNAD e Caged, revelando que as mulheres ganham em média 20% menos que os homens. A Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, realizada pela UFSC em 2012, mostrou que dois terços dos jornalistas são mulheres, mas a desigualdade salarial persiste, mesmo entre as profissionais mais escolarizadas.

No título 8, "Disseminators, Advocates and Watchdogs: A Profile of Ugandan Journalists in the New Millennium" (Mwesige, 2004), é fornecido um perfil demográfico e atitudinal dos jornalistas ugandeses, focando nas condições de trabalho e nas percepções de papel. O estudo revela que os jornalistas em Uganda enfrentam condições de trabalho precárias, baixa remuneração e restrições à liberdade de imprensa. Apesar desses desafios, muitos jornalistas ugandeses mantêm um forte compromisso com o jornalismo como um meio de advocacia e vigilância, essencial para a democracia. Esse compromisso, no entanto, é constantemente testado por um ambiente de trabalho adverso e a constante ameaça de repressão governamental.

Carlos Alberto Scolari, Josep Lluís Micó, Héctor Navarro e Hugo Pardo, autores do título 9 "El Periodista Polivalente. Transformaciones en el Perfil del Periodista a partir de la Digitalización de los Medios Audiovisuales Catalanes" (2008), analisam as transformações no perfil profissional do jornalista em Cataluña devido à digitalização dos meios audiovisuais. O estudo revela que a digitalização impôs uma nova polivalência ao jornalista, que agora deve ser capaz de operar câmeras, editar vídeos e gerenciar conteúdo digital. Esse perfil polivalente exige uma formação abrangente e uma capacidade de adaptação rápida às novas ferramentas e plataformas. Da mesma forma María Arroyo Cabello, no título 3 "Aproximación al Perfil del Periodista en la Postmodernidad" (2011), analisa os fatores que modificaram o papel do jornalista e descreve o novo perfil na era digital, a qual exige que os jornalistas sejam mais versáteis e estejam constantemente atualizados com as novas tecnologias. A digitalização não apenas alterou as habilidades necessárias, mas também redefiniu o conceito de tempo e espaço no jornalismo, permitindo a produção e distribuição instantâneas de notícias.

O título 15 - "Mais Acesso, Poucas Oportunidades: O Perfil de Jornalistas Negros e Negras Após uma Década de Pesquisas Sobre o Mundo do Trabalho" de Cláudia Nonato e Abinoan Santiago (2022), discute o aumento no número de jornalistas negros(as) no Brasil, impulsionado por políticas públicas e ações afirmativas, como as cotas raciais. Apesar desse crescimento, os dados mostram que a inclusão quantitativa não se traduziu em oportunidades qualitativas, com poucos negros(as) ocupando cargos de chefia e enfrentando condições de trabalho precarizadas, baixa remuneração e discriminação. Conclui-se que, embora as ações afirmativas tenham sido eficazes em aumentar a presença de jornalistas negros(as) nas redações, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a igualdade de oportunidades e combater o racismo estrutural no setor.

O título 20 "Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma" de Marques de Melo, feita no início dos

anos 1970 e republicada em 2013. Marques de Melo (2013) discute como a formalização da profissão através do diploma trouxe tanto reconhecimento quanto desafios. O perfil do jornalista passou a ser mais regulamentado, mas também enfrentou tensões entre a formação acadêmica e as exigências práticas do mercado. O estudo destaca a necessidade de uma formação contínua que vá além do diploma inicial, incorporando a evolução tecnológica e as mudanças nas práticas jornalísticas.

Complementando o estudo de Mwesige, o título 27 - "Salary, Suppression, and Spies: Journalistic Challenges in Uganda" (McIntyre e Cohen, 2021) examina os desafios específicos enfrentados pelos jornalistas em Uganda, como a baixa remuneração e a vigilância governamental. Os autores argumentam que a precariedade das condições de trabalho afeta diretamente a qualidade do jornalismo e a capacidade dos jornalistas de realizarem investigações profundas e imparciais. A combinação de baixos salários e repressão governamental cria um ambiente hostil para o exercício da profissão, levando muitos jornalistas a auto-censura ou a abandonar a profissão.

No título 29 "The Media Diversity and Inclusion Paradox: Experiences of Black and Brown Journalists in Mainstream British News Institutions" (Douglas, 2021), as vivências de jornalistas negros e pardos em grandes instituições de notícias britânicas são analisadas, destacando a discrepância entre as declarações de valorização da diversidade e a realidade cotidiana desses profissionais. Douglas argumenta que, apesar do discurso progressista adotado por muitas dessas instituições, os jornalistas negros e pardos frequentemente enfrentam discriminação e exclusão.

No título 30 - "The perception of self-censorship among Moroccan journalists" de Abdelmalek El Kadoussi explora a prática da autocensura entre jornalistas marroquinos e os fatores que influenciam essa prática. A pesquisa, que utilizou um procedimento quantitativo para inquirir 120 jornalistas, revela que a autocensura é uma experiência consciente, na qual os jornalistas antecipam as reações indesejáveis das autoridades e, portanto, evitam certos tópicos ou utilizam manobras específicas ao reportá-los. Os resultados confirmam a hipótese de que a autocensura está relacionada à falta de agência profissional e à autoconsciência dos jornalistas.

Carreira dos Jornalistas

Título 2: "African American Women Journalists and Their Male Editors in Tradition of Support" (Streitmatter, 1993) examina o apoio que jornalistas afro-americanas receberam de editores masculinos, destacando como esse apoio influenciou suas carreiras. O estudo identifica que, embora alguns editores masculinos tenham oferecido apoio significativo, as jornalistas

afro-americanas ainda enfrentam grandes desafios decorrentes do racismo e do sexismo. Esses desafios incluem a escassez de oportunidades de promoção, salários mais baixos em comparação com seus colegas e a exclusão de redes profissionais de apoio que são frequentemente dominadas por homens brancos.

Título 6: "Convergencia Digital: Nuevos perfiles profesionales del periodista" de Andrés Barrios Rubio e William Ricardo Zambrano Ayala exploram as transformações no jornalismo devido ao avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e ao surgimento dos cibermedios. A convergência digital tem alterado as rotinas de trabalho, os métodos de produção e distribuição de notícias, e as formas de consumo de informação, exigindo novas competências dos jornalistas. O estudo, baseado em pesquisas qualitativas e quantitativas, identifica as novas habilidades necessárias para os profissionais da área, incluindo a produção de conteúdo multimídia, a implementação de tecnologias e redes, e a criação de formatos interativos. O artigo destaca a importância de uma formação que equilibre competências técnicas com uma base ética e humanística, adaptando-se às novas demandas de um público mais interativo e exigente.

Título 10: "From Counterpublic to the Mainstream: The New Black Press and the Public Sphere" (Bedingfield, 2023) analisa a transformação da imprensa negra nos Estados Unidos, destacando seu crescimento de uma esfera pública contra-hegemônica para uma presença significativa no mainstream. Bedingfield (2023) explica que a imprensa negra, que inicialmente servia como um espaço alternativo para discutir questões de justiça social e racial, agora desempenha um papel central no debate público mais amplo. Essa transição é crucial porque permite que as vozes anteriormente marginalizadas sejam ouvidas e reconhecidas em um público maior e mais diversificado.

Título 13: "Indian Journalists: Personal Passion, Organisational Dynamics and Environmental Forces" (Ramaprasad, Gudipaty e Vemula, 2009) estuda o perfil dos jornalistas na Índia, destacando suas perspectivas sobre carreiras pessoais, dinâmicas organizacionais e as forças externas que influenciam o jornalismo. A partir de entrevistas com 145 jornalistas em várias cidades indianas, os autores discutem a distinção entre mídia tradicional e online, além de examinar a crescente presença de mulheres na profissão. Os entrevistados destacaram questões como a corporativização, a influência política e o uso de novas tecnologias, bem como a persistente resistência ao controle governamental, exceto em questões de segurança nacional. Ao final, o estudo revela uma paisagem jornalística rica e diversificada, caracterizada por uma mistura de desafios e oportunidades, reforçando a importância do jornalismo na sociedade indiana contemporânea.

Título 20: O artigo de Mick e Kikuti fornece uma análise abrangente das condições de trabalho dos jornalistas brasileiros, destacando as transformações e desafios enfrentados pela profissão nas últimas duas décadas. A agenda de pesquisa proposta é essencial para entender as dinâmicas do trabalho jornalístico no Brasil e para orientar futuras investigações que possam contribuir para a melhoria das condições de trabalho e a promoção da igualdade na profissão. A complexidade das questões abordadas no artigo reflete a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para estudar o jornalismo. A internacionalização da pesquisa contribui para a constituição do conhecimento acerca do tema e fortalecer as conexões com a comunidade acadêmica global. Apesar dos desafios impostos pela atual conjuntura política e econômica, a resiliência dos pesquisadores brasileiros é um indicativo de que a investigação sobre o mundo do trabalho dos jornalistas continuará a avançar, contribuindo para a valorização da profissão e para a democracia no país.

Título 21: "Periodismo en contextos de violencia, principales problemas y posibles vías de solución: percepciones de periodistas latinoamericanos" (Tejedor, Cervi e Tusa, 2022) analisa os desafios enfrentados pelos jornalistas em contextos de violência na América Latina. O estudo revela que os jornalistas latino-americanos enfrentam riscos significativos, incluindo ameaças de violência física, pressões econômicas e censura. Os autores discutem as estratégias que os jornalistas adotam para lidar com esses desafios, como a formação de redes de apoio e a utilização de novas tecnologias para proteger sua segurança e garantir a liberdade de expressão. A pesquisa destaca a resiliência dos jornalistas diante de condições adversas e a importância de políticas públicas que protejam a liberdade de imprensa.

Título 22: Sharon Bramlett-Solomon, em "Predictors of Job Satisfaction Among Black Journalists" (1992), conduz uma investigação sobre os fatores que influenciam a satisfação no trabalho entre jornalistas negros, com destaque para a discriminação racial. O estudo conclui que a discriminação racial e a falta de oportunidades de avanço são os principais fatores que contribuem para a insatisfação no trabalho entre esses profissionais. A pesquisa revela que os jornalistas negros frequentemente enfrentam barreiras significativas no ambiente de trabalho, incluindo o racismo institucional e a exclusão de redes de apoio profissional, que são dominadas por colegas brancos. Esses obstáculos não apenas limitam suas oportunidades de carreira, mas também afetam negativamente sua motivação e satisfação no trabalho. A falta de oportunidades de promoção é particularmente destacada, indicando que muitos jornalistas negros se veem presos em posições de nível inferior, independentemente de sua experiência ou qualificações.

Título 28: "Stories that Don't Make the News: Navigating a White Newsroom as a Black Female Reporter" (2022), Tyra L. Jackson examina as dificuldades enfrentadas por repórteres

negras em redações majoritariamente brancas. Jackson detalha como a discriminação racial e a exclusão de oportunidades de carreira são obstáculos persistentes para essas jornalistas. O estudo destaca que, além das barreiras óbvias, as jornalistas negras frequentemente lidam com microagressões diárias e uma cultura de trabalho que marginaliza suas contribuições, tornando o ambiente de trabalho particularmente hostil.

Título 34: "Edward E. Cooper, Black Journalist" apresenta uma análise detalhada da vida e carreira de Edward Elder Cooper, um jornalista afro-americano proeminente no final do século XIX e início do século XX. Cooper foi uma figura complexa e controversa, alternando entre ser elogiado e criticado por seus contemporâneos. Ele fundou três jornais que moldaram significativamente a opinião pública negra, sendo o mais notável deles o *Colored American*. Apesar de suas contribuições para o jornalismo negro, Cooper enfrentou várias dificuldades financeiras e acusações de práticas comerciais questionáveis. Sua relação com figuras influentes, como Booker T. Washington, também foi um aspecto crucial de sua carreira, proporcionando-lhe tanto suporte quanto críticas. No final, Cooper deixou um legado ambíguo, sendo lembrado tanto por sua excelência jornalística quanto por suas controvérsias éticas.

Título 35: "A Pele que Habito: A Construção Da Identidade Profissional Dos Jornalistas Negros Em Imperatriz – MA", dissertação de Welbert de Sousa Queiroz (2022), investiga a construção da identidade profissional dos jornalistas negros em Imperatriz, Maranhão. Este estudo busca compreender como esses profissionais, que se autodeclararam negros, se inserem no mercado de trabalho local e como percebem suas identidades. Utilizando métodos quanti-qualitativos, o autor realizou mapeamentos, observações de campo e entrevistas para produzir um panorama sobre a presença e os desafios enfrentados pelos jornalistas negros na cidade.

Título 36: "Racismos nas Trajetórias Escolares e Profissionais de Jornalistas Negras", tese de Carla Patricia Serqueira Lima (2023), examina os impactos do racismo estrutural nas trajetórias de jornalistas negras no Brasil. A pesquisa revela que, desde a escolarização até a carreira profissional, as mulheres negras enfrentam barreiras significativas que limitam suas oportunidades de ascensão. Apesar do aumento na presença de jornalistas negras devido às políticas de ações afirmativas, a discriminação e a falta de representatividade ainda são desafios prementes.

Título 37: "Identidade profissional no jornalismo brasileiro: a carreira dos correspondentes internacionais", tese de autoria de Luciane Fassarella Agnez (2014), analisa a carreira dos correspondentes internacionais brasileiros, investigando as mudanças e desafios enfrentados por esses profissionais diante das transformações tecnológicas e editoriais. Agnez destaca que, apesar das inovações e da globalização da mídia, a identidade dos correspondentes

permanece ancorada nos valores tradicionais do jornalismo, como a busca pela excelência e a investigação rigorosa.

Título 38: “Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal”, tese de doutorado de Ana Paula Bornhausen da Silva Bandeira (2019), fala sobre o aumento da presença feminina no jornalismo brasileiro e português, uma tendência que se iniciou nos anos 1970, impulsionada pelo maior acesso das mulheres à educação, ao mercado de trabalho e à conquista de direitos. A pesquisa busca entender as implicações desse crescimento, especialmente a recente ascensão das mulheres a cargos de liderança nas redações, através de uma análise comparativa entre Brasil e Portugal. Com base em entrevistas e observações, o estudo examina as percepções de gênero no ambiente de trabalho jornalístico, revelando diferenças significativas nas experiências de mulheres e homens, tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

Título 39: “Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil”, tese de doutorado de Isabel Cristina Clavelin da Rosa (2016), analisa as interseções entre raça e gênero no jornalismo brasileiro. Através de uma abordagem hermenêutica e baseada na teoria feminista negra, a autora investiga como jornalistas negros e negras enfrentam e desafiam as estruturas de poder nas redações. A pesquisa destaca a importância de reconhecer e valorizar a diversidade para promover um jornalismo mais inclusivo e representativo.

Título 41: “As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O Processo de Profissionalização e Feminização da Carreira”, tese de Paula Melani Rocha (2004), explora a feminização do jornalismo no estado de São Paulo, comparando a capital com o interior. A autora analisa como a entrada crescente de mulheres no jornalismo alterou as dinâmicas de trabalho e como as jornalistas enfrentam desafios específicos relacionados ao gênero, como a conciliação entre vida profissional e familiar e a discriminação velada nas redações.

APÊNDICE B - PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

1. Quais são as principais barreiras que você enfrentou ao longo de sua carreira no jornalismo devido à discriminação racial?
2. Como você descreveria suas condições de trabalho, incluindo salário, carga horária e funções desempenhadas?
3. Você já sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito racial no ambiente de trabalho? Pode compartilhar uma experiência específica?
4. Quais estratégias de resistência você adota ou já adotou para lidar com o racismo no ambiente de trabalho?
5. Você percebe uma sub-representação de jornalistas negros em posições de destaque nas redações onde trabalhou?
6. Quais barreiras você identifica como as principais para o avanço na carreira de jornalistas negros?
7. Como você avalia as oportunidades de crescimento profissional e desenvolvimento de carreira para jornalistas negros atualmente?
8. Existem iniciativas ou políticas de inclusão e diversidade no seu local de trabalho? Se sim, quais são elas e como você as avalia?
9. De que forma as políticas públicas e ações afirmativas influenciaram sua trajetória profissional?
10. Comparando sua experiência com as de colegas brancos, quais diferenças você percebe em termos de oportunidades e tratamento no ambiente de trabalho?
11. Você acredita que houve mudanças significativas nas redações jornalísticas brasileiras em termos de inclusão racial desde 2012?
12. Quais são suas expectativas e projeções para o futuro do jornalismo em relação à inclusão e diversidade racial?
13. Como você vê a importância da representatividade negra na mídia e no jornalismo?
14. Você participa ou conhece alguma organização ou grupo de apoio a jornalistas negros? Se sim, pode falar sobre o impacto dessas redes de apoio?
15. Quais são suas sugestões para melhorar a inclusão e a igualdade racial nas redações jornalísticas brasileiras?

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM MALVA

Entrevista com Malva

Data: 08 de janeiro de 2025

Horário: 14h30

Local: Online via Zoom

Tempo: 01h14

Malva, me conta um pouco sobre você...

Meu nome é Malva, tenho 27 anos, sou jornalista e relações públicas. Eu me formei, se não me engano, em 2019, mas o certificado está datado como 2022. Fiz primeiro jornalismo e depois relações públicas. Atualmente moro em Parnaíba, no litoral do Piauí, mas minha formação foi em uma universidade pública de Teresina.

Eu nasci e cresci em Parnaíba, que fica a 328 km de Teresina. Minha história com a comunicação é muito bonita. Desde criança, meu sonho era ser atriz. Fiz teatro por muitos anos, mas, morando no Piauí, não havia como me deslocar para outras cidades com oportunidades nessa área. Com 17 anos, decidi sair de Parnaíba e me mudei para Teresina, onde entrei na faculdade de comunicação social, em 2015. Agora, em 2025, completo dez anos nessa área.

Como você decidiu fazer jornalismo?

Inicialmente, eu não pensava em fazer comunicação. Quando fiz testes vocacionais, sempre aparecia como a segunda opção. Resolvi tentar e, logo de cara, me apaixonei pela área. Hoje, sou completamente apaixonada pela comunicação, embora seja uma profissão muito difícil e desvalorizada, especialmente para nós, profissionais negros. Sempre que surge a oportunidade de ajudar em uma pesquisa acadêmica ou participar de grupos na área, aproveito para lembrar porque entrei nessa carreira. Esses momentos me motivam.

Minha formação foi muito privilegiada. Não venho de uma família rica, mas meus pais sempre priorizaram minha educação. Em Parnaíba, o custo de vida é bem mais baixo que em Teresina, o que facilitou minha trajetória. Sempre estudei em escolas particulares e, por isso, tive acesso a uma base educacional que muitos dos meus colegas na universidade não tiveram. Meu pai trabalhou nos Estados Unidos como controlador de tráfego aéreo, e foi graças a isso que pude aprender inglês.

Em que momento você toma consciência desses privilégios? Na escola? Em casa?

Eu só percebi meu privilégio ao me mudar para Teresina, a capital. Comparando os valores das escolas particulares de lá com os de Parnaíba, percebi que jamais teria tido as mesmas oportunidades se tivesse nascido em outro contexto. Enquanto a maioria dos estudantes negros que conheci estudou em escolas públicas, eu sempre estudei em escolas particulares, o que me deu acesso a conteúdos como filosofia, sociologia e grandes pensadores, que eram desconhecidos para muitos colegas.

Essa diferença ficou evidente quando comecei na universidade pública. Muitos dos meus colegas não tinham tido acesso a professores regulares ou sequer disciplinas básicas. Uma amiga próxima, com quem fiz o TCC, comentou que mal tinha aulas de matemática porque os professores não apareciam. Esse choque de realidade me deixou grata pela minha trajetória e, ao mesmo tempo, com um senso de responsabilidade de ajudar aqueles que não tiveram a mesma base educacional.

Na universidade, comecei a me identificar como negra. Em Parnaíba, vivi em uma bolha onde as escolas particulares eram majoritariamente brancas. Eu era uma das poucas crianças pretas, e isso me marcou. Quando criança, já tive meu cabelo cortado porque jogaram chiclete nele. Somente na universidade, ao sair desse ambiente, pude ler mais sobre o assunto e me sentir confortável para assumir meus cachos. Antes disso, meu cabelo era alisado.

Esse processo de descoberta pessoal me levou a escrever um TCC com base nessa vivência. Fiz um documentário acompanhado de um relatório, que quase foi uma monografia. Trabalhei com muito amor e dedicação, motivada pela ausência de representatividade durante minha formação. Não tínhamos professores que discutissem questões raciais, nem leituras de autores negros. Durante a graduação inteira, por exemplo, não ouvi falar sobre Esperança Garcia, a primeira advogada negra do Brasil, que hoje é considerada patrona da advocacia brasileira.

Fiquei sabendo dela apenas em uma viagem a São Luís, onde vi um livro sobre sua história em uma prateleira de uma livraria. Isso demonstra o descaso e a defasagem na inclusão de referências negras no ensino. Essa descoberta foi um grande motivador para o meu TCC e para a busca por mais representatividade e visibilidade de profissionais negros na comunicação.

À que você atribui essa descoberta tardia quanto a sua consciência racial?

Eu sempre estudei em escola particular, e meu primeiro contato com o ensino público foi apenas na universidade. Durante minha trajetória escolar, tive pouco ou quase nenhum

contato com outros negros, seja professores ou colegas. Esse é um ponto que, até hoje, permeia minha vida e que tento tratar na terapia e em vários aspectos da minha rotina. Além da minha família e da família do meu noivo, que são negras, todo o restante do meu círculo de trabalho e amigos é majoritariamente branco. Isso me incomoda muito, porque existem temas e assuntos que eu gostaria de discutir, mas as pessoas não conseguem entender ou acabam vendo como vitimismo. São pautas que faltam no meu dia a dia. Depois de um tempo, comecei a buscar entender melhor minha identidade, especialmente minha negritude. Esse processo também influenciou minha visão sobre as experiências enquanto mulher negra no mercado de trabalho. Curiosamente, minhas primeiras psicólogas, com quem tive contato na universidade por meio do ensino público, eram brancas. Eu sentia que precisava de alguém que compreendesse, na pele, o que eu estava vivenciando. Foi quando comecei a buscar profissionais negros na psicologia. Para mim, isso fez uma grande diferença. Minha psicóloga atual, que é maravilhosa, sempre reforça que precisamos falar de assuntos que nos permeiam e que, muitas vezes, não conseguimos discutir com outras pessoas.

Por exemplo, o racismo é extremamente cansativo. Estar no trabalho como a única pessoa preta ou ser coordenadora em uma área técnica e enfrentar essas questões no dia a dia pesa muito. Quando chega o Dia da Consciência Negra, por exemplo, vejo designers e profissionais de marketing fazendo campanhas sem o devido cuidado, como colocar uma foto de uma pessoa preta ao lado de uma pessoa branca sem refletir no significado disso. Por ser uma mulher negra, acabo identificando esses detalhes e me sinto responsável por corrigi-los, sempre com o maior cuidado, para evitar ofender outras pessoas. No entanto, isso é exaustivo. Nada disso foi ensinado na universidade, é algo que aprendemos no dia a dia.

Inclusive, tenho muitos amigos e colegas que se decepcionaram com o jornalismo por razões como essa e por outros motivos, como a falta de valorização dos profissionais negros. Muitos saem do mercado de trabalho e optam por fazer concursos para não perder a formação. Outros mudam completamente de área. Tenho várias colegas que já deixaram o jornalismo ou que permanecem na profissão apenas como sustento enquanto procuram algo novo. Às vezes, eu mesma me pergunto: “Será que estou na área certa? Será que não deveria fazer outra coisa?” Sempre tento me reconectar com a razão pela qual escolhi a comunicação. Converso com pessoas pelo Brasil para entender e relembrar o que me motivou a entrar nessa área, porque, muitas vezes, é muito desgastante. Passamos anos estudando, e a nossa profissão ficou muito desvalorizada, especialmente após a queda da obrigatoriedade do diploma. Isso abriu espaço para pessoas sem formação entrarem na área e, muitas vezes, julgarem quem tem uma base acadêmica. É uma profissão cheia de camadas, e, sendo

uma mulher ou homem preto, enfrentamos ainda mais dificuldades, como se estivéssemos no fundo do iceberg.

Quando entrei na faculdade para fazer jornalismo, percebi que havia um pouco mais de diversidade do que na realidade da minha escola, mas, mesmo assim, era pouco. Sobre as pautas relacionadas a questões raciais, elas ainda eram raras e quase nunca abordadas de forma consistente.

No curso, havia algum incentivo para que temas relacionados à negritude fossem debatidos?

Olha, não, não havia. Esse foi um dos motivos pelos quais escolhi tratar da negritude no meu TCC. Para não dizer que não havia nada, em algumas ocasiões, alguns professores que se consideravam pardos ou negros traziam trabalhos de outros alunos negros como exemplo, mas não necessariamente com essa temática. Era mais uma questão de destacar o bom desempenho técnico do aluno. Nunca vou esquecer de um professor de radiojornalismo que convidou uma ex-aluna, negra retinta, inteligentíssima e maravilhosa, para apresentar o trabalho dela. Porém, a abordagem sempre se limitava à parte técnica, nunca à questão racial.

Depois que me formei, percebi algumas mudanças. Alguns professores começaram a dar espaço para essas discussões. Inclusive, tive a oportunidade de voltar à universidade como palestrante para falar sobre minha experiência como jornalista negra no mercado de trabalho. Isso aconteceu no ano passado, com um professor de relações públicas, que é branco. Ele me convidou porque eu havia desabafado com ele, durante o curso, sobre como era cansativo estar no meio acadêmico. Não estava criticando, mas compartilhando a realidade. Ele foi um grande incentivador. Na época, eu estava pensando em desistir de relações públicas porque estava exausta, e ele insistiu para que eu continuasse dizendo que eu era uma excelente profissional. O meio acadêmico pode ser muito desgastante. Entramos para fazer pesquisa e falar para todos, mas muitas vezes nos deparamos com professores egocêntricos, que acreditam saber tudo. Lembro que, no meu TCC, cujo tema era "O cabelo crespo como símbolo de resistência para mulheres negras", enfrentamos desafios na construção da pesquisa. Tínhamos que justificar tudo de forma objetiva, mas o tema, por natureza, envolve subjetividade. Não dá para separar completamente o aspecto pessoal de um objeto de estudo que reflete sua própria vivência. Isso tudo me cansava muito, além das exigências da escrita acadêmica, que também são desgastantes.

Durante os quase sete anos de graduação, divididos entre jornalismo e relações públicas, temas sobre negritude raramente eram abordados. Foi apenas após me formar que consegui levar essa pauta para outros alunos. Tive experiências muito emocionantes, como a de uma aluna que veio até mim, chorando, dizendo que minhas palavras foram um afago. Ela estava longe da família, morando sozinha na capital, enfrentando racismo e outras dificuldades que desmotivam. Eu também poderia ter desistido do curso em várias ocasiões. Tive burnout aos 20 anos e enfrentei assédio moral trabalhando em empresas. Era uma das poucas mulheres negras e sofri com comparações profissionais injustas, críticas ao cabelo e outras formas de racismo. Isso tudo, para uma jovem de 17 ou 18 anos, longe da família, em uma cidade grande e completamente diferente da sua, é muito difícil.

A universidade muitas vezes não atenta para esses desafios. Ela quer formar pesquisadores, mas não considera as dificuldades emocionais e financeiras que os alunos enfrentam. Minha universidade focava apenas na pesquisa. Eu consegui me sustentar durante a graduação por meio de bolsas de pesquisa e monitoria. Fui laureada, uma das primeiras laureadas da história do curso de comunicação da Universidade Estadual, e cumpri todos os requisitos. Mas lembro exatamente do momento em que segurei meu diploma e pensei: “O que eu vou fazer com isso?” Ser a melhor aluna do curso não significava nada para o mercado de trabalho, que não valoriza isso.

Essas dificuldades me construíram como mulher e como profissional, além de jornalista. São várias camadas que moldaram minha trajetória e me fizeram entender que o mercado de trabalho é um espaço cheio de desafios para nós, mulheres negras.

Durante sua experiência profissional, desde o seu primeiro trabalho até o atual, como você percebia o cenário racial no ambiente de trabalho?

Eu comecei a estagiar muito cedo, no terceiro período. Foi minha primeira experiência de trabalho como repórter, especificamente web repórter, em um portal de Teresina. Essa experiência foi um grande choque para mim. Quem me levou foi uma amiga, e esse talvez tenha sido o único lugar em que trabalhei com tantas pessoas negras. Além de mim e dela, havia mais um colega negro na equipe, que era composta por cerca de seis ou oito pessoas. Praticamente metade era negra, o que foi significativo. Esse estágio foi muito importante porque, de fato, eu estava atuando como jornalista. Era tudo novo para mim, mas, ao mesmo tempo, tive muitos problemas com a chefia. Estágio deveria ser uma oportunidade de aprendizado, de mentoria, mas, em todos os estágios que passei, nunca houve isso. Sempre nos tratavam como profissionais

formados. Éramos sobrecarregados com inúmeras matérias e reportagens por dia, acumulando funções: repórter, fotógrafo, e até em atividades sociais. Fiquei nesse trabalho por cerca de um ano e meio, mas saí quando surgiu uma oportunidade de trabalhar em rádio.

Passei por quase todos os meios de comunicação. O único em que não trabalhei foi revista e jornal impresso. Trabalhei em TV e outros meios, o que é algo de que me orgulho por ter começado cedo. Entrei no curso de jornalismo com o sonho de ser apresentadora de TV, um sonho que ainda carrego, embora não o tenha realizado, principalmente por escolhas que precisei fazer.

Pode me contar um pouco mais sobre essas escolhas que foram determinantes para a sua trajetória profissional?

Perto de terminar o curso, no estágio obrigatório, fui atrás do meu sonho. Sempre fui determinada. Peguei o telefone do diretor da afiliada da Globo em Teresina e liguei. Disse: “É meu sonho trabalhar aí. Não precisa me pagar nada.” Ele pediu que eu fosse à emissora para uma entrevista, e eu fui. Porém, entrar em uma redação sem contatos ou indicações, onde já existem panelinhas formadas, é muito difícil. Na época, eu era a única mulher negra na redação, com cerca de 100 pessoas. Apesar disso, foi uma das melhores experiências que tive. As pessoas foram cuidadosas comigo, mas foi um balde de água fria. Eu estagiava em outro lugar para ganhar dinheiro, enquanto trabalhava de graça na emissora, cruzando a cidade diariamente, magérrima, em meio à correria do TCC.

Eles me disseram que adorariam me ter como profissional, mas não poderiam me contratar porque já tinham o quadro completo. Sugeriram que eu continuasse, mas percebi que não poderia trabalhar de graça indefinidamente, esperando algo que talvez não acontecesse. Foi nesse momento que compreendi que as coisas não funcionam assim. Tempos depois, vi uma jornalista, que hoje é minha amiga e mentora, ocupar a bancada do jornal que eu sonhava trabalhar. Ela foi a primeira mulher negra a fazer isso em 30 anos e já tinha mais de 20 anos de carreira. Aquilo me fez refletir. Não era questão de me comparar, mas de ser realista. Eu precisava me sustentar e sabia que meu caminho seria diferente.

Minha família sempre me ajudou, pagando meus estudos e me apoiando. Faz apenas cinco anos que não dependo financeiramente deles. Isso também influenciou minha decisão de sair do jornalismo. A falta de reconhecimento e os trabalhos insalubres são desmotivadores. No Piauí, por exemplo, o piso salarial do jornalista é muito baixo. A última vez que vi, era algo em

torno de R\$ 2.200, mas poucos pagam isso. Muitas vezes, precisamos nos colocar em risco, trabalhar em condições ruins, acumulando funções.

Descobri o home office e, desde então, nunca mais quis abrir mão dele. Hoje, trabalho com marketing e assessoria de imprensa. Ainda faço alguns trabalhos presenciais, mas optei por ser CNPJ, o que me dá mais liberdade e qualidade de vida. Não estou exatamente onde gostaria, mas sinto orgulho da minha trajetória. É um caminho que construo aos poucos, sempre tentando ser sincera com os mais jovens. Quando falo com alunos, tento motivá-los, mas também mostrar a realidade. Acho que, se eu tivesse tido essa clareza durante o curso, teria sofrido menos, tanto na faculdade quanto no mercado de trabalho.

Muitas pessoas enfeitam a profissão, o que gera frustração. Hoje, há muitos profissionais formados que não conseguem emprego. Graças a Deus, tive uma combinação de sorte e muito esforço para conseguir me sustentar, mas imagino como deve ser para quem paga por uma formação em jornalismo e depois não consegue um salário que cubra nem o valor investido no curso. Isso é muito triste e desanimador.

Decidi não trabalhar com jornalismo antes mesmo de me formar. Meu noivo sempre dizia: “Você já se comporta como uma profissional formada.” Ele acompanhou toda a minha trajetória. Estamos juntos há quase sete anos, o mesmo tempo que cursei a faculdade, então ele viu de perto tudo que passei. Curiosamente, ele começou a fazer jornalismo porque gosta de escrever e é escritor, mas, vendo minha rotina e o que enfrentei, desistiu no quinto ou sexto período. Ele disse: “Não quero isso para minha vida.” Eu até brinquei: “Um jornalista aqui já está bom. Vai para outra área.” Hoje ele trabalha com jogos, e graças a Deus tem sua renda.

Quando me formei, em 2022, já estava direcionando minha trajetória para outra área. Meus últimos trabalhos no jornalismo foram ainda na universidade. O mais recente foi como produtora de TV. Minha ideia era começar como produtora e, depois, atuar como repórter. Porém, enfrentei uma grande desmotivação. Aqui no Piauí, quando os estagiários começam a se formar, geralmente são demitidos porque as empresas não querem pagar o piso salarial. Contratam outros estagiários e criam uma rotatividade que desvaloriza o profissional. Percebi que não queria mais passar por isso.

Foi então que conheci o marketing e o gerenciamento de redes sociais, e percebi que era uma área interessante. Atualmente, sou assistente de marketing em uma clínica médica. Coordeno as atividades da agência responsável pelas redes sociais e ainda faço assessoria de imprensa. Engraçado dizer isso porque nunca gostei de assessoria de imprensa, mas sempre amei escrever. Desde criança, tenho facilidade para isso, e adoro fazer releases.

Em 2023, passei por um período muito difícil. Perdi meu pai, que já vivia há 10 anos com Alzheimer. Isso foi um dos motivos que me impediram de ir para mais longe. Sendo a filha mais velha, senti a obrigação de estar por perto para ajudar minha mãe. Cogitei não cursar comunicação quando descobrimos o diagnóstico dele, mas minha mãe disse: “Você vai, porque seu pai não gostaria que você desistisse.” Segui em frente e me formei, mas houve momentos de muita dificuldade. Após o falecimento dele, minha mãe teve a aposentadoria bloqueada, e ficamos quase um ano sem esse recurso.

Durante esse tempo, meu noivo e eu sustentamos nossa casa e a dela. Foi um período extremamente desgastante. Quase entrei em meu segundo burnout. Estava trabalhando como redatora em uma agência de Teresina, atendendo 15 clientes, além de coordenar marketing para cinco clientes em uma agência de São Paulo e fazer releases para outra. Ao todo, eram cerca de 30 clientes. Apesar de todo o esforço, mal via o dinheiro, pois os salários eram baixos. Por exemplo, eu ganhava R\$ 2.000 em um trabalho, R\$ 1.500 em outro e R\$ 3.000 em um terceiro. Juntando tudo, ainda era pouco para cobrir aluguel, custos de vida e as despesas da minha mãe.

Nunca trabalhei tanto como em 2023. Foi um dos piores anos da minha vida. Muitas vezes me perguntei: “Como estudei tanto para passar por isso?” Mas, ao mesmo tempo, sentia gratidão por conseguir superar as dificuldades. Consegui ajudar minha mãe, e ela voltou a receber a aposentadoria. Lembro-me de quando liguei para contar a notícia. Ela chorava de alívio e agradecia. Eu disse que era minha obrigação como filha.

Essas experiências me mostraram como o jornalismo, apesar de tudo, é o meu sustento. Fico indignada quando ouço alguém dizer: “Trabalho sempre tem.” Será? Passei por muitas dificuldades, trabalhei para mais de 30 clientes e, no final, o que sobrava mal dava para cobrir os custos básicos. Desde que me formei, só tive um emprego CLT. Optei pelo CNPJ para ter mais liberdade, mas isso também exige abrir mão de muitas coisas e desenvolver uma inteligência emocional forte para lidar com situações difíceis.

Hoje, continuo fazendo assessoria de imprensa esporadicamente. Entretanto, já faz uns cinco anos que não trabalho com jornalismo puro, como matérias ou reportagens. As oportunidades que aparecem não valem o esforço, geralmente pagando menos do que um salário mínimo para produzir diversas matérias. Isso me fez refletir sobre as batalhas que quero enfrentar. Escolho cuidadosamente onde investir meu tempo e energia.

Você enfrentou episódios de racismo no ambiente de trabalho?

Na época, eu não conseguia identificar se o que tinha acontecido era racismo. Foi com a ajuda da minha psicóloga que compreendi que foi, sim, racismo, assim como os episódios de assédio moral pelos quais passei. Ao longo desses 10 anos, acredito que já tive cerca de 20 experiências profissionais, e em pelo menos 80% delas enfrentei assédio moral. Algumas situações me impactaram profundamente, enquanto em outras eu tentei “deixar pra lá”, tomando a postura de “remédio pra dor e deu”. Hoje, consigo me impor bastante, mas quando era mais jovem, com 19 anos, não sabia como me posicionar.

Lembro de uma experiência marcante em um setor de comunicação e marketing, onde tive meu primeiro contato com essa área. A chefia nunca estava satisfeita. Uma vez, após um ano inteiro de trabalho, no qual publiquei mais de 300 posts em um blog, fui toda empolgada contar para a chefe, e ela respondeu: “Quero ver quando forem mil.” Naquele momento, essa frase destruiu meu ânimo.

Outra situação foi quando escrevi um release institucional e a mesma chefia insinuou que eu não havia sido a autora. Ela disse algo como: “Quando você escreve algo e não coloca a fonte, é plágio.” Fiquei tão indignada que precisei mostrar a pasta com os arquivos do meu trabalho para provar que aquela ideia tinha saído da minha mente.

Houve também um episódio em que essa mesma chefe me comparou a uma amiga, que na época trabalhava atendendo políticos. Enquanto eu usava calça jeans, blusa de manga comprida e cabelo preso por causa da transição capilar, minha amiga estava sempre bem vestida, com roupas mais sofisticadas. A chefe nos chamou e disse algo como: “Quem vocês acham que será mais bem vista?” Aquilo me diminuiu de uma forma que jamais esquecerei. Minha amiga também era negra, e levei anos de terapia para entender que aquilo tinha sido racismo. Nós não deveríamos ser julgadas por nossa aparência.

Essas experiências me afetaram profundamente. Durante um período da universidade, eu chorava todos os dias sem entender o motivo. Foi quando busquei ajuda psicológica. Minha psicóloga me ajudou a identificar que eu estava a caminho de um burnout. Um dia, após um ano aguentando calada as atitudes da chefia, explodi. Gritei com ela ao telefone: “Você não manda em mim! Baixe o tom para falar comigo!” Depois disso, tive uma crise de taquicardia na frente de todos. Meu corpo tremia, e eu mal conseguia respirar. Colegas me ajudaram, trouxeram água e me aconselharam a processá-la. Cheguei aos prantos no RH para pedir demissão. Lá, a resposta foi que ela era uma pessoa difícil, e pediram desculpas. Apesar das provas que eu tinha, decidi não processá-la, após conversar com um amigo advogado que explicou como seria desgastante o processo.

Essas experiências me ensinaram muito, especialmente sobre inteligência emocional e a importância de me impor. Como mulher negra, aprendi que muitas pessoas esperam que ocupemos posições de servidão, e não de liderança. Isso se reflete até nos cargos de comunicação. Já vivi situações em que meu trabalho precisava ser aprovado por profissionais de hierarquia superior que sequer faziam parte da minha área, mas se achavam no direito de interferir.

Hoje, consigo orientar estagiários e jovens profissionais para não aceitarem esse tipo de tratamento. Sempre digo: “Você não foi contratado para isso. Não aceite.” Infelizmente, muitas vezes até os professores incentivam esses esgotamentos, dizendo que é normal, e o aluno acaba sem saber se está no caminho certo. Essa cultura só perpetua a exploração e faz muitos desistirem do jornalismo.

E a partir da sua experiência, como você vê a representação de jornalistas negros e negras no mercado de trabalho no campo do jornalismo?

Eu tive várias chefias ao longo da minha trajetória, incluindo mulheres, pessoas pardas e brancas. Foi um contexto bem diverso, mas, infelizmente, nem sempre tive boas experiências. Lembro de um processo seletivo de alguns anos atrás, em que, pela primeira vez, fui entrevistada por um homem negro. Era uma vaga destinada a pessoas pretas, e fiquei profundamente emocionada. Eu até disse isso para ele. Apesar de ter chegado à etapa final, escolheram outro candidato. Esse momento me marcou, porque, na maioria das vezes, minhas chefias eram pessoas brancas ou pessoas que não se enxergavam como negras, e isso também acontece. Não é só o branco que reproduz racismo; muitas vezes, pessoas negras também fazem isso, e pode ser ainda mais doloroso.

Quanto à representatividade no mercado de trabalho, acredito que evoluímos nos últimos anos, mas essa evolução ainda é muito mascarada. Por exemplo, aqui no Piauí, consigo contar nos dedos os profissionais negros que estão em TV. Em âmbito nacional, também é limitado. Temos nomes como Maju Coutinho e, anteriormente, Glória Maria, mas frequentemente nos colocam no pedestal de sermos "a próxima Glória Maria" ou "a próxima Maju". Isso é extremamente problemático, porque tira a possibilidade de sermos nós mesmos.

Em 2023, participei de um congresso de jornalismo em São Paulo, na Cásper Líbero. Fui a várias palestras sobre negritude, e o auditório estava lotado de jornalistas pretos e pretas. Era algo lindo de se ver. No entanto, quando olhei para o palco, as pessoas que conduziam a discussão sobre negritude eram brancas. Nunca vou esquecer quando uma mulher do Complexo

do Alemão, que trabalhava com jornalismo comunitário, perguntou: "Como vocês fazem um evento sobre negritude e não nos colocam em posições de destaque nos grandes meios de comunicação?" Essa pergunta ecoou em mim.

Além disso, há um padrão que me incomoda profundamente: a abordagem sazonal sobre temas raciais. Aqui no Piauí, já recusei várias entrevistas marcadas apenas para o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Eles aparecem às nove da manhã com convites do tipo: "Você quer falar sobre a importância da consciência negra?" E eu sempre questiono: "Por que vocês só se lembram de mim agora? Estou aqui o ano todo."

Essa abordagem limitada também reflete no tipo de pauta que atribuem aos jornalistas negros. Existem assuntos que parecem ter "cor definida". Mulheres negras, por exemplo, são frequentemente limitadas a determinados temas, enquanto homens negros ficam com outros. Isso é muito presente, e eu mesma já vivenciei. Atualmente, trabalho com assessoria de imprensa, atendendo políticos. Já participei de quatro campanhas políticas, mas, em todas, era a única mulher negra ou a única pessoa negra no ambiente. Meus clientes sempre foram brancos, e o ambiente majoritariamente masculino. Campanhas políticas podem ser financeiramente boas, mas são extremamente cansativas.

Lembro de uma experiência em que trabalhei com um político de uma cidade chamada Jardim do Mulato. Tentei explicar para ele a carga negativa do termo "mulato", e ele ficou extremamente chateado, passando o resto da viagem questionando minha explicação. Um colega precisou intervir para que ele me respeitasse como a única pessoa preta no grupo. Essa experiência me ensinou a me impor e a esclarecer o que é certo, mesmo em situações adversas. Infelizmente, essa dinâmica de ser lembrada apenas em datas como o Dia da Consciência Negra ou o Dia da Mulher ainda é muito comum. Já estive em reuniões onde a maioria das pessoas eram brancas, e me tornavam "a especialista" apenas por ser a única negra presente. É um peso grande, porque muitas vezes nem querem ouvir o que temos a dizer.

Apesar de tudo, vejo que houve melhorias. No entanto, ainda enfrentamos muitos desafios, principalmente no mercado de trabalho no Piauí. Aqui, os salários são baixos, e o custo de vida pode ser difícil de equilibrar. Conheço colegas negros e negras que preferem os bastidores, porque são mais bem remunerados como assessores de imprensa do que como repórteres de TV, onde a carga de trabalho é altíssima e o reconhecimento é baixo. Muitos saem de casa às cinco da manhã para trabalhar em produções de TV e ganham menos que um salário mínimo.

Quais estratégias de resistência você adota ou já adotou para lidar com o racismo no ambiente de trabalho?

Quando decidi fazer jornalismo, ouvi muitas pessoas dizerem que seria difícil, mas queria provar o contrário. Hoje, consigo me sustentar, mas às custas de muito esforço e sacrifício. Conversar sobre dinheiro, salários e pautas raciais é essencial para desmistificar a ideia de que está tudo bem. Falar sobre isso ajuda a construir caminhos mais justos para todos.

Eu consumo e já tentei trabalhar em meios de comunicação especificamente negros, como o *Mundo Negro*, *Alma Preta* e outros projetos de jornalismo. Tive a oportunidade de conhecer o estande deles em São Paulo e, para mim, consumir esses conteúdos foi psicologicamente muito positivo. Eu sempre falo: sou jornalista, mas não gosto de ver notícias. Quem acompanha mais notícias aqui em casa é meu noivo. Eu consumo principalmente newsletters e conteúdos que falem da minha gente, do meu povo. Porque, quando assistimos aos meios de comunicação tradicionais, o que vemos? Só mostram pessoas pretas como bandidos, marginais, ou em datas comemorativas, quando decidem "cumprir a cota" e lembrar da nossa existência.

Apesar de buscar essa conexão, existe um vácuo na minha vida em relação a outras pessoas pretas no ambiente de trabalho. Eu tento circundar pessoas negras no meu dia a dia, como minha cabeleireira, uma empreendedora incrível, e minha psicóloga, que é uma mulher preta. Meu noivo também é preto. Mas, em comunicação, é difícil. Quem eu conheço já vem do mesmo meio, passamos pelas mesmas dores. Às vezes, sinto necessidade de sair dessa bolha, mas as experiências na comunicação me traumatizaram tanto que cogitei deixar a área. Quando me formei laureada e com experiência acadêmica, considerei ir direto para o mestrado. No entanto, guardei o projeto porque percebi que não era o momento.

Sempre que posso, incentivo pesquisadores como você. Acho essencial trazer a academia para fora, para dialogar com a sociedade. Muitas vezes, os acadêmicos falam apenas entre si, e isso cria um afastamento. Por isso, admiro seu esforço de envolver a sociedade e outras perspectivas no seu trabalho.

No trabalho, sempre que tive brechas, tentei trazer pautas raciais e dar visibilidade a profissionais negros. Quando era repórter, buscava entrevistar pessoas pretas e destacar suas histórias, porque sabia que a grande mídia não dava visibilidade. Durante a pandemia, em 2021 ou 2022, fiz uma sequência de lives com mulheres pretas, usando a internet como ferramenta para sair da bolha e alcançar mais pessoas.

Na universidade, houve um período em que me engajei mais em questões sociais. Eu era bastante ativa, mas percebi que algumas pessoas faziam isso apenas por interesses próprios,

e me distanciei. Hoje, em posição de liderança, tento ser cuidadosa com o conteúdo que produzo. Já abortei ideias mirabolantes e discursos racistas que vinham de colegas, explicando, com muito cuidado, o impacto que poderiam causar. Por exemplo, uma vez um cliente usou o termo "chicotear" para se referir a como as pessoas se martirizam mentalmente. Tive que explicar por que aquilo não era adequado, e ele entendeu.

No entanto, isso revela outra questão: ser constantemente colocada como "especialista racial". Em equipes de comunicação, muitas vezes somos as únicas pessoas pretas, e, se algo problemático sai, a culpa recai sobre nós. É um ciclo que nos desfavorece. Precisamos pisar em ovos para falar, fazer ou corrigir algo. Isso é exaustivo.

Também vejo como alguns profissionais se aproveitam de questões raciais. Pessoas brancas se apropriam de espaços destinados a negros, enquanto muitos colegas negros preferem os bastidores porque são mais bem remunerados lá do que na frente das câmeras. Trabalhei em campanhas políticas onde era a única mulher negra em ambientes majoritariamente masculinos e brancos. Mesmo em espaços com diversidade, ainda somos limitados a determinadas pautas ou datas, como a Consciência Negra, o que é frustrante.

Como você avalia as oportunidades de crescimento profissional e desenvolvimento de carreira para jornalistas negros atualmente?

A realidade do mercado de comunicação é cruel. Conheço jornalistas que ganham menos de um salário mínimo para cargas horárias abusivas. Sempre me pergunto como explicar isso a estudantes cheios de expectativas. Se eu soubesse o peso financeiro e emocional da graduação em jornalismo, talvez tivesse escolhido outra área.

Passei por muitos desafios, mas também vejo motivos para continuar. Recentemente, voltei à minha antiga universidade como palestrante, e foi emocionante. Lembrei da jovem que, aos 17 anos, jamais imaginaria estar ali, formada, inspirando outros alunos.

Espero que meu relato inspire outros profissionais negros, porque a luta para se formar e se manter na comunicação é grande, mas podemos transformar nossas histórias em força para continuar avançando.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM CELESTE

Entrevista com Celeste

Data: 07 de janeiro de 2025

Horário: 14h30

Local: Online via Zoom

Tempo: 02h05

Bom, me fala um pouco sobre você...

Meu nome é Celeste. Sou natural do Rio de Janeiro, carioca, torcedora do Flamengo, e tenho 69 anos. Comecei no jornalismo em 1974. Naquela época, era possível iniciar a carreira ainda como estudante, no segundo semestre do curso. Já no segundo semestre, eu estava trabalhando em um jornal.

E como era a redação naquela época?

Era interessante porque a grande maioria da redação era formada por estagiários e estudantes. Nós fazíamos de tudo, pois não pertencíamos a nenhuma editoria específica; era uma verdadeira "geralzona". Depois disso, passei pela editoria de Educação, Economia e pelo Segundo Caderno. Até trabalhei na editoria de obituário, o que envolvia escrever sobre falecimentos, horários e locais de funerais. Apesar de parecer um pouco estranho, era parte do aprendizado. Mais tarde, fui para o rádio, e minha carreira deslanchou. O único setor da comunicação em que nunca trabalhei foi cinema, apesar de ter feito um curso de documentário. Já trabalhei com publicidade, propaganda, marketing empresarial, marketing turístico e marketing político, que eu adorava. Eu realmente abri o leque, seguindo o conselho do Raul Gil, que era secretário de redação no *Diário de Notícias*, o primeiro órgão de comunicação em que trabalhei.

Sempre vivi no Rio de Janeiro, embora tenha trabalhado por pouco tempo em Brasília. Sobre minha formação, eu fui uma criança precoce. Aos três anos, já sabia ler, e, aos quatro, como já era alfabetizada, passei apenas um ano no Jardim de Infância. Aos cinco anos, fui promovida para o primário, que hoje chamamos de Ensino Fundamental.

Menciono na minha dissertação o respeito que as professoras tiveram por mim, apesar de sermos uma família preta. Uso a palavra "preta" para descrever nossa identidade, porque

acredito que ela denuncia o racismo institucional de forma mais clara. Naquela época, nos anos 1950, o racismo estava presente na forma como a educação apresentava o povo brasileiro.

Segundo o professor Jorge Silva, os professores descreviam o português como empreendedor, o negro como a força física e o índio como receptivo e gentil.

Respeito o vocabulário usado por alguns, como "negro", mas prefiro "preto", pois acredito que é um termo mais direto, que evidencia e denuncia o racismo estrutural. Essa escolha reflete meu posicionamento e minha vivência.

Acho que isso tem a ver com o tipo de educação que recebi da minha mãe. Ela era extremamente rígida, quase como uma "educação de caverna". Por conta disso, eu não gostava muito de ficar em casa, preferia ir para a escola, onde sentia uma certa liberdade. Sempre fui muito curiosa, gostava de saber o porquê das coisas, de perguntar, de ler, de conversar. Talvez essa curiosidade tenha ajudado a moldar minha vocação para questionar e buscar entender o mundo.

Que interessante! Me conta um pouco mais sobre isso?

Na época em que eu crescia, vivíamos um momento de transformação cultural. Os paradigmas estavam mudando, e isso se refletia na sociedade. Lembro que foi lançado o espetáculo *Roda Viva* no Brasil, e meu pai deu ingressos para mim e minha irmã. Minha mãe ficou furiosa quando soube, porque tínhamos apenas 15 anos, e a peça era proibida para menores de 18. Todos os atores ficavam nus no palco, inclusive o Zé Mota, a Sônia Braga, o Armando Bógus, o Altair Lima e o Antônio Pitanga. Foi um impacto, mas fazia parte daquela revolução cultural que estávamos vivendo.

A partir dos 15 ou 16 anos, comecei a usar o cabelo black power e abandonei os alisamentos. Aquilo era muito mais do que uma escolha estética; era uma forma de adotar uma nova proposta de vida. Ainda que as informações sobre movimentos culturais e sociais fossem limitadas no Brasil, a gente tomava conhecimento do que estava acontecendo lá fora, e isso nos influenciava. Foi nessa época que conhecemos o movimento Black Rio aqui no Rio de Janeiro. Ele dialogava com o Samba de Raiz, mas também se inspirava no que vinha dos Estados Unidos: os Panteras Negras, a prisão de Angela Davis e as lutas pelos direitos civis.

Culturalmente, estávamos expostos a muitas novidades vindas de lá, como a gravadora Motown, que era exclusivamente voltada para artistas pretos, com nomes como Marvin Gaye, Jackson Five e Diana Ross. No Brasil, tínhamos artistas como Tony Tornado, Tim Maia e tantos outros que adotavam visuais e discursos que dialogavam com essa cultura. Era um verdadeiro

bombardeio de informação, e isso despertava em mim ainda mais a vontade de me expressar e entender o mundo. Foi nesse contexto que decidi que queria cursar Jornalismo e trabalhar com Comunicação Social.

No entanto, não foi fácil. Estudava em um colégio particular, mas minha família não tinha condições de pagar o vestibular. Tentei driblar a situação frequentando um cursinho na Rua Mariz e Barros, na Tijuca, só depois do prazo de pagamento, que era até o dia 5. Ia às aulas nos dias 6 ou 7, tentando encontrar um jeito de seguir estudando. Mais tarde, participei de um concurso de música no qual o prêmio era uma bolsa de estudos. Consegui o primeiro lugar, mas não pude usufruir da bolsa porque ainda devia mensalidades no colégio anterior.

Com 17 anos, minha irmã trabalhava como caixa, e eu costumava acompanhá-la. Brinco que minha função era “encher o saco” como um “mergulhador” – uma forma de dizer que estava sempre por perto. Frequentávamos eventos culturais e ouvíamos música ao vivo, tudo gratuito. Havia muitos concertos de música clássica e erudita, algo que já fazia parte da nossa formação graças ao nosso pai, que era maestro. Também visitávamos exposições de arte no Museu de Arte Moderna do Rio. Foi um período riquíssimo em termos de aprendizado e cultura, que de forma alguma considero perdido.

Em 1972, decidi que voltaria a estudar de forma séria, porque sabia que era o que queria. Não queria mais ficar em rodinhas hippies – nunca fui desse estilo. Sempre fui mais tradicional, ou como dizem, “careta”. Entrei em um curso pré-vestibular, fiz a prova e consegui uma bolsa de 75%, batalhando muito para isso. Foi assim que comecei a traçar meu caminho na Comunicação Social.

Eu entrei para uma universidade federal no estado do Rio de Janeiro como minha primeira opção. Estudava à noite e consegui ingressar no curso de Jornalismo. Ali na universidade, já no primeiro ano, com 17 anos, muitas coisas começaram a acontecer. Meu pai, que era músico e trabalhava no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, me encaminhou para trabalhar com um cenógrafo, que era muito famoso no Rio.

Comecei a trabalhar em escolas de samba, nas alegorias e adereços, como aderecista dele. Foi uma experiência que me marcou muito, e até hoje me pergunto: “E se eu tivesse feito Belas Artes? Como seria?” Adoraria trabalhar em um barracão de escola de samba, porque amo trabalhos manuais, é algo mágico. Agora, depois de aposentada, faço aulas de cerâmica e quero retomar esse tipo de atividade.

E como foi a sua experiência na universidade?

Na universidade, sempre fui muito participativa. No segundo semestre, me convidaram para integrar o diretório acadêmico da Escola de Comunicação. Nós fundamos o diretório, e logo depois surgiram problemas políticos. Recebi visitas da polícia em casa. Na época, não era o DOPS, mas o DPPS – Delegacia de Polícia Política e Social. Guardo até hoje o "convite" que recebi para depor, com certo orgulho. Meu pai me acompanhou até a delegacia.

O motivo dessa abordagem foi um encarte incluído no jornal do diretório acadêmico, reproduzindo um material português que denunciava os métodos de tortura usados nos porões da ditadura militar no Brasil: choques elétricos, pau de arara, coroas de ferro que esmagavam a cabeça das pessoas, entre outras atrocidades. Eu não participei da reunião em que decidiram incluir o encarte, mas, como era presidente do diretório, acabei envolvida. Quando dois policiais armados foram até minha casa me procurar, felizmente, eu não estava. Dias depois, recebi a intimação formal. Todos os diretores do diretório depuseram, mas nenhum de nós foi preso. No entanto, colegas de outros cursos, como Medicina, chegaram a ser presos. Alguns até desapareceram.

Esse período era muito tenso. Durante o vestibular, um professor de História foi preso porque suspeitavam que a sigla "MCB", de Miguel Couto Bahiense – nome do cursinho – fosse ligada ao "Movimento Comunista Brasileiro". Outro professor, ligado à Aliança Libertadora Nacional (ALN), foi metralhado dentro de um curso na Tijuca. Era um tempo em que precisávamos medir palavras, livros e até pensamentos. Lembro de um colega que me emprestou *O Cavaleiro da Esperança*, sobre Luiz Carlos Prestes e o Partido Comunista Brasileiro. Eu li o livro, mas o trajeto de ônibus até minha casa, com aquele livro na mão, foi aterrorizante. Havia muito medo. Na universidade, minhas notas começaram a cair a partir do quarto semestre. Decidi me afastar do movimento político e passei a me engajar mais no movimento negro, que estava ganhando força. Na época, a ditadura já dava sinais de esgotamento.

Depois de formada, em 1979, fui trabalhar na Rádio Nacional e na Rádio Brás, ambas federais. Trabalhei também em assessoria de comunicação do governo, integrando a comitiva do presidente João Figueiredo. Essa função me levou a viagens internacionais, como Venezuela e Paraguai. Também cobri a primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil. Apesar de ser credenciada para essas atividades, enfrentava resistência. Por exemplo, o Comando Militar do Leste tentou impedir meu credenciamento, alegando meu passado no Partido Comunista Brasileiro. Mas meus superiores em Brasília conseguiram contornar a situação, e eu participei das coberturas. Cobri eventos importantes, como a visita do Papa em locais como o Maranhão,

Teresina, Brasília e até o Vidigal, no Rio de Janeiro. Mas, depois disso, me afastaram da comitiva presidencial. Foi um golpe duro, mas fazia parte da realidade daquela época.

Você percebe uma sub-representação de jornalistas negros em posições de destaque nas redações onde trabalhou?

Nos espaços em que trabalhei, a representatividade de negros e mulheres era extremamente limitada. Na maioria dos jornais que trabalhei, eu era a única pessoa preta que ocupava uma posição visível. Havia redatores negros nos bastidores, mas eles não apareciam como representantes do jornal. Na Rádio Nacional, considerando o "degradê brasileiro", havia um ou outro mais escuro, mas a representatividade ainda era praticamente inexistente. Lembro da Jussara Carioca, que era conhecida e faleceu recentemente, mas, fora isso, não havia presença significativa.

Na faculdade de Comunicação, a situação não era diferente. Eu era a única mulher preta do curso. Nos oito semestres da graduação, éramos apenas dois alunos pretos. Entre os professores, todos eram brancos, em sua maioria homens. Esse cenário refletia o microcosmo da sociedade brasileira. O único professor preto que influenciou minha trajetória foi meu pai, que lecionava francês e música no ginásio e no ensino médio.

Na TV, fui pioneira em algumas emissoras. Fui a primeira apresentadora preta de duas TVs do Rio de Janeiro. Em outra TV que trabalhei, eu era a única negra. Essa falta de representatividade foi constante em todos os espaços que ocupei.

Quais são as principais barreiras que você enfrentou ao longo de sua carreira no jornalismo devido à discriminação racial?

Durante a ditadura militar, a discussão sobre questões raciais era praticamente inexistente. Na universidade, os temas debatidos eram políticos e ideológicos, voltados para a reabertura democrática, o fim do AI-5 e a instauração de uma Assembleia Nacional Constituinte. Questões raciais eram relegadas a um segundo plano. Abdias do Nascimento foi uma figura central para essas discussões. Ele fundou o Teatro Experimental do Negro nos anos 1940, enquanto estava preso no Carandiru. Abdias denunciava a negligência do movimento estudantil em relação às questões raciais. Ele apontava que, na UNE, quando se falava sobre racismo, diziam que isso dividia a luta operária e que o problema seria resolvido com o triunfo do socialismo.

Esse ambiente, onde a pauta racial era constantemente silenciada, foi um dos motivos que me levaram a me distanciar do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Decidi me engajar no movimento negro, onde a luta era mais próxima da minha realidade.

No final da faculdade, me aproximei do Movimento Negro Unificado e do núcleo de pretos do MDB. Esse núcleo fundou o Grêmio Recreativo Arte Negra Quilombo, que surgiu como um movimento dissidente das escolas de samba. A fundação foi liderada por nomes como Candeia, Cartola, Paulinho da Viola, Zezé Motta e Martinho da Vila. O Quilombo nasceu como uma reação à comercialização das escolas de samba, que estavam sendo dominadas por intelectuais de Belas Artes, classe média e até pela alta sociedade carioca. Isso afastava as escolas de suas origens, desrespeitando a tradição herdada dos escravizados e seus descendentes.

No Quilombo, entrei como diretora de comunicação e me envolvi profundamente com o movimento negro no Rio de Janeiro. Essa experiência marcou minha trajetória, fortalecendo meu compromisso com a preservação das tradições e com a luta por igualdade racial.

A forma de resistência sempre foi muito presente, né? A gente, ao se engajar em uma causa, procura encontrar brechas para torná-la ainda mais evidente. Às vezes, isso se dá sugerindo pautas, entrevistando alguém ou até mesmo buscando fontes que normalmente não são tão visíveis. Hoje, percebo que os meios de comunicação, especialmente a televisão, passaram a incluir mais sociólogos e professores pretos, mostrando suas respectivas áreas de saber, mesmo sem formação acadêmica formal. Antigamente, isso era muito difícil, mas hoje, temos algumas vitórias, como, por exemplo, a criação de uma clínica médica com médicas pretas. Naquele tempo, encontrar um médico preto era raro, mas tentávamos dar espaço, até mesmo incluindo estudantes pretos nas pautas, exaltando a cultura afro, como fizemos com Neil Lopes, que hoje é doutor honoris causa em várias universidades federais. Mas, ainda assim, era uma luta constante.

Você já sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito racial no ambiente de trabalho? Pode compartilhar uma experiência específica?

Principalmente nas redações em que eu era a única preta, senti preconceito, muitas vezes velado. Havia colegas de redação, mas eles não se apresentavam como parte da identidade do jornal. No entanto, quando fui para a rádio, comecei a ver mais diversidade, mas mesmo assim era difícil, né? No início da minha trajetória, em veículos de comunicação, eu já percebia como a questão da raça e da cor da pele era encarada. Acredito que enfrentei mais racismo entre

colegas do que com chefes. Por exemplo, quando fui para a uma rádio, fui levada por uma professora. Eu estava em um trabalho de grupo e era locutora. Lá, conheci pessoas de diferentes origens, como um árabe e uma alemã do Rio Grande do Sul. Porém, na TV e na rádio, notei que os colegas de trabalho tinham uma postura meio hostil. Quando fazia parte da comitiva presidencial, como a única preta, eu percebia claramente esse tipo de ressentimento entre os colegas.

Outro episódio significativo aconteceu quando trabalhei em uma empresa da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Um tempo depois, os repórteres e produtores fizeram uma reunião pedindo equiparação salarial, já que me viam ganhando menos, apesar de ser um cargo importante. Na Rádio MEC, também houve um movimento de isonomia salarial. Embora eu tenha tido reconhecimento dos chefes brancos, os colegas muitas vezes criavam situações desconfortáveis. Lembro de situações em que eu fazia propositalmente alguns erros de fala, como uma vez que disse "cruciante" ao invés de "crucial", e quando corrigi, fui alvo de críticas, mas tudo para evitar ser vista como "a pretinha metida".

Na empresa do órgão municipal do Rio em que trabalhei, eu trabalhei com um grupo muito interessante, mas também vivia situações desconfortáveis. Cheguei a fazer uma reportagem sobre Noel Rosa e, enquanto escrevia, uma colega interferiu demais no meu texto. Isso me incomodou bastante, pois eu gostava de criar meus textos de forma mais autoral, e ela queria mudar tudo. Um exemplo disso foi quando eu demorei horas para escrever a reportagem e, no final, fui criticada por ter feito uma história de poesia. Para mim, era importante falar de Noel Rosa de uma forma poética, mas fui questionada por querer "fazer poesia". Eu insistia que a forma era importante, e o editor, ao ver o tamanho do texto, também ficou surpreso, mas respeitou minha abordagem.

Em algum momento houve alguma manifestação direta de racismo que possa compartilhar, ou sempre era algo mais velado mesmo? E como lidava com isso?

Em termos de racismo explícito, nunca recebi uma manifestação direta, como "não vai, porque é preta", mas sempre senti que havia um esforço para tentar me empurrar para um lugar que não era o meu. Isso ficou claro quando, aos 17 anos, fui com minha irmã para uma agência de publicidade com uma colega branquinha, e o máximo que conseguimos foi uma proposta para servir café. Sempre houve uma certa discriminação velada, mas, como nunca reconheci esse lugar que tentavam me impor, lutei para me empurrar para frente, para ocupar meu espaço.

Quando minha filha era pequena, ela questionava se poderíamos entrar em algum lugar, perguntando se nossa cor seria um problema. Mas, ao longo da vida, eu nunca me importei com isso. Nunca olhei para a cor da minha pele quando queria estar em algum lugar, nem quando busquei oportunidades ou queria conquistar algo. Percebia a discriminação, mas sempre tentei lutar contra isso com firmeza, sem deixar que o racismo me impedisse de crescer e me afirmar.

Você acredita que isso, de alguma forma impactou na sua carreira?

Talvez de forma sutil, mas sim, acredito que isso tenha impactado minha carreira. Existe algo que o Carlos faz referência em seus estudos, sobre como nós, pretos, carregamos um imaginário negativo, uma visão negativa de nós mesmos. Lembro que, quando trabalhei como apresentadora de TV pela primeira vez, vivia uma realidade de pobreza. Meu salário não era só para mim, era para sustentar a casa. Eu dividia o espaço com uma colega branca, com um cabelão bonito, que, durante uma conversa na maquiagem, me disse algo que ficou marcado: "Eu tenho uma beleza clássica, você tem uma beleza exótica."

Essa fala me fez refletir, porque reforça a ideia de que a beleza preta é sempre colocada como "exótica", enquanto a beleza branca é aceita como padrão, simplesmente por ser. Esse tipo de comentário mexia comigo. E, naquela época, eu tomava tranquilizantes para conseguir enfrentar as câmeras. Apesar de aparentar segurança e confiança, existia uma grande insegurança por dentro. Era como se eu usasse máscaras sociais para sobreviver naquele ambiente: "Entrei aqui, ninguém vai me tirar."

Mas, por dentro, havia a realidade de estar constantemente lutando contra a sensação de não ser suficiente. Isso era ainda mais complicado porque, além da barreira racial, existia a barreira econômica. Eu não podia me vestir, maquiagem ou ter os mesmos acessórios que as colegas brancas. A diferença de condições era evidente, e isso fazia com que a aparência delas fosse percebida de forma mais positiva do que a minha, simplesmente por causa desse contexto social e econômico.

Então, sim, havia insegurança. Eu me esforçava para me impor, mas, muitas vezes, era uma máscara. Por dentro, eu carregava as marcas de ser uma mulher preta em um ambiente que não estava preparado para nos receber de forma igualitária.

E como você buscou lidar com isso?

Por muito tempo eu trabalhava em dois locais simultaneamente. Acordava às 3:30 da madrugada para malhar na praia, chegava na rádio às 6:00 da manhã e, após o expediente, ia para a Multirio. Acredito que isso reflete o quanto me empenhei. O esforço para fazer algo digno e sério foi, e sempre será, uma constante na minha trajetória.

Percebia-se uma divisão nas pautas direcionadas, especialmente no jornalismo. Em uma empresa que trabalhei, por exemplo, os repórteres eram a linha de frente, mas algumas pautas mais prestigiadas, como arte e entrevistas com figuras ilustres, eram frequentemente direcionadas para repórteres brancos, enquanto as pautas mais simples ou consideradas menos interessantes, como saúde pública ou leptospirose, eram destinadas a mim ou a outros profissionais pretos. Lembro de uma matéria assinada que fiz sobre leptospirose. Era uma pauta importante, mas senti que demorou muito para ser publicada. Tinha que cobrar constantemente, enquanto matérias de outros colegas avançavam com mais rapidez.

Essa desigualdade me marcou profundamente. Como mulher preta, eu sabia que precisava fazer o dobro do trabalho para ser valorizada no mesmo nível de uma colega branca. Essa cobrança era constante e gerava frustração. Muitas vezes, lidava com isso por meio de revolta ou

confronto. Tive colegas que, por razões diversas, faltavam ou não entregavam suas pautas, e eu acabava acumulando o trabalho. Recentemente, vi uma situação parecida com Francine Augusto, uma jornalista preta que trabalhava na Band News. Ela era subaproveitada, mal reconhecida, e isso me incomodava profundamente. Hoje, ela está na TV Globo e demonstra muito mais autoestima, o que é inspirador.

Embora a TV Globo seja criticada por muitos, acredito que ela é uma das emissoras que mais promove a representatividade preta, tanto na frente das câmeras quanto nos bastidores. Você vê apresentadores, comentaristas e jornalistas pretos em vários horários e canais da emissora. Esse esforço é importante para refletir a diversidade brasileira, mesmo que ainda esteja inserido em um contexto capitalista e comercial. Outras emissoras, como RedeTV e Band News, que discutem tanto o racismo, poderiam adotar posturas semelhantes, promovendo mais diversidade em suas equipes.

No entanto, não basta estar na frente das câmeras. É essencial ocupar os bastidores, pois é ali que as pautas são definidas e as histórias são forjadas. Lembro de Érica, uma aliada tremenda que trabalhou comigo. Mesmo sendo branca, com olhos azuis e pele clara, ela sempre apoiava pautas que valorizavam a história e a cultura negra, como quilombos urbanos no Rio de Janeiro ou a relevância econômica e social das escolas de samba. Essa presença nos bastidores

faz toda a diferença, porque permite que questões importantes sejam discutidas e incluídas na programação.

Como você vê a questão das oportunidades para jornalistas negros, de um modo geral? Você acha que a cor da pele influencia nesta questão?

Sem dúvidas. Atualmente, as oportunidades de crescimento profissional para jornalistas pretos ainda são limitadas. Quando comecei, nos anos 1970, a realidade era muito diferente. Havia muitos jornais, revistas e canais de televisão no Rio de Janeiro, mas mesmo assim, o número de jornalistas pretos era pequeno. Isso contribuiu para o esvaziamento dos sindicatos, que perderam representatividade. Hoje, os desafios continuam. É difícil crescer e se desenvolver na carreira sem enfrentar barreiras estruturais e preconceitos.

É fundamental continuar lutando por representatividade, tanto nas telas quanto nos bastidores. Só assim será possível construir um jornalismo mais diverso, que reflita a verdadeira composição da sociedade brasileira.

Eu acredito que estamos sempre nos reinventando, e o povo preto é particularmente craque nisso. Somos muito bons em ressignificar e usar as ferramentas disponíveis, como a tecnologia. Meu último trabalho em comunicação foi um portal na internet chamado Porteira do Mato. Lá,

eu fazia vídeos, gravava e editava, produzia conteúdo e realizava locuções, tudo voltado para a internet. Isso mostra como a tecnologia abre portas e permite novas formas de expressão.

Ainda assim, a questão da representatividade me preocupa. Meu marido, que foi professor universitário no Rio de Janeiro até se aposentar há alguns anos, costumava entrar em uma sala de 50 alunos e notar que havia, no máximo, um ou dois alunos pretos. Ele comentava isso com tristeza, porque sabe o quanto é importante que tenhamos coragem de ocupar esses espaços. Essa coragem também precisa vir de um esforço coletivo, como o que vi com minha diarista. Ela é moradora do Morro dos Prazeres e, mesmo diante de tantas dificuldades, conseguiu formar os três filhos pelo ProUni. Pretos, mais escuros que eu, eles se formaram e hoje ocupam lugares importantes: um é maestro de corais na igreja, outro é presbítero. Foi um grande sacrifício para ela, mas mostrou que é possível alcançar grandes coisas.

Essa luta precisa continuar, especialmente para inspirar os mais jovens. Lembro de uma reportagem sobre uma menina preta que sonhava em estudar Medicina na USP. É isso que

precisamos: incentivar essa garotada a acreditar que eles também podem chegar lá, assim como seus pais se sacrificaram por eles.

Infelizmente, o acesso à educação ainda é muito limitado. Trabalhei como repórter e visitei muitas escolas públicas, onde vi de perto a precariedade, não só nas condições físicas, mas também na formação dos professores. É desolador. Eu gostaria de ser mais otimista, mas as condições atuais tornam tudo muito difícil, tanto no ensino quanto na profissão. O jornalismo, que já era marcado pela precariedade, segue nessa direção. Passei por veículos onde a estrutura era mínima, os salários baixos e os benefícios inexistentes. Quando participei de uma seleção para assessoria de comunicação em uma universidade, ofereceram R\$ 1.800 por um cargo de alta responsabilidade. Eu questionei na hora: "Como esperam tanto por tão pouco?"

Essa precarização também é evidente nas afiliadas de grandes emissoras. Quando estou em Itaipuaçu ou Bocaina de Minas, assisto à programação das TVs locais e percebo a diferença no trato e nas condições de trabalho. Uma repórter de uma afiliada no interior ganha muito menos que alguém da Globo no Rio de Janeiro. Isso afeta diretamente a qualidade do jornalismo e desanima os profissionais. Muitos estão migrando para outras áreas ou para o meio acadêmico, o que considero positivo, pois permite que levem sua visão crítica e social para as próximas gerações.

Nas escolas de jornalismo, apesar de algumas melhorias, ainda há pouco espaço para discutir questões raciais de forma profunda. É tudo muito superficial, e raramente se aborda como entrevistar uma pessoa quilombola ou indígena com respeito e conhecimento. Já vi alunos de docência se referirem a indígenas como "índios", algo que me arrepia. Com tanta informação

ao alcance, é difícil entender como isso ainda acontece. Talvez seja falta de interesse em realmente mudar.

Outro ponto que me preocupa é a falta de reconhecimento do papel educador do jornalista. Vejo erros de português sendo normalizados na mídia, como "espontaneidade" pronunciado errado ou "meteorologia" dito de forma equivocada. Isso mostra a importância de valorizar o jornalista, começando por salários dignos. Um pauteiro, por exemplo, é a alma de um veículo de comunicação, e precisa de bons recursos para se informar, viajar e trazer conteúdos relevantes. Sem isso, é impossível entregar qualidade.

Fico pensando no futuro desses jovens que estão nas salas de aula. Quem consome jornalismo hoje tem um olhar muito mais crítico, e o profissional que não estiver preparado para lidar com isso estará em desvantagem. A responsabilidade é enorme, e o despreparo só vai aumentar os problemas.

Eu acredito que está faltando essa visão dentro da área acadêmica. É algo que eu defendo e espero que essa pesquisa ajude a expandir o tema nos estudos, para implementarmos isso nas escolas de jornalismo. Precisamos preparar melhor os profissionais para a carreira. Um professor de uma universidade daqui do Rio, um decano da Escola de Comunicação, foi meu professor, além de chefe de departamento e diretor em vários momentos. Ele dá aula sobre filosofia nagô. Um dia, pedi para assistir a uma aula e ele disse aos alunos: “Se alguém perguntar sobre a aula, digam que estamos tratando de um novo olhar sobre comunicação, uma nova visão.” Ele pediu que evitássemos falar que o tema era filosofia nagô.

Eu participo de um grupo de estudos na Escola de Comunicação, onde fazemos leituras conjuntas. Inclusive, acabei de escrever um artigo sobre a cosmovisão africana no movimento negro no Rio de Janeiro, ligando a Black Rio e o Samba de Raiz. Um dos colegas do grupo fez seu mestrado sobre cotas. Quando apresentou o projeto para o doutorado, ouviu da banca que o objeto não caberia à Escola de Comunicação, mas sim à Educação.

Outro exemplo é a coordenadora do grupo. Ela tentou por quatro anos realizar o doutorado na UFRJ, mas o projeto não foi aceito, pois o objeto de estudo, relacionado à questão racial, era constantemente rejeitado. É impressionante como uma escola de comunicação tão importante consegue ser tão fechada para temas como negritude, branquitude e questões raciais. Isso reflete o quanto ainda há preconceito no meio acadêmico, mesmo em 2021.

Atualmente você ainda atua no jornalismo?

Hoje não estou trabalhando. Sou dona de casa, escrevo alguns artigos, dou palestras esporádicas, mas nada fixo. Outro dia, pensei que seria interessante trabalhar novamente em uma campanha política, algo que fiz pela última vez em 2010, quando atuei com marketing político. Meu último trabalho em jornalismo foi em um portal, entre 2015 e 2017. Era um projeto voltado para a região rural de Visconde de Mauá, abrangendo áreas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Esse foi o último trabalho mais estruturado que realizei.

Você participa ou conhece alguma organização ou grupo de apoio a jornalistas negros? Se sim, pode falar sobre o impacto dessas redes de apoio?

Atualmente, não faço parte de nenhum grupo formal de apoio a jornalistas negros, embora participe de eventos e debates ocasionalmente. A verdade é que, depois de aposentada, as pessoas acham que temos tempo de sobra e acabam atribuindo muitas responsabilidades.

Cuido da minha sogra, que está em uma casa de repouso, e como meu marido é filho único, isso recaiu sobre mim. Esse papel exige bastante, mas continuo com minhas leituras e participo de debates sempre que possível.

Os sindicatos hoje estão muito esvaziados. A fragmentação das redações contribuiu para esse enfraquecimento sindical. Hoje, muitos jornalistas trabalham de forma independente, com blogs ou programas transmitidos pela internet. Isso torna difícil reunir a categoria para ações coletivas, sejam elas profissionais ou relacionadas à etnia. As ações direcionadas acabam acontecendo mais em grupos menores, voltados especificamente para apoio mútuo, mas não de maneira centralizada.

Historicamente, a resistência negra no Brasil tem sido construída por meio de pequenos passos e ações pontuais. Foi assim que a Umbanda e o Candomblé sobreviveram, apesar de toda a perseguição. Usamos as brechas e os espaços disponíveis para resistir e criar algo duradouro. Acredito que os sindicatos poderiam ter seguido essa lógica, aproveitando os interstícios para atuar de forma mais estratégica e conectada às demandas dos jornalistas negros.

Foi apenas nos anos 2000 que começaram a surgir organizações como a Coruja (Coordenação de Jornalistas pela Igualdade Racial). A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) sempre teve uma postura mais engajada, inclusive celebrando a fundação da Escola de Samba Quilombo e promovendo discussões sobre a questão racial. No entanto, nunca conseguimos formar um bloco de ação consistente, o que impede uma atuação mais ampla e organizada.

"Há pouca representatividade em todas as instâncias de poder. Aqui, no governo municipal, acho que temos apenas um secretário preto. No governo do estado, acredito que não haja nenhum, e em nível federal, a representatividade também é precária. Pensando em termos de gênero, percebo um aumento da representatividade feminina nos meios de comunicação. Quando vemos os créditos no final dos noticiários, há mulheres em posições de decisão, como editoras-chefe e comentaristas. Isso é algo que reparo na Globo, na Bandeirantes e em outros canais. Há um protagonismo feminino crescente, mas ainda falta representatividade de mulheres negras.

Um exemplo interessante é o programa Pretoteca, com a Cíntia (não lembro o sobrenome dela agora). É um programa protagonizado por mulheres que discute questões importantes, trazendo um pouco de representatividade feminina e racial. Também há jornalistas como Luciana Gentil e outras na Band News e na Globo News, que fazem um trabalho relevante, mas ainda sinto falta de maior presença de mulheres negras em posições de destaque."

Você já sofreu com episódios de violência alguma vez?

Eu já sofri dois episódios de violência. O primeiro foi durante uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Panificadores do Rio de Janeiro. Fiz uma pergunta e ele simplesmente me deu um tapa. Ninguém se solidarizou comigo naquele momento. Continuei com o gravador na cara dele e insisti: 'Você não vai responder à pergunta?' Talvez eu pudesse ter dramatizado mais a situação, mas segui adiante.

O outro episódio aconteceu quando fui entrevistar Roberto Carlos em um clube, há mais de 30 anos. Um dos seguranças dele me deu um puxão para me impedir de chegar perto. Mesmo assim, consegui falar com o Roberto Carlos e finalizei minha pauta. Nunca deixei essas situações me paralisarem. Sempre fui para o enfrentamento.

Fora isso, nunca sofri injúria racial explícita, mas lembro que muitas vezes as pessoas me suportavam, toleravam minha presença sem demonstrar respeito verdadeiro. Isso também é uma forma de violência emocional. Por exemplo, em uma entrevista com Geraldo, chegamos com uma equipe inteira de pretos — motorista, iluminador, cinegrafista, todos nós. Ele comentou: 'Nossa, só tem preto aqui.' Fiquei pensando: será que ele diria o mesmo se fosse uma equipe inteira de brancos? Esse episódio me marcou muito."

"Outro ponto que sempre me incomodou foi como a imprensa incensa certas figuras enquanto reforça estereótipos racistas. Sérgio Porto, por exemplo, criou o 'Samba do Crioulo Doido', que estigmatiza sambistas como ignorantes. Ferreira Gullar também escreveu que o movimento Black Rio era alienado, acusando os jovens de imitar os pretos americanos ao invés de se preocuparem com os trabalhadores brasileiros. Esses comentários são profundamente ofensivos.

Por fim, lembro de uma experiência com o Ziraldo. Quando descobri que ele era acusado de racismo, fiquei chocada, especialmente porque minha filha escolheu um livro dele quando era pequena, e eu mesma cresci lendo suas obras. É desanimador perceber que alguém com tanta

influência possa ter atitudes racistas. Esses episódios mostram como o racismo está presente até em figuras que deveriam promover inclusão.

"No início da minha carreira, a autoestima foi um problema. Eu não me valorizava, mas, com o tempo, fui aprendendo sobre a história do nosso povo e reconhecendo a importância de figuras negras. Descobri que o exército brasileiro já teve um marechal preto, que o fundador da Academia Nacional de Medicina era negro, e que André e Antônio Rebouças foram engenheiros responsáveis por grandes obras, como o túnel da cidade do Rio de Janeiro e o porto.

Esses exemplos me mostraram que não somos insignificantes. Essa valorização vem da militância, das leituras e das conexões com outros negros. Isso me ajudou a superar as dificuldades e a construir uma visão mais positiva sobre minha identidade e nossa contribuição para a sociedade."

"O coletivo é importante, e a leitura também. O conhecimento abre caminhos, mas percebo que muitas informações que valorizam a nossa história e cultura, como as contribuições de Sueli Carneiro, Conceição Evaristo e Abdias Nascimento, por exemplo, muitas vezes não são encontradas dentro da academia. É fora dela, nos movimentos e nas trocas de ideias, que descobrimos a riqueza dessas figuras e ampliamos a nossa visão.

Quais são suas sugestões para melhorar a inclusão e a igualdade racial nas redações jornalísticas brasileiras?

"Para melhorar a inclusão e a igualdade racial nas redações, acho que os jornalistas negros precisam assumir mais o seu papel como educadores indiretos. O jornalista tem esse poder de instruir, mesmo sem ser o objetivo principal. É importante não se envergonhar disso, apesar das críticas e negativas que possam surgir, como comentários do tipo: 'Ah, só quer chamar preto para falar disso.'

Não se trata de militância extrema, mas de entender que podemos fazer a diferença com nossas pautas e nossa postura. Larissa Alves, por exemplo, é uma jornalista que transita tranquilamente entre a estética morena brasileira e a representatividade negra, sendo reconhecida por isso. No meu tempo, não havia essas premiações específicas para jornalistas negros, mas é algo que vejo como muito importante hoje.

Nas redações, precisamos sugerir pautas que valorizem iniciativas como as ações de alfabetização e vestibulares para negros, como os que ocorrem em Duque de Caxias. É nosso dever assumir essa responsabilidade e não delegá-la a outros. A redação é um espaço de difusão de ideias, comportamentos e conhecimentos, e quem melhor para conduzir essas discussões do que nós mesmos?

Além disso, é necessário questionar e contestar aqueles que dizem que assuntos relacionados à negritude não cabem nas escolas de comunicação. Isso é absurdo. Esses temas devem ser tratados não apenas na comunicação, mas também em pedagogia, história, ciências sociais e outras disciplinas. Essa mudança precisa partir de nós."

APÊNDICE E – ENTREVISTA COM CORAL

Entrevista com Coral (realizada juntamente com Maria Catharina Iavorski)

Data: 04 de dezembro de 2024

Horário: 15h30

Local: Laboratório de Rádio - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Tempo: 01h06

Para começarmos, me conta um pouco sobre você?

Eu sou de uma cidadezinha com cerca de 5 mil habitantes, localizada no Paraná. É uma região muito pequena, mas tem sua importância: inclusive, fica ali a maior comunidade negra do Paraná. Descobri isso enquanto fazia um levantamento para uma série especial na Semana da Consciência Negra. Essa região é conhecida como o “noroeste esquecido” do Paraná. Minha avó veio da Bahia com meu pai. Eles passaram por São Paulo e acabaram se estabelecendo nessa região, junto com a comunidade negra. É uma história bonita, cheia de raízes.

Eu estudei em escola pública. Fiz até o primeiro ano do ensino médio no período da manhã, mas depois precisei trabalhar e passei a estudar à noite. A realidade de uma cidade tão pequena, com recursos limitados, era difícil, especialmente no turno noturno. Era comum a gente dividir a sala com quem fazia EJA, e isso tornava o ambiente ainda mais desafiador. Apesar das dificuldades, consegui concluir o ensino médio ali mesmo.

Quando criança, nunca tive incentivo à leitura. Era comum que as crianças comessem a trabalhar cedo. Com 12 anos, comecei a cuidar de crianças, trabalho que segui conciliando com os estudos. Aos 14 ou 15 anos, cheguei a ter três empregos: cuidava de uma criança pela manhã, de outra à tarde e, aos sábados, trabalhava em outra casa. A rotina era puxada, e a leitura nunca fez parte do meu cotidiano. Foi apenas no segundo ano do ensino médio que algo m, organizada pelo Rotarudou. Fomos a Maringá para uma visita técnica em uma universidade. Foi lá que vi o estúdio de jornalismo da faculdade e me encantei. Todos diziam que eu gostava de conversar, e foi quando pensei: “Talvez seja isso que eu quero fazer.”

No terceiro ano do ensino médio, vi um cartaz sobre vestibulares na escola. Eu nem sabia direito o que era um vestibular, mas decidi me inscrever. Trabalhei, juntei dinheiro, paguei a inscrição sem contar para ninguém e fui fazer a prova em Guarapuava, em setembro de 2016. Nunca tinha viajado sozinha de ônibus e cheguei sem saber onde iria ficar. Encontrei um

pensionato para estudantes e fiz a prova com muita coragem, mas sem nenhuma preparação. O resultado saiu em novembro, e eu fiquei em penúltimo lugar entre 43 inscritos. Foi um baque.

No final de 2016, tentei a segunda chamada, mas também não fui aprovada. Decidi mudar de área e comecei um curso técnico em Química, mas meu sonho ainda era sair da cidade e construir algo maior. Em março de 2017, vi meu nome na terceira chamada. Eu estava tão empolgada que pedi demissão dos três empregos, juntei minhas coisas em três malas e fui para outra cidade no interior do Paraná. Quando li o edital no ônibus, percebi que as vagas eram por ordem de classificação, e eu era a última classificada. Cheguei na cidade de destino cheia de dúvidas, mas consegui a vaga. Foi um alívio enorme.

E como foi a sua experiência na faculdade?

A faculdade foi um desafio. Vindo de uma cidade pequena, fui humilhada algumas vezes, inclusive por um professor que debochava do meu jeito de falar. Mas superei as dificuldades e me destaquei. No terceiro e quarto ano, já fazia estágio e, ao me formar, fui a única da turma que saiu empregada. Meu primeiro estágio foi em uma emissora de TV no Paraná, onde trabalhei informalmente, já que eles não contratavam estagiários diretamente. Depois, surgiu uma vaga oficial, e consegui cobrir eventos marcantes, como um assalto a uma transportadora de valores.

Fiquei 10 meses nesta cidade do interior e, depois, fui transferida para uma cidade um pouco maior, onde estou há cerca de um ano e meio. Agora, estou me preparando para uma nova etapa na capital do Paraná. Minha trajetória foi cheia de desafios, mas cada obstáculo me trouxe até aqui.

Eu sinto que tive um verdadeiro choque de mundo quando entrei na faculdade. No começo, eu nem sabia que queria fazer jornalismo, nunca foi um sonho ou algo planejado. Mas, quando comecei o curso, percebi que era exatamente o que eu queria. Apesar de ter mais dificuldades nas disciplinas teóricas no primeiro ano, me apaixonei pela comunicação e entendi que era nessa área que eu queria construir minha carreira.

E falando mais sobre situações desafiadoras, acho que abre margem para a questão do preconceito. Você comentou sobre a questão do preconceito por ser do interior, teve mais situações como essa que te marcou e que possa destacar?

Mencionei sobre ter sido humilhada por um professor por ser do interior. Isso aconteceu, mas também houveram outras situações que, olhando agora com mais maturidade,

reconheço como episódios de preconceito e até de assédio. Por exemplo, uma professora de telejornalismo falou diretamente para mim e para outra aluna negra, que não poderíamos aparecer no vídeo por causa do nosso cabelo. Ela dizia que o cabelo tinha que ser baixo, liso e curtinho. Isso nos abalava muito, porque parecia dizer que nós nunca teríamos espaço na TV apenas por sermos quem éramos.

Essa professora, trabalhou em uma emissora de TV no Paraná nos anos 1990 e sempre usava o cabelo curto e liso. Ela nos dava como exemplo o padrão que deveríamos seguir, mas, na verdade, aquilo nos fazia sentir que não éramos suficientes ou que não tínhamos espaço na área. Além disso, ao longo dos quatro anos de faculdade, enfrentei situações de assédio que me marcaram profundamente. Na época, talvez por ingenuidade ou falta de consciência, eu não percebia o quanto eram graves. Hoje, entendo o impacto disso. Teve um caso específico, enquanto eu trabalhava como mediadora de webconferências, no terceiro ano. Eu costumava ser a última a sair da universidade, já que precisava desligar os equipamentos. Um professor que sempre fazia comentários sobre minha aparência aproveitou um momento em que estávamos sozinhos no corredor para tentar me beijar à força. Foi horrível e me deixou em choque.

Houve também outros casos, como o de um professor que passava a mão na perna das alunas. Na época, o medo de denunciar era enorme. Eu me questionava se havia feito algo errado, se tinha me arrumado demais ou usado perfume. Esses pensamentos, hoje, me fazem perceber o quanto internalizamos a culpa por algo que nunca foi nossa responsabilidade.

E até hoje sinto nojo ao lembrar dessas situações. É algo que a gente tenta silenciar e esquecer, mas que sempre retorna quando revisitamos essas memórias. Falar sobre isso agora é importante, porque entendo que a culpa nunca foi minha. Essas experiências revelam como as relações de poder e a autoridade acadêmica podem ser usadas de forma abusiva.

Esse tipo de comportamento se estende também ao mercado de trabalho, onde chefes e profissionais mais experientes às vezes reproduzem essas atitudes abusivas. Muitas vezes, normalizamos esses comportamentos porque eles começam cedo, ainda na escola ou na faculdade, e seguimos lidando com isso no ambiente profissional.

Lembrar de tudo isso ainda é doloroso, mas também me dá forças para falar sobre o que muitas mulheres enfrentam em suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Hoje, com mais letramento e maturidade, consigo olhar para essas situações e compreender que não precisamos aceitar ou nos calar diante dessas injustiças.

Eu acredito que, durante a faculdade, não sofri preconceito diretamente relacionado à cor da minha pele ou à minha raça, pelo menos não de forma explícita. Minha turma já tinha

uma mentalidade um pouco mais aberta, e desde o primeiro ano nós começamos a discutir esses temas. No entanto, senti outras formas de discriminação, especialmente relacionadas à minha origem e à minha base educacional. Por ser de uma cidade pequena, muitas vezes eu era vista

como alguém que não tinha o mesmo conhecimento ou preparo que os outros. Comentários como "ela não sabe fazer isso" ou "ela não tem a mesma base que a gente" eram comuns. Isso me fazia me sentir isolada e me aproximar de um grupo pequeno de colegas, com quem fiquei até o final da faculdade.

As coisas começaram a mudar no quarto ano, quando comecei a estagiar. De repente, a percepção mudou: "Nossa, ela entrou na TV, que incrível! Ela é superinteligente." Essa mudança de opinião era frustrante porque só aconteceu quando comecei a me destacar profissionalmente, e não porque reconheciam meu valor desde o início.

E na sua trajetória profissional? Você percebia um padrão de comportamento parecido?

Minha trajetória profissional foi marcada por muitos desafios. No segundo ano da faculdade, comecei a estagiar remuneradamente e a trabalhar em várias empresas para me sustentar. Primeiro, consegui uma vaga em uma TV virtual, uma empresa de mídia indoor, onde eu montava roteiros e fazia parcerias. Paralelamente, trabalhava em uma empresa de cartões de benefícios, atuando na assessoria de imprensa. O salário era muito baixo, cerca de R\$ 400, então eu tinha que me virar para equilibrar as contas. Depois disso, passei por outras empresas sempre desempenhando múltiplas funções, desde o marketing até o comercial.

No último ano, consegui uma vaga em uma TV, num programa de redação. Lá, eu gravava o programa durante a manhã e ficava livre no restante do dia, mas o salário ainda era insuficiente para me sustentar. Foi também nessa época que comecei a trabalhar em uma associação empresarial. Finalmente, nessa última experiência, comecei a receber um salário mais adequado, próximo ao piso de jornalista.

Apesar de todas essas dificuldades, considero essas experiências enriquecedoras. Elas me ajudaram a aprender na prática e me prepararam para os desafios do mercado de trabalho. No entanto, enfrentava situações desafiadoras, especialmente no início da minha carreira, quando muitas empresas não tinham estrutura para comunicação. Eu e meus colegas tínhamos que aprender sozinhos e desempenhar funções muito além das nossas responsabilidades de estagiários.

Quando entrei na emissora de TV, finalmente consegui uma estabilidade maior. Antes disso, minha rotina era insana: acordava às 6 da manhã, trabalhava até as 11 da noite e, mesmo assim, tinha dificuldades para pagar o aluguel, que dividia com amigas.

Outra questão que marcou minha trajetória foram os episódios de preconceito e comentários inapropriados no trabalho. Um exemplo foi com o Vanderlei, cinegrafista e dono de uma produtora onde trabalhei. Ele fazia piadas racistas, comparando cabos embolados ao cabelo crespo de mulheres negras. Essas situações eram extremamente desconfortáveis e me deixavam com medo do que ele poderia dizer na frente das pessoas que entrevistávamos. Isso acabava limitando até as pautas que eu sugeria, pois tinha receio de como ele trataria as fontes.

Além disso, na faculdade e no trabalho, percebia a ausência de representatividade em cargos como juízes e médicos negros. Quando encontrávamos alguém nesses espaços, era algo visto como extraordinário, quando deveria ser algo normal. A falta de representatividade reforça estereótipos e limita as possibilidades de identificação para as próximas gerações.

Comecei a trabalhar em uma TV, inicialmente apenas cobrindo férias. Depois desse período, voltei e, então, outra emissora maior me notou. Fui contratada em agosto de 2022. Antes disso, minha experiência na primeira TV foi desafiadora, especialmente por causa do Vanderlei, que era difícil de lidar, e de outros profissionais de altos escalões. Quando surgiu uma vaga nessa emissora maior decidi me candidatar. Sempre tive o sonho de trabalhar nela. Havia 500 inscritos para a vaga, e fui avançando até ficar entre os três finalistas. No entanto, escolheram outra candidata, e recebi um e-mail padrão agradecendo pela participação.

Três dias depois, me ligaram novamente. A vaga em não deu certo, mas surgiu uma oportunidade em outra cidade, porque um repórter havia pedido demissão. Aceitei a proposta e comecei a trabalhar nessa emissora maior em agosto de 2022, ficando até junho de 2023. Durante esse período, percebi que precisava me esforçar muito mais que os outros para ser reconhecida. Sempre senti que meu trabalho exigia um nível de entrega superior ao dos meus colegas.

E no ambiente de trabalho? Como era?

No ambiente de trabalho, havia diferenças no tratamento. Enquanto outros colegas tinham mais tempo de casa e recebiam melhores oportunidades, eu precisava correr atrás das minhas pautas e, muitas vezes, criar produções sozinha. Quando eu propunha algo especial, raramente era escolhida. Notei também que os cargos de chefia eram, em sua maioria, ocupados

por homens brancos. Tive apenas um chefe negro. Chefes mulheres, por exemplo, só apareceram recentemente.

Cobrir férias na emissora anterior, a primeira que trabalhei, me deu uma visão mais ampla do jornalismo. Trabalhei primeiro numa filiada de uma cidade menor, só havia uma emissora, então eu não tinha contato com colegas de outros veículos. Aqui, percebi como as pautas mais leves, como “uva passa no arroz”, eram frequentemente designadas para mim, enquanto os temas mais relevantes eram direcionados a outros. Apesar de nunca desvalorizar as matérias que fiz, essa diferença no peso das pautas era evidente. Havia também questões sutis relacionadas à minha identidade racial. Por exemplo, tive que pedir permissão para usar um turbante durante a Semana da Consciência Negra. Isso deveria ser algo natural, mas precisei justificar a escolha. Na emissora maior, as restrições eram ainda maiores; apenas quem trabalhava no entretenimento tinha mais liberdade de aparência. Recentemente, fiz tranças nagô e, com o apoio do meu chefe negro, decidi usá-las no ar sem pedir permissão formal. Felizmente, não houve problemas.

A produção de uma série televisiva sobre negros foi um marco na minha carreira. Em novembro de 2022, percebi a ausência de materiais abordando a representatividade negra no estado, especialmente no Dia da Consciência Negra. Propus a ideia ao executivo do jornal, que aprovou. A série mergulhou na história e na cultura negra do Paraná, contando histórias de comunidades quilombolas, salões afro e figuras importantes, como um dos poucos juízes negros do estado. Meu chefe apoiou a produção, permitindo viagens longas e alocação de recursos necessários para a realização do projeto.

Participar do encontro “Negritude Globo”, em São Paulo, também foi transformador. Lá, vi pessoas negras compartilhando experiências e desafios no audiovisual, o que me fez refletir profundamente sobre minha identidade como mulher negra. Durante muito tempo, eu não me reconhecia como negra, apesar da minha ancestralidade. Foi preciso muito letramento e conhecimento para que eu compreendesse minha identidade. Esse reconhecimento me motivou a trazer mais pautas voltadas para a representatividade e a usar meu espaço na comunicação para amplificar vozes.

Essa série foi mencionada na minha entrevista para a vaga em Curitiba, destacando a qualidade do trabalho e a relevância do material produzido. Isso reafirma que minha dedicação é reconhecida. Contudo, sei que ainda há muito a ser feito em termos de inclusão no jornalismo, especialmente em posições de liderança. Espero que iniciativas como essa sejam o início de mudanças estruturais no setor, criando mais espaço para jornalistas negros e para pautas que representem nossa diversidade.

Muitas das pautas mais desafiadoras que consigo hoje vêm do meu esforço em ir atrás. Se eu esperar que algo simplesmente caia no meu colo, nada acontece. Por exemplo, quando decido que quero abordar um tema mais complexo, como desmatamento ou outro assunto denso, eu preciso ir atrás para garantir que a pauta seja minha. Um exemplo disso é meu conhecimento sobre o Projudi, o sistema digital do Judiciário que conecta informações com a Polícia Civil. Antigamente, tudo era físico, mas hoje é digital, e eu sou uma das poucas pessoas na TV que sabe explorar bem essa ferramenta. Isso me abriu portas para trabalhar com matérias investigativas, pois busco as informações direto no sistema. Mas, se eu não fizer esse esforço, as pautas simplesmente são distribuídas para quem está "na roda".

Este ano, consegui produzir um especial para um programa televisivo de grande visibilidade sobre o cultivo de pinus na região dos Campos Gerais. Esse projeto foi uma iniciativa minha. No entanto, fico pensando em por que outras pautas mais importantes ou de maior visibilidade, como zoológicos ou cervejas artesanais, não foram destinadas a mim. Questionar diretamente a chefia sobre isso pode ser arriscado, então evito conflitos.

E como você vê a questão da representatividade na mídia?

A representatividade negra na mídia é essencial. Ver Aline Aguiar, no Jornal Nacional, usando tranças nagô foi inspirador para mim. Senti a força da representatividade dela e percebi que eu também poderia usar tranças. Mais tarde, vi como isso influenciou outras pessoas. Uma criança em Prudentópolis, por exemplo, me disse que meu cabelo cacheado era como o dela. Essa troca de identificação é poderosa. Recentemente, participei de uma ação distribuindo cestas de Natal. Lá, pessoas negras da periferia me disseram o quanto era significativo ver alguém como eu ocupando um espaço na mídia. Esse tipo de reconhecimento reafirma a importância da representatividade.

Apesar dessas conquistas, ainda vejo pouca diversidade em emissoras como a RPC. Não há projetos estruturados para promover a inclusão de negros ou mulheres, como políticas de cotas ou ações afirmativas. Mesmo assim, percebo pequenos movimentos acontecendo nos bastidores. Por exemplo, meu chefe falou recentemente sobre tentar contratar mais profissionais negros. Ele mencionou que faz isso de forma discreta, enviando vagas diretamente para pessoas negras, porque não há políticas institucionais que apoiem essa prática.

A falta de diversidade é evidente. Na emissora maior, somos apenas eu e mais três pessoas negras. Nas outras emissoras do grupo, a situação é parecida. Por outro lado, na Globo, percebo um avanço maior, com grupos como o “Preto da Globo” e conselhos de diversidade no

Rio de Janeiro. Essas iniciativas são inspiradoras, mas mostram como ainda estamos longe de algo semelhante em redes menores.

Resistir é um ato necessário, e vejo isso em cada espaço que conseguimos ocupar. Um exemplo que me marcou foi o juiz negro que entrevistei para um especial. No gabinete dele, ele contratou apenas pessoas negras, não por exclusão, mas para oferecer oportunidades que são raras no mercado. A história dele reflete a luta de muitos de nós: ocupar espaços e criar condições para que outros também cheguem lá.

Os números mostram como a autodeclaração de negros no Paraná está crescendo. Em 2010, 28% da população se declarava negra; em 2022, esse número subiu para 34,3%, segundo o IBGE. Isso é reflexo de um processo de autoconhecimento e letramento racial que muitas pessoas estão vivendo, assim como eu vivi. Por muito tempo, eu não me reconhecia como negra, mesmo sendo registrada como parda. Foi apenas com 23 anos, depois de muito aprendizado, que comecei a entender minha identidade e o peso da representatividade.

A mídia tem um papel crucial nesse processo. Poderia ser uma ferramenta poderosa para educar e ajudar as pessoas a se reconhecerem e a se unirem na luta por igualdade. Infelizmente, essa oportunidade ainda é subutilizada.

Você teria uma sugestão que pudesse contribuir para mudar esse cenário?

Uma sugestão seria criar políticas ativas, como a reserva de vagas para pessoas negras, similar ao que a Globo faz com processos seletivos exclusivos. Muitas vezes, pessoas negras não se inscrevem para essas vagas porque não enxergam representatividade nos lugares que almejam. É preciso quebrar esse ciclo, mostrar que é possível ocupar esses espaços e dar suporte para que isso aconteça. A mudança precisa ser prática, não apenas discursiva.

A representatividade na mídia é fundamental. Ela não apenas influencia quem está assistindo, mas também ajuda a construir uma sociedade mais inclusiva. Ainda há muito trabalho a ser feito, mas acredito que cada pequena vitória é um passo nessa direção.

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM CÁPRICO

Entrevista com Cáprico

Data: 15 de janeiro de 2025

Horário: 10h

Local: Online via Zoom

Tempo: 00h51

Eu gostaria que primeiramente o senhor se apresentasse. Poderia falar seu nome completo, idade, há quanto tempo o senhor atua e de onde o senhor é?

Eu sou Cáprico, sou de Campina Grande, Paraíba. Quando eu tinha 20 anos, vim morar em João Pessoa, a capital. Foi aqui onde praticamente comecei, pois, apesar de já ter feito alguns trabalhos em Campina Grande, eles não tiveram continuidade. Aqui, fui estudar e terminei ingressando no rádio. Comecei numa Rádio, que não existe mais hoje, está desativada. Antes disso, já tinha trabalhado em outras rádios do Brasil, começando mesmo no rádio em 1980, 1982.

Passei muitos anos nesse trabalho. Naquela época, não era necessário ter o curso de jornalismo. Mas, com o tempo, senti a necessidade de me profissionalizar, principalmente por incentivo de alguns amigos e colegas que diziam: "Já é perder tempo não estudar." Então, apesar de ouvir que seria "perder quatro anos sentado no banco da universidade," procurei me formar. E assim fiz. Foram 20 anos praticamente desde que cheguei a João Pessoa. Já vim para cá casado, e logo depois nasceram meus dois filhos. Era um desafio grande trabalhar e ainda sustentar a família. Sempre tive o sonho de ingressar na comunicação. Sou esportista e torcedor, e sempre tive muita vontade de ser jornalista e radialista. Terminei o segundo grau aos 30 anos, e, um pouco depois, com 33, entrei na universidade. Aos 38 anos, formei-me em Jornalismo em uma universidade federal na Paraíba. Nesse período, trabalhei em diversos jornais. De todos esses, apenas um continua em atividade no formato impresso; os outros saíram de circulação.

Na Rádio onde comecei em 1990, sigo até hoje. Antes disso, já havia trabalhado em outra rádio de 1982 até 1990. Ou seja, são mais de 40 anos de atividade. Em outra rádio, atuo como comentarista e também faço plantão em jornadas esportivas. Essa é, mais ou menos, minha história.

Venho do interior, filho de agricultores. Na minha época, nos anos 60 e 70, não havia muita liberdade ou facilidade para estudar. Sou dessa geração. Para você ter uma ideia, fui à

escola pela primeira vez aos 11 anos. Eu mesmo procurei estudar depois. Enfrentei muitas dificuldades. Quando me casei, só tinha o primeiro grau. Só mais tarde terminei o segundo grau, e já quase aos 40 anos é que me formei. Após isso, ainda fiz outros cursos especializados.

O senhor comentou que foi à escola pela primeira vez aos 11 anos. Quanto tempo levou para concluir o primeiro grau?

Entrei na escola com 11 anos e terminei o primeiro grau por volta dos 20 anos. Mas não foi um percurso seguido. Eu trabalhava, e estudar não era algo fácil. Houve períodos em que precisei parar. Quando me casei, ainda estava com o primeiro grau incompleto. Só depois voltei a estudar e concluí o segundo grau.

Quanto tempo levou para ingressar na universidade depois disso?

Depois de concluir o segundo grau, passei mais uns três anos e, com 33 anos, entrei na universidade. Aos 38, formei-me em Comunicação Social em uma universidade da Paraíba.

Antes de terminar o segundo grau, o senhor já trabalhava com jornalismo?

Sim, eu já trabalhava com jornalismo antes mesmo de concluir o segundo grau. Foi algo que sempre sonhei em fazer e, com muito esforço, consegui me profissionalizar.

já trabalhava em rádio. Sempre tive esse sonho. Um detalhe importante é que, mesmo com todas as dificuldades, sofrimento e preconceito, insisti. Já fui expulso de redação por ser negro. Chegava ao chefe, e ele perguntava: "O que você está fazendo aqui?". Eu dizia que estava buscando estágio, mas ouvia: "Não estamos precisando de estagiários". Enquanto isso, via outras pessoas, bem arrumadas, sendo aceitas. Fui colocado para fora, mas continuei insistindo. Isso aconteceu enquanto eu fazia estágio em um jornal da Paraíba, ainda na época da universidade.

Foi um amigo quem conseguiu o estágio para mim. Ele pediu à chefe de redação, que aceitou, mas não informou ao diretor. Quando o diretor soube, ele me tratou de forma preconceituosa, claramente racista. Enfrentei isso e outras dificuldades, como não ser escalado para eventos importantes, mesmo sendo repórter. Trabalhei cobrindo política, policial e esportes, mas na política não fiquei muito tempo. Tentei atuar na Câmara e na Assembleia, mas não consegui. No futebol, consegui um espaço, ainda que com resistência.

Apesar disso, quero destacar que a vida não é só sofrimento. Todos enfrentamos dificuldades, e quem está começando agora precisa enfrentar também. Quero que você ressalte

isso: nós, negros e negras, temos uma grande força para vencer. É necessário ter força de vontade e estar preparado, qualificado, para não decepcionar quem confia em você.

Como foi sua entrada na Rádio?

Fui contratado na Rádio em 1990, mas durante os dois primeiros anos fazia apenas pequenas reportagens e participações noturnas. Fazia de tudo: cobria os acontecimentos gerais e também reportagens esportivas. Depois, comecei a ser escalado para reportagens maiores. Não saí mais disso e passei a apresentar programas. Foi um crescimento que exigiu muita força de vontade. Quero ressaltar que tive ajuda de algumas pessoas. Primeiro, minha família. Minha esposa abriu mão de uma formação mais avançada – poderia ter sido enfermeira ou médica –, mas fez apenas o curso técnico para me ajudar. Também tive apoio de companheiros como Bernardo Filho, que era radialista, e um amigo que me levou para a Tabajara Rádio. Mas mesmo na universidade, enfrentei preconceitos.

O senhor mencionou dificuldades na universidade. Como foi sua experiência lá?

Entrei na universidade com 33 anos, e foi uma realidade muito diferente. A maioria dos colegas tinha 18, 20 anos. Eu tinha o dobro da idade deles, o que já era uma diferença grande, além da linguagem e da vivência.

Na minha turma, praticamente só havia um negro além de mim. Professores negros não havia nenhum. Era uma elite, mesmo sendo uma universidade pública. Muitos alunos vinham de outros estados, como São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, geralmente de famílias com condições financeiras para bancar seus estudos. Esse perfil destacava ainda mais a falta de representatividade negra. A maioria dos negros no Brasil, naquela época, era composta por trabalhadores, sem poder aquisitivo para estudar. Foi nesse contexto que insisti muito, trabalhando durante o dia e estudando à noite.

Morava longe e tinha que pegar o último ônibus da universidade para casa, chegando à meia-noite. Jantava, dormia e acordava cedo para trabalhar no dia seguinte. Foi um grande desafio.

Na universidade, havia discussões sobre jornalistas negros ou questões raciais?

Naquela época, não havia discussões sobre carreira de jornalistas negros ou questões raciais. Esse tema era ignorado. Em rádio e jornal ainda havia algumas oportunidades para

negros, mas na televisão era praticamente inexistente. Até hoje é assim. Há mestiços, mas jornalistas negros com características marcantes, não.

Lembro de várias situações de preconceito. Fui expulso da redação do jornal que trabalha. No jornal, não podia deixar a barba crescer. Quando minha barba estava por fazer, era chamado à atenção, até pelo próprio dono do jornal. Certa vez, ele me perguntou: "Você é do PT?". Respondi que não, e ele retrucou: "Então por que está com essa barba?".

Esse tipo de perseguição era constante. A aparência precisava seguir um padrão "branco". Mesmo na rádio, onde não havia exposição de imagem, existia essa cobrança. Se deixasse a barba crescer, já me viam como alguém que estava defendendo a bandeira dos negros ou tentando se impor de alguma forma.

O senhor mencionou que, além da questão de elitismo dentro da universidade, houve também preconceito racial. Pode compartilhar como isso aconteceu? Vinha de professores, colegas? Como isso se manifestava?

Naquela época era assim. Por exemplo, os pais branquinhos, aquele pessoal que tinha mais dinheiro, recebiam um tratamento diferenciado. Era um pessoal que participava de festas, dos acontecimentos sociais. No meu caso, além de ser negro, eu já tinha uma idade diferenciada, já era pai de família, tinha outro comportamento. Fui colocado de fora desses acontecimentos. Sempre foi assim, desde o segundo grau até a universidade.

Era uma questão de enfrentar o desprezo por ser negro e, ao mesmo tempo, por ter condições financeiras debilitadas em comparação com outros estudantes. Sempre me reconheci como negro, nunca tive problema em relação a isso. Sei que existem pessoas com pele mais clara, de famílias interraciais, que demoram para se entender como negras, mas nunca foi o meu caso. Sempre soube quem eu era e que era necessário fazer mais, me destacar, para ser reconhecido.

O senhor sente que havia uma cobrança maior para se destacar, tanto na universidade quanto no início da sua carreira?

Sim, é verdade. Se você ficasse igual à turma branca, perdia. Era preciso ser melhor, mais preparado. Sempre que eu era escalado para alguma responsabilidade, procurava fazer o meu melhor. Nunca dizia "não" para uma pauta, seja qual fosse o horário, e sempre entregava o trabalho da melhor maneira possível. Muitas vezes, ultrapassava meu horário para garantir que tudo estivesse bem feito.

Na universidade, a mesma coisa. Sempre fazia meus trabalhos primeiro, me esforçava ao máximo para entregar no prazo, participar de palestras ou qualquer atividade. Essa dedicação me acompanha desde o segundo grau e permanece na minha profissão. Hoje, com mais de 40 anos de carreira, continuo com essa postura. Meus editores são jovens, na faixa dos 30 anos, mas eu nunca dou desculpas, nunca falto, sempre mantenho minha responsabilidade.

Meus filhos também são negros, e passei isso para eles: quando fizerem algo, que seja com responsabilidade. Porque as vagas, primeiro, vão para os brancos, mesmo quando eles não são tão preparados ou responsáveis. Nós, negros, precisamos provar que somos profissionais, que estamos lá por mérito, não por favor. É um pensamento que levo comigo e que a prática confirma. No cenário brasileiro, enfrentamos piadas, exclusão social, mas precisamos nos qualificar para chegar onde queremos e sermos valorizados.

Durante sua carreira, o senhor teve chefes ou colegas negros em cargos mais altos?

Não. Nunca tive chefes negros, nem no jornal, nem na rádio. Todos eram brancos, muitos vindos de indicações políticas. Mesmo na Rádio que trabalhava, que é oficial do governo, nunca houve um superintendente negro, nem chefe de esportes. É sempre alguém da classe média alta, geralmente indicado politicamente. Essa ausência de negros em cargos de chefia contribui para a falta de representatividade e reforça a exclusão.

O senhor identifica uma sub-representação de negros tanto nas pautas jornalísticas quanto em cargos de liderança?

Com certeza. No Sindicato de Jornalistas da Paraíba, percebo que se tem lutado contra isso. Já pedi às empresas uma relação dos profissionais negros, mas enfrentamos resistência. As informações não são fornecidas. Estou contribuindo para um projeto que visa localizar onde estão os negros no jornalismo e quantos existem, mas na prática é difícil. Nas telas, quase não vemos negros. Aqui na Paraíba, não há negros ou negras trabalhando em televisão.

Há resistência por parte de alguns colegas negros em se identificarem como tal?

Sim. Conheço colegas que não se assumem negros. Dizem coisas como: "Sou misturado porque minha mãe era branca." Eu nunca tive problema com isso. Meu pai era negro, meu avô era negro, mas minha avó materna era branca, assim como minha mãe. Minha família é miscigenada. Tenho irmãos com diferentes tonalidades de pele, alguns negros e outros mais

claros. Sofri preconceito até dentro da minha própria família, entre primos, mas provei minha capacidade.

Na minha família, muitos não acreditavam que eu conseguiria algo. Alguns diziam: "Não dava nada por você." Mas fui o primeiro a me formar, enquanto os outros eram comerciantes ou trabalhadores do comércio. Isso foi uma vitória, algo que precisei provar. Desde cedo, decidi que queria ser jornalista e, mesmo com as dificuldades, alcancei meu objetivo.

Sempre busquei me aprimorar. Até cerca de 10 anos atrás, fazia cursos de especialização. Só parei porque o trabalho como repórter em rádio demanda muito tempo. Mas acredito que a necessidade de se provar como negro no Brasil é constante. Somos censurados pela imagem, pela presença, pelo trabalho. Por isso, é essencial fazer tudo com profissionalismo e excelência.

Como o senhor avalia as oportunidades para jornalistas negros no Brasil? O que falta para que esses profissionais consigam alavancar suas carreiras? Há algo que as empresas poderiam adotar para diminuir a pressão sobre o jornalista negro?

No Brasil, quem tem dinheiro, estuda nas melhores escolas particulares, consegue colocar os filhos em universidades aqui ou até fora do país. Esses são os brancos, os privilegiados. Já os negros, na maioria, continuam ralando na periferia. Quem se destaca é porque rala muito, sofre, passa fome, anda a pé. Quem se acomoda, acaba ficando para trás.

Aqueles que querem vencer precisam enfrentar isso de frente, se profissionalizar, ser bons. Quando chegam a uma grande emissora como a Globo, é porque são realmente bons, muito preparados. Isso é uma exigência para nós, negros. Os brancos têm mais oportunidades, não porque são melhores, mas porque já vêm de famílias com herança, riqueza, terras – algo que nossos pais e avós não tiveram. Nossa história é de mão de obra explorada: na cana-de-açúcar, no café, no ouro.

Essa realidade continua até hoje. Muitos ainda têm a mentalidade de que negro não deve estar na universidade, no poder, ou ocupando espaços de destaque. Isso é estrutural. Mesmo no governo, vimos um modelo que não valorizava os negros, os pobres. Esse pensamento é reflexo de um país que foi colonizado para explorar índios e negros. Isso ainda está presente em várias áreas, até na religião.

Acredito que as empresas públicas deveriam adotar cotas para negros, tanto em emissoras como a EBC quanto em rádios estaduais, jornais e TV públicas. Isso não traria

igualdade completa, mas seria um começo, uma forma de reparação. Precisamos motivar jovens negros, mostrar que é possível. Por exemplo, meninas negras que querem usar o cabelo natural enfrentam dificuldades até para entrar na universidade. Sem encorajamento e luta, essas portas ficam cada vez mais estreitas.

As empresas ainda têm uma preferência por um padrão de beleza e comportamento. Quando precisam de alguém para entrevistar uma autoridade, escolhem a pessoa mais "agradável" aos olhos, quase sempre uma pessoa branca. Por isso, precisamos que o governo e os parlamentares negros, mesmo sendo poucos, adotem políticas para mudar essa realidade.

O senhor mencionou cotas e reparações. Acredita que isso impactaria positivamente o mercado de trabalho e a educação para negros?

Com certeza. Hoje, temos mais de 100 milhões de negros no Brasil. Onde está esse povo? Não está nas universidades, nos hospitais como médicos, ou no jornalismo. É preciso lutar para mudar isso. Cotas não resolvem tudo, mas ajudam a incluir mais pessoas nesses segmentos.

Se não houvesse insistência, muitos desistiriam. Eu mesmo poderia ter desistido quando fui expulso de uma redação ou quando não tinha condições de ir à universidade. Hoje, há mais oportunidades, principalmente com políticas públicas, mas há 30 anos era muito mais difícil. Naquela época, quem tinha mais dinheiro era quem ocupava as poucas vagas disponíveis.

O senhor adotou alguma forma de resistência ou ação no mercado de trabalho para tentar mudar esse cenário?

Sim. Minha resistência é trabalhar, me profissionalizar cada vez mais. Não significa ser "melhor" do que os outros, mas ser responsável e mostrar que sou capaz. Sempre procurei ser um exemplo, tanto como cidadão quanto como profissional. Respeito as pessoas para ser respeitado, trato bem para ser tratado da mesma forma.

Infelizmente, vejo negros que alcançam status e se distanciam de suas origens. Isso me entristece. Nós, que sempre sofremos com a exclusão, deveríamos nos aproximar dos que estão começando, daqueles que ainda estão tentando se firmar. Para ter o bem, é preciso fazer o bem, praticar o bem.

Como você identifica a importância de redes de apoio nessa luta?

Essas redes são fundamentais. No sindicato dos jornalistas, temos lutado por mais representatividade. Junto à FENAJ, estamos tentando mapear onde estão os jornalistas negros, quantos são e em quais condições trabalham. Essa mobilização tem um impacto importante, porque depois de organizarmos essas informações, queremos levar essas demandas ao Congresso, às empresas e à sociedade.

Estamos enfrentando resistência, tanto das empresas quanto dos políticos. Muitos preferem ignorar essas questões. No entanto, essa luta é necessária. Queremos uma sociedade mais igualitária em todos os sentidos: educação, cultura, moradia e trabalho.

Você acredita que essas mudanças precisam começar desde cedo, na educação básica?

Sim, com certeza. É preciso começar nas escolas, nos primeiros anos de estudo. Principalmente na periferia, as crianças não são encorajadas a lutar por profissões mais difíceis, como medicina ou direito. Muitas se contentam com um emprego básico e não lutam por mais. Se houver incentivo desde cedo, podemos mudar isso.

As escolas, o ensino médio e a universidade precisam abordar essas questões. É preciso motivar os jovens negros, mostrar que eles têm potencial.

Minha experiência é um testemunho. Sou um exemplo de que, mesmo enfrentando tantas dificuldades, é possível vencer. Espero que esta pesquisa, ao abordar um tema tão atual e relevante, ajude a ampliar essa discussão. Sabemos que é um problema que existe há muito tempo, mas, infelizmente, continua piorando em alguns aspectos.

A luta por igualdade é constante. Precisamos continuar com essa bandeira e levar essa discussão para todos os setores da sociedade. Espero que esta iniciativa motive futuras mudanças e inspire mais pessoas a enfrentar essa realidade de discriminação.

APÊNDICE G - ENTREVISTA GRISEO

Entrevista com Griseo

Data: 09 de janeiro de 2025

Horário: 13h30

Local: Online via Zoom

Tempo: 01h06

Me fala sobre você? Você é de onde?

Eu nasci no Pará, e vivi lá até os 9 anos. Foi então que me mudei para a capital do Paraná, ainda criança. Fiz todo o ensino fundamental e médio em escolas particulares aqui em Curitiba. E já que estamos falando sobre isso, acho importante mencionar que eu era uma menina nortista e negra chegando em Curitiba em 2005. Só por aí dá para entender o impacto social que eu comecei a sentir desde cedo. Hoje, faço terapia justamente para compreender o que isso significou na minha formação.

Não foi fácil. Acho que a jornalista que eu sou hoje é resultado de tudo que aquela menina de 9 anos passou. Estudei em escolas particulares majoritariamente brancas, com pouquíssimos colegas negros. Pardos até havia alguns, mas retintos, eu lembro de apenas uma menina na minha sala.

Depois disso, fui fazer jornalismo em uma universidade aqui em Curitiba, e a situação não era muito diferente. No bloco de comunicação social, a presença de colegas negros também era mínima. No ensino fundamental, eu não tinha consciência de ser negra, mas essa percepção começou a surgir na faculdade. Olhando para trás, consigo entender várias questões que me atravessaram naquela época. A questão racial, que hoje coloco no centro, simplesmente não era discutida em ambientes tão majoritariamente brancos.

No final do ensino médio, eu decidi cursar jornalismo. Minha mãe é jornalista, mas eu sabia que não queria seguir a mesma trajetória dela nem ficar em Curitiba. Só não sabia muito bem para onde ir. Não me interessava por áreas de exatas ou saúde. Como muitos jovens, fiquei naquele dilema: 'O que vou fazer da minha vida?' Descobri que gostava de escrever, de ler, de contar histórias. Cheguei a considerar relações públicas, mas optei por jornalismo por ser uma área mais abrangente. Passei no primeiro vestibular e entrei no curso.

Como foi sua experiência na faculdade de jornalismo?

Quando comecei a faculdade, a realidade do jornalismo não era como eu imaginava. Entrei em 2013, bem na virada para o digital. Olhando para trás, percebo que o curso e os professores estavam um pouco perdidos, sem saber exatamente o que ensinar para a nossa geração. Passamos muito tempo aprendendo sobre o impresso, enquanto o mundo já estava mudando para o digital. Isso me deixou confusa sobre o que eu realmente queria. Muitos colegas mais velhos estavam indo para agências de publicidade, e eu dizia que não queria isso. Mas, depois de formada, foi justamente para essa área que fui. Trabalhei com marketing e publicidade por cerca de cinco anos, mesmo sabendo, desde a faculdade, que não era o que eu queria.

E como era a questão da diversidade na faculdade?

Não havia professores negros. Em termos de gênero, havia homens e mulheres, mas a questão racial era inexistente. Também não me envolvi muito nessa pauta enquanto estudante. Minha percepção racial começou a surgir mais no final do curso, quando comecei a ler e procurar entender essas questões por conta própria. Lembro de fazer matérias sobre religiões afro-brasileiras, mas era algo superficial, sem uma abordagem militante ou ativista.

E quando você tem essa “virada de chave”?

A virada de chave aconteceu por volta de 2018, quando eu já estava trabalhando em uma agência de publicidade. Não consigo identificar um momento exato, mas houve um episódio marcante. Fiz um curso de escrita criativa em Curitiba, e a professora começou uma roda de conversa perguntando por que cada um estava ali. Ela perguntou quem tinha interesse em escrever livros ou seguir algo mais literário, e quase todos levantaram a mão, exceto eu e outra moça negra. Nós dissemos que estávamos ali para escrever melhor no trabalho e ampliar nossa visão. Então, a professora comentou: 'Vocês perceberam que as únicas pessoas que não levantaram a mão são as duas mulheres negras?'

Aquele momento foi um marco para mim. Foi como se, pela primeira vez, eu me percebesse como uma mulher negra de forma consciente. A partir dali, comecei a entender melhor como as outras pessoas me enxergavam e o que isso significava na minha vida e no meu trabalho. Acho que foi em 2017 ou 2018 que essa consciência realmente se consolidou.

Você mencionou que teve algumas experiências no mercado de trabalho durante a faculdade. Conta como foi?

Durante a faculdade, tive algumas experiências profissionais, incluindo estágio e um contrato temporário. Meu primeiro emprego foi em uma emissora televisiva, em um contrato temporário logo no primeiro ano de faculdade. Depois, trabalhei em agências de publicidade. No estágio eu atuava mais como apoio ao jornalismo. Não fazia jornalismo diretamente, mas aprendia muito observando os profissionais. Era uma espécie de assistente, buscando almoço, imprimindo documentos, cuidando da máquina de xerox. Era um aprendizado indireto, mas observei muito e absorvi conhecimento.

Na minha turma, não havia outros alunos negros. Não lembro de veteranos ou calouros negros, e na minha turma, em específico, acredito que não tinha ninguém. Saindo da faculdade, me deparei com a realidade de um mercado extremamente competitivo e, muitas vezes, injusto para quem está começando. No meu caso, tive o privilégio de estudar em turno integral pela manhã, mas isso dificultava a busca por estágios. Minha rotina era ocupada pelo curso, e os estágios disponíveis não eram compatíveis com o horário.

Entrei na Universidade no segundo semestre de 2013 e, logo no primeiro período, consegui o contrato temporário na emissora televisiva. Na época, tinha seis meses antes de as aulas começarem e brinco que eram os meses para decidir entre trabalhar ou malhar para ser Panicat. Decidi trabalhar, consegui o emprego na emissora e foi uma grande oportunidade, mesmo que temporária. Quando o contrato acabou, procurei outros estágios. Trabalhei em uma assessoria de imprensa fazendo clippings, mas as notas começaram a cair, e decidi priorizar os estudos. Tive o privilégio financeiro de poder tomar essa decisão, o que me permitiu focar na faculdade. No entanto, olhando para trás, percebo que poderia ter buscado mais experiência para evitar a dificuldade do pós-faculdade. Foi muito difícil conseguir o primeiro emprego, especialmente porque eu não tinha experiência acumulada durante a graduação. Lembro de enviar inúmeros currículos e não receber retorno. Minha mãe me apoiava e insistia que eu deveria trabalhar na área, não em qualquer lugar, como comércio, por exemplo.

Finalmente, consegui uma vaga em uma agência de publicidade, mesmo sabendo que não era o que eu queria. Fiquei de 2018 até 2020 na primeira agência e, no início da pandemia, fui demitida no primeiro dia de home office por questões financeiras da empresa. Depois disso, enfrentei outras experiências complicadas. Trabalhei como PJ em outra agência, fazendo redação publicitária, algo para o qual eu não estava preparada, e ainda lidando com um ambiente

abusivo e precário. Saí dessa agência e fui para outra, até que, em 2022, recebi a proposta de trabalhar como jornalista em um sindicato.

Finalmente, assinei a carteira como jornalista e comecei a atuar diretamente na área, fazendo entrevistas e me dedicando ao jornalismo como sempre quis. Hoje, no sindicato, somos duas jornalistas. Eu sou a única mulher negra, enquanto a outra profissional é branca. No quadro geral de funcionários, há outras pessoas negras, mas, na comunicação, sou a única. Essa percepção de ser uma mulher negra no mercado de trabalho foi um processo gradual. Inicialmente, não enxergava essas questões com clareza, mas, com o tempo, comecei a perceber o peso dessa realidade nos ambientes que frequento e no meu trabalho. Atualmente, estou vivendo um momento de reflexão e autoconhecimento. Nos últimos anos, voltei a mergulhar nas questões raciais, mas agora de uma forma mais pessoal.

A terapia tem sido essencial nesse processo, porque essas questões têm mexido comigo de maneira muito intensa no meu atual emprego. Percebo que ser uma jornalista negra não é apenas uma característica, mas algo que impacta diretamente meu trabalho e as relações no ambiente profissional. Não tem sido um período fácil, mas é uma jornada necessária para entender como essas vivências moldam quem eu sou.

Eu trabalho no sindicato que representa os servidores públicos de Curitiba. Minha chefia direta, a coordenadora de comunicação, me chamou para uma conversa em 2022, poucos meses depois de eu ser contratada. Ela perguntou: *'Você se sente tratada de forma diferente?'* Na época, eu já sentia que havia algo diferente, mas achava que era por eu ser mais jovem que minha colega

— apenas três anos, mas com um comportamento mais informal. Eu uso camiseta, calça jeans e tênis, falo gírias, e talvez isso contrastasse com o esperado de uma mulher de 30 anos. Também acreditava que a diferença vinha da minha falta de experiência na área de comunicação sindical, pois era a primeira vez que trabalhava nisso.

Então, quando ela perguntou se eu achava que era racismo, fiquei surpresa. Respondi: *'Eu não achava que era, mas, agora que você traz isso, não posso descartar a possibilidade. Racismo muitas vezes acontece de forma muito sutil.'* Desde então, tenho pensado muito sobre isso e analisado o tratamento que recebo, que é diferente do da minha colega, embora não seja algo explícito. Não vem da minha coordenadora, que tem uma trajetória ligada ao MST, com pais militantes nos movimentos sociais. Ela é alguém consciente dessas questões. Esse tratamento diferente parece vir mais da direção do sindicato.

É difícil explicar, mas percebo que há uma diferença na maneira como meu trabalho é avaliado. Por exemplo, minha coordenadora costuma dizer que os textos da minha colega precisam de 'ajustes', enquanto os meus precisam de 'alterações'. Parece sutil, mas são essas escolhas de palavras que fazem a diferença. Os comentários sobre o trabalho dela são mais suaves, enquanto os meus soam mais críticos. Não é algo escancarado, mas é perceptível.

Nas outras experiências profissionais que teve, o cenário era parecido?

Nos outros empregos que tive, predominavam homens, tanto na chefia quanto entre os colegas. É a primeira vez que tenho uma mulher como chefia direta. Trabalhando em agências de publicidade, embora houvesse mulheres, a maioria ainda era de homens, especialmente em cargos de liderança. Já senti situações de discriminação, como quando conversava com um cliente e ele respondia olhando para o meu chefe homem. Não foi um abuso explícito, mas uma forma de subestimar a minha competência.

No jornalismo, percebo isso também, mas de forma mais diluída. Às vezes, fica difícil identificar se a desconfiança vem por eu ser mulher, negra ou jovem. Com as fontes, curiosamente, nunca tive problemas. Como trabalho diretamente com servidores públicos, que em sua maioria são mulheres, não percebo preconceito nas entrevistas.

Sobre a profissão em geral, a situação é péssima. Da minha turma de jornalismo, conheço apenas três colegas que ainda estão na área. A maioria foi para agências de publicidade ou abandonou a comunicação completamente. É um indicativo do estado crítico da profissão. Em relação a gênero e raça, a desigualdade é evidente. Este é o primeiro emprego em que eu recebo o piso salarial como jornalista, e o mesmo acontece com minha colega, que sempre trabalhou na área. Já os homens jornalistas que conhecemos sempre receberam o piso e nem aceitariam trabalhar por menos.

A profissão tem enfrentado grandes desafios, e, para mulheres, especialmente negras, esses desafios são ainda maiores. É como se carregar todas essas interseccionalidades tornasse o percurso ainda mais sofrido. Apesar disso, sigo tentando entender e enfrentar essas questões, tanto no meu ambiente de trabalho quanto no âmbito pessoal.

Esses assuntos deveriam ser abordados na faculdade, no curso e até dentro das empresas, como uma forma de preparar melhor os profissionais. Acho que isso teria efetividade na questão de melhorar o cenário dentro da carreira de jornalistas e na área como um todo. Mas, confesso que não sei dizer qual seria a solução real para esses problemas. É algo que eu converso

pouco, inclusive, com colegas e amigos da área. Parece que ninguém conversa muito sobre isso. Acabamos falando de tudo, menos sobre como a nossa área está desvalorizada. É triste.

Como você avalia a representatividade de jornalistas negros na mídia e no jornalismo em geral?

Falta representatividade. Falta ocupar mais espaços de destaque. É inspirador ver jornalistas negros em posições de destaque, mas isso ainda é raro. Por exemplo, no ano passado, fui convidada para participar de um livro sobre mulheres negras em Curitiba. A jornalista que organizou o projeto é negra e quis reunir apenas outras jornalistas negras para escrever os perfis. Eu até brinquei com ela: *"Nem sabia que tinha tanta jornalista negra em Curitiba!"* Descobri que somos cerca de 10, pelo menos dentro do meu círculo de contatos. Achei maravilhoso saber disso, mas, ao mesmo tempo, me dei conta de como é pouco.

Você já viveu situações de preconceito durante sua formação acadêmica?

Cresci em uma família de pele muito clara, e acho que meus pais se entendem como brancos. Isso me fez demorar a me reconhecer como negra. Durante a faculdade, quando perguntei a um professor se deveria perder meu sotaque para trabalhar com rádio ou TV, ele respondeu: *"Óbvio, com esse sotaque feio."* Isso me marcou muito. Ainda hoje, em algumas instituições, há professores que incentivam alunos a alisar o cabelo ou mudar traços que fazem parte de quem eles são.

Essas situações reforçam um padrão que não deveria existir, especialmente porque impactam diretamente a autoestima dos estudantes e dos profissionais. Para as mulheres, ainda tem o peso de atender a um padrão de beleza específico: magra, maquiada, sempre pronta para ser vista. É algo que atravessa, afeta e molda as oportunidades profissionais.

Mesmo hoje, resolvida em muitos aspectos, ainda percebo esses atravessamentos. Como costumo dizer para minha psicóloga, são como monstrinhos que voltam de vez em quando. Esse é o peso de crescer sem uma referência clara, de não ter incentivo para explorar e valorizar a própria identidade racial desde cedo. É algo que, com certeza, impacta como enfrentamos essas questões na vida adulta.

Por mais que tenhamos avançado um pouco, como iniciativas de destaque para jornalistas negros em grandes mídias, ainda é muito pouco. Basta olhar a grade televisiva para perceber isso. Há muito espaço para melhorar, e acho que tudo começa com representatividade, debates e a valorização de todas as vozes dentro da área.

Eu não tive o suporte necessário, e isso impacta bastante. Como você falou antes, se tivéssemos passado por esse tipo de apoio mais cedo, teríamos nos munido melhor como adultos. Talvez não carregássemos tantas inseguranças e traumas. É uma pena que nossa geração, em muitos casos, não teve esse tipo de suporte. Talvez um apoio psicológico na infância fizesse diferença. Vejo que isso tem melhorado; hoje, muitos pais colocam os filhos em terapia bem mais cedo. Quero acreditar que estamos caminhando para uma mudança positiva nesse sentido.

Você percebeu iniciativas de inclusão e diversidade nas empresas em que trabalhou?”

Durante minha trajetória profissional, eu percebi poucas iniciativas voltadas para inclusão, tanto nas empresas onde trabalhei quanto externamente. Muitas vezes, eu mesma puxei essas conversas. Antes de entrar no sindicato, estava até pensando em fazer uma transição de carreira para a área de inclusão e diversidade. Pesquisei muito sobre o tema e cheguei a trazer amigos para palestras e apresentações sobre isso na empresa onde trabalhava. Mas não consigo lembrar de nenhum momento em que um chefe ou colega tenha sugerido esse tipo de conversa.

Como você consome mídia e que referências culturais busca?

Eu fui uma criança educada pela TV aberta. Até 2010, consumia tudo, desde programas até comerciais. Depois disso, com a chegada dos streamings, passei a assistir mais séries e filmes, sempre buscando produções com atores negros ou dirigidas por pessoas negras. É algo que faz parte do meu hábito, assim como livros de autores negros e histórias que tragam essas narrativas.

Sobre notícias, costumo acompanhar pelo celular. A GloboNews, por exemplo, fica ligada em casa, mas, no geral, consumo bastante pelos portais locais de Curitiba, já que trabalho num sindicato municipal.

Como você avalia a presença de profissionais negros na mídia?

Quanto a profissionais negros na mídia, vejo pouquíssimos. Por exemplo, no Jornal *Plural*, temos a Aline Reis, que é uma das poucas jornalistas negras que conheço aqui em Curitiba. Sobre conteúdos, o *Plural*, por ser liderado por alguém politizado, tem cuidado em evitar estereótipos. Já nas grandes mídias, como o G1, falta esse cuidado. É muito comum, por

exemplo, veicularem repetidamente vídeos de violência racial, como o do George Floyd ou de ofensas racistas, sem refletir sobre o impacto disso.

Outro ponto é a seleção de fontes. Muitas vezes, jornalistas brancos não têm a preocupação de trazer diversidade para as matérias. Por exemplo, ao buscar um engenheiro, escolhem o primeiro que aparece, geralmente um homem branco. Isso também reflete nos bancos de imagens. Quando sugeri a inclusão de famílias negras em uma campanha, uma colega me disse que era difícil encontrar fotos. Expliquei que bastava refinar a pesquisa, mas percebi que isso nem passava pela cabeça dela.

Você participa ou conhece redes e iniciativas voltadas para jornalistas negros? Qual a Importância delas?”

Eu conheço algumas redes e acompanho iniciativas voltadas para jornalistas negros, embora não lembre os nomes agora. Já participei de cursos organizados por essas instituições, como um sobre colorismo. Vejo essas redes como fundamentais para nos sentirmos pertencentes ao mercado. Elas trazem conteúdos direcionados e debates necessários, ajudando-nos a refletir sobre nosso papel e nos fortalecendo enquanto profissionais.

A importância dessas redes está exatamente em criar esse senso de pertencimento, algo que discutimos bastante aqui. Muitas vezes, nos questionamos: *"Será que sou uma boa profissional?"* Essas iniciativas mostram que sim, que pertencemos a esse mercado e que nossa presença é essencial para transformá-lo.

Na sua visão, o que poderia ser feito para aumentar a inclusão e a igualdade racial nas redações jornalísticas?

A primeira coisa que precisamos é contratar. Antes de mais nada, precisamos de diversidade. Contratar pessoas negras é o primeiro passo. Mas não basta contratar; é necessário garantir que essas pessoas se sintam pertencentes e incluídas no ambiente de trabalho.

Aí surge a questão: fazer uma palestra é suficiente? Não, não é. É preciso ir além, conversar diretamente com essas pessoas, perguntar a elas como elas poderiam se sentir mais incluídas e pertencentes naquele espaço. Essa troca é essencial, mas falta. Como eu mencionei antes, nunca tive essa conversa com colegas ou superiores.

Portanto, o primeiro passo é contratar. Não dá para falar em diversidade e inclusão sem trazer essas pessoas para o espaço. Precisamos nos esforçar para isso. Um exemplo que me marcou foi no início do atual governo do Lula, quando uma ministra disse que queria contratar

pessoas negras para sua equipe, mas não conhecia ninguém. É como se os profissionais negros não existissem, e isso não é verdade.

As pessoas negras estão aí, mas é preciso ir atrás delas. Se você está conduzindo um processo seletivo e só recebeu currículos de pessoas brancas, precisa se esforçar mais. Amplie o processo seletivo, revise os critérios, faça uma busca ativa. Capacitar a equipe de RH também é fundamental, porque, muitas vezes, é ali que se define o filtro inicial que pode excluir pessoas negras.

Depois de contratar, o segundo passo é acolher. Isso significa entender que cada pessoa traz vivências diferentes. Essa é a chave: reconhecer que esse funcionário ou funcionária negra parte de um lugar diferente do seu colega branco.

Posso falar disso porque passo por isso. Fui contratada como jornalista negra, e a empresa adorou poder dizer que tinha uma jornalista negra no quadro de funcionários. Mas senti que esperavam que eu me comportasse de uma forma específica, que não condiz com quem eu sou. Parece que existe uma projeção: esperam que todos os profissionais negros, especialmente mulheres negras, se comportem de determinada maneira, talvez até que se vitimizem. Quando isso não acontece, não sabem lidar com a situação.

Então, não é só contratar. É fundamental entender o que fazer com esse profissional quando ele não corresponde à projeção que você criou sobre ele. Isso é inclusão de verdade: acolher e compreender as diferenças, sem expectativas pré-concebidas.

APÊNDICE H - ENTREVISTA ÂMBAR

Entrevista com Âmbar

Data: 09 de janeiro de 2025

Horário: 15h30

Local: Online via Zoom

Tempo: 01h34

Conta um pouco sobre você e sobre sua trajetória até aqui...

Eu sou Âmbar, sou de uma cidade do interior do Paraná. Sou jornalista e historiador, também sou Doutor em Comunicação e estou em estágio pós-doutoral em história também. Eu nasci em uma cidade do Mato Grosso do Sul e fui criado na fronteira com Paraguai. Tenho essa ascendência Paraguaia também, assim o meu lugar de fala enquanto pessoa com a ascendência negra é o lugar de fala que tá muito ligado com a história do nosso país.

Isso me orgulha muito, tanto pelo lado paterno quanto pelo lado materno. Pelo lado paterno, eram nigerianos, negros mais altos, mais fortes, que foram deslocados para trabalhar na lavoura de café em São Paulo. Alguns foram para outras regiões, como o Nordeste, para cuidar de gado. Depois, muitos foram para a guerra, tornaram-se soldados e nunca mais voltaram ao Brasil, permanecendo na região da fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Meu lugar de fala vem dessa história, marcada pela própria história do país e pelos momentos históricos da construção de suas fronteiras. É algo que me traz muito orgulho, realmente muito. Minha mãe, mulher negra, casou com meu pai, que é um pouco mais claro do que ela, mas tem traços negros muito marcantes. Meu pai se tornou policial e se mudou para a fronteira do Brasil com o Paraguai, onde fui criado. Estudei em escolas públicas durante todo o ensino médio.

Comecei a trabalhar aos 14 anos em um lava-jato. Depois, passei a trabalhar com meu pai, que tinha montado um pequeno negócio familiar vendendo enxovais de casa em casa. Trabalhar era uma forma de ajudar em casa, mas também porque eu queria coisas para mim, como um tênis legal. Não queria pedir ao meu pai, porque sabia que, se ele gastasse comigo, isso impactaria nas finanças da família. Esse senso de responsabilidade era algo muito presente na nossa casa. Quando um programa do governo federal que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda, abriu a primeira turma, fiquei em dúvida entre cursar História ou Jornalismo, mas na minha

cidade não havia faculdade. Falei com meu pai que queria fazer faculdade, mencionei Jornalismo, e ele me disse: "Vai, a gente dá um jeito." Ele sempre teve essa atitude de apoiar, mesmo sem saber como faria. Acabei optando por Jornalismo e passei. Tinha nota para entrar tanto pela cota para negros quanto pela lista geral, mas optei pela cota. Eu tinha apenas 17 para 18 anos e havia escapado do serviço militar, porque não queria de jeito nenhum seguir no Exército. Comecei a estudar em outra cidade, mas no início viajava de ônibus diariamente. Rapidamente percebi que isso estava sacrificando muito meus pais, então consegui um estágio na universidade, o que ajudou a aliviar a situação.

Escolhi o Jornalismo porque, desde a escola, já me interessava pela área. Eu participava do jornal da escola, que um colega meu começou. O pai dele era dono de um despachante, e eles usavam a máquina de xerox do despachante para fazer jornais em papel A4 dobrado. Ele me convidou para ser redator, e assim começou minha experiência com o jornal.

A gente escrevia sobre temas polêmicos, e isso gerava problemas. Lembro que uma vez escrevi sobre a comida da escola, que vinha com caruncho. Eu tirava foto com o celular (na época, com câmera VGA), enviava para o colega, e ele diagramava no Word. Depois, imprimíamos cerca de 50 exemplares, colocávamos alguns nos murais e distribuíamos o restante para os colegas. Incentivávamos as pessoas a passarem o jornal adiante para que mais gente lesse.

O jornal abordava principalmente temas relacionados à escola e ao que acontecia ao redor. Uma matéria que gerou bastante repercussão foi sobre a faixa de pedestres em frente à escola, onde os motoristas não paravam. Cheguei mais cedo um dia e fotografei os carros que não respeitavam a faixa. Fizemos uma página inteira com as fotos e placas dos veículos, incluindo carros da prefeitura. Isso gerou tumulto, e a direção da escola nos proibiu de fazer o jornal por duas semanas. A diretora, dona Leni, que era muito rígida, sempre chamava a gente para conversar.

Mesmo assim, continuamos o projeto por fora. Usávamos a distribuidora do meu colega para imprimir e distribuir o jornal clandestinamente. Esse período me mostrou a importância de abordar questões relevantes e lutar pela liberdade de expressão, mesmo em ambientes adversos. Eu me mudei para a cidade para cursar Jornalismo e logo percebi que não dava para continuar viajando diariamente. Consegui um estágio na universidade, no Centro Universitário da Grande Dourados, onde estava na primeira turma do curso de Jornalismo. Porém, no sexto mês do estágio, acabei perdendo essa oportunidade, o que me deixou em uma situação difícil, porque minha bolsa era dividida: metade pelo programa do governo federal e

metade pelo estágio. Meu aluguel ainda era parcialmente pago pelos meus pais, que me ajudavam como podiam.

Nesse período, um senhor que vamos chamar de Índigo que foi muito importante na minha trajetória, arrumou um emprego para mim em uma rádio. Tirei a DRT provisória, que era válida por três anos ou até a conclusão do curso de Jornalismo, e comecei a trabalhar na rádio. Aos 19 para 20 anos, me destaquei e ganhei meu primeiro prêmio de Jornalismo. A partir daí, não parei mais.

Dos seis colegas que ingressaram comigo pelo sistema de cotas raciais, incluindo negros e indígenas, apenas eu e uma colega negra conseguimos concluir o curso. Para os outros, a rotina e as dificuldades financeiras tornaram impossível a continuidade. O senhor Índigo foi um mentor nesse período. Apesar de ele não ter dado continuidade à faculdade, por já trabalhar há 30 anos no jornalismo e sentir que a rotina acadêmica não era para ele, ele me apoiou muito. Ele conseguiu o emprego na rádio, o que estabilizou minha situação, permitindo que eu pagasse a parte da mensalidade que faltava, meu aluguel e outros custos.

Por mais dois anos, continuei trabalhando na rádio. No último ano de faculdade, saí da rádio e entrei como estagiário na prefeitura, desempenhando atividades semelhantes às da rádio. Depois, fui colocado em um cargo de confiança e permaneci por mais um ano e meio. Quando o prefeito concluiu o mandato e se tornou deputado estadual, ele me convidou para continuar trabalhando com ele, e aceitei.

Durante esse período, já havia concluído minha graduação e uma especialização em Letras. Então, decidi fazer um mestrado. Como não havia curso de mestrado no meu estado, precisei buscar em São Paulo, optando pelo local mais próximo. Combinei com o deputado que ele me liberaria às quintas e sextas, e, em troca, trabalharia com ele nos finais de semana, que era quando mais precisava de apoio em agendas no interior. Foi assim que consegui conciliar o trabalho com o mestrado, mesmo sacrificando meus finais de semana, exceto quando não havia agenda ou quando chovia.

Durante esses dois anos, viajei semanalmente para São Paulo de ônibus. Já estava morando com minha companheira, que também era jornalista e colega de turma. Conseguimos uma casa por meio de um programa social, e dividíamos nossas responsabilidades. As viagens eram exaustivas. De madrugada, a polícia paulista frequentemente parava o ônibus, e eu era revistado. Eram sempre os mesmos policiais, já me conheciam e sabiam que eu era estudante, mas mesmo assim faziam questão de me revistar todos os dias. Isso acontecia no mesmo horário, por volta de 2h20 da madrugada. Era uma situação tensa, especialmente quando mexiam nos meus pertences, como o computador. Apesar disso, eu seguia adiante.

Em São Paulo, eu ficava em um hotel barato perto da faculdade. Era o que dava para pagar, mesmo sendo um lugar precário. Dormia lá por uma noite e retornava no dia seguinte. No último ano do mestrado, meu orientador decidiu morar na Suíça e me deixou sem suporte, o que atrasou minha formação em seis meses. Ele me avisou de repente, pouco antes de viajar, e eu precisei me reorganizar para concluir a dissertação sem o apoio necessário.

Como foi a sua experiência na graduação? Havia espaço para debates raciais na faculdade? Como era o ambiente em sala de aula?

Durante a graduação, as condições do curso não eram ideais, especialmente por ser a primeira turma. A estrutura foi aberta no susto, e, em alguns momentos, tivemos aulas de rádio em uma sala improvisada, revestida com caixas de ovo. Quando percebemos essa precariedade, nos revoltamos, pegamos uma caixa de som e fizemos um programa ao vivo em frente à faculdade, denunciando a situação. A reitora chegou a nos receber algumas vezes, mas sempre com paciência limitada, dizendo: "Vocês de novo?"

Sobre os debates raciais, havia espaço, especialmente no início, porque o primeiro coordenador do curso era um professor que tinha trabalhado no *Pasquim* durante a ditadura e tinha uma mente muito aberta para discussões desse tipo. Já em sala de aula, o ambiente era misto. Alguns colegas faziam brincadeiras provocativas, como dizer que estavam pagando FIES enquanto eu tinha meia bolsa pelo programa de bolsas do governo. Eu respondia no mesmo tom, lembrando que, se estavam ali, era graças às terras conquistadas pelo esforço dos meus ancestrais, que lutaram desde a época da Guerra do Paraguai. A zoeira era constante, mas eu sempre rebatia com humor e um toque de verdade.

Como foi sua experiência no jornal laboratório da faculdade? Vocês conseguiam tratar de questões sociais e raciais nesse espaço?

Tivemos uma edição especial sobre o Dia da Consciência Negra, em que destacamos histórias e questões raciais locais, como registros históricos de escravidão. Fazíamos matérias que mexiam com temas sociais, ambientais e acadêmicos. Muitas vezes, éramos acusados de "ser do PT" por trazermos essas pautas, mas o jornal era nosso, e assumíamos a responsabilidade pelo conteúdo.

Já no jornal laboratório da faculdade, o tom era mais leve, pois sabia que tinha limites devido à supervisão dos professores. Embora os editores fossem alunos, algumas pautas mais delicadas precisavam de cuidado para evitar censura, especialmente porque o coordenador era

bastante medroso. Mesmo assim, conseguíamos inserir debates sociais e raciais quando possível.

Tínhamos um envolvimento direto com a questão indígena, muito presente em Dourados. Visitávamos aldeias para produzir matérias, muitas vezes com colegas ou contatos locais nos acompanhando. Uma vez, uma amiga indígena nos guiou para não nos perdermos. Esse contato direto com a cultura e os problemas das aldeias, como a falta de água, nos ajudava a criar pautas que iam além da superfície, conectando o jornalismo à realidade social e histórica da região.

Como foi sua entrada no jornalismo e o que você observou sobre representatividade nas pautas?

Na região de Dourados, os casamentos interraciais eram bastante comuns, algo naturalizado na dinâmica local. No entanto, sabíamos que a elite da cidade era majoritariamente branca, com as pessoas no poder sendo, em sua maioria, brancas. Isso ficava evidente quando comparávamos as fontes que entrevistávamos. Quando comecei a trabalhar na redação, no final do primeiro ano de faculdade, percebi essa diferença.

As pautas de rua geralmente envolviam pessoas afrodescendentes, indígenas ou de ascendência paraguaia, refletindo a composição cultural da cidade. Por outro lado, quando era necessário entrevistar juízes, promotores ou políticos, dificilmente encontrávamos pessoas negras, porque, infelizmente, esses espaços ainda eram inacessíveis para elas.

Havia algumas exceções. Lembro de um político, que era deputado federal pela cidade. Ele era literalmente grandão, com mais de dois metros de altura, um homem negro e muito carismático. Tive a oportunidade de trabalhar com ele depois que saí da redação. Mas, ao mesmo tempo, em pautas políticas, muitas vezes entrevistávamos figuras como Geraldo Resende, um político branco, de uma família tradicional da cidade e formado em medicina.

Essa dinâmica não era algo que eu escolhesse deliberadamente, como decidir entrevistar alguém por sua etnia. Era simplesmente um reflexo natural da realidade da cidade e das diferenças de acesso e representatividade nos espaços de poder.

Como foi sua experiência no estágio?

Quando fui aceito no estágio, as pessoas já sabiam que eu era um aluno mais combativo. Eu fazia bem qualquer tarefa que me passassem, mas não ficava quieto diante de injustiças. Foi tranquilo nesse sentido. Tanto que, na rádio, comecei como estagiário e, em três

meses, me deram a DRT provisória e disseram: "Você não vai ser estagiário, vai ser jornalista, nossa repórter de rua." Foi assim que comecei.

Lembro da minha primeira entrevista como se fosse ontem. Estava muito nervoso, tremendo. Tive que entrevistar o governador, que estava na cidade para entregar uma obra no Corpo de Bombeiros. Fui escalado para entrar ao vivo no programa mais ouvido da rádio. Perguntei se podia fazer perguntas além da obra e disseram que sim. Então, decidi perguntar.

Quando o governador chegou, todo simpático, abraçando os jornalistas, comecei com a pergunta protocolar: "Governador, essa obra é muito importante para a cidade. Quantos milhões foram investidos?" Ele respondeu. Em seguida, perguntei sobre outra questão que estava em pauta na cidade: "Governador, gostaria de saber como ficou a questão das aldeias indígenas na rodovia estadual que passa pelo meio da aldeia. Houve reclamações e até bloqueio da estrada pedindo redutores de velocidade. O que foi decidido?" O governador me olhou surpreso, claramente sem esperar essa pergunta, mas respondeu. No final, ele comentou: "Jornalista preparado, hein!" E eu retruquei: "Homem preparado, né, governador?" Foi uma experiência marcante.

Depois, comecei a ser reconhecido na cidade, especialmente por minha abordagem direta e pelo tipo de perguntas que fazia. Quando entrei para trabalhar na prefeitura, fiz um acordo ético com meu editor: não cobriria pautas relacionadas ao governo municipal, pois prestava serviços lá. Quando surgiam matérias da prefeitura, eu as encaminhava para outros colegas. Sempre respeitei o código de ética, mantendo um trabalho justo e transparente.

Mais tarde, fui para o mestrado numa universidade em São Paulo, mesmo sem bolsa. Meu trabalho de mestrado foi sobre a região de fronteira, analisando como a mídia constrói narrativas em torno de certos temas específicos. Apesar dos desafios financeiros e da distância, foi uma experiência enriquecedora que consolidou meu interesse por questões sociais e jornalísticas.

Trabalhar e estudar ao mesmo tempo foi o grande diferencial na minha trajetória. Geralmente, quem consegue bolsa no mestrado tem mais tempo para se preparar para a prova, mas eu não tinha essa oportunidade. Felizmente, muitas das leituras que precisei para o mestrado já faziam parte do meu repertório da faculdade. Quando fiz a seleção, consegui ficar em 13º lugar entre 20 vagas, mas sem chance de disputar bolsa.

Após concluir o mestrado, voltei para minha cidade e fui convidado a dar aulas na universidade onde me formei. Fiquei um ano nessa função, mas decidi que precisava fazer doutorado. Hoje percebo que deveria ter escolhido uma área diferente, como História, que teria ampliado meu campo de atuação. Comunicação é muito restrita em termos acadêmicos.

Nessa época, já tinha uma empresa de assessoria de imprensa com um colega. Atendíamos sindicatos, produtores rurais e eventos diversos. Quando decidi fazer o doutorado, passei a empresa para ele e usei o dinheiro que havia juntado para pagar o curso em uma universidade privada sem bolsa. Durante esse período, passei em um concurso temporário em uma universidade estadual no Paraná, e o salário foi essencial para financiar o doutorado. Minha meta era concluí-lo em dois anos para reduzir os custos e aumentar minhas oportunidades de trabalho.

Nesse meio tempo, minha companheira foi aprovada no mestrado em uma universidade em outra cidade do Paraná. Durante uma visita a um professor amigo dela, conheci o professor que vamos chamar de Jasper, que se interessou pela minha trajetória. Em poucos dias, ele me convidou para coordenar um curso de Jornalismo em uma faculdade particular. Aceitei e me mudei para lá, conciliando as aulas com o doutorado, que exigia viagens frequentes para São Paulo. Foi um período intenso, mas consegui completar o doutorado no prazo planejado.

Após o doutorado, minha companheira terminou o mestrado e decidiu voltar para Dourados, onde foi aprovada em um concurso público. Conversamos muito, mas não consegui me imaginar retornando à cidade. Sabia que ela consideraria abandonar tudo para ficar comigo, mas eu não queria que ela sacrificasse seu futuro. Decidi terminar o relacionamento, apesar de ainda gostar muito dela. Foi uma decisão difícil, mas senti que era o certo a fazer.

Durante meu doutorado, me tornei o primeiro coordenador de curso negro no Paraná, e acredito que um dos poucos da época. Era um emprego bom, mas havia atrasos salariais ocasionais. Em 2015, conheci minha esposa pela internet. Começamos a namorar e, posteriormente, nos casamos. Já estava estabilizado e continuei na faculdade onde trabalhava, permanecendo por quase 10 anos. Quando saí, alguém comentou: "Agora saiu o único professor negro que tínhamos, acabou de novo." Essa frase resume bem a realidade.

Como foi sua atuação como professor e coordenador em relação às pautas raciais e sociais?

Durante minha trajetória como professor e coordenador, sempre busquei ampliar os espaços para discussões raciais e sociais. Como negro, percebia que minha presença nas semanas da Consciência Negra era significativa. Os alunos ouviam histórias que eu contava, como as revistas que já enfrentei, e se impactavam. Muitos deles nunca haviam vivenciado algo assim.

Como era o perfil dos alunos na instituição em que você trabalhou e como isso impactava sua prática docente?

A faculdade onde trabalhei atendia majoritariamente alunos que trabalhavam o dia inteiro e estudavam à noite. Não era raro ver alunos dormindo em sala, e eu nunca os acordava, pois sabia que estavam exaustos. Um desses alunos, inclusive, hoje é apresentador na Globo. Ele dormia em algumas aulas, mas conseguiu se destacar e alcançar seu espaço.

A faculdade tinha uma tradição de realizar eventos durante a Semana da Consciência Negra, mesmo antes da obrigatoriedade legal. Por conta disso, promovíamos palestras, apresentações culturais e atividades sobre a temática afro-brasileira. Eu incentivava os alunos a participarem, incluindo as pautas dessas semanas nas matérias que deveriam cobrir. Essa vivência era transformadora para muitos. Lembro de um aluno que me contou que, após assistir a uma palestra sobre religiões de matriz africana, decidiu se aprofundar e se tornou umbandista.

Havia resistência em alguns setores, especialmente em cursos como Direito e Administração, onde alguns docentes argumentavam contra a relevância da Semana da Consciência Negra. Muitas vezes era necessário desconstruir essas ideias, explicando a importância histórica e social dessas discussões. Com o tempo, a polarização política trouxe à tona posições mais radicais, com alguns professores alinhados ao bolsonarismo deixando a instituição.

Apesar dessas dificuldades, a faculdade era excelente em termos de ensino e nas iniciativas de inclusão e diversidade, mesmo com problemas administrativos. Minha experiência lá me permitiu construir um ambiente em que alunos e professores podiam vivenciar debates fundamentais para a formação cidadã, ampliando perspectivas e valorizando a pluralidade cultural.

Saí da faculdade no início deste ano e investi o dinheiro do acerto em estudar para concursos. Recentemente, passei no concurso para assessoria de imprensa de uma universidade do Paraná. Já entreguei os documentos e estou aguardando a chamada para começar a trabalhar. Optei por usar o sistema de cotas, mesmo sabendo que era uma vaga só, e passei em segundo lugar. No final, fui chamado como vaga de cota. Questionando o motivo, soube que estavam planejando chamar mais aprovados posteriormente. Apesar disso, considero importante utilizar as cotas como uma forma mínima de reparação histórica.

Minhas expectativas para esse novo emprego são altas. Sei que existem outros profissionais negros na equipe, o que já é um diferencial em um estado como o Paraná, onde a

população negra é significativamente invisibilizada. Minha experiência na redação e como professor me ajuda a entender a importância de ocupar esses espaços e lutar por inclusão.

Sempre defendi a representatividade e a importância de políticas de inclusão. Durante minha trajetória, mantive um site como hobby para abordar temas relacionados à Segunda Guerra Mundial e questões históricas do Brasil. Esse site já me gerou atritos, como quando critiquei gastos absurdos com uniformes históricos errados no Exército, mas é algo que faço por acreditar na necessidade de apontar essas falhas.

Venho de uma realidade em que trabalhar sempre foi essencial. Desde cedo, carpia terrenos com meu primo ou trabalhava em lava-jatos para ajudar a complementar a renda. Essas experiências moldaram minha perspectiva de que títulos acadêmicos são importantes para a sociedade, mas não definem o valor de uma pessoa. Mesmo assim, sinto orgulho da trajetória dos meus antepassados e da luta que me permitiu chegar aqui.

Você percebe movimentos antirracistas dentro da universidade? Como eles se manifestam?

A luta por inclusão no mercado de trabalho e na academia é constante. No Paraná, onde a população negra é muitas vezes invisibilizada, os espaços são ocupados majoritariamente por pessoas brancas. Quando há vagas únicas, geralmente não há cotas, o que perpetua desigualdades. Já defendi que candidatos a concursos públicos, especialmente em cargos temporários, deveriam se afastar do cargo atual para evitar privilégios e conflitos de interesse, mas sei que essas mudanças são difíceis de implementar.

Na universidade em que faço parte, percebo que há militância antirracista, mesmo que a maioria dos envolvidos não tenha ascendência negra. Isso é valioso, pois reconhecem a importância da representatividade e da fala de pessoas negras sobre suas experiências e lutas. Tive a oportunidade de compartilhar minha história com turmas da universidade, relatando a resistência histórica e os desafios que enfrentamos para ocupar espaços.

Em uma dessas ocasiões, dois alunos negros comentaram: "É a primeira vez que vejo alguém negro com doutorado falando assim." Essas falas reforçam a importância de continuar lutando para abrir caminhos. Nossa história é recente em termos de liberdade e direitos plenos, mas estamos aqui, ocupando espaços e construindo um futuro mais inclusivo.

Você sente alguma pressão extra, por ser uma pessoa negra, em sua vida pessoal ou profissional?

Nós, pessoas negras, muitas vezes sentimos uma pressão interna para nos destacar em tudo que fazemos. Não é necessariamente uma pressão social direta, mas uma cobrança nossa, como se precisássemos constantemente provar que somos capazes, até melhores do que esperam de nós. É algo que fazemos quase de forma inconsciente, uma forma de afirmar nosso valor e mostrar que conseguimos.

Sempre tento lidar com isso de maneira equilibrada e também passar essa mensagem aos meus alunos. Costumava dizer a eles que, ao alcançar seus objetivos, não deveriam pensar que o sucesso foi apenas "sorte" ou "ajuda". Seja qual for o caminho que trilharam — com auxílio do Estado, como o ProUni, ou por outras vias —, o mérito é deles. Chegar até ali é uma conquista enorme, e eles não deveriam minimizar isso.

Muitas vezes, eles diziam coisas como: "Ah, todo mundo consegue." E eu sempre os corrigia: "Não, não é todo mundo. Você conseguiu, e isso te coloca acima da média." A maioria das pessoas não termina a faculdade, e menos ainda seguem além da graduação. Sempre enfatizei que, embora devêssemos nos esforçar e nos destacar, não podemos esquecer nossas origens nem o privilégio que é ocupar esses espaços. Acredito que, ao alcançar esses lugares, temos a responsabilidade de usá-los para dar visibilidade à nossa luta. Não podemos nos acomodar ou aceitar a narrativa de que "é assim mesmo." Estar lá, ocupar e resistir já é uma forma de transformar a realidade. Mostrar que chegamos, que somos capazes e que estamos prontos para lutar por igualdade é fundamental para abrir caminhos para outros que virão.

Você percebe uma sub-representação de jornalistas negros em posições de destaque nas redações onde trabalhou?

A sub-representação de jornalistas negros é uma realidade evidente, tanto no jornalismo local quanto nacional. Dependendo da região, isso se manifesta de formas diferentes. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, há uma presença maior de profissionais negros, mas muitos não se assumem como tal, preferindo se identificar como "moreno". Isso acontece porque o preconceito no Brasil está mais relacionado à cor da pele do que à ascendência. Meu cartão de visita é minha pele. Quando chego em um lugar, ninguém pergunta se sou doutor ou pesquisador. O que enxergam primeiro é minha cor.

No Paraná, especialmente em algumas regiões, a presença de negros é ainda menor. Em noticiários locais, profissionais negros costumam vir de outras cidades. No entanto, em lugares como Salvador ou Rio de Janeiro, onde a população negra é predominante, é mais comum ver repórteres negros, pois é preciso falar com o público de forma representativa.

Quando trabalhei no mercado de jornalismo, percebia que espaços de destaque eram atingidos muito mais rapidamente por pessoas não negras. Pessoas negras precisavam se esforçar mais para alcançar os mesmos lugares. Na minha área de pesquisa, sobre a Segunda Guerra Mundial, os pesquisadores mais conhecidos eram todos brancos. Consegui algum espaço ao me aproximar dessas referências, aprendendo com eles e aumentando minha representatividade.

Já participei de um documentário como fonte, falando sobre o papel da mídia. Provavelmente fui o único negro entrevistado, o que mostra como esses espaços ainda são raros para nós. Esse convite aconteceu porque o diretor tinha um olhar social consciente, caso contrário, provavelmente não teria acontecido.

Dentro dos espaços profissionais, estratégias de resistência costumam ser espontâneas. No sindicato dos jornalistas do meu estado, onde atuei como secretário, a presidência era sempre ocupada por brancos. Ainda assim, promovíamos iniciativas em defesa de políticas públicas para pessoas negras e outros grupos sub-representados. Porém, em sindicatos e ambientes maiores, como Curitiba, a resistência muitas vezes esbarra em quem está no poder, que nem sempre compartilha dessas lutas.

Como você vê a questão da representatividade negra?

A representatividade negra na mídia é crucial, mas depende de quem toma as decisões. Se os donos dos veículos de comunicação não enxergarem valor nisso, pouco pode ser feito. Jornalistas em posições subalternas enfrentam um dilema constante: entre "pagar o boleto" e resistir, muitas vezes a sobrevivência fala mais alto.

A luta por inclusão não é fácil. Dependemos de iniciativas públicas fortes para abrir mais espaços, como TVs públicas com programações realmente representativas. No entanto, o que vemos é o desinvestimento nesse setor. Mesmo assim, a programação atual de canais como a TV Brasil, que tem alcançado maior diversidade, é um avanço, embora o público ainda seja limitado.

A batalha pela representatividade não pode ser abandonada. Precisamos continuar, mesmo diante das barreiras impostas por patrocinadores, donos de veículos e preconceitos estruturais. Nossa presença e luta são fundamentais para transformar o cenário e abrir caminhos para as próximas gerações.

As leis que promovem a inclusão racial nas mídias públicas já existem, mas cumpri-las ainda é um desafio, especialmente em redações privadas. O ideal seria termos a mesma proporção de mão de obra negra disponível e absorvida pelo mercado, como acontece com

profissionais não negros. Mas a realidade é outra. Em muitas redações particulares, especialmente no Sul do Brasil, a preferência recai sobre profissionais brancos. Em estados como a Bahia, onde a maioria da população é negra, é mais comum vermos apresentadores negros, mas no restante do país, essa representatividade é escassa.

Aqui na cidade onde moro, o diretor-chefe de um tradicional jornal, é alguém que tem ascendência negra, mas não sei se ele se assume como negro. O sobrinho dele, que foi meu aluno em São Paulo, se assume. Talvez não veja razões para se posicionar, dado seu longo tempo na função, mas isso reflete como, mesmo em posições de liderança, a identidade racial muitas vezes é suprimida para se adequar a padrões históricos de poder e aceitação.

Na formação acadêmica, percebo que as universidades têm avançado no debate sobre diversidade racial. Como avaliador de PPCs (Projetos Pedagógicos de Curso), vejo que essas diretrizes estão bem construídas no papel. Porém, como o mercado reage a esses avanços é outra questão. Por exemplo, com o crescimento da inteligência artificial, imagino um futuro onde o público poderá escolher quem quer ver apresentando um telejornal, até mesmo personagens fictícios ou criados digitalmente. Nesse cenário, questões de representatividade podem se tornar ainda mais complicadas.

Se nada for feito, e se o país continuar flertando com políticas de extrema-direita, esses debates raciais e éticos correm o risco de desaparecer completamente. Nos Estados Unidos, nas décadas de 1980 e 1990, vimos algo semelhante: o aumento do poder de compra da população negra fez com que muitos se percebessem como pertencentes a uma classe mais alta, mas sem abandonar os padrões de aceitação da elite branca. Esse comportamento dilui a luta racial, transformando-a em uma questão de classe, ignorando as barreiras históricas impostas pela cor da pele.

Esse fenômeno é um reflexo do capitalismo, que frequentemente associa valor às pessoas com base em sua capacidade de consumo, e não em suas identidades. O desafio, portanto, é garantir que, independentemente dessas pressões econômicas e culturais, as discussões sobre inclusão e representatividade continuem vivas, tanto no jornalismo quanto em outras áreas.

Mesmo que meu DNA indique maior ascendência indígena, não tenho documentos ou vivências que me coloquem como parte de uma aldeia ou comunidade indígena. Assim, minha identidade é negra, e faço questão de reafirmá-la. Essa luta pela aceitação e pela valorização de nossas origens é constante, tanto internamente quanto em relação à sociedade.

APÊNDICE I - ENTREVISTA RUBRO

Entrevista com Rubro

Data: 07 de janeiro de 2025

Horário: 10h

Local: Online via Zoom

Tempo: 01h00

Então, o senhor já trabalhava como jornalista na Guiné? Quanto tempo atuou lá antes de vir para o Brasil?

Trabalhei por três anos como jornalista efetivo. No total, foram cinco anos, mas os dois primeiros anos foram mais como colaborador e estagiário. Depois, atuei por três anos antes de vir ao Brasil para obter o diploma de nível superior. Lá, muitos jornalistas eram de carreira, mas sem formação em nível superior. Tínhamos apenas um que era formado.

Na época, fazíamos formações pontuais, que duravam um ou dois meses. Às vezes, viajávamos para Portugal, Cuba ou Alemanha Oriental para fazer cursos. Eu tinha a opção de ir ao Instituto Internacional de Jornalismo no Cairo, no Egito, para um curso intensivo de dois anos. No entanto, optei por vir ao Brasil e fazer um curso completo, o bacharelado de quatro anos. Pedi licença e vim para cá. Concluí minha formação e, depois, voltei para a Guiné, onde trabalhei um pouco mais.

Quando retornei, atuei tanto na rádio oficial quanto no jornal oficial. Pode parecer estranho para um brasileiro, mas na época a mídia na Guiné era estatal. Com o tempo, surgiram alguns jornais privados. Eu trabalhava pela manhã na rádio e, à tarde, colaborava no jornal oficial. Depois, quando surgiu o primeiro jornal privado, como editor associado.

Quando começou o curso de jornalismo aqui no Brasil, em Santa Catarina, como foi sua visão inicial da área? Foi diferente do que esperava?

Com certeza. Foi como se eu saísse de um quarto fechado e entrasse em uma casa com várias dependências, muitos cômodos e horizontes. Antes, a prática do jornalismo era algo mais técnico, quase como oficinas: como dirigir uma notícia, como apresentar, como fazer uma pergunta. Já no curso, havia debates filosóficos, sociológicos, antropológicos sobre a comunicação e o papel do jornalista na sociedade. Isso foi muito importante e valeu a pena.

O senhor veio para o sul do Brasil, uma região majoritariamente branca. Sentiu algum impacto cultural ou discriminação no curso?

Respondendo por partes, o Brasil não era estranho para mim antes de vir. Já tínhamos muitas informações sobre o país desde o colégio. Na disciplina de Geografia, por exemplo, estudávamos o continente americano, dedicando três meses apenas ao Brasil. Além disso, convivia com padres e freiras brasileiros na Guiné, que me falavam sobre o Brasil, especialmente sobre a qualidade do jornalismo.

Minha opção pelo Brasil foi influenciada por esses padres, especialmente um do Paraná, que destacou a qualidade do curso e me preparou para o que eu enfrentaria aqui, como a predominância de alunos brancos no sul. No consulado, também recebemos informações sobre a cultura brasileira.

Quando cheguei, sabia que enfrentaria situações diferentes das do Nordeste ou de outras regiões, onde alguns colegas meus foram estudar. Uma colega, por exemplo, foi para Santa Maria, no Rio Grande do Sul, mas só conseguiu ficar um semestre. Ela não suportou os olhares, as piadas e a discriminação. Pediu transferência para o Rio de Janeiro, onde se sentiu mais incluída.

Eu também senti essas situações, mas já tinha tido experiências de convivência com preconceito. Mesmo assim, claro, há um impacto. Quando você vivencia algo, é diferente de apenas ouvir sobre isso. No início, achava que era só falta de educação das pessoas, mas com o tempo, entendi que era racismo. Percebi que tinha três opções: ignorar, processar ou tentar uma abordagem pedagógica, dependendo do contexto.

Era difícil lidar com isso? Como o senhor reagia?

Era complicado, principalmente nos anos 80. A ausência de pessoas como eu na sala de aula era marcante. Durante todo o curso, fui o único negro. Apenas no último semestre, chegou um aluno negro do Rio de Janeiro, mas ele infelizmente faleceu logo depois. Hoje em dia, quando volto ao curso, vejo mais pessoas negras, em parte por causa das cotas, que ajudaram a mudar essa realidade. E os dados mostram que quem entra pelas cotas muitas vezes tem um desempenho acadêmico até melhor do que os demais.

Minha própria filha estudou na mesma universidade, entrou pelo processo seletivo geral e se formou lá. Hoje, trabalha em São Paulo e percebe o quanto o cenário mudou desde 1988.

E os professores? Havia diversidade entre eles?

Tive um único professor negro, de Sociologia, que vinha do departamento de Ciências Sociais. O restante eram todos brancos. No geral, me senti bem acolhido, mas houve situações pontuais de discriminação. Por exemplo, uma vez fiz um trabalho sobre o Plano Cruzado com um colega. Ele recebeu nota "A", e eu, "B". Quando perguntei à professora o motivo, ela disse que eu "não teria condições de saber aquelas coisas". Expliquei que fui eu quem conseguiu o material e digitei o trabalho, enquanto meu colega apenas levou o que eu preparei. A professora não quis mudar a nota, mas admitiu que fui essencial no projeto.

Esse tipo de atitude era frustrante, mas no geral, me senti bem com os professores e funcionários. A discriminação não era a regra, mas os episódios marcavam.

Na sua visão, houve mudanças desde aquela época?

Sim, houve muitas mudanças, especialmente devido ao engajamento dos movimentos negros e à postura mais firme de pessoas negras que não aceitam mais calar ou deixar passar. Ainda há muito a ser feito, mas comparado aos anos 80, há avanços. Naquela época, se você fosse denunciar algo, muitas vezes diziam: "Melhor deixar pra lá." Hoje, há mais abertura para essas questões, embora ainda seja um caminho longo.

Você acha que havia espaço para discussões sobre temas raciais dentro do curso, especialmente voltados para a carreira?

Não, essa discussão praticamente não existia. A questão racial era muito residual, mesmo na disciplina de Sociologia, que era ministrada por um professor negro. Não lembro de debates específicos sobre temáticas raciais. O que se discutia era algo mais genérico, como desigualdade social, favelas e pobreza no Brasil, mas sem abordar diretamente negros, indígenas ou grupos fenotipicamente específicos. Não havia um ambiente para esse tipo de debate.

Durante o curso, você chegou a estagiar ou trabalhar na área?

Sim. Meu estágio era, na prática, um emprego. Comecei a trabalhar em um jornal em 1989, um ano após iniciar o curso, e fiquei lá até me formar. Depois, passei três meses na Guiné, voltei ao Brasil e continuei colaborando com o mesmo jornal. Inicialmente, eu trabalhava como colaboradora eventual, sem horários fixos. Fazia artigos sobre temas variados, como religiões

de matriz africana. Apesar de não ser especialista, pesquisava bastante para escrever esses textos, atendendo ao interesse do jornal.

Você assinava como jornalista nesse período? Como foi o processo com o sindicato?

No início, não assinava como jornalista responsável porque não tinha registro no sindicato. Depois, o padre que dirigia o jornal me colocou como responsável, e comecei a assinar. No entanto, fui coagida a parar, porque, além de não ter o registro, havia a exigência de diploma na época. Isso ocorreu antes e depois de me formar. Até o Supremo derrubar a obrigatoriedade do diploma, eram necessários tanto o diploma quanto o registro para exercer a profissão.

Apesar disso, continuei na prática como jornalista responsável, coordenando todo o processo jornalístico. O padre cuidava da parte burocrática e eu ficava com as pautas, entrevistas, estrutura e layout do jornal. A publicação era distribuída no Brasil inteiro e em países como Guiné-Bissau, Itália, Portugal e Camarões, onde havia missionários.

Depois de me formar e voltar para a Guiné, passei a ser apenas colaborador do jornal por um ou dois anos. Mais tarde, o jornal foi transferido para São Paulo e deixou de existir. Durante o período em que atuei, o núcleo era pequeno: eu, o padre, uma pessoa responsável pela parte burocrática e colaboradores que enviavam artigos de várias partes do Brasil e do exterior. Organizávamos esses textos, além de produzir nossas próprias entrevistas e trabalhos específicos.

Após essa fase, passei a atuar como professor. Saí quase por completo do jornalismo. Em 1993 e 1994, voltei para a Guiné, onde trabalhei como professor em um colégio da diocese – já que não havia universidades no país naquela época – e também em um jornal, um nome originado do grito de guerra da luta de libertação. Fazia tudo isso para complementar a renda.

Mais tarde, retornei ao Brasil e decidi fazer um mestrado em Sociologia. Escolhi essa área porque, ao trabalhar com reportagens investigativas, percebia que me faltavam ferramentas técnicas de pesquisa. Sociologia é uma área de excelência para questões sociais, então segui por esse caminho.

E depois do mestrado, você continuou no jornalismo ou seguiu outra carreira?

Por conta de impedimentos para exercer a profissão no jornalismo, comecei a trabalhar como professor em uma universidade, no curso de Comunicação Social, e também no curso de Psicologia. Permaneci lá por 20 anos.

Durante esse tempo na Unisul, você percebeu uma inserção maior de discussões sobre temas raciais no âmbito acadêmico?

Sim, essas discussões se tornaram mais frequentes. A universidade que fiz parte não é uma universidade centenária, é mais recente, com cerca de 70 anos. Muitos dos cursos foram implantados nas últimas décadas, incluindo o de Jornalismo. Quando decidiram expandir para a Grande Florianópolis, criaram um campus próximo, que incluía o curso de Comunicação.

Os criadores desse curso tinham, em sua maioria, uma formação de esquerda e estavam engajados em questões sociais e no combate à discriminação e ao racismo. Esses assuntos eram muito debatidos, com palestras e eventos recorrentes. No curso, eu era um dos dois únicos professores negros. O outro era coordenador dos cursos de Psicologia e Publicidade. As questões raciais eram amplamente discutidas, e disciplinas como Sociologia abordavam esses temas com profundidade.

Talvez você já tenha ouvido falar de José Sardenberg, uma figura muito conhecida no jornalismo aqui. Ele é bastante engajado em questões relacionadas ao combate à discriminação racial, de gênero e outras causas sociais. Ele sempre buscou trazer essas temáticas para o centro das discussões.

Essas discussões eram bem recebidas pelos alunos?

No começo, não muito. Pelo perfil dos alunos, já que a universidade que fazia parte era uma instituição elitizada, composta principalmente por filhos de empresários, fazendeiros, políticos. Quase não havia alunos de classe baixa ou média baixa. Só quando o ProUni foi implementado, por exigência do governo federal, começamos a ver alunos de famílias mais pobres entrando na universidade.

Com isso, os temas começaram a encontrar mais espaço para debate. Mas, mesmo antes disso, havia casos interessantes. Uma das filhas de um senador, apesar de vir de uma família conservadora e de direita, era muito engajada em questões de discriminação racial e de gênero. Ela defendia essas pautas abertamente, mesmo quando isso gerava críticas aos seus trabalhos. Hoje, ela trabalha em São Paulo e continua defendendo essas questões.

Havia momentos marcantes nesses debates durante o curso?

Sim. Lembro-me de um episódio após os ataques às Torres Gêmeas, em 2001. O professor Sardenberg, que coordenava o curso de Comunicação, organizou um debate sobre o tema. A discussão acabou abordando injustiças sociais, perseguição a muçulmanos e racismo nos Estados Unidos. Foi um debate muito rico e abriu caminho para outros eventos semelhantes. O ambiente da coordenação era favorável a essas discussões, o que ajudava a fomentar esses diálogos.

Como você avalia, de modo geral, as oportunidades de crescimento e desenvolvimento de carreira para jornalistas negros no Brasil atualmente?

Essa é uma pergunta que minha filha talvez pudesse responder melhor, pois está mais inserida no mercado. Vendo de fora, acredito que há uma certa tolerância em relação à presença de negros no jornalismo, mas a sub-representação ainda é evidente.

Negros são mais comuns nas reportagens, mas raros em cargos de destaque. Se olharmos para quem apresenta programas, comenta notícias ou ocupa posições de chefia, são pouquíssimos. Por exemplo, no Grupo Globo, durante o caso George Floyd e as manifestações do movimento *Black Lives Matter*, houve um momento em que todos os comentaristas negros apareceram na GloboNews. Foi como se eles precisassem ser vistos e ouvidos naquele contexto. Mas hoje, quem permanece? Temos a Flávia Oliveira, que comenta no *Estúdio i* e no *Jornal das Dez*, mas é a única negra ocupando esse espaço regularmente.

Nas redações, falta representatividade. São poucos editores, chefes de reportagem ou comentaristas negros. Parece que ainda há uma ideia de que negros não têm densidade intelectual para articular comentários ou liderar equipes. É uma realidade que reflete uma falta de progresso nesse sentido.

E nas pautas ou nos entrevistados? Existe representatividade?

Falta muito. Negros são mais de 50% da população, mas não têm o protagonismo que deveriam nas notícias. São raros os casos em que vemos jornalistas negros falando sobre questões que afetam diretamente a comunidade negra, trazendo suas experiências e vivências. Isso se aplica também às outras emissoras. Por exemplo, na Record e no SBT, é difícil encontrar vozes negras consistentes.

Houve até casos emblemáticos, como uma jornalista que fez comentários racistas e foi demitida. Mesmo assim, foi contratada pelo SBT, o que demonstrou um completo desrespeito

à luta contra o racismo. É um problema estrutural, onde a mídia, em vez de combater o racismo, muitas vezes perpetua essas desigualdades.

O que você acha que poderia ser feito para melhorar a inclusão e a igualdade racial, especialmente no jornalismo?

É difícil dar uma resposta definitiva. A mídia no Brasil é controlada por grandes famílias – Marinho, Civita, Saad – que tratam a comunicação mais como um negócio do que como um serviço público. Essas famílias têm interesses próprios que prevalecem sobre o compromisso com a informação imparcial e o direito à diversidade. Mesmo quando abordam temas progressistas, muitas vezes distorcem informações para atender aos próprios interesses.

Para dismantelar esse sistema, seria necessário mudar profundamente a estrutura dessas empresas. Mas isso parece inalcançável. Eu, apesar de estar no Brasil há mais de 30 anos, me sinto um "amador" nesse contexto. O Brasil é um lugar onde as mudanças acontecem lentamente, e, muitas vezes, parece que nossos esforços somem no oceano.

No entanto, acredito que trabalhos como o seu, que buscam trazer essas discussões para o âmbito acadêmico e profissional, são passos importantes. Cada pequena conquista ajuda a corroer as barreiras que impedem o avanço dos negros no jornalismo.

Esse tipo de pesquisa que está fazendo fundamental. Há uma falta de debates acadêmicos sobre essa temática. Isso afeta tanto os profissionais em formação quanto aqueles já no mercado, que enfrentam preconceitos e barreiras para progredir. Muitos desistem da carreira por conta de traumas e discriminação.

Trazer esse tema à luz é fundamental para criar uma maior equidade e progressão na profissão. Precisamos preparar nossos profissionais para enfrentar essas questões, garantindo que tenham o apoio necessário para se destacar e alcançar posições de liderança. O trabalho de pessoas como você ajuda a abrir essas portas e a encorajar as próximas gerações.

Tudo que é preciso para ascender na carreira e não conseguir, simplesmente por conta da cor, é algo muito triste. Essa é uma realidade nossa, e precisamos discutir isso para, de alguma forma, mudar esse cenário, não é?

Sim, com certeza. Mas você sabe, estou parafraseando Amílcar Cabral, o líder da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Ele dizia algo muito interessante. Na geração dele, especialmente entre os mais engajados, havia muita pressão para que todos participassem ativamente da luta pela independência, pegando em armas e combatendo Portugal.

Algumas pessoas, no entanto, ficavam quietas, não se manifestavam, e isso frustrava quem estava na linha de frente. Ele dizia: "Eu sei que é frustrante ver alguém ali no meio, mas que não fala ou age como nós agimos." Contudo, Cabral também dizia que não podemos obrigar uma pessoa a lutar do mesmo jeito que nós.

Ele defendia que a presença silenciosa de alguém no meio do inimigo também é uma forma de luta. Segundo ele, mesmo sem pegar em armas, essa pessoa já contribui ao estar ali, mostrando ao inimigo que nós existimos, que negros e pobres existem. Ele acreditava que a ausência, ou seja, não estar presente nesses espaços, era ainda pior. A ausência deixa o campo mais confortável para o inimigo, enquanto a presença, mesmo silenciosa, já incomoda e cria um impacto.

Cabral dizia que existem várias formas de luta. O silêncio pode ser uma delas. Mas ele também dizia algo que eu, até hoje, não sei se concordo plenamente: que, às vezes, uma pessoa, ao perceber que não tem como sair de determinada situação, se submete temporariamente. Ela se subjugava estrategicamente para sobreviver e conhecer melhor o inimigo. Ele explicava que, estando em uma posição subalterna, como um doméstico servindo ao inimigo, essa pessoa pode observar, aprender e descobrir as fraquezas do inimigo. Por estarem desarmados na presença dela, os inimigos acabam revelando informações que, de outra forma, seriam ocultadas.

Ele dizia que há três tipos de pessoas na luta: aquelas que se engajam ativamente e pegam em armas; aquelas que lutam de forma silenciosa, cuja presença já transforma o ambiente; e aquelas que, temporariamente, se sujeitam, mas o fazem de forma estratégica, conhecendo o inimigo para, no futuro, poder derrotá-lo de dentro.

O que ele queria dizer é que nossa presença é fundamental em todos os espaços. Por mais sofrimento ou vexame que enfrentemos, estar ali é uma maneira de dizer: "Nós existimos."

Mas só estar lá não é suficiente, certo? É preciso ir além.

Exatamente. É essencial ter iniciativas como a sua, promovendo esses trabalhos, e pessoas como Flávia Oliveira, que estão lá, combatendo dentro do sistema. Mesmo pessoas como Demétrio Magnoli, que têm posições de direita ou extrema direita, às vezes dizem coisas que chocam os negros, mas é importante que haja quem esteja lá para dialogar e contestar.

APÊNDICE J – ENTREVISTA COM PÚRPURA

Entrevista com Púrpura (realizada juntamente com Maria Catharina Iavorski)

Data: 18 de dezembro de 2024

Horário: 18h00

Local: Online via Zoom

Tempo: 01h18

Conta um pouco da sua trajetória...

Eu queria fazer história, né? Ainda penso em fazer isso quando me aposentar, se conseguir me aposentar. Mas, na escola, nunca tive a pretensão de fazer jornalismo. Eu lia muito jornal porque não tinha computador em casa e queria saber das notícias do Corinthians. Na época, chegava um jornal impresso da cidade onde passei a adolescência. Sou curitibana, mas vivi minha adolescência em uma cidade no Noroeste do Paraná. Como não tinha computador, precisava saber das notícias e lia o jornal para isso. Eu sempre lia no dia seguinte, porque meu vizinho da frente, que era diagramador no jornal, trazia o exemplar do dia no final do expediente. Assim, eu lia pela manhã.

Isso me ajudou a escrever muito bem. Eu me destacava em língua portuguesa, mas, no ensino médio, minha ideia era ser professora de história. Gostava muito de história, especialmente por causa de um professor excelente que trabalhava no IBGE. Ele incentivava: "Presta atenção, quem sabe você pode seguir por esse caminho." No entanto, eu estudava em escola pública e trabalhava o dia inteiro, das 8h às 18h. Estudava à noite e, por estar exausta, acabei reprovando várias vezes no ensino médio. Não tinha essa pretensão de fazer vestibular, porque isso não era algo comum na minha família. Fui a primeira pessoa da família a cursar o ensino superior. Para nós, o normal era terminar o ensino médio, arrumar um emprego e trabalhar.

No ensino médio, uma colega do fundamental, vamos chamar ele de Pantone, foi morar na Inglaterra ainda antes de terminar os estudos. Ele voltou para fazer faculdade de publicidade na cidade onde nasci e começou a trabalhar num jornal local. Quando decidiu ir de vez para a Inglaterra, sugeriu: "Por que você não vai lá no jornal?" Na época, eu estava no terceiro ano do ensino médio, repetindo o ano. Ele disse: "Estou indo embora, eles vão precisar de alguém." Na

cidade em que morávamos, não havia faculdade de jornalismo, então contratavam pessoas de letras ou publicidade.

Fui até o jornal, e a primeira vez que pisei na redação fiquei encantada com o som dos teclados e os jornalistas escrevendo. Decidi que era isso que eu queria fazer. Comecei a trabalhar como

repórter antes da graduação, cobrindo pautas gerais. Minha primeira entrevista foi com o Bragança, da família real, que estava inaugurando uma escola. Mandaram a "foca" para cobrir, e a entrevista acabou publicada. Era só uma notinha de menos de 2.000 caracteres, mas foi meu início.

Trabalhei por um tempo sem formação, aprendendo os processos jornalísticos. Na redação, apenas um jornalista era graduado. Ele tinha uma visão diferenciada, e percebi que precisava me qualificar. Fui para a capital do Paraná, fiz graduação e pós-graduação em uma universidade privada, e hoje estou no mestrado pela em uma universidade federal.

Minha trajetória no jornalismo começou sem pretensão. Inicialmente, queria apenas saber sobre o Corinthians. Durante a graduação, já tinha experiência de redação, o que me ajudou bastante. No entanto, tive dificuldades com a parte teórica, porque não havia uma biblioteca decente na escola onde estudei. Na faculdade, tive que correr atrás, lendo muito para me atualizar.

Fui editora-chefe do jornal laboratório desde o primeiro ano de faculdade. Trabalhei em vários estágios, inclusive no governo do estado e em agências de marketing, área pela qual desenvolvi uma grande paixão. Apesar das dificuldades, nunca precisei abandonar a comunicação. Trabalhei como redatora em agências antes mesmo de me formar, graças à experiência prévia que adquiri.

Terminei a faculdade em 2012, e minha primeira carteira assinada foi em 2013. Antes disso, já trabalhava no mercado desde os 17 anos. Passei por vários locais no jornalismo, fiz de tudo o que era possível, só não trabalhei em rádio porque, como sou caipira, não me identificava tanto com essa área.

No final de 2012, eu era redatora em uma agência e permaneci lá até meados de 2013. Depois disso, voltei para o interior, para a cidade em que nasci, e fui trabalhar no jornal local, aquele que eu lia para saber as notícias do Corinthians. Trabalhei lá por três anos como repórter policial. Tinha experiência nessa área porque fiz estágio na Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado, dentro da Polícia Militar, onde aprendi sobre os processos e com quem falar.

Após esses três anos, fui trabalhar em um órgão público do legislativo, onde atuei como chefe de comunicação por cerca de dois anos. Em seguida, passei pela assessoria de imprensa da Arquidiocese da cidade, ficando lá por um período curto.

Depois, fui para um site, um nativo digital muito bem-sucedido, provavelmente entre os top 10 do estado em acessos. Foi uma experiência interessante sair da lógica do impresso e entender o ritmo e as demandas de um veículo digital. Trabalhei lá por cerca de um ano, enquanto também

realizava outros trabalhos paralelos, principalmente na área de assessoria política e de comunicação.

Nesse período, uma das campanhas em que trabalhei me convidou para assumir a Secretaria de Comunicação da Prefeitura de outra cidade do interior. Fiquei nessa função por três anos, deixando temporariamente as redações. Após esse período, retornei ao site que havia trabalhado antes e, de lá, segui para outro, onde estou há quase três anos. Em breve completarei três anos nesta posição.

Ao longo da minha carreira, também trabalhei em agências de publicidade e tive meu próprio negócio, focado em questões políticas e comunicação. Minhas experiências variaram entre reportagem, assessoria de imprensa, assessoria política e coordenação de comunicação. Passar por esses diferentes meios foi essencial para ampliar meus horizontes profissionais. Não dá para depender apenas de redação hoje em dia. Infelizmente, nem todos os jornalistas conseguem viver exclusivamente disso. É importante diversificar, buscando áreas como marketing e outras frentes para garantir estabilidade.

E como você percebia a diversidade na época de universidade?

Na minha turma de faculdade, havia apenas três estudantes negros: eu, o Anil, que hoje está em um grande portal de notícias nacional, e a Lilás, com quem perdi o contato. A última vez que soube dela, estava em um país da Europa trabalhando como modelo.

O Anil veio de um estado do Nordeste, e conversávamos bastante sobre as rupturas de nossos lugares de origem. Estudávamos na mesma universidade. Ele era bolsista, e eu, na época, nem sabia da possibilidade de bolsa. Fiz FIES e ainda pago até hoje. Foi um choque de realidade, especialmente no aspecto econômico e social. A mensalidade era cerca de R\$ 900, provavelmente mais do que o salário mínimo da época. Era um ambiente em que a maioria das

peessoas chegava de carro, algo muito distante da minha realidade, mesmo já tendo frequentado espaços jornalísticos como repórter.

Os quatro anos na faculdade foram marcados por situações que reforçavam essa disparidade. Lembro das conversas sobre livros, como se todos tivessem acesso a eles. Havia colegas que passavam férias na Europa, algo completamente fora do meu alcance. Eu fiquei impressionada ao descobrir que havia pessoas de 20 anos que nunca tinham trabalhado. Isso ampliava minha visão sobre as diferentes histórias e realidades que conviviam ali.

Apesar de o curso de jornalismo não ser glamouroso, havia um posicionamento progressista entre muitos professores e alunos, o que era surpreendente para uma universidade privada. No entanto, as diferenças ficavam evidentes em eventos como viagens acadêmicas. Por exemplo,

havia uma visita organizada ao *New York Times*, mas a universidade não ajudava nos custos. Apenas 20 alunos foram, basicamente aqueles que podiam pagar. O mesmo aconteceu com uma viagem ao *Clarín*, na Argentina, que era mais barata, mas ainda inacessível para muitos.

Eu nunca tive passaporte, nem naquela época e nem hoje. Essas situações me levaram a refletir sobre as disparidades de formação. Teoricamente, todos estávamos no mesmo curso, mas com condições de partida muito desiguais. Era um exercício constante de materialismo histórico e dialético: perceber como a trajetória de cada um moldava nossas experiências acadêmicas.

Por causa dessas dificuldades, fui muito dedicada durante o ensino superior. Sabia que estava atrasada em relação aos outros. Não falava inglês, não tinha lido os livros indicados, não tinha carro nem acesso a muitas oportunidades. Minha dedicação era minha forma de compensar essas lacunas. Eu me esforçava para tirar boas notas e ter uma boa performance acadêmica.

Ficava o dia inteiro na faculdade, principalmente por ser editora-chefe do jornal laboratório. Estava matriculada no período noturno, porque sabia que precisava trabalhar durante o dia. Cheguei a conseguir um emprego em uma loja de materiais de construção, o que ajudava a sustentar meus estudos. Meu planejamento era todo voltado para equilibrar trabalho, estudos e a busca por melhorar minha formação.

No primeiro ano da faculdade, consegui uma vaga como editora do jornal laboratório. A bolsa era de R\$ 600, o que era bastante na época. Até hoje, acho que ainda há bolsas nesse valor para jornalistas. Como eu tinha o FIES e fazia alguns trabalhos extras, como revisões, conseguia me sustentar. Por isso, acabei declinando um emprego para me dedicar ao

jornal. Passava o dia inteiro na faculdade: chegava cedo, estudava à tarde, fechava o jornal e, à noite, ia para a aula. Havia um refeitório destinado aos estagiários e funcionários, onde a refeição custava cerca de R\$ 3. Isso me ajudava muito, já que os restaurantes do campus custavam entre R\$ 20 e R\$ 30, valores inviáveis para mim. Eu morava a pé do campus, numa área próxima a uma ocupação. Isso facilitava bastante, pois não precisava gastar com transporte. Essa rotina me permitiu ampliar minha experiência profissional desde o primeiro ano, graças à bagagem que já trazia. A sensação de estar "atrasada" em relação aos colegas, isso me acompanhava também no mercado de trabalho. Não era algo que vinha de cobranças das chefias, mas de mim mesma. Sempre fui muito boa no que faço, naturalmente curiosa e determinada. No entanto, às vezes preciso reafirmar meu valor na carreira. Por exemplo, no portal onde trabalho atualmente, tirando os donos, que são experientes e meus conterrâneos — a equipe é formada por profissionais mais jovens e menos experientes do que eu, em sua maioria brancos. Isso gera situações em que me vejo questionando a qualificação de alguns, principalmente quando têm

melhores oportunidades e formação. Acho inadmissível que alguém com uma trajetória privilegiada apresente um trabalho mediano.

Nunca aceitei mediocridade, especialmente enquanto gestora. Já fui chefe de comunicação em vários lugares, mas é desgastante, pois envolve desligar pessoas e lidar com essas situações. Não gosto de trabalhar com pessoas de performance mediana, principalmente aquelas que tiveram melhores condições de formação. Se alguém fez intercâmbio, estudou em boas instituições, não há desculpa para ser mediano. Isso é algo que me causa estresse.

Entendo que muitas colegas negras precisam medir palavras e comportamentos, mas eu nunca fui de ficar quieta. Isso já acontecia no jornal laboratório. Eu era editora e, embora tivesse menos qualificação formal que outros colegas, como o Anil, que era fluente em vários idiomas e já tinha viajado para a Europa diversas vezes, meu desempenho era superior porque eu tinha mais experiência prática.

O Anil é brilhante, extremamente inteligente e engraçado. Ele é roteirista de um podcast que adoro, e dá para perceber a marca dele no conteúdo. Na faculdade, mesmo com minha experiência maior no mercado de trabalho, isso não criava competição. Sempre tive boas relações com meus colegas, porque sou comunicativa e trânsito bem por vários assuntos, como futebol e literatura, o que facilita o diálogo.

No entanto, sou extremamente competitiva. Sempre quis fazer a melhor reportagem, ganhar manchetes, prêmios e ser elogiada. Acredito que esse espírito competitivo é positivo, pois

eleva a performance do time. O problema é quando alguém no grupo tem uma atitude mediana, o que incomoda. Isso é algo que enfrento atualmente. Infelizmente, não dá para mudar isso, apenas lamentar.

E como você percebia as pautas no jornal laboratório? Tinham pautas raciais?

A ideia do jornal diário era treinar os alunos, mas era tudo muito rápido. Às vezes, a gente precisava pedir ajuda para colegas de última hora, tipo, “Você consegue fazer uma matéria sobre isso? O prazo é até às seis da tarde, e eu já estou indo para a aula.” Nem sempre dava certo, e os professores precisavam intervir, coitados.

Sobre pautas de cunho racial, talvez não tanto dentro do jornal diário, porque ele era muito factual, mas na faculdade em si esse tipo de discussão aparecia. E, como eu disse antes, surpreendentemente nós tínhamos um time de professores muito progressistas. Na faculdade, eu não tive nenhum professor negro. No ensino fundamental, tive a professora Turquesa, de língua portuguesa, e no ensino médio, o professor Topázio, de educação física. Mas na graduação e na pós-graduação, não. Agora, no mestrado também não. Apesar disso, alguns

alunos e professores incentivavam reflexões sobre questões sociais. Só que eu acho que isso era menos do que se faz agora. Naquela época, a gente trabalhava mais com questões de classe.

Havia um grupo de alunos se aproximando de movimentos como a UJS. Eu mesma já estava um pouco ligada a um partido de esquerda, participando de formações, então discutíamos bastante questões de classe. Eu sei que isso era algo pontual, algo específico da universidade em que estudava, porque havia um núcleo de professores muito progressistas. Isso não era o padrão em outras universidades, com certeza.

Lembro que uma vez fizemos uma edição do jornal laboratório com uma capa no estilo da ditadura militar, incluindo uma receita de bolo como crítica. Esse jornal era impresso em 500 exemplares por dia e distribuído no campus, com financiamento da universidade e apoio dos professores, sem interferência da coordenação ou reitoria. Isso era uma exceção. Não era algo relacionado diretamente a questões raciais, mas havia um esforço, sim, de refletir sobre assuntos como esses. Por exemplo, uma professora trazia muito essas provocações nas aulas, perguntando: “Olhem ao redor. Cadê os ciganos, indígenas ou negros na faculdade? Isso não é normal.”

Na minha casa, essas questões nunca foram discutidas, porque minha família é interracial e isso não era um tema. Eu fui tomando consciência dessas coisas com o tempo,

convivendo com professores e colegas. Por exemplo, meu professor de educação física no ensino médio, o Carlos, era um homem negro retinto. Ele fazia provocações muito sutis, sem discursos longos, mas que faziam a gente refletir.

Hoje, no portal que faço parte, temos uma pauta muito mais ampla de direitos humanos, abordando não apenas questões raciais, mas também indígenas, LGBTQIA+ e de terra. Eu nunca morei no campo, mas me apaixonei pelo tema cedo e acompanho bastante. No jornal laboratório da faculdade, nós também abordávamos questões sociais, muito por incentivo dos professores. Porém, até hoje, isso não é o padrão nas universidades. Muitas vezes, ainda questionam se certos temas “valem a pena” como notícia.

Nos lugares onde trabalhei, raramente havia discussões estruturadas sobre pautas raciais ou sociais. Uma vez, fiz uma matéria com uma jovem, que fazia tranças. Inicialmente, a pauta era sobre empreendedorismo, mas a fala dela trouxe questões de ancestralidade, e a matéria acabou indo por esse caminho. Isso só aconteceu porque eu tive a iniciativa como repórter.

Por outro lado, lembro que havia uma enorme resistência em usar a palavra "feminicídio", mesmo antes da lei. Eu insistia, porque era o termo correto, mas enfrentava relutância.

De modo geral, como você avalia a diversidade nos lugares em que trabalhou?

Infelizmente, nos espaços onde trabalhei, eu era frequentemente a única pessoa negra. Esse tipo de invisibilidade é muito desgastante.

Essa invisibilidade acontece até mesmo em espaços progressistas. Uma vez, fui apresentada a um líder do movimento negro várias vezes, mas ele nunca lembrava de mim. Isso reflete o racismo estrutural, porque mesmo entre nós, muitas vezes não reconhecemos pessoas negras ocupando posições de destaque.

Eu também já sofri violência enquanto jornalista, mas não diretamente por ser negra. Foi durante a cobertura da retirada dos manifestantes bolsonaristas em frente ao quartel de Curitiba. Eu e uma fotógrafa, que também era de uma minoria racial, fomos questionadas e até ameaçadas por algumas pessoas.

Por outro lado, ser jornalista me protege em várias situações. É uma profissão que me dá certa credibilidade. Se eu trabalhasse em outra área ou não tivesse ensino superior, talvez enfrentasse mais ataques.

Como líder sindical, trabalho para abrir espaços para outras mulheres negras. Criamos iniciativas importantes, como a Comissão de Mulheres Jornalistas, e buscamos trazer recortes de gênero e raça para o debate. Esses avanços são pequenos, mas importantes. Quero que mais mulheres negras ocupem esses espaços e que o fato de uma mulher negra estar na presidência do sindicato se torne algo comum, e não uma exceção.

Mas, como estava dizendo, geralmente, eu era a única pessoa negra nos lugares onde trabalhei. Lembro de uma vez em que estava com o deputado em um evento. Era um jantar, e eu deixei minha mochila em uma cadeira para ir tirar fotos. Naquela época, a gente ainda usava aquelas câmeras enormes, sabe? Hoje dá para fazer tudo com um celular, mas naquela época era assim. Quando voltei, minha mochila estava no chão, e uma mulher havia se sentado na minha cadeira. Eu perguntei: "Cadê minha mochila?" E ela respondeu: "Está aqui. Eu não sabia que você estava aqui. Você trabalha aqui?" Nesse momento, o deputado, percebeu o que estava acontecendo e respondeu: "Ela trabalha comigo, é minha chefe de comunicação." A mulher, que era esposa de um reitor de uma universidade, simplesmente não considerou que eu, vestida como todos os outros, pudesse ocupar aquele espaço. Isso é algo que acontece até hoje com frequência. Às vezes, as pessoas perguntam: "Você é Púrpura?" E eu respondo: "Sim, sou eu, só eu."

Eu nunca tive uma convivência significativa com outros colegas negros. Tirando o Anil, que foi estagiário em um dos lugares onde trabalhei, mas mesmo assim, a gente não falava muito sobre isso. Eu não sei como é trabalhar próximo de outras pessoas negras. No meu trabalho atual tem outro negro mas, por exemplo, não estamos em uma situação de igualdade hierárquica. Talvez ele não sinta algumas coisas que eu eventualmente sinto no processo, porque o negócio é dele, e eu sou funcionária.

De fato, eu nunca convivi ao mesmo tempo com outras pessoas negras no mercado de trabalho. E isso não foi diferente mesmo antes de eu me tornar jornalista. Trabalhando como balconista em lojas ou em material de construção, eu também não tive colegas negros. É algo que sempre esteve presente na minha trajetória, esse isolamento racial nos espaços profissionais.

Eu entendo também que estou em um lugar de ser uma mulher negra de pele muito clara. Hoje, por exemplo, estou com meu cabelo crespo, mas eventualmente ele está liso, e isso me coloca em uma certa passabilidade. Esse estranhamento que menciono acontece porque as pessoas não acham que pessoas como nós, negros e negras, sejam capazes. Não é nem sobre poder ou não poder, mas sobre serem vistas como capazes de ocupar cargos como esses. E isso é estrutural. Tem um cara que é uma liderança do movimento negro aqui em

Curitiba. Já entrevistei ele uma vez, porque tem um movimento cultural muito relevante que ele lidera. Na época, quase ninguém falava sobre esse movimento, mas hoje ele se tornou algo famoso. Eu fiz uma matéria sobre isso, fomos apresentados várias vezes, umas cinco ou seis no mínimo. Da última vez, era um evento para homenagear algumas pessoas negras da cidade. Eu estava entre os homenageados, ele também, e um professor que eu admiro muito que não foi meu professor, mas conheci ao longo da vida. Nós estávamos sentados lado a lado. O professor Paixão comentou com ele: "Você conhece a Púrpura?" E ele fez uma cara de surpresa. Eu respondi: "A gente já foi apresentado várias vezes, mais uma vez aqui."

Esse episódio é muito simbólico. É isso, sabe? Nós, enquanto pessoas negras, estamos tão condicionados dentro de um racismo estrutural que nem conseguimos perceber outros negros em espaços de relevância, de poder. É como se isso fosse invisível para nós também. Há outro caso de um cara de liderança do movimento negro que fala comigo pelo WhatsApp, manda pautas para mim, mas ele não sabe quem eu sou. Ele me cruza em eventos, várias vezes, e não me reconhece. Isso é muito maluco, porque eu não sou qualquer pessoa. Não no sentido individual, mas pelo lugar que ocupo hoje. Sou presidente do Sindicato dos Jornalistas, fui eleita uma das 50 jornalistas negras mais admiradas do Brasil pelo segundo ano consecutivo. No início do ano, mediei um evento enorme com a Conceição Evaristo. Essas pessoas específicas deveriam saber quem eu sou, mas não sabem ou, pelo menos, não reconhecem. Tudo isso é para dizer que, embora hoje esses espaços não nos possam mais ser negados, ainda está tão entranhado no subconsciente das pessoas que negros ou racializados, em geral, não podem ser relevantes, que até nós acabamos naturalizando isso.

Ficamos pensando: "Ah, não me conhecem, tudo bem." Mas não deveria ser assim. Esse apagamento, essa invisibilidade, é muito estressante. É exatamente sobre isso que trata o podcast que estamos fazendo, o "Invisível".

Ele parte do meu próprio exemplo. Eu não sou qualquer pessoa, mas ainda assim sou invisível para gente que deveria saber quem eu sou. Isso é muito difícil. Essa invisibilidade, essa infertilidade no tratamento, você perguntou se considero uma violência contra mim e as pessoas que estão comigo na profissão. Eu acredito que sim, mas não é porque somos jornalistas. É porque somos negros. Isso não acontece só no jornalismo. Se eu fosse advogada, médica, dentista, aconteceria da mesma forma, porque vem dessa ideia de que não pertencemos a certos espaços de poder.

Em tese, esses espaços não são para pessoas como nós. Por isso, não sei se é algo que se encaixa como violência contra jornalistas negros, especificamente. Eu já sofri violência como

jornalista, mas de bolsonaristas. E não era por ser uma mulher negra, mas porque sou uma jornalista que se posiciona contra o genocídio, contra o nazismo, contra o fascismo.

Você pode me contar um pouco sobre esse episódio de violência?

Ah, a gente estava cobrindo a retirada dos bolsominions da frente do quartel em Curitiba. Eu e uma colega fotógrafa, que é uma mulher bissexual asiática. Só o fato de sermos uma dupla de mulheres já é uma questão que vale a pena ser levantada, porque é um desafio adicional nesse tipo de cobertura.

Estávamos lá porque eles estavam saindo, e a gente ia registrar fotos e vídeos. Filmamos algumas cenas na frente, perguntamos se eles já estavam saindo, e eles disseram que não. Ficamos esperando. Em algum momento, alguém do grupo chamou a Polícia Militar. Foi quando vieram algumas pessoas falar conosco, perguntando o que estávamos fazendo ali. Eu expliquei: "Sou jornalista, aqui está minha identificação. Estou acompanhando a retirada." Uma mulher, então, começou a me filmar. Em resposta, peguei meu celular e comecei a filmá-la também. Ela disse: "Você não pode me filmar." E eu respondi: "Posso, sim. Estamos na rua, e qualquer pessoa pode filmar outra em um espaço público." Nesse momento, ela tentou partir para cima de mim. Era uma senhora, idosa mesmo, com um guarda-chuva. Não ia me machucar de verdade, mas estava claramente irritada.

Ela ameaçou: "Vou fazer um boletim de ocorrência!" E eu disse: "Então vamos. Concordo. Vamos fazer um boletim de ocorrência agora." Acho que, nesse ponto, ela percebeu que a situação poderia se complicar para ela. Provavelmente, o boletim não daria em nada, mas a burocracia envolvida, como entrar na viatura e ir até a delegacia, já seria suficiente para desmotivá-la. Então ela desistiu. O contexto todo era de tensão. O portal em que trabalho, claramente, não passa pano para bolsominions. Então, já tínhamos feito perguntas incisivas, como: "Isso aqui está tentando incitar um golpe? É isso que está acontecendo?" E, no caso, era exatamente isso que estavam fazendo.

Mas, novamente, preciso destacar: isso aconteceu porque sou jornalista, não por ser uma mulher preta. Era algo inerente à profissão, não à minha identidade racial. Ali, talvez, se a situação tivesse escalado, considerando que a pessoa era bolsominion, a chance de ela ser racista era enorme. Mas não houve tempo para isso. A Polícia chegou antes que qualquer coisa pior pudesse acontecer.

Eu fui sindicalizada em 2010. Lembro disso porque tenho um prêmio referente ao mesmo ano. Fui sindicalizada enquanto ainda era estudante, por influência de um professor que

foi meu orientador na graduação. Ele já havia sido presidente do sindicato há bastante tempo e sempre trazia essa questão para a sala de aula, alertando a gente: "Prestem atenção, pessoal, porque isso é importante." Entrei na faculdade em 2009, justamente no ano em que caiu a obrigatoriedade do diploma para jornalistas. Isso gerou um discurso muito forte entre os professores, que diziam: "Isso vai dar problema. Vai precarizar o trabalho, diminuir a remuneração, porque agora qualquer pessoa poderá atuar sem a formação necessária." Esse era o tom das conversas, e isso me motivou a me sindicalizar logo no início da graduação.

Até as eleições deste ano, eu estava na chapa apenas como integrante. Mas, com o tempo, aconteceram reviravoltas, e o nosso diretor de Cultura, me chamou para conversar. Ele disse: "Acho que você deveria tentar a presidência. Nunca tivemos uma mulher negra nesse cargo. Você está ativa, em evidência, as pessoas têm respeito por você, e o time confia no seu trabalho." Nossa chapa era formada por mais de 50% de mulheres, cerca de 53%, se não me engano. Isso gerou conversas dentro do grupo, e decidi conversar com o Emerson, meu antigo professor. Ele me encorajou: "Vai em frente. Se for para perder, tudo bem, você já perdeu outras eleições, como as de centro acadêmico. Faz parte do aprendizado."

Acabamos formando uma chapa única, com consenso entre a categoria. Hoje, estou na presidência do sindicato, um papel que considero extremamente importante. A atividade sindical é essencial para todos os trabalhadores, independentemente da categoria. Para jornalistas, isso é ainda mais relevante, principalmente diante dos avanços na precarização do trabalho. Atualmente, existe até uma lei em discussão que cria a figura do "comunicador online" sem necessidade de formação superior, o que é um ataque direto à profissão e ao campo da comunicação como um todo.

No sindicato, percebo projetos que incluam recortes de gênero e raça. Também vamos criar um grupo focado em igualdade racial, algo que nunca existiu em 70 anos de história do sindicato. Essa lacuna reflete o contexto anterior, quando todos os presidentes eram homens, e a maioria das lideranças não representava a diversidade da sociedade.

O movimento sindical, especialmente com mulheres negras em cargos de liderança, é essencial. É uma forma de representar não apenas as jornalistas negras, mas também outras populações racializadas, como indígenas e LGBTQIA+. Essa diversidade é fundamental, considerando que nossa profissão é tão voltada para os direitos dos grupos minoritários.

Estar no sindicato me alegra muito, porque nos permite fazer avanços concretos. Apesar das dificuldades, como a pandemia, que quase levou o sindicato à falência, conseguimos nos manter firmes. Ainda há muito a fazer, mas cada avanço, por menor que pareça, é significativo para o fortalecimento da categoria.

Eu acho que, além do simbolismo, ocupar esse espaço mostra que nós podemos estar nesses lugares. Simbolicamente, isso já muda tudo. Recentemente, recebi um convite para participar da posse do reitor da UFPR. Quem diria? Eu, que estudava debaixo de uma árvore, em um lugar onde não tinha aula quando alguém da comunidade falecia porque o salão da igreja era usado para velórios, agora recebo um convite do reitor da universidade mais antiga do Brasil.

Do ponto de vista simbólico, isso é maravilhoso. Do ponto de vista prático, é ainda mais importante, porque é necessário garantir diversidade para podermos avançar e promover mudanças efetivas. Quero realizar um levantamento para comparar os salários de jornalistas brancos e negros. Formalmente, nós já sabemos que há uma disparidade, mas precisamos sistematizar esses dados para poder questionar: "Por que você paga mais para este profissional branco, mesmo quando ele tem menos qualificação ou experiência?"

Isso aconteceu comigo. Eu, com mais de dez anos de experiência, estava recebendo o mesmo salário que pessoas brancas recém-formadas, algumas ainda sem diploma. Isso é extremamente grave, especialmente em um ambiente que deveria ser progressista. Portanto, ocupar esses espaços nos permite promover avanços, mesmo que sejam pequenos. Não acredito que vá revolucionar tudo, até porque meu mandato é de apenas três anos, e já estou exausta. Mas acredito que é necessário abrir caminho para que outras mulheres negras também ocupem esses lugares. Quero que elas se sintam encorajadas a compor chapas, a concorrer comigo, a ocupar esses espaços. Precisamos trazer mais pessoas negras, indígenas, ciganas e outros grupos racializados para o movimento sindical.

Como você avalia o mercado de trabalho para jornalistas negros atualmente?

Sobre o mercado de trabalho para jornalistas negros, especialmente mulheres negras, vejo um cenário muito ruim, mas acredito que não há mais como retroceder. Quando você liga a televisão hoje, já é possível notar uma diversidade maior, mesmo que ainda insuficiente. Recentemente, tivemos demissões na RPC, a maior emissora do Paraná, mas repare que eles demitiram Ana Zimmermann, mas não Dulcinéia Novaes. Isso não significa que sejam antirracistas, mas reflete o olhar da sociedade. Demitir a única repórter negra da grade nacional causaria uma enorme repercussão negativa.

Essas mudanças são resultado de pressão social. As empresas têm discursos antirracistas e progressistas, mas, ao mesmo tempo, mantêm práticas contraditórias. Apesar

disso, com o atual governo, estamos vendo algum progresso. Ainda é o mínimo, mas é uma base para continuar avançando.

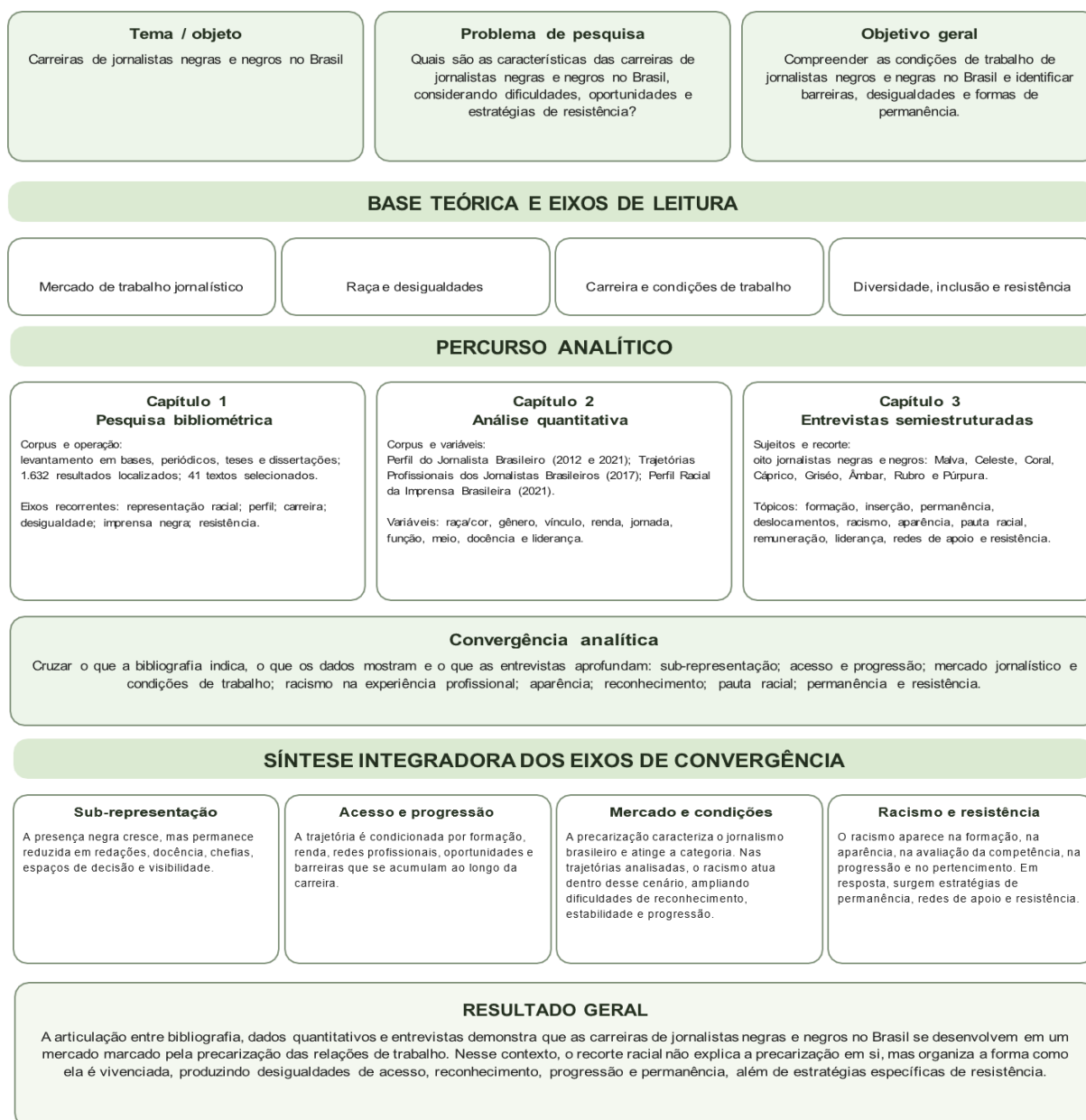
Quero que outras mulheres negras venham depois de mim na liderança sindical, até que isso se torne tão comum que nem precisemos mencionar a cor ou o gênero. Essa ocupação de espaços é crucial em todos os âmbitos, não só no sindicalismo.

Onde faço mestrado, só há uma professora negra no departamento. Pense: uma instituição com mais de 100 anos e uma única professora negra. Isso não é normal. Avançamos porque resistimos, mesmo diante de desmontes como o fim da contribuição sindical obrigatória durante o bolsonarismo, que foi uma tentativa clara de enfraquecer os sindicatos. Apesar disso, os trabalhadores continuaram organizados, e o sindicato sobreviveu até à pandemia, que quase o levou à falência.

Sobre violência racial, acredito que ela tem dois lados. Há o ataque direto, fruto do racismo estrutural, mas também há a proteção que o jornalismo oferece. Ser jornalista nos protege em muitas situações, porque as pessoas não podem simplesmente atacar um jornalista sem consequências. Ainda assim, enfrentamos obstáculos, especialmente como mulheres negras. Somos taxadas de "agressivas" por termos uma postura firme. Esta semana mesmo, ouvi: "Você é muito rígida." Não, eu apenas me comporto como um homem. Faço questão disso, porque não aceito ser desrespeitada.

Mas é isso: mulheres são constantemente cobradas a serem "complacentes". E se não somos, somos vistas como "agressivas". Mas continuarei com essa postura, porque é o que é necessário.

APÊNDICE K - DIAGRAMA DO PERCURSO METODOLÓGICO



Fonte: elaboração própria, com base nas pesquisas Perfil do Jornalista Brasileiro (2012 e 2021), Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (2017), Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021) e nas entrevistas realizadas